

# **ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

**Naomar de Almeida Filho**

INSTITUTO DE LETRAS

DIRETORA

**Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio**

VICE-DIRETORA

**Noélia Borges de Araújo**

O Corpo Editorial da revista *Estudos Linguísticos e Literários* interfere apenas nos aspectos técnicos de formatação dos artigos. A matéria veiculada nos artigos é da estrita responsabilidade dos autores.

Estudos Linguísticos e Literários, n.37-38, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, janeiro-dezembro 2008, 360 p. 16x23cm.

ISSN 2176-4794

Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras, Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (05)

# ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



**Números 37/38**

janeiro de 2008/dezembro 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

**COORDENADORA DO PPGLL**  
**Célia Marques Telles**

**EDITORA**  
**Suzana Alice Marcelino Cardoso**

**CO-EDITORA**  
**Lígia Guimarães Telles**

**CONSELHO EDITORIAL**  
**Célia Marques Telles (UFBA/PPGLL)**  
**Celina de Araújo Scheinowitz (UFBA/UEFS)**  
**Décio Torres Cruz (UFBA/PPGLL)**  
**Evelina Hoisel (UFBA/PPGLL)**  
**Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA/PGLL)**  
**Jacques Salah (UFBA/PPGLL)**  
**Lizir Arcanjo Alves (UCSal)**  
**Maria Helena Mira Mateus (Univ. de Lisboa)**  
**Maria Teresa Abelha Alves (UEFS)**  
**Myriam de Castro Lima Fraga (FCJA)**  
**Norma Lopes (UNEB/FJA)**  
**Regina Zilberman (UFRGS)**  
**Rita Olivieri-Godet (Univ. de Rennes II)**  
**Rosa Virginia Mattos Oliveira e Silva (UFBA/PPGLL)**  
**Serafina Maria de Souza Pondé (UFBA/PPGLL)**  
**Sílvia Rita Magalhães de Olinda (UEFS)**  
**Vandercci de Andrade Aguilera (UEL)**

**APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**  
**Robélia Alves Cabral Pinto**

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**  
**Simone Silva**



**INSTITUTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
Rua Barão de Jeremoabo, 147  
Campus de Ondina, CEP 40170-115, Salvador, Bahia, Brasil  
Telefones (71) 3283-6781, Fax: (71) 3283-6208  
E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br); [estudos@ufba.br](mailto:estudos@ufba.br); [robeliacabral@bol.com.br](mailto:robeliacabral@bol.com.br)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

FERNÃO DE OLIVEIRA ENTRE OS GRAMÁTICOS  
QUINHENTISTAS: O ESTUDO DAS VOGAIS 11

FERNÃO DE OLIVEIRA AMONG THE SIXTEENTH CENTURY  
GRAMMARIANS: THE STUDY OF THE VOWELS

*Célia Marques Telles*

FERNÃO DE OLIVEIRA: GRAMÁTICA E  
(SÓCIO)LINGUÍSTICA 53

FERNÃO DE OLIVEIRA, GRAMMAR AND  
(SOCIO)LINGUISTICS

*Dinah Callou e Afranio Barbosa*

RASTREANDO DATIVOS DE 3ª PESSOA NA *GRAMMATICA* DE  
FERNÃO DE OLIVEIRA 71

TRACING THE 3RD PERSON DATIVE IN THE GRAMMAR OF  
FERNÃO DE OLIVEIRA

*Maria Aparecida Torres Morais, Ilza Ribeiro e Michael J. Ferreira*

FERNÃO DE OLIVEIRA: UM RENASCENTISTA  
AVENTUROSO E UM GRAMÁTICO SENSÍVEL 119

FERNÃO DE OLIVEIRA: AN ADVENTUROUS AND  
SENSITIVE RENAISSANCE GRAMMARIAN

*Maria Helena Mira Mateus*

SOBRE A TERMINOLOGIA METALINGUÍSTICA NA  
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI:  
ALGUNS ASPECTOS 135

SOME ASPECTS ON METALINGUISTIC TERMINOLOGY  
IN THE FIRST HALF OF THE 16TH CENTURY

*Rosa Virgínia Mattos e Silva*

ESPAÇO E TEMPO DE EXPRESSÃO ADVERBIAL EM FERNÃO 165  
DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS

SPACE AND TIME OF THE ADVERBIAL EXPRESSION IN AUTHORS  
FERNÃO DE OLIVEIRA AND JOÃO DE BARROS

*Sônia Bastos Borba Costa*

CODIFICAÇÃO E MUDANÇA: QUE RELAÇÕES? 207

ENCODING AND CHANGE: WHAT IS THEIR  
RELATIONSHIP?

*Isabel Almeida Santos*

ROTACISMOS E OUTRAS ROTAS: FENÔMENOS COM AS 227  
CONSOANTES LÍQUIDAS EM TEXTOS DO BRASIL  
OITOCENTISTA

RHOTACISM AND OTHER ROUTES: PHENOMENA WITH  
LIQUID CONSONANTS IN THE TEXT OF THE 19TH  
CENTURY BRAZIL

*Klebson Oliveira*

ACHEGAMENTO AO FENÓMENO DA TMESE NA LÍRICA 261  
MEDIÉVAL GALEGO-PORTUGUESA

APPROACH TO THE PHENOMENON OF TMESIS IN THE  
GALICIAN-PORTUGUESE MEDIÉVAL LYRIC

*Letícia Eirín García*

# APRESENTAÇÃO

Este número da *Revista Estudos* tem como núcleo temático Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, gramática publicada, já impressa, em 1536. Deveria ter saído o número referido em 2007, quando o nosso primeiro gramático completara quinhentos anos de nascimento. Por circunstâncias várias, sairá quando possível. Os seis artigos apresentados sobre Fernão de Oliveira são os seguintes:

Célia Marques Telles com o artigo **Fernão de Oliveira entre os gramáticos quinhentistas, o estudo das vogais**. No artigo trata a autora da funcionalidade de Fernão de Oliveira e compara à prescrição ortográfica de Duarte Nunes de Leão. Examina a autora as vogais orais e nasais — tônicas, pretônicas, e postônicas. Quanto aos encontros vocálicos pretende mostrar quais os ditongos crescentes e decrescentes. Verifica a autora que o resultado de textos datados de fins do século XV e da primeira metade do XVI não é muito diferenciado e que a situação documentada nesses textos tem reflexos no atual sistema dessas vogais no português do Brasil.

O artigo de Dinah Callou e Afrânio Barbosa, intitulado **Fernão de Oliveira, gramática e (Sócio)linguística**. Em síntese, trata o artigo do seguinte: Depois de delinear um quadro geral dos primeiros gramáticos em língua portuguesa e das diferentes concepções do termo “gramática”, os autores apontam ainda a contribuição de Fernão de Oliveira para os estudos gramaticais e sociolinguísticos.

Maria Aparecida Torres Morais, Ilza Ribeiro e Michael J. Ferreira intitulam seu artigo **Rastreando dativos de 3<sup>a</sup>. pessoa**

**na Grammatica de Fernão de Oliveira.** Apresentam uma análise da expressão do dativo de terceira pessoa nas construções ditransitivas, no século XVI, com base nos dados eliciados na Grammatica da linguagem portuguesa, de Fernão de Oliveira. No seu artigo, tratam os autores de questões comparativas e diacrônicas na expressão do dativo nas variedades européia e brasileira do português contemporâneo.

Maria Helena Mira Mateus intitula seu artigo da seguinte maneira: **Fernão de Oliveira: um renascentista aventureiro e um gramático sensível.** Diz a autora que tratar de Fernão de Oliveira é sempre um prazer. Seguindo Eugênio Coseriu, admite que foi o nosso Fernão de Oliveira o mais importante foneticista da Renascença na România e que Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na linguística lusa. Perpassa o artigo, a admiração pela vida de muitas aventuras e coragem. Destaca a vida marcadamente renascentista que pode iluminar o nosso esquecido conhecimento dos navegadores portugueses da época.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, no seu artigo intitulado **Sobre a terminologia metalinguística na primeira metade do século XVI: alguns aspectos.** Em síntese diz a autora que Fernão de Oliveira foi um descritivista e João de Barros, um prescritivista. Além de o nosso primeiro gramático ter não só uma intuição linguística admirável como também uma criatividade invejável para alcançar seus objetivos. Além disso Fernão de Oliveira já tem uma consciência, tanto da diversidade linguística tanto diatópica quanto diastrática. No artigo, busca a autora contrapor a metalinguagem de Fernão de Oliveira à de seu contemporâneo prescritivista, João de Barros.

Sônia Bastos Borba Costa intitula seu artigo **Espaço e tempo de supressão adverbial em Fernão de Oliveira e João de Barros.** Utilizando a edição semidiplomática realizada por

Torres e Assunção (2000) e de textos de João de Barros, sobretudo, a *Gramática da língua portuguesa* de 1540, na edição de Buescu (1971), vai a autora privilegiar a observação dos adverbiais de conteúdo semântico espacial e temporal, além de aspectos conservadores e inovadores dos autores, reflexos de mudança do português quinhentista em relação ao período arcaico da língua portuguesa.

Os outros três artigos, como veremos, tratam de temas diversificados:

Isabel Almeida Santos intitula seu artigo da seguinte forma: **Codificação e mudança: que relações?** Diz a autora que a codificação das línguas naturais revestiu-se, ao longo da história, não só de um interesse teórico e especulativo, mas também de uma dimensão prática. A comparação das sincronias mostra, no entanto, que a mudança linguística resulta, muitas vezes, reavaliação e da subsequente generalização de formas inicialmente condenadas pela autoridade gramatical. O atual quadro epistemológico, diz a autora, altera radicalmente os pressupostos e a forma da descrição linguística associados à gramática “tradicional”, mas a gramatização dos idiomas continua, explícita ou implicitamente, a lidar com o valor simbólico de referência de uma variedade, mantendo operatório o conceito de erro ou desvio. Diz ainda que na atualidade se registram situações de desencontro entre a variedade normativa assumida pelo texto codificatório prototípico e outras variedades, definidas geográfica ou sociologicamente.

Klebson Oliveira intitula seu artigo **Rotacismos e outras rotas: fenômenos com as consoantes líquidas em textos do Brasil oitocentista**. Diz o autor, no português sincrônico e contemporâneo, vários fenômenos fônicos envolvem, na linguagem oral, as consoantes líquidas /r/, /l/ e /λ/ - rotacismos, metáteses, síncopes, apagamentos em final de palavras, despalatalização e outros. No artigo de caráter descritivo interpretativo, visita o século XIX, com as mãos dadas com 290 documentos redigidos por

africanos e afro-descendentes no âmbito de irmandade negra, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada na cidade de Salvador, em 1832 pelo africano Manuel Vitor Serra para verificar, através de uma viagem, quais foram, no século XIX, os fenômenos fônicos referentes às líquidas que, da fala, se tranpuseram para a escrita.

Letícia Eirín García intitula seu artigo **Achegamento ao fenômeno da Tmese na Lírica Medieval Galego-Portuguesa**. Diz a autora que na Retórica Clássica o fenômeno da Tmese consistia na separação dos dois constituintes de uma palavra composta por meio da interposição de algum elemento entre ambos. Posteriormente, nas literaturas romances, este artifício passou a se manifestar de forma majoritária como a divisão ou ruptura de um vocábulo em duas partes devido à pausa do verso, de modo que a primeira dessas partes ficaria colocada ao final de um verso e a outra no começo do seguinte.

Salvador, 24 de outubro de 2008.

*Rosa Virgínia Mattos e Silva*

# FERNÃO DE OLIVEIRA ENTRE OS GRAMÁTICOS QUINHENTISTAS: O ESTUDO DAS VOGAIS

## FERNÃO DE OLIVEIRA AMONG THE SIXTEENTH CENTURY GRAMMARIANS: THE STUDY OF THE VOWELS

**Célia Marques Telles**

Universidade Federal da Bahia

**RESUMO:** Os gramáticos quinhentistas oferecem descrições articulatórias precisas e os ortografistas descrevem tanto os grafemas como os seus usos. Verifica-se como da funcionalidade de Fernão de Oliveira à prescrição ortográfica de Duarte Nunes do Leão se pode traçar o quadro das vogais do português quinhentista. Toma-se uma classe de fonema para documentar o que se pretende mostrar: as vogais orais e nasais. Além das tônicas orais examinam-se vogais átonas em posição pretônica e postônica. Destacam-se sobretudo a grafia das vogais nasais e a das vogais átonas. A *scripta* dos textos de finais do século XV e do século XVI já permite que se observem tanto a consolidação do sistema das vogais nasais, como a variação das vogais átonas. Quanto aos encontros vocálicos, pretende-se mostrar, a partir de um texto quinhentista não literário, quais os ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais, documentados na língua portuguesa quinhentista. Verifica-se: 1) que o resultado de textos datados de fins do século XV e da primeira metade do século XVI não é muito diferenciado; 2) que a situação documentada nos textos antigos tem reflexos no atual sistema dessas vogais no português do Brasil.

**Palavras-chave:** Português arcaico. Sistema vocálico. Fonemas. grafemas. Estudo grafemático-fonético.

**ABSTRACT:** In the sixteenth century the grammarians gave accurate articulatory descriptions and the orthographers described the graphemes and their employment. We verify that from Fernão de Oliveira's functionality to the Duarte Nunes do Leão's orthographic prescription we can draw the vowel table of the Portuguese language in the sixteenth century. In order to document one class of phonemes, we choose the oral and nasal vowels. We detach specially the *scripta* of the texts dated from the end of the fifteenth century and the beginning of the sixteenth century, what allows us to observe the nasal vowel system consolidation and the variation of the unstressed vowels. Based on non literary texts in the fifteenth and sixteenth centuries, we intend to show the diphthongs existing in Portuguese at that time. We verify then: 1) that there are no great differences between the texts of the end of the fifteenth century and those of the beginning of the sixteenth century; 2) that the documented situation of the ancient texts have reflections on the current system of Brazilian Portuguese vowels.

**Keywords:** Old Portuguese. Vowel system. Phonemes. Graphemes. Graphematic phonetic study.

## A teoria Gramatical quinhentista e a descrição das “letras”<sup>1</sup>

Recentemente, a fortuna crítica dos gramáticos portugueses é referida na terceira parte do primeiro capítulo da *Geschichte der romanischen Sprachwissenschaft*, intitulada *Die Periodengliederung in der Geschichte der romanischen Sprachwissenschaft*, citando E. Coseriu e R. Meisterfeld, no segundo período (de 1492 a 1601), apenas o trabalho de Fernão de Oliveira:

Und in Portugal schreibt Fernão de Oliveira eine ausgezeichnete Grammatik des Portugiesischen, welche die erste adäquate phonetisch-phonologischen, welche die Sprache enthält: *Gramática da lingoagem portuguesa*, Lissabon 1536<sup>2</sup> (COSERIU; MEISTERFELD, 2003, p. 9).

---

<sup>1</sup> Faz algum tempo que a teoria gramatical quinhentista vem sendo estudada para compreender o sistema gráfico de textos quinhentistas, na tentativa de fazer edições de caráter conservador. Além da descrição que se fez na tese de doutorado (TELLES, 1988), destacam-se os artigos: *A Realidade grafemático-fonética nos roteiros de Diogo Afonso (século XVI)* (TELLES, 1990), *A Língua portuguesa nos roteiros de navegação quinhentistas: a scripta* (TELLES, 1997), *A Relação grafemático-fonética em roteiros do ms. 1507 da BNL* (TELLES, 1998), *Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI* (TELLES, 2002), *Características grafemático-fonéticas de um manuscrito em letra gótica cursiva* (TELLES, 2003a), *Grafia e fonética em textos românicos quinhentistas* (TELLES, 2003b), *Grafia de textos e fonologia do português nos séculos XV e XVI* (TELLES, 2005), *Grafemas e fonemas: representação de africadas e fricativas no Castelo Perigoso* (TELLES, 2007), *Encontros vocálicos: da Arte de trovar aos gramáticos quinhentistas* (TELLES, 2008), *As vogais: da Arte de trovar aos gramáticos quinhentistas* (TELLES, 2009a), *Scripta e fala em dois documentos quatrocentistas: a grafia das fricativas e das africadas* (TELLES, 2009b).

<sup>2</sup> Que se pode traduzir: “E em Portugal escreve Fernão de Oliveira uma excelente gramática do português, a qual contém uma adequada descrição fonético-fonológica de uma língua românica: *Gramática da lingoagem portuguesa*, Lisboa 1536”.

enquanto o de Duarte Nunes do Leão vem incluído no terceiro período (de 1601 a 1818), ligado à preocupação com a história das línguas românicas:

Im Jahre 1606 erscheinen gleich zwei werke zu dieser Thematik: Bernardo José de Aldrete, *Origen y principio de la lengua castellana o romance que oi se usa en españa* (in Rom) und Duarte Nunes de Leão, *Origem da Língua Portuguesa* (in Lissabon). Es beginnt ein Streben nach historischer Erudition, und man wendet sich Fragen der Sprachgeschichte und der Etymologie zu (freilich auch solchen der "Allgemeinen Grammatik")<sup>3</sup> (COSERIU; MEISTERFELD, 2003, p. 10).

Ainda quanto às observações dos ortógrafos quinhentistas, Thomas R. Hart Jr., em 1955, no artigo *Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation* (HART JR., 1955, p. 410-1), assinala que a maior dificuldade no que tange a essa reconstrução é seguramente a das vogais pretônicas *e* e *o*. Esclarece, ainda que "the most difficult of all the problems connected with the reconstruction of sixteenth-century Portuguese pronunciation is surely that of pretonic *e* and *o*" (HART JR., 1955, p. 410)<sup>4</sup>. É clara a sua constatação de que "the contemporary grammarians are very lit-

---

<sup>3</sup> De que se pode oferecer a tradução: "No ano 1606 aparecem igualmente dois trabalhos sobre essa temática: Bernardo José Aldrete, *Origen y principio de la lengua castellana o romance que oi se usa en España* (em Roma) e Duarte Nunes de Leão, *Origem da Língua Portuguesa* (em Lisboa). Inicia-se uma tendência para a erudição histórica, e se se debruça sobre questões da história da língua e da etimologia (com certeza também semelhante à "gramática universal").

<sup>4</sup> Traduzindo: "... a maior dificuldade relacionada com a reconstrução da pronúncia portuguesa do século dezesseis é seguramente aquela de *e* e *o* pretônicos."

tle help” (HART JR., 1955, p. 410)<sup>5</sup>, remetendo, em seguida, para o mesmo trecho de Fernão de Oliveira que vai ser remarcado, mais tarde, por Coseriu.

Ressalte-se, em primeiro lugar, recorrendo a uma análise de Eugenio Coseriu sobre a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, *‘Taal en functionaliteit’ bei Fernão de Oliveira* (COSERIU, 1975<sup>6</sup>), que é preciso lembrar que *letra* se acha empregada por Fernão de Oliveira e por João de Barros não no sentido do alemão *Buchstaben* (port. ‘letra’), mas englobando tanto o sentido de ‘figura, sinal’, como o de ‘pronúnciação’ (i. e., ‘força’, ‘virtude’, em Fernão de Oliveira) (COSERIU, 1991, p. 20).

É interessante, por outro lado, observar que Fernão de Oliveira descreve os grafemas, assinalando-lhes os traços pertinentes:

Esta letra *α* pequeno tem figura d’ovo com hum escudete diante e a ponta do escudo em baixo cambada para cima. [...]

Esta letra *e* pequeno tem figura d’arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amasada. [...]

Desta letra *i* vogal, sua figura é hũa haste pequena, alevantada, com hum ponto pequeno redondo em cima. [...] (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 95)

*j* consoante tem a haste mais longa que o vogal e tem em cima hum pedaço quebrado para trás, e em baixo a ponta do cabo virada também para trás. [...]

Esta letra *y*, que chamamos grego, tem a figura como *v* consoante, senão que estende hua perna para baixo ficando-lhe a boca para cima, [...] (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 97)

---

<sup>5</sup> Traduzindo: “Os gramáticos contemporâneos são de muito pouca ajuda.”.

<sup>6</sup> Inicialmente em alemão, foi traduzida para o português (COSERIU, 1991) e, agora, acha-se integrada à mais recente edição da *Gramática* de Fernão de Oliveira (COSERIU, 2000).

A figura desta letra *o* pequeno é redonda toda por inteiro, como um arco de pipa, [...] E a figura de *w* grande parece duas faces com hum nariz pelo meio ou os dous *oos* juntos ambos [...]

Esta letra *u* vogal [...]. A sua figura é duas hastes alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com hũa linha que sae d'hũa dellas. (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 95)

O *til* é uma linha dereita, lançada sobre as outras letras... (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 98)

Uma leitura dos gramáticos portugueses quinhentistas mostra como eles, Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Leão, compreendem a relação grafema/fonema:

Em sua *Gramática da linguagem portuguesa* informa Fernão de Oliveira ([1536] 2000):

Despois que vimos as divisões das letras e suas partes, saberemos agora o proprio nome de cada hũa dellas e a semelhança ou parentesco comum que têm antre si, como nos manda Quintiliano no primeiro livro.

[...]

O proprio de cada letra entendemos a particular pronunciação de cada hũa; e o comum chamamos aquella parte da pronunciação e força em que se hũa parece com a outra. E isto nos manda Quintiliano bem ver, porque nisto consiste o saber ler e mais que saber ler. E é verdade que, se não tevéremos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua; e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia, mas também nos sinificados das vozes. Porque só mudar hũa letra, hum acento ou som, e mudar hũa quantidade uma de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assi também de hũa consoante dobrada em singela ou, ao contrario, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no sinificado da língua. Não menos das figuras das letras nos manda Quintiliano ter muito carregio, porque ellas são como instrumento, o qual, se for duvidoso, porá também em dúvida o

efeito. E não imitemos os desvairros de tantas confusões que assi lhe quero chamar de letras, como se acostumam, mas sigamos hũa certa regra de escrever, e a mais facil (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 94-95).

Por sua vez, João de Barros ([1539] 1971), na *Gramática da língua portuguesa*, adverte:

Lêtera (segundo os Gramáticos) é a mais piquena páрте de qualquér diçám que se póde escrever, a que os Latinos chamáram nóta e os Gregos caráter, per cuja valia e poder formámos as palávras. E a ésta formaçám chamam eles primeiros elementos da linguágem: ca bem como do ajuntamento das lêteras ãas com as outras per órdem natural se entende cada um em sua linguágem pola valia que pôs no seu ABC. Donde as lêteras veéram ter éstas três cousas: nome, figura, poder.

Nome, porque à primeira chamam A, à segunda Bê, à terceira Çê.

Figura, porque se escrevem désta maneira: A, B, C.

Poder, pola valia que cada ãa tem, porque quando achamos ésta lêtera A, já sabemos que tem a sua valia: e per semelhante módo podemos julgár das outras, que em número sam vinte e três, como às dos Latinos de quem às nós reçebemos (BARROS, [1539] 1971, p. 295).

E mais adiante:

A primeira e principál régra na nóssa ortografia é escrever todas as dições com tantas lêteras com quantas â[s] pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas, como vemos na escritura italiana e francesa. E, dado que a diçám seja latina, como ô derivamos a nós e pérde sua pureza, lógo â devemos escrever ao nóssó módo per semelhante exemplo: orthographia é vocabulo grego e os latinos ô escrevem désta maneira atrás e nós ô devemos escrever com éstas lêteras: ortografia, porque com élas ô pronunçiamos (BARROS, [1539] 1971, p. 373).

*As Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* de Pêro de Magalhães de Gândavo ([1574] 1981) recomendam:

As letras que se costumão muitas vezes trocar huas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, conuem o saber, c, s, z., e isto nace de não saberem muitos a differença que ha de huas às outras na pronunciação. (...) Assi que esta e todas as mais letras inuentaram os mesmos Antiguos sapientissimamente, porque cada hũa tem a forma conforme à natureza e semelhança de sua pronunciação (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 9-10, 14).

Na *Ortografia da língua Portuguesa* afirma Duarte Nunes do Leão ([1576] 1983b):

Letra é voz simples, que se nota com ãa figura só, como **a** ou **b**. E diz-se letra de *lego*, *legis*, e de *iter*, que quer dizer *caminho*: porque *abre caminho ao que lê*.

Estas letras são mais ou menos, segundo as línguas, porque segundo suas pronúncias ãas menos, e outras mais. Mas como nossa língua portuguesa na origem e semelhança, seja latina, temos em figuras as mesmas letras, que os latinos têm, posto que tenhamos mais algũas pronunciações, que suprimos com as ditas letras, de que adiante faremos menção (LEÃO, [1596] 1983b, p. 102-3).

Na *Origem da língua portuguesa* ([1606] 1983a), adverte, entretanto:

O inventor das letras quem quer que foi devia ser inspirado por Deos considerando bem quantas eram as diferenças das vozes humanas, tantas figuras formou, pelas quais postas em ordem, representou as palavras que queria. E assim não é cada ãa letra senão ãa figura que é retrato da

voz, cuja definição já vistes no nosso tratado *da ortografia da língua portuguesa*. De maneira que as letras representam as vozes, e as vozes os pensamentos e conceitos da alma. [...] A dificuldade que os estrangeiros acham na língua portuguesa por que a não tomam facilmente, não é por a obscuridade das palauras, nem por a aspereza ou má conglutinação de letras, que todas são latinas e mui propínquas às outras linguas derivadas da latina, *scilicet* francesa, italiana, e castelhana; somente por seis ditongos que temos em que intervêm um *m* entre duas vogais que não têm a pronunção pura e inteira, mas fica liquido e sem força sem se pegar à letra precedente, nem ferir na seguinte, que nós suprimos com hum *til*. Os ditongos são estes **ão**, **õe**, **ij**, **õo**, **ũu** que temos comuns com os Galegos, cuja língua e a nossa era toda quase ãa. [...] (LEÃO, [1606] 1983a, p. 309-311).

Esses gramáticos portugueses (OLIVEIRA, [1536] 2000; 1975;1938; BARROS [1539] 1971; GÂNDAVO [1574] 1981; 1969; LEÃO [1596] 1983a; 1983b; 1864), assinalam uma relação unívoca grafema/fonema (*som* e *valor* de cada letra); todos buscam justificar os casos em que não se verifica tal tipo de relação.

### As vogais orais tônicas

#### A vogal central

Para a vogal tônica central afirma Fernão de Oliveira, como se viu acima, que “[...] temos **a** grande como *Almada* e a pequeno como *alemanha*” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 91), recomendando que sejam escritas, respectivamente, **a** e  $\alpha$  (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 92).

Começa, então, a descrição propriamente dita dos grafemas (figura) e da articulação (pronunção) dos fonemas:

Esta letra  $\alpha$  pequeno tem figura d’ovo com hum escudete diante e a ponta do escudo em baixo cambada para cima: a

sua pronúncia é com a boca mais aberta que das outras vogais e toda a boca igual; **a** grande tem figura de dois ovos ou duas figuras d'ovo, hũa pegada com a outra com hum só escudo diante: a pronúncia é com a mesma forma da boca, senão quando traz mais espírito (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 95).

De acordo com a descrição de João de Barros ([1539] 1971, p. 376) a diferença de grau de abertura da vogal central reflete-se nas funções dos itens lexicais:

O primeiro tem quatro ofícios: sérvue por si só de preposiçám por semelhante exemplo: Quando vou à escola, vou de boa vontade. E serue de vérbo na terceira pessoa do singular deste vérbo: [h]ei, [h]ás, como quando dizemos: [H]á tanto tempo que vos nam vi, que já vos estranháva. E sérvue de interjeiçám per este exemplo: A[h] má cousa, por que fazes isso? E quando sérvue no quártro ofício em composiçám com as outras lêteras é per os exemplos açima ditos e quér a sua prolaçám com hiáto na boca.

**A** pequeno tem tres ofícios: serve per si só de artigo feminino e de relativo do mesmo género e em composiçám de outras lêteras. De artigo como: A matéria bem feita apráz ao méstre. Sérvue de relativo per semelhánte exemplo: Éssa tua palmatória, se â tomár, far-te-ei lembrár ésta régra. E entám tem neçessidade daquele espírito que lhe vês em çima pera diferença dos outros ofícios. Em composiçám: O temor de Deus fáz bôa conçiência (BARROS, [1539] 1971, p. 375-376).

Duarte Nunes do Leão ([1596] 1983b, p. 53), para corroborar o fato de que não existem diferenças de graus na vogal central, argumenta:

E a razão que faz parecer que são dois **aa**, um grande e outro pequeno, é a pronúncia vária, que se causa dos acentos, ou das letras, a que se ajunta esta vogal. Porque,

quando tem o acento agudo, parece grande, como em *prato*, e quando grave, parece pequeno, como em *prateleiro*. E todas as vezes que depois do **a** se segue **m** ou **n**, como nestas palavras: *fama*, *cano*, pronuncia-se com menos hiato e abertura da boca e fica parecendo pequeno, não sendo assim. Porque o ser grande ou pequeno, consiste na longa e espaço da pronúnciação, e não na maneira dela. E a causa de soar assim, **a**, é que a formação da dita letra se faz com abertura da boca e o **m** e o **n** se formam por contrária maneira, fechando-a. E não se pode em tão pequeno espaço, como se consome em ãa sílaba, servir perfeitamente a dois ofícios contrários, de abrir e cerrar a boca. Portanto, ficamos pronunciando o **a** com aquela diferença de pronúnciação, não menos longo em tempo. Porém, junto a outras letras do **a. b. c.** a que se pode ajuntar, como nestas palavras, *aba*, *labaça*, *adaga*, *cáfila*, *praia*, *calça*, *sapo*, *atabaque*, *arca*, *casa*, *prata*, *cava*, *taxa*, *azo*. Nos quais lugares, ainda que quiséssemos dar-lhe som de **a** pequeno, não poderíamos, porque na verdade não o há mais que de uma maneira, quer seja longo, quer seja breve.

Assim que todas as vezes que virmos variar a pronúnciação do **a** causa-se do acento ser diferente, ou de se ajuntar a tais letras que o apagam e não de esta letra ser de outra espécie. Porque o **a** em abstracto (como dizem) e enquanto letra elementar, não tem acento nem medida, senão depois que é feito dicção (LEÃO, [1596] 1983b, p. 53).

#### As vogais mediais

Para as vogais tônicas mediais diz Fernão de Oliveira: “[...]temos *e* grande como *feſta* e *e* pequeno como *feſto*; e temos *w* grande como *fermwsos* e *o* pequeno como *fermoſo*” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 91), também recomendando as grafias *e* e *w* frente aos “pequenos nas formas acostumadas” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 92).

Assinala, então, a propósito da representação grafemática do grau de abertura das vogais:

E isto porque nos não podemos salvar com os latinos dizendo que a consoante ou consoantes e letras que vão adiante fazem grande ou pequena a letra vogal que fica; mas vemos que com hũas mesmas letras soa hũa vogal grande às vezes e às vezes pequena, segundo o costume quis e não mais (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 92).

A descrição grafemática e articulatória das vogais mediais é feita no capítulo XII:

Esta letra *e* pequeno tem figura d'arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada; a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes. A figura do *ε* grande parece hũa boca bem aberta com sua lingua no meio; e tão-pouco não tem outra diferença da força de *e* pequeno, senão quanto enforma mais seu espirito. [...] A figura desta letra *o* pequeno é redonda toda por inteiro como hum arco de pipa e a sua pronunçiação faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo. E a figura de *w* grande parece duas faces com hum nariz no meio ou é dous *oos* juntos ambos e tem a mesma pronunçiação com mais força e espirito. E todavia estas letras vogaes grandes fazem alghum tanto mais movimento na boca que as pequenas (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 95).

A oposição entre os graus de abertura das vogais mediais (*e* e *o*) é sentida de outra maneira por João de Barros ([1539] 1971, p. 377), que marca a oposição com o uso do acento agudo, *é* e *ó*, ou com acento circunflexo, *ê* e *ô*:

*Ê* grande tem dois ofiços: sérve per si de vérbo na terceira pessoa do número singulár do vérbo: *sou, es, é*; e dizemos: *Êsta árte é* emprimida em Lisboa. E sérve em composiçám de dições: A nossa *fê* nos [h]á-de salvár.

**E** pequeno tem outros dois ofícios: sêrve per si só de conjunçám em vóz, per semelhante exemplo: Tu e eu e os amigos da pátria louvamos a nóssa linguágem. E, quando serve em composiçám de dições dizemos: António *lê* (BARROS, 1539; 1971, p. 377).

Este **ó** grande tem dous ofícios: sêrve per si de interjeiçám pera chamár, como: *Ó* piadoso Deus, lembrai-vos de nós. E sêrve em composiçám das outras lêteras, como em estes nomes: *mó*, *enxó*, *sóla*, *móstra*, etc. E em pronomes: *nós*, *nóssso*, *vóssso*; e [em] verbos: *fólgo*, *póssso*; e isto em alguns tempos, cá dizemos: *póde*, que é presente e *pôde* que é pretérito.

**O** pequeno, ainda que perdeu a pósse de dous ofícios [em] que; / sêrve o **ó** grande, ficaram-lhe três: sêrve per si só de artigo masculino, como: *O* artigo é denotaçám da força do nome. E sêrve de relativo masculino per semelhante exemplo: Este livro sempre andarás limpo se *ô* guardárem bem. E sêrve em composiçám das dições. E pera sabermos qual é o artigo e qual é o relativo, daque que a órdem da construiçám *ô* demóstre, sempre acharemos o artigo detrás do nome que ele rége e o relativo antre todalas pártes porque nam tem çerto lugar. E também *ô* podemos denotar com este espírito em çima a este módo: **ô**, que não tem o artigo (BARROS, [1539] 1971, p. 378-379).

Como acontecera para a vogal central, Duarte Nunes do Leão ([1596] 1983b) não aceita a oposição do grau de abertura também para as vogais mediais:

**E** é letra vogal simples e não de duas maneiras, como alguns cuidam, que fazem **e** pequeno como em *besta* por *animal* e **e** grande, como em *besta* por *arma* e *instrumento*, que tiram o que não há, porque na pronúnciação dessa letra nenhũa diferença temos / dos Latinos. E a diferença que vai desse **e** que aos vulgares parece longo ao outro, a que erradamente chamam breve, notamos com acento agudo ou circunflexo, ou grave (como temos dito do **a**, e dire-

mos adiante na letra *o*), ou com dois *ee* (LEÃO, [1596] 1983b, p. 57-58).

E a ocasião que tiveram os que dizem que temos dois *oo*, um grande, como *w*, *Omega* dos Gregos e outro pequeno como *o*, *ómicron*, nasceu de verem a diferença da pronun-  
ciação desta letra, que em alguns lugares a pronunciamos com grande hiato e abertura de boca, e em outros, com muito menos, como se vê nesta palavra, *ovo*, no singular, que na primeira sílaba parece que a pronunciamos com um pequeno *o* quando dizemos *ovos*, no plural, o pronunciamos de maneira que parece *o* grande. Pelo que, para mostrar a diferença do *o* que chamam grande, escrevem muitos esta palavra no plural com dois *oo*, dizendo, *oovos*, e assim *poovos* e *oolhos* e os mais desta qualidade.

Mas, atentando isto mais consideradamente, e com a prontidão da orelha que a música das letras requer (que segundo Quintiliano não é menos dificultosa de compreender que a das cordas) acharão que a dita diferença não vem do *o* ser grande ou pequeno, nem longo, nem breve, mas do acento, com que entoamos as palavras. Porque, quando é agudo, levantamos o *o*, e quando é circunflexo, fica entoado de maneira que fica obtuso e quase uníssonos com as outras sílabas graves, fazendo de ãa sílaba à outra / tão pouca diferença no levantar, que quase não o sente a orelha, como manifestamente se vê nestas palavras *pólo*, por *céo*, e *polho*, por *ave*, ou animal pequeno. Porque em *pólo*, sendo o primeiro *o* breve e o segundo longo, por causa do acento agudo, que levanta aquele *o*, fica parecendo, pelo contrário, os que não sentem a música. Porque parece que o primeiro é longo e grande e o segundo pequeno e breve. E em *polho*, onde o acento da primeira sílaba não é agudo, fica parecendo o *o* pequeno e breve, sendo na verdade longo (LEÃO, [1596] 1983b, p. 69-70).

Outra razão há, que ainda que estemos um grande espaço pronunciando e soando a primeira sílaba deste nome *ovo*, sempre o primeiro *o* soa baixo, e com menos hiato da boca. E pelo contrário, ainda que mui pequeno espaço nos detenhemos em pronunciar a primeira sílaba desta palavra, *modo* ou *corvos*, no plural, fica soando de diferente manei-

ra, e com a boca mais aberta. Donde se colige, que a diferença não consiste na grandeza, ou ouquidade do *o* senão no alevantar ou abaixar do tom ou na diferente maneira de formarmos os *oo* na pronunçiação (LEÃO, [1596] 1983b, p. 71).

Deve-nos portanto ficar por regra, que, pois a diferença consiste no acento e não na escritura, que não temos mais que um *o* e que não se deve escrever co *o* dobrado, nenhu?a dicção, tirando da última sílaba, os nomes contractos, de que adiante faremos menção. Nem é necessário notar as palavras com acento, para fazer diferença, quando é agudo de quando é grave ou circunflexo, por não trazermos a nossa língua o trabalho da língua grega. Mas baste para a pronunçiação se saber as regras acima ditas. Somente devemos acentuar as dicções em que pode haver diferença de significação, quando têm diferente acento, como: *côr*, por *color*, que escreveremos com acento circunflexo, e *cór* por *vontade* com agudo. E *pôde*, quando é pretérito, escreveremos com circunflexo, e *póde*, do presente, com agudo, e assim outros desta qualidade (LEÃO, [1596] 1983b, p. 73).

### As vogais altas

No capítulo XII, Fernão de Oliveira descreve os fonemas altos e a sua representação grafemática:

Desta letra *i* vogal, sua figura é hũa haste pequena alevantada com hum ponto pequeno redondo em cima: pronunçia-se com os dentes quasi fechados e os beiços assi abertos como no *e*, e a lingua apertada com as gengibas de baixo e o espirito lançado com mais impeto. [...]

Esta letra *u* vogal aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando antr'elles mais que hum só canudo por onde sae hum som escuro, o qual é a sua voz. A sua figura é duas hastes alevantadas dereitas, mas em baixo são atadas com hũa linha que sae d'hũa dellas (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 95).

Fernão de Oliveira, no capítulo XIV, deixa claro o valor da semivogal:

Esta letra **y**, que chamamos grego, tem a figura de **v** consoante, senão que estende hũa perna para baixo ficando-lhe a boca para cima todavia; da qual alghuns poderão dizer que não é nossa, mas eu lhe darei officio na / escritura das nossas dições proprias. E é este: que as mais das vezes, quando vem hũa vogal logo trás outra, nós pronunciamos antr'ellas hũa letra, como em *meyo*, *seyo*, *moyo*, *joyo* e outras muitas. A qual letra a mi me parece ser **y** e não **i** vogal, porque ella não faz sillaba por si; nem tão-pouco **j** consoante na força que lhe nós demos, mas em outra quasi semelhante àquella muito enxuta sem nenhũa mestura de cospinho. E nestes taes lugares poderá servir esta figura de **i**; e senão é ociosa (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 97-98).

A *Gramática da lingua portuguesa* de João de Barros traz as seguintes descrições:

Segundo vimos temos três **ii** destas figuras: **j** longo, **i** comum, **y** grego. E todos tem ãa vóz, dádo que cada um tenha seu lógar na escritura (BARROS, [1539] 1971, p. 377).

**I** pequeno sérve em todalas dições amparádo de ãa parte e doutra / com lêtera consoante, tirando alguas sílabas que se quérem remissas, nam feridas, [átona, nem tônica] onde serve **y** grego, como veremos em seus exemplos. Tem máis este **i** outro ofiço: serve de vérbo no modo imperativo, como quando dizemos: *I vos lá, i vós diante* – ô que também os latinos usáram (BARROS, [1539] 1971, p. 377-378).

**Y** grego tem dous ofiços: sérue no meo das dições, às vezes, como: *mayór, veyo*. E sérve no fim das dições, sempre, como: *páy, áy, tomáy*, etc. (BARROS, [1539] 1971, p. 378).

Por sua vez, Pero de Magalhães de Gândavo dedica um item para a grafia de **i** e de **y**, *DE QUE MANEIRA & em que lugares se*

*ha de vsar desta letra I, & onde ha de ser grego* (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 35-37) e para a de **u**, *DE COMO SE HA de vsar desta letra V* (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 39-40):

ESTA letra **I**, se ha de escreuer de tres maneiras, & de cada hũa se ha de vsar nas partes onde for necessario, conuemasaber, **j**, comprido, **y**, grego, **i**, pequeno. Deste **j**, comprido se vsará, quando seruir de consoante, quer em principio de dição, quer em meyo, assicomo, *jornada, sobeja, &c.* Este **y** grego se seguirá sempre eẽ meyo de dição, quando acontecer entre duas vogaes, & nunca tera pronunçiação de consoante, assicomo, *joya, mayor, moyos, &c.* E noutra nenhũa parte se deue vsar, nem sera sofriuel, saluo se for em cabo de dição diante vogal, assicomo, *Rey, darey, foy, muy, &c* que parece bem em semelhantes lugares, & não offende à pronunçiação da linguagem. [...] /

Este **i**, pequeno seruirá sempre em todas as mais partes que se offerecer (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 35-37).

Sempre em principio de qualquer dição se usará deste **v**, meão, & em meyo sempre será **u**, pequeno, ainda que sirua de consoante, assicomo, *viuua, viuer, &c.* (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 39).

Duarte Nunes de Leão escreve:

**I** é letra vogal, cujo soído próprio e natural é o das primeiras sílabas destas dicções: *imagem, ira*. Outro soído lhe damos impróprio quando é consoante, que é falso e alheio da natureza desta letra, a qual é comum a **g** da maneira que o nós o pronunciamos com **e**, **i**, que é ãa pronunçiação mourisca, tão alheia da propriedade do **g** como do **i**. [...] Pelo que, pela diferença que assim faz, quando é vogal de quando é consoante, costumamos de o escrever, quando é vogal, de corpo pequeno, e quando é consoante, fazendo-o mais comprido e rasgado para baixo assim: **j** (LEÃO, [1596] 1983b, p. 61).

**V** tem dois officios, um próprio, quando soa por si como as

outras vogais, como *vssso*, *vsura*: outro emprestado, quando fere vogal, que tem grande semelhança com o *f* no som, como nestas palavras: *verdade*, *virtude*. A qual pronúncia (como temos dito) os Latinos antigos escreviam com o *digama* dos Eólicos, que tinha semelhança do nosso *F* no som, e na figura. Mas depois que o *f* sucedeu em lugar do *ph* grego, tomaram emprestado o *u* e usaram dele em lugar do *digama*. O qual diferenciamos / agora, quando é consoante, de quando é vogal, desta maneira: *v*, ao menos no principio das dicções. Porque no meio delas, usam do *u* indistintamente, quer seja vogal, quer consoante (LEÃO, [1596] 1983b, p. 76-77).

### As vogais átonas

Dos ortógrafos quinhentistas, é Fernão de Oliveira o único que fala claramente nas vogais átonas. A variação grafemática dessas vogais vem observada por Fernão de Oliveira, no capítulo XVIII, [*Da semelhança e proximidade de certas vozes*], e, mais precisamente, no XXVII, [*Da quantidade da sillaba a das vogaes grandes e pequenas*]. Assim, no capítulo XVIII:

Até aqui dissemos do proprio genero e particular de cada letra; agora vejamos da comunicação que alghũas têm, ou d'alghũa participação que to / das têm antre si. Das vogaes u e e o pequeno ha tanta vezinhença que quasi nos confundimos dizendo huns somir e outros sumir, e dormir ou durmir, e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes. E outro tanto antre i e e pequeno, como memoria ou memorea, gloria ou glorea. Ainda que eu diria que, quando escrevemos i na penultima, sempre ponhamos o acento nessa penultima, seguindo-se logo a ultima sem antreposição de consoante, como aravia; e se a tal penultima assi de vogaes puras não tiver o acento, não na escreveremos com i, senão com e, como glorea e memorea (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 103-4).

Ainda nesse capítulo adverte:

Também em se mudar hũas em outras têm as letras comunicação e guardam a rezão de seu parentesco ou vizinhança, como *todoudia* por *todo o dia*; e isto assi antre as vogaes, como antre as consoantes (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 104).

Por outro lado, no capítulo XXVII esclarece:

Não pareça a alguem que nós confundimos *i* pequeno com *e* pequeno, nem *o* pequeno com *u* pequeno, porque ellas não são diversas vozes e tão-pouco não temos ahi necessidade de diversas letras (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 111).

E continua a explicação:

Mas é desta maneira que antre *i* que é letra delgada aguda e viva, e antre *e* grande soa na nossa lingua hũa outra voz mais escura e não mais que hũa: e a este chamamos *e* pequeno, o qual em hũas partes soa mais e em outras menos, como fazem as outras vogaes. E onde soa mais, podemos dizer que é mais vezinho do *e* grande; onde também menos soa, será isso mesmo mais vezinho do *i*. Mas não por isso dizemos que são duas letras, porque não muda a voz senão por respeito das consoantes, mais ou menos; ou por qualquer outra vezinhança de letras que se co'elle ajuntam, gasta mais ou menos tempo e aparece mais ou menos a sua voz, como *escreveste*, *memorea*: mais soa *e* pequeno na penultima de *escreveste* que de *memorea*, porque em *escreveste* tem adiante na mesma sillaba hũa letra consoante *s*, e em *memorea* tem logo outra vogal em outra sillaba, a qual lhe tira parte da voz porque “dous sapateiros vezinhos abatem a venda hum ò outro”, e os estados baixos junto com os poderosos parecem muito menos (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 111-2).

Mais adiante, adverte que “Tão pequeno fica este *e* nestas partes, que muitos se enganam e escrevem em seu lugar *i*, o qual nós ahi não sentimos” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 112).

A propósito dessas considerações de Fernão de Oliveira, Eugenio Coseriu (1991; 2000) ressalta o “enfoque funcional” da interpretação dada por Oliveira às vogais átonas mediais, lembrando que não são unidades vocálicas distintas, mas variação condicionada pelo contexto fonético:

Ainda mais evidente é o enfoque funcional da interpretação que Oliveira dá para [i], [u] em posição átona, especialmente antes de vogal (onde, em português, se neutraliza a oposição *e/i, o/u*). Oliveira interpreta, com efeito, estes sons como *e, o*, respectivamente, apesar da sua semelhança material (fonética) com *i, u*, que ele, aliás, admite explicitamente, sugerindo, portanto, que se escreva *memorea, neçessareo, continoar* (e não *memoria, neçessario, continuar*). Afirma que em tais casos não se trata de unidades vocálicas distintas mas de variação condicionada pelo contexto fônico, o que é também verificável em outras vogais (COSERIU, 1991, p. 30-31).

### As vogais nasais

O primeiro registro da existência de vogais nasais no português aparece na *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira:

[...] assi como fazemos de *til* nas vogaes, quando também mudam sua voz. Digo que mudam a voz porque não é a mesma voz *vila* e *vilã*; mas o til que lhe posemos muda a calidade do **a** de clara voz em escura e mete-o mais pellos narizes. Outro tanto nas outras vogaes, como **e** e **ẽ**, **i** e **ĩ**<sup>7</sup>, **o** e **õ**, **u** e **ũ**, onde o til faz alghũa cousã e tem poder alghum, o qual sintem as orelhas, mas a boca o acha tão sotil, tomando-o por si só, que o não sabe formar; nem lhe dá nome

---

<sup>7</sup> No original <im>.

natural, como diz Marciano Capella que as outras letras têm, convém a saber, nome, conforme a sua natureza e pronúncia (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 103-4).

A esse propósito acrescenta Eugenio Coseriu ser também o primeiro registro nas línguas românicas, se não o primeiro de modo geral:

[...] É importante assinalar que esta caracterização da vogal nasal como som vocálico simples representa uma notável contribuição de Oliveira, *pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas dessa forma na România (e talvez seja a primeira vez em geral).*” (COSERIU, 1991, p. 23-4).

É interessante observar ainda que Fernão de Oliveira, ao indicar o quadro opositivo das vogais, orais e nasais, transcreve – com o auxílio de <Vm> – a vogal anterior alta nasal: *im*<sup>8</sup> (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. [22]; p. 262).

### Os encontros vocálicos

Entre os gramáticos quinhentistas pode encontrar-se até definições muito precisas. Fernão de Oliveira, no capítulo XIX da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (OLIVEIRA, [1536] 1938) indica a existência de dezesseis ditongos na língua portuguesa quinhentista:

---

<sup>8</sup> Grafia conservada na edição de Rodrigo de Sá Nogueira: “[...] outro tanto: nas outrasa vogaes como .e. e ã. / i e im .o. e .õ. .u. e .ũ. onde o til faz alghua cousa e tem poder alghu: o qual sintem as orelhas: mas a boca o acha tão sutil tomãdoo por si soo que o não sabe formar: nẽ? lhe da nomenatural como diz marçiano capella ã as outras letras tem:” (OLIVEIRA, [1536] 1938, p. 41).

Os ditongos que eu achei antre nós portugueses são estes **ae** como *tomae* **ãe** como *pães* **ao** como *pao* **ão** como *pão* **ay** como *mãy* **ei** como *tomei* **eo** como *ceo* **eo** como *Deos* **eu** como *meu* **io** como *fugio* **oe** como *soe* **oi** como *cara-cois* **õe** como *põe* **oi** como *boi* **ou** como *dou* **ui** como *fuy* nos quaes **a** grande e **a** pequeno, e assi **e** grande e **o** grande sempre se prepoem e todas as outras vezes se poem antes e as vezes despois hũas das outras.

Queremos aqui repetir quanto he necessaria esta letra ou sinal til para os ditongos porque se em *cidadão* e *escrivão* e outros desta voz e outras escrevemos **m** ou **n** no meio dira *vilamo* ou *vilano* [...] (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 105-106).

Mais adiante Fernão de Oliveira descreve a constituição dos ditongos:

Duas sillabas de vogaes puras sem mestura ou anteposição de consoante bem se podem continuoar: como *fazia*, *ia*, *comia*. Ainda que nós pella maior parte lhe metemos no meyo hum **y** consoante como *Mayo*, *seyo*, *saya*, *ayo*, mas não sempre. E se isto falta, que não metemos este **y** antr'ellas, e as mais das vezes nas partes onde alghũa destas duas vogaes ou sillabas assi continuoadas têm estas vozes ou alghũa dellas, **i** ou **u** como, *duas*, *rua*, *maria*; e tambem **o** pequeno, como *zamboa*. E com tudo ainda aqui não sempre, mas tambem **u**, **i** ou **o** se tiverem despoys de si outra vogal, tambem soa antr'elles muitas vezes este **y** consoante como *marroyo*, *tiyo*, *arguyo*, *tiya* (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 108).

Ainda a propósito de ditongos lemos em Fernão de Oliveira a explicação para o uso dos grafemas <e>, <i>, <o> e <u>, onde se vê a descrição dos ditongos crescentes:

E outro tanto antre **i** e **e** pequeno, como *memoria* ou *memorea gloria* ou *gloreia*. Ainda que eu diria que quando escrevemos **i** na penultima, sempre ponhamos o acento nessa penultima, seguindo-se logo a ultima, sem antrepo-

sição de consoante, como, *arauia*, e se a tal penultima assi de vogaes puras não tiver o acento não na escreveremos com **i** senão com **e** como *glorea* e *memorea* OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 104).

**i** e **u** letras vogaes, tambem segundo mais ou menos consoantes de que vierem acompanhadas assi gastarão mais ou menos tempo. Mas ellas em si sempre são de hũa mesma quantidade; e a mi me parece que sempre são grandes como *ouvido*, *escudo*. E em lugar de **i** pequeno serve **e** pequeno, como *memorea*, *hostea*, *necesssareo*, reverença, nas penultimas: das quaes partes e outras semelhantes eu nunca escreveria **i** senão **e**, porque eu tenho que a penultima pura, ou ultima qualquer que se escreve com **i** sempre tem o acento da dição como, *Maria*, *ouvir*; e as que nam têm esse acento da dição escrevem-se com **e** pequeno e não com **i**, como ja dissemos.

Outro tanto dizemos de **u** vogal como dissemos do **i**, o qual **u** vogal sempre he grande: como *gorgulho*, *arguio*. E em lugar de **u** pequeno escrevemos **o** pequeno, como *argoir continoar*; onde se estivera **u** poseramos o acento na penultima como *concluio* (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 111).

Esses ditongos crescentes, [ya] (*memorea*, *hostea*, *necesssareo*, *Maria*, *arauia*) e [wa] (*duas*, *rua*, *continoar*, *concluyo*), ainda que descritos por Fernão de Oliveira, não foram, entretanto, enumerados por ele, nem por Duarte Nunes de Leão.

Por seu turno, Duarte Nunes do Leão, na *Ortografia da língua portuguesa reduzida a Arte e preceitos* (LEÃO, [1596] 1983b), traz uma clara definição de *ditongo*:

Ditongo é um ajuntamento, ou concurso de duas vogais que guardam sua força em ãa só sílaba: e é palavra grega, que quer dizer *dobrado som*. E todas as línguas têm seus ditongos próprios, e algũas têm tritongos, que quer dizer, *ajuntamento de três vogais* em uma só sílaba, como se vê

nestas palavras francesas, *veau, beau*<sup>9</sup>; e nestas castelhanas, *bueis, bueitre, vaiais*. E estes ditongos se formam em cada língua de diferentes maneiras, e por diversos ajuntamentos de vogais (LEÃO, [1596] 1983b, p. 87).

A seguir, também Duarte Nunes do Leão enumera dezesseis ditongos na língua portuguesa, comparando-os com o de outras línguas:

*Item*, ãas nações têm mais ditongos, e outras menos. Porque os Gregos usam de doze, e os Latinos de seis, *scilicet, ae, au, ei, eu, oe, oi, yi*. Posto que antigamente tinham dez, dos quais se foram esquecendo quatro. Mas em nossa língua dezasseis ditongos: *ãa, ãe, ai, ão, au, ee, ei, eu, iy, oa, oi, õe, õo, ou, ui, ãu*. Dos quais temos três comuns com os Latinos, *scilicet, au, ei, eu*. E outros três comuns com os castelhanos, *scilicet, ai, oi, ui*.

E dez são peculiares nossos, e não doutra algũa nação, *scilicet, ãa, ãe, ee, ii, ão, õe, õo, ou, ãu* (LEÃO, [1596] 1983b, p. 87)<sup>10</sup>.

Esses dezesseis ditongos enumerados por Duarte Nunes do Leão não são os mesmos que se encontram em Fernão de Oliveira. Este, na realidade, traz apenas treze ditongos, porquanto:

- 1) “**ãy como mãy**” e “**ãe como pães**” correspondem ao ditongo **ãe de Duarte Nunes do Leão (*capitães, gaviães, alemães*)**;
- 2) “**eu como meu**” e “**eo como Deos**” equivalem ao ditongo **eu de Nunes do Leão (*meu, teu, seu*)**;

<sup>9</sup> Note-se que Duarte Nunes do Leão assinala a pronúncia do tritongo na língua francesa quinhentista: [eaw].

<sup>10</sup> São arrolados apenas nove ditongos, tanto nesta edição de Leonor Carvalhão Buescu (LEÃO, [1596] 1983b) como naquela do século XIX (LIÃO, [1596] 1864), faltando, em ambas, enumerar o ditongo *oa*.

**3) “oe como *soe*” e “oi como *caracois*” são o ditongo [oi], não registrado por Duarte Nunes do Leão (*noite, coiro*).**

Fernão de Oliveira traz três ditongos que não são arrolados por Duarte Nunes do Leão: “**eo** como *ceo*”, “**io** como *fugio*” e “**oi** como *boi*”. Por sua vez, Duarte Nunes do Leão informa existirem seis ditongos que não se acham em Fernão de Oliveira: *ãa*, *êe*, *iy*, *oa*, *õo* e *ũu*.

Cada um desses dezesseis ditongos é explicado por Duarte Nunes do Leão, sendo estranhas as descrições para *ãa* (exemplificado com *irman, romam, lam*), *ii* (no plural de nomes terminados em *im*: *maisîis, roîis, beleguîis*), *õo* (como em *bõos, tõos, sõos, Dõos*) e *ũu* (no plural dos nomes em *um*: *vacûus, atûus*). Desse modo, dos dezesseis ditongos da lista de Duarte Nunes do Leão restam apenas doze, dos quais apenas dois, *êe* e *oa*, não se acham em Fernão de Oliveira.

Quanto ao ditongo [ãw], Duarte Nunes do Leão traz longas e claras explicações para o uso do quarto ditongo da sua relação, quer tônico, quer átono (LEÃO, [1596] 1983b, p. 89-92). Mais simples e objetiva, entretanto, é a descrição de Pero de Magalhães de Gândavo ([1574] 1981):

E estes verbos & todos os mais no plural, quando falaren do passado que fizeram o accento na penultima se escreuerão com m, assicomo, alcançaram, louuaram, etc. E quando falarem do futuro que fizeram o accento na ultima, se escreuerão com ão, assicomo, alcançarão, louuarão, etc. Ou tambem se podem escreuer com m, quer falem do passado quer do por vir, distinguindo esta duuida com os mesmos accentos da maneira que acima digo (GÂNDAVO, [1574] 1981, p. 27).

A propósito desse ditongo, Rolf Nagel, em *Die Orthographie-regeln des Pero de Magalhães de Gândavo* (NAGEL, 1969), em

nota à f. 13v, fundamentado na grafia, afirma que a diferença entre as formas verbais da terceira pessoa do plural do *mais-que-perfeito do indicativo* (tempo passado) e do *futuro do presente* (tempo por vir) é clara:

Die Tempusdifferenzierung zwischen Plusquamperfekt und Futur ist klar. Die Praxis bietet auch nicht so grosse Schwierigkeiten in der jeweiligen 3. Pers. Sg. als vielmehr im Plural: dort lauten die Formen auf *-am* (Plsq.) und *-ão* (Fut), wobei die Verwirrung entstehen kann, wenn letztere *-am* geschrieben wird. Es begegnet auch das Plsq. auf *-ão* (NAGEL, 1969, p. 132)<sup>11</sup>.

Em *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)*, Eugenio Coseriu (1991) comenta muito pouco sobre os ditongos na *Gramática* de Oliveira, assinalando serem identificados “quase todos” pelo gramático quinhentista:

Finalmente, Oliveira identifica quase todos os ditongos orais e nasais do português e estabelece que, nos últimos, o til (isto é, a nasalidade) soa em ambas as letras vocálicas (COSERIU, 1991, p. 24).

Do exposto, os gramáticos quinhentistas registram a existência real de quinze ditongos: 12 ditongos orais: [ay], [aw], [ey], [ɛw], [ew], [iw], [ɔy], [oy], [ow], [uy], [ya], [wa]; e 3 ditongos nasais: [ãy], [ãw], [õy].

---

<sup>11</sup> Traduzindo: “A diferença de tempo entre o mais-que-perfeito e o futuro é clara. A prática oferece, entretanto, uma dificuldade não tão grande na correspondente 3. p. sg. como no plural: aí soam as formas com *-am* (m.q.p) e *ão* (fut.), onde a confusão pode existir, quando esta última é escrita *-am*. Encontra-se também o m.q.p. com *-ão*.”

### A *scripta* das vogais

A preocupação com a relação grafemático-fonética em textos quinhentistas tem levado à análise da *scripta* desses textos, na tentativa de encontrar dados descritivos dos fatos de língua. Tal relação se prende estritamente à relação fala/escrita, na perspectiva de que os documentos escritos trazem indícios da fala do *scriptor*.

#### A *scripta* no *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*

O manuscrito I-E-33 é um códice cartáceo, de origem farnesiana, in 8º, escrito em uma só coluna, com 73 fólios numerados, com 16 a 29 linhas escritas por fólio<sup>12</sup>. É um manuscrito em letra gótica cursiva (MILLARES CARLO, 1932: 345; BATELLI, 1949: 320; PROU, 1924: 252-3), com exceção da *scripta* da terceira receita. O códice é trabalho de, pelo menos, sete mãos diferentes (GAMA; TELLES, 1973). A descrição paleográfica do códice I-E-33 da Biblioteca Nacional de Nápoles confirma, a partir da descrição da *scripta*, a contribuição de sete copistas diferentes no manuscrito, assinalando-se as mais importantes características paleográficas de cada um deles, enfatizando-se a escrita dos copistas 1, 2 e 3. Em outro trabalho (TELLES, 2003a), a partir da constatação do fato de que a *scripta* predominante no códice é uma gótica cursiva bastante arredondada e muito regular, afirma-se que esta parte do códice seria mais antiga do que todo o restante, podendo ser datada de fins do século XV. As demais receitas – com exceção da terceira – devem datar, certamente do século XVI e apresentam um traçado menos regular e um ducto cursivo mais acentuado.

---

<sup>12</sup> Conhecem-se quatro edições do manuscrito I-E-33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, sendo três edições críticas (SALEMA, 1956; NEWMAN, 1964; MANUPELLA, 1967) e uma diplomática (GOMES FILHO, 1963).

Distinguem-se, desse modo, pela análise das características da *scripta* seis mãos que usaram a letra gótica cursiva na transcrição das receitas. Uma dessas intervenções em letra gótica cursiva parece poder ser datada de finais do século XV: a ela se deve a escritura da maioria das receitas do códice. As outras cinco formas da escrita gótica cursiva podem ser datadas do século XVI: note-se que todas essas intervenções se acham intercaladas nos fólhos com o primeiro tipo de letra, ou foram utilizadas nas duas receitas iniciais e nas três finais. A sétima mão a interferir no códice, responsável pela *scripta* da terceira receita, traça uma letra cursiva, derivada da humanística, característica do século XVII.

#### A *scripta* nos roteiros de Diogo Afonso

O manuscrito 56 do Fonds Portugais, da Bibliothèqu Nationale de Paris, é um códice cartáceo de 54 fólhos, escritos dos dois lados – exceto o primeiro e o último –, numerados após 1831. Apresenta-se o texto em dois tipos de letra: humanística librária (2r<sup>o</sup>–10v<sup>o</sup>) e humanística cursiva (11r<sup>o</sup>–64r<sup>o</sup>) (TELLES, 1988, v.1, f. 12).

São dois os roteiros de Diogo Afonso dentro da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia*, incluídos no ms. FP56 da BNP. O primeiro deles, o de viagem de ida para a Índia ocupa os fólhos 11r<sup>o</sup>. a 22r<sup>o</sup>., intitula-se *Roteiro da navegação d'aqui pera a India*. O segundo, que vai dos fólhos 22r<sup>o</sup>. ao 30v<sup>o</sup>., trata da viagem de volta da Índia para Portugal, e traz o título *Viagem da India pera Purtugal, s(cilicet), de Monte de Li ou de Couçhim trata da vinda ao Reino* (TELLES, 1988, v.1, f. 93-132; 1990).

A parte do manuscrito relativa à coleção de roteiros, acha-se escrita, como foi dito, em letra humanística cursiva de traçado muito regular (BATELLI, 1954), e parece ser trabalho de uma única mão (TELLES, 1988, v.1, f. 67).

A grafia das vogais tônicas orais foi deixada de lado, esco-

lhendo-se ilustrações relativas às vogais átonas, às vogais nasais e aos encontros vocálicos.

### *A scripta* das vogais átonas

#### As vogais orais

Dos cinco fonemas vocálicos orais em posição átona: *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, apenas as mediais mostram uma variação grafemática – como já observado por Fernão de Oliveira – cujos reflexos alcançam as vogais fechadas.

O levantamento da grafia das vogais átonas levou à seguinte constatação:

#### a) pretônicas

- <e> por <i> - fins do séc. XV: *clareficado*, *clarefiquado* (clarificar), *dereyto*, *dereytas* (direito), *fergisloão*, *frygilaeis*, *fregiloseis* (de frigir), *misturarão*, *mesturada*, *mesturē* (de misturar), *tejalla*, *tegela*, *tegelas*, *tigelynha* (tigela, tigelinha), *vertude* (virtude); séc. XVI: *deferença* (diferença), *merediano* (meridiano), *meredional* (meridional), *longetude* (longitude), *mesturados* (misturados)
- <i>, <j>, <y> por <e> - fins do séc. XV: *espicia* (espécie), *midirã* (medirão), *medida* (medida), *milhor*, *milhores*, *mjlhor*, *mylhor* (melhor), *peneyrado*, *pyneirada*, *pineyrada*, (peneirado), *pilouro* (pelouro); séc. XVI: *Pireira* (Pereira), *fivireiro*, *fevireiro* (fevereiro), *piquenas*, *piquena* (pequena)
- <o> por <u> - fins do séc. XV: *bolirē* (bulir), *Roys* (ruim), *cogidade* (sujidade); séc. XVI: *podēres* (puderes); séc. XVI: *bozinas* (buzinas), *sojeito* (sujeito)

- <u> por <o> - fins do séc. XV: *coverto*, *coverta* (coverto), *culheres* (colher), *cubrir*, *cubrjr*, *cubryr* (cover), *fugareiro* (fogareiro), *jueira*, *jueyra* (joeira), *jueiralosão* (de joeirar), *jugar* (jogar), *murcellas* (morce-la); séc. XVI: *agustinho* (Agostinho), *curaes* (Currais), *descubrires*, *descubriu* (de descobrir), *purtugal* (Portugal)

b) postônicas

- <o> por <u>: *tauoa* (tábua)
- <e> por <i>: *supeto* (supito)

Dos exemplos, verifica-se, portanto, que os grafemas <e> e <i> equivalem aos fonemas [e] e [i] átonos pretônicos, assim como os grafemas <o> e <u>, a [o] e [u] pretônicos e <o> também a [u] postônico, ainda que junto de outra vogal, no ditongo crescente. No que tange às vogais átonas finais, [i], [u], são elas regularmente grafadas <e>, <u>, respectivamente, com algumas exceções para o [i] nos roteiros de Diogo Afonso: *qoasi* e *di*.

*A scripta* das vogais nasais

As vogais nasais mostram também uma variação gráfica: vogal com til (~) sobreposto; vogal, <j> ou <y>, seguida de <m> ou de <n>; til (~) sobreposto à vogal, seguido de <n> ou <m>. Excluindo-se a especificidade do uso dos grafemas <j> e <y>, para o fonema [i], são as vogais nasais grafadas de quatro maneiras; sendo mais freqüente a grafia **V**; sendo a grafia **V** + <m> ou <n> a menos usada.

Essas quatro maneiras foram utilizadas para marcar a nasalidade nos textos dos roteiros de navegação examinados, formas de grafar não muito divergentes nos demais tipos de *scripta* coevos:

- vogal com til sobreposto: **Û**
- vogal seguida de <**m**><sup>13</sup>
- vogal seguida de <**n**>

**Û** seguido de <**m**> ou de <**n**>

Se se examinam as vogais nasais nota-se comportamento muito semelhante nos dois textos. No *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* (finais do séc. XV) encontram-se registros de <**ẽ**> ou <**em**> para [ĩ] e de <**im**> ou <**ỹ**> para [ẽ]: *emteyro*, *ẽteyros*, *ẽteiros*, *emteyros*, *emteiras*, *ẽtejras*, *ẽtejros*, *emteyra* (inteiro), *gimgiure* (gengibre), *pỹurada* (pendurada).

Nos roteiros de Diogo Afonso (séc. XVI), as vogais nasais átonas em posição pretônica mostram vacilação de grafia semelhante, como acontece com o <**en**> para [ĩ]: *enfindos* (infindos), *envernada* (invernada).

#### A *scripta* dos encontros vocálicos

Entre as características fonéticas do português quatrocentista que vão ser conservados na *scripta* do século XVI, chama-se a atenção para os encontros vocálicos nasais (HUBER, 1986. § 117; 158 b; 244 C b 1; 257; BARBOSA, 1983. p. 100-4; TEYSSIER, 1990. p. 40-1; SILVA NETO, 1952, p. 412; SILVA, 2008, v.2, p. 504-514; 2006, p. 69-68).

A análise da língua dos roteiros quinhentistas comprova a existência de dezesseis ditongos na língua portuguesa quinhentista, dos quais onze orais: [ay], [aw], [ey], [ew], [ew], [iw], [oy], [ow], [uy], [ya] e [wa], e cinco nasais: [ãw], [õy], [ẽy], [wã],

---

<sup>13</sup> Não se registraam grafias de **Û** seguida de <**m**> ou de <**n**> nos textos da *Coleção de roteiros portugueses*; nessa mesma coletânea, o ditongo <**ão**> equivale a <**ã**>: *são* graduras.

[wē]. A essa relação dos ditongos falta o ditongo oral [ɔy] registrado por Fernão de Oliveira (“.oe. como soe”, “.oi. como caracois”) e [ãy], registrado por Fernão de Oliveira (“. ay. como mãy”, “.ae como pães”) e por Duarte Nunes do Leão (*capitães, gaviães, alemães*).

Registram-se no texto, como se disse acima, dezesseis ditongos, entre orais e nasais, que podem ser ainda separados em crescentes e decrescentes, encontrados em sílaba tônica ou em sílaba átona.

Esses ditongos apresentam variações grafemáticas, notando-se já para alguns deles a monotongação, como vai indicado abaixo:

a) decrescentes orais

- [ay] grafado <ai>, <ae>, <ay>, mas também <a>: em sílaba tônica (*baixos ~ baxos, entenais, sinaes, temporaes*; ou em sílaba átona (*gaivotões, Faial*))
- [aw] grafado <au>, <ao>: em sílaba tônica (*graos, causa, grajaos ~ garjaos, pausa*)
- [ey] grafado <ei>, <ey>, mas também <e>: em sílaba tônica (*roteiro, seja, veja, meia ~ mea, meio ~ meo ~ meyo, area, balea, farei ~ farey*): ou em sílaba átona (*feição, queimaram*)
- [ɛw] grafado <eo>: em sílaba tônica (*ilheo*)
- [ew] grafado <eu>, <eo>: em sílaba tônica (*teu, seu, aqueção, deos, comeo*)
- [iw] grafado <io>, <iu>: em sílaba tônica (*rio, frios, descubriu*); ou em sílaba átona (*estrolabio, relógio, necessário*)
- [oy] grafado <oi>: em sílaba tônica (*depois, dezoito,*

*noite, oito*); ou em sílaba átona (*oitenta*)

- [ow] grafado <ou>: em sílaba tônica (*surgidouro, pouco, dous, outro, cousa, acabou, ouro*); ou em sílaba átona (*pousados, ouveres*)
- [uy] grafado <ui>, <uy>: em sílaba tônica (*muytas ~ muitas, chuivas*)

b) crescentes orais

- [ya] grafado <ia>: em sílaba tônica (*dia, vegia, Judia, equinoçial*); ou em sílaba átona (*India, Canarias*)
- [wa] grafado <ua>, <oa>: em sílaba tônica (*qoarta, aguada, guardas, qoasi, resguardo*); ou em sílaba átona (*legoas ~ leguas, agua ~ agoa, goardar ~ guardar, quatorze*)

c) decrescentes nasais

- [ãw] grafado <aõ>, <am>: em sílaba tônica sempre <aõ> (*navegação, feição, são, seguirão, rezão*): ou em sílaba átona com a variação nas formas verbais do presente do indicativo (*noresteão, nordesteão, aõdaõ ~ amdaõ, laõçam ~ lamçaõ*) ou do pretérito perfeito do indicativo (*queimaraõ, puderaõ*)
- [ẽy] grafado <ẽi >, <ẽe>: em sílaba tônica (*tẽis, bẽes*)
- [õy] grafado <õe >, <õi >: em sílaba tônica (*feijões, gaiivotões, navegações, cõjunções, tubarõis*)

d) crescentes nasais

- [wã] grafado <oan>, <uan>, <uã>: em sílaba tônica (*qoando ~ quando ~ quãdo, qoanto ~ quanto, enqoanto, por qoanto, per quanto*)

- [wē] grafado <oen>: em sílaba tônica (*çinqoenta*).

Em resumo, várias relações podem ser encontradas em textos de finais do século XV e do século XVI: a relação do tipo um grafema para dois fonemas, ou relações plurívocas:

1. <u> equivale a [u] e [v]: *agulha, susueste; gouernar, inuerno*;
2. [ê] é grafado <e> e <ei>: *Vejas ~ Veijas, coelho, seja, orellhas*;
3. O fonema [i] pode vir grafado < i >, < j >, < y >, < I >, numa relação de quatro grafemas para um fonema, a que se acrescenta o <y> pontuado: *asi, examina, aviso, façil; jnuerno, jlhas; Reynão, y, ylheos, baya; Ilha; meyo, oyto*;
4. As vogais nasais mostram também uma variação gráfica: vogal com til (Ṽ); vogal, <j> ou <y>, seguida de <m> ou de <n>; Ṽ seguida de <n>: *vencêdo, lôgo, cõprido, ordinariamête; Compaso, em, trompas, Viajem, Bom, maçambiq(ue); viajen, Hindo, huns, yndia, jndo, Roin; jnuerno, aynda, yndo, cynqo; Vicente, chãns, hũns, algũns*;
5. Os ditongos orais são representados graficamente como se segue: ditongos decrescentes, vogal seguida de <i>, <j>, <y>, <u> e <o><sup>14</sup>. Pode ainda estar presente apenas a vogal nos ditongos decrescentes: <e> equivale a [ey]: *canais, meio, sinais, mais, Roteiro, necesairo, depois, suis, feigõis, esta-reis, lençois, parçeis, oito, surgidoiro, igreja; cujdauão, cujden, bestejros; vay, barreyras, carreyra, muyto; dous, cousa, outra, pouca; naos, aos, grajao; area, chea, ylheos, mea, nordestea*;

<sup>14</sup> Nos ditongos crescentes a vogal é precedida de <i> e <u>.

6. A representação gráfica dos ditongos nasais é mais variada: < **ão** >, < **am** >, < **an** >, < **õ** > e < **aõn** > equivalem a [ãw], tônico e átono; < **õi** > equivale a [õy], tônico: Jnuer**ão**, ach**ão**, pon**h**ão, cham**ão**, cuydau**ão**; V**ão**, leuar**ão**, pasar**ão**, **n**ão, patr**ão**; **sam** bras, **tam**; emmendar**õ**; Ver**an**; orga**õns**; .camar**õis**, feig**õis**, diferenç**õis**.

### Considerações finais

Tudo isso ratifica duas observações pertinentes para o estudo dos textos ao nível fonético:

1. o sistema das vogais nasais acha-se definido, característica confirmada por Fernão de Oliveira, registrando-se apenas uma variação na sua grafia. Em finais do século XV, nota-se uma utilização mais significativa da grafia **V** + ~; na primeira metade do século XVI, a de **V** + < **m** >; ao final do século XVI, a preferência recai em **V** + < **n** >.
2. as relações grafemático-fonéticas nem sempre são de equivalência unívoca, notando-se, entretanto, algumas diferenças ao serem comparadas as *scriptae* cronologicamente diferenciadas dos roteiros.
3. Quanto aos encontros vocálicos, Fernão de Oliveira e João de Barros são homens na primeira metade do século XVI, Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Leão pertencem a uma geração posterior (NAGEL, 1969, p. 110). Dois desses gramáticos quinhentistas (Fernão de Oliveira e Duarte Nunes do Leão), o primeiro da primeira metade do século o outro do final da segunda metade, apontam a existência de dezesseis ditongos na língua portuguesa quinhentista, mas não a mesma relação de ditongos. Esses dezesseis ditongos se acham documentados em um texto não literário, datado do final do segundo quartel do século XVI, ressaltando-se

que apenas um dos ditongos apontados por Fernão de Oliveira não é registrado nesse texto: [ɔy]. Do exposto, o texto quinhentista comprova a existência dos ditongos descritos nas obras dos gramáticos quinhentistas.

4. Verifica-se que o resultado de textos datados de fins do século XV e da primeira metade do século XVI não é muito diferenciado. Como se pode observar, a *scripta* do texto tem valor expressivo no que concerne às vogais nasais.

Do exposto, podem extrair-se a observação de que a maior divergência entre os gramáticos quinhentistas opõe a teoria de Fernão de Oliveira àquela dos outros três gramáticos:

- Fernão de Oliveira descreve um sistema vocálico quadrangular com sete graus de abertura;
- somente Fernão de Oliveira descreve as vogais átonas, mostrando as variações já existentes: *e ~ i* e *o ~ u*;
- apenas Fernão de Oliveira descreve o sistema triangular das vogais nasais, com três graus de abertura.

O estudo fundamentado na teoria dos gramáticos coevos torna possível, a partir da análise grafemático-fonética do documento, estabelecerem-se os critérios gerais para o estabelecimento do texto crítico.

O exame realizado na grafia das vogais átonas nesses dois textos mostra que a realidade grafemática neles registrada corresponde à descrição dos ortógrafos quinhentistas e, em especial, àquela de Fernão de Oliveira. Eis o princípio da variação das vogais mediais átonas que se documenta fartamente no português do Brasil.

## Referências

BARBOSA, Jorge Morais. 1983. *Études de phonologie portugaise*. 2. éd. Évora: Univ. de Évora. p. 100-4.

BARROS, João de. [1539] 1971. *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Fac. de Letras da Univ. de Lisboa. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

BATELLI, Giulio. 1954. Nomenclature des écritures humanistiques. In: NOMENCLATURE DES ÉCRITURES LIVRESQUES DU IX<sup>e</sup>. AU XVI<sup>e</sup>. SIÈCLE; PREMIER COLLOQUE INTERNATIONAL DE PALÉOGRAPHIE LATINE. Paris: CNRS. p. 35-44.

BATELLI, Giulio. 1949. *Lezioni di paleografia*. 3. ed. Città del Vaticano: Pont. Scuola Vaticana di Paleografia e Diplomatica.

COSERIU, Eugenio. 2000. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. Trad. de Maria Christina de Motta Maia. In: Fernão de OLIVEIRA. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. p. 29-60. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção.

COSERIU, Eugenio. 1991. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)*. Tradução Maria Christina de Motta Maia, cuidadosamente rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Presença; EDUFF.

COSERIU, Eugenio. 1975. 'Taal en functionaliteit' bei Fernão de Oliveira. In: ABRAHAM, Werner (edit.). *Ut videam; contributions to na understanding of linguistics*. Lisse (Netherlands): Peter de Ridder. p. 67-90. Inicialmente em alemão, traduzida para o português.

COSERIU, Eugenio; MEISTERFELD, Reinhard. 2003. *Geschichte der romanischen Sprachwissenschaft: von den Anfängen bis 1492*. Tübingen: Gunter Narr.

GAMA, Nilton Vasco da; TELLES, Célia Marques. 1973. *Uma Contribuição ao estudo do "Tratado de cozinha portuguesa" (ms. I-E-33 da B.N.N.)*. Salvador: DLR/IL/UFBA.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. [1574] 1981. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Ed. facsimilar da 1. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional. Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. [1574] 1969. *Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua portuguesa: com hum diálogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez. In: NAGEL, Rolf. 1969. Die Orthographierregeln des Pêro de Magalhães de Gândavo. In: FLASCHE, Hans (Edit.). 1969. *Aufsätze zur portugiesischen Kultur-geschichte*. Münster Westfalen: Aschendorfssche. v, 9, p. 113-121.

GOMES FILHO, Antônio (edit.). 1963. *Um Tratado da cozinha portuguesa do século XV*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC.

HART JR, Thomas R. 1955. Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation. *Word*, New York, v. 11, n. 3, p. 404-15.

HUBER, Joseph. 1986. *Gramática do português antigo*. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

LEÃO, Duarte Nunes do. 1606/ 1983a. Origem da língua portuguesa. In: id. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: IN/CM. Introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

LEÃO, Duarte Nunes do. 1596/ 1983b. Ortografia da língua portuguesa reduzida a Arte e preceitos. In: id. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: IN/CM. Introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

LIÃO, Dvarte Nvnnes do. [1596] 1864. Orthographia da lingoa portvgvesa reduzida a arte, e preceptos. In: LEÃO, Duarte Nunes do. *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição correcta, e emendada, conforme a de 1781. Lisboa: Typ. do Panorama. p. 96-218.

MANUPELLA, Giacinto (edit.). 1967. *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*; códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MILLARES CARLO, Agustín. 1932. *Tratado de paleografía española*. Madrid: Hernando. v.1.

NAGEL, Rolf. 1969. Die Orthographiertegeln des Pêro de Magalhães de Gândavo. In: FLASCHE, Hans (Edit.). 1969. *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Münster Westfalen: Aschendorfssche. v, 9, p. 110-135.

NEWMAN, Elisabeth Thompson (edit.). 1964. *A Critical edition of an early Portuguese cookbook*. Chapel Hill, Univ. of North Carolina. Tese de doutorado aprsentada ao Dep. of Romance Languages.

OLIVEIRA, Fernão de. [1536] 2000. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Ed. crítica, semidiplomática e anastática pr Amadeu Torres e Carlos Assunção. Estudo introd. de Eugenio Coseriu.

OLIVEIRA, Fernão de. [1536] 1975. *A Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Introd., leit. actual. e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

OLIVEIRA, Fernão de. [1536] 1938. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Ed. feita em harmonia com a primeira (1536) sob a dir. de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa: José Fernandes Junior.

PROU, Maurice. 1924. *Manuel de paléographie latine et française*. 4. éd. ref. avec la collab. de Allain de Bouïard. Paris: Auguste Picard. p. 252-3.

SALEMA, Maria José da Gama Lobo. 1956. *Tratado de cozinha*. Lisboa: Univ. Lisboa. Dissertação de licenciatura.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. 2008. *O português arcaico: uma aproximação*. Lisboa: IN;CM. v. 2, "Sintaxe e fonologia".

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. 2006. *O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

SILVA NETO, Serafim da. 1952. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. p. 412.

TELLES, Célia Marques. 2009a. As vogais: da *Arte de trovar* aos gramáticos quinhentistas. 2008a. In: HORA Dermeval da. (Org.). *Vogais no ponto mais oriental das Américas*. João Pessoa: Idéia. p. 147-163.

TELLES, Célia Marques. 2009b. *Scripta* e fala em dois documentos quatrocentistas: a grafia das fricativas e das africadas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7: anais. Fortaleza: ABREM; UFC. No prelo.

TELLES, Célia Marques. 2008. Encontros vocálicos: da *Arte de trovar* aos gramáticos quinhentistas. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 15. Montevideo, ALFAL. Comunicação no Proyecto 19 *Fonología: teoría y análise*.

TELLES, Célia Marques. 2007. Grafemas e fonemas: representação de africadas e fricativas no *Castelo Perigoso*. In: DANLER, Paul. (Edit.). *Congrès Intenational de Linguistique et Philologie Romanes*, 25: actes. Tübingen: Max Niemeyer. (No prelo)

TELLES, Célia Marques. 2005. Grafia de textos e fonologia do português nos séculos XV e XVI. *Revista da ANPOLL*, Campinas, v. 18, p. 43-58.

TELLES, Célia Marques. 2003a. Características grafemático-fonéticas de um manuscrito em letra gótica cursiva. In: LEÃO, Ângela Vaz; BITTEN-COURT, Vanda O. (edit.). *Encontro Internacional de Estudos Medievais*, 4; anais. Belo Horizonte: PUC/ABREM/ CNPQ/FAPEMIG. p. 731-41.

TELLES, Célia Marques. 2003b. Grafia e fonética em textos românicos quinhentistas. In: SÁNCHEZ MIRET, Fernando (Edit.). *Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, 23: actes. Tübingen: Max Niemeyer. v. 4, p. 253-264.

TELLES, Célia Marques. 2002. *Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI*. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 12, p. 37-64, jan.-jun.

TELLES, Célia Marques. 1998. A Relação grafemático-fonética em roteiros do ms. 1507 da BNL. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis*, Olomouc (Rep. Tcheca), v. 71, n. 7, p. 169-184.

TELLES, Célia Marques. 1997. A Língua portuguesa nos roteiros de navegação quinhentistas: a *scripta*. JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 15. Recife: GELNE; UFPE. Comunicação não publicada.

TELLES Célia Marques. 1990. A Realidade grafemático-fonética nos roteiros de Diogo Afonso (século XVI). *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 10, p. 115-33, dez.

TELLES, Célia Marques. 1988. *Coleção de roteiros portugueses da "Carreira da Índia" no século XVI; edição do manuscrito FP56 da BNP*. São Paulo: USP. 3v. Orient. por Edith P. Pinto.

TEYSSIER, Paul. 1990. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. 4. ed. Lisboa: Sá da Costa. p. 40-1.

**SUBMETIDO EM:** 13.04.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

# FERNÃO DE OLIVEIRA, GRAMÁTICA E (SÓCIO)LINGUÍSTICA\*

FERNÃO DE OLIVEIRA,  
GRAMMAR AND (SOCIO)LINGUISTICS

**Dinah Callou**

(UFRJ-CNPq)

**Afranio Barbosa**

(UFRJ)

*“as histórias das línguas, como objetos disponíveis ou criados pelos lingüistas, como todas as histórias, apresentam-se como mitos” (Lass, 1997: 5).*

**RESUMO:** Delineia-se um quadro geral das primeiras gramáticas em língua portuguesa e das diferentes concepções do termo ‘gramática’. Aponta-se ainda a contribuição de Fernão de Oliveira para os estudos gramaticais e sociolinguísticos.

**Palavras-chave:** Gramática. Língua portuguesa. Fernão de Oliveira

---

\* Uma versão preliminar e reduzida deste texto foi apresentada na mesa-redonda *Grammatica da Lingoagem Portuguesa: Linguagem e Sociedade*, durante o Simpósio Comemorativo “Fernão de Oliveira: 500 anos”, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, de 24 a 26 de setembro de 2007.

**ABSTRACT:** The present work outlines a general framework of the first grammar of the Portuguese Language as well as the different conceptions of the term 'grammar'. It also highlights the contribution of Fernão de Oliveira for the grammatical and sociolinguistic studies.

**Keywords:** Grammar. Portuguese Language. Fernão de Oliveira

## Introdução

Pode-se afirmar que a ciência da linguagem, em seu sentido lato, tem início com as preocupações filosóficas de gregos, por volta do século V a.C. — assumindo os contornos de uma preocupação mais autônoma com as gramáticas de helenísticos alexandrinos do século II a.C. — e que, desde então, o conceito de gramática assume, através dos anos e séculos, novas acepções e novos valores.

Alguns pontos merecem destaque: (i) a definição do termo *Gramática* como ciência ou arte de ler e escrever, (ii) em relação a uma língua particular, seu sistema de regras ou descrição desse sistema; e (iii) o desenvolvimento dos estudos gramaticais na Idade Média, ligado ao papel que o latim desempenhou em todas as atividades intelectuais. A partir do momento em que as línguas românicas deixam de ser consideradas corrupções do latim e passam a constituir expressões de novas civilizações, o aparecimento de gramáticas de línguas vernáculas é fruto sistemático de todo um processo de dignificação das novas forças políticas europeias. Nesse processo, deixa de haver lugar para as noções de ‘perfeição’ — de referência ao latim — e ‘degeneração’ — de referência às línguas dele originárias.

Num Dicionário atual, como o de Houaiss (2004, *s.v. gramática*), a primeira acepção registrada é a de “conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada” e é esta a acepção que vem de imediato à mente de qualquer falante: modelo ou padrão ideal de comportamento compulsório em qualquer situação de fala ou escrita. Uma definição, menos ortodoxa, como “a mais perfeita das loucuras, sempre inacabada e perplexa” (RIBEIRO, 1985) vai num outro sentido, ao associar ‘gramática’ a algo que foge ao controle, extraordinário, complexo e incompleto, apontando para a ambiguidade do termo. O vocábulo *gramática* recebe, por vezes, uma determinação específica, a partir da concepção em que é empregada — descritiva, estrutural, gerativa, funcional, histórica, comparada —

podendo corresponder também ao próprio compêndio em que se estabelecem definições, normas, e são feitas observações sobre o funcionamento da língua em vários planos.

É destes compêndios que iremos tratar.

### **Sobre gramáticas de língua portuguesa**

No século XVI, em 1536, surge, em Portugal, a primeira gramática da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira, e, apenas quatro anos depois, a de João de Barros (1540). Na verdade, é de supor que aula de gramática de português seja uma realidade anterior, porque, pela lógica, primeiro se vivencia uma demanda, ainda que mínima, e só depois sua reunião em livro. No próprio texto de Oliveira é possível inferir o ensino de gramática portuguesa antes de sua publicação.

Examinando o capítulo XLIII, sobre os artigos, encontra-se o mesmo princípio geral de distribuição por casos feito por Barros e dali por diante por vários autores que seguiram essa tradição gramatical latina. A diferença de nomenclatura consiste, primeiro, na oposição *prepositivo* e *pospositivo* que Oliveira aplica ao nominativo e acusativo, respectivamente, e, depois, no não uso do rótulo *ablativo* assumido por Barros. Interessante que é exatamente na abordagem da diferenciação funcional da combinação de preposições com artigos que se encontra a menção ao estudo gramatical prévio à publicação da gramática de 1536.

Enquanto Barros enquadra os complementos circunstanciais dentro do rótulo *ablativo*, usado na gramática latina para descrever o sistema de marcação morfológica de circunstanciais, Oliveira prefere espelhar-se na trajetória da mudança histórica do latim ao português e considerar a etapa mais avançada da história latina em que se criou a marcação de circunstâncias com a variante sintagmática, a saber, a estrutura preposição seguida de acusativo (*deo* variante a *ad deum*). Exatamente uma das explicações de ser o acusativo o caso lexicogênico do português. Veja-se que nem Barros nem Oliveira consideram o

artigo *da* a combinação de preposição e artigo, mas sim uma “*variação nestes artigos, porque huns começam em letra vogal e outros em consoante*” (OLIVEIRA, cap. XLIII). Em outras palavras, *da* é artigo genitivo assim como *as* é artigo plural. Os casos de *da* como combinação da preposição *de* mais *a* ficam ligados à regência de verbos ou nomes. Observe-se o que diz Oliveira:

Neste parte queremos amoestar que não cuidem alguns quando dizem ao, parao, aos, paraos, que tudo aquilloassi junto é só de dativo. Mas as primeiras partes daquelles ajuntamentos a em ao, e para em parao são preposições; e o artigo que trazem depoios de si não é dativo, mas pospositivo, o qual se segue sempre despois de preposição e não algum outro caso.

Em outras palavras, depois de preposição, sempre se segue o caso acusativo (positivo). Aqui não mais marcado morfologicamente, mas regido pela preposição. Nesse ponto, Oliveira repreende a prática de outros: “*Isto dixé porque alguns gramaticos o ensinam mal, dando noticia dos casos a seus principiantes [...]*”. Ele não pode estar falando de professores de latim, pois, como é sabido, não há artigos em latim. Quem seriam, então, esses outros gramáticos? João de Barros, que publica depois, mas teria escrito seus apontamentos antes? Gramáticos espanhóis? Mas porque não se referir expressamente a eles se Oliveira cumpre tão bem o papel de marcar a diferença político-ideológica de Portugal para o Reino de Espanha em tantos outros lugares? Ao que parece, não é absurdo supor, o ensino de gramática portuguesa seria prático, ainda que restrito, a outros professores circunstanciais como fora o próprio Fernão de Oliveira, professor de jovens fidalgos em 1535.

Embora escritas em espaço de tempo tão curto uma da outra, suas perspectivas são bem diferentes. A concepção de gramática em Fernão de Oliveira aproxima-se bem mais de um caráter reflexivo-descritivo, não podendo ser considerada *prescritiva* como

a tradição alexandrina, que prescrevia a *pureza* helênica frente à mistura étnico-lingüística tão característica da fase helenística. Oliveira referencia-se, evidentemente, no modelo helênico-latino bem mais no tocante às categorias com que registra o uso. Não há imposição de regras, mas, dentro do espírito de normatização inevitável no ambiente cultural-fonte, Oliveira sugere, em alguns pontos, conforme veremos à frente, certos usos. E uma passagem do capítulo XXXI (l. 17-20) mostra que a aprendizagem é fruto da observação e que esta se renova a cada tempo.

[...] Mas porem para saber todas estas cousas require-se ler e ver muito, e ainda assim alcançaremos pouco, porque havemos de preguntar isto a cada tempo e terra e pessoa muito pello miudo.

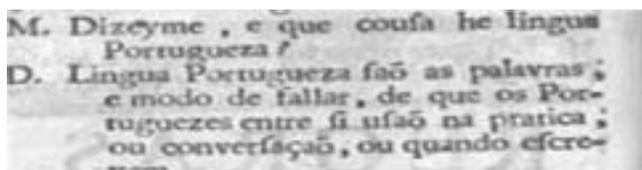
Com a de João de Barros e outras que vieram mais tarde, verifica-se uma tendência noutra direção: se, por um lado, também conta com descrições de usos e, em muitos casos, utilizando as mesmas categorias de Oliveira – como no tocante aos casos *dativo* e *genitivo* –, o que prevalece é o caráter prescritivo direto e indireto. O primeiro, quando é dita explicitamente qual a forma correta ou qual a incorreta, como Barros na passagem: “*Porque, a meu ver, quando quisérem guardár a verdadeira ortografia destas dições, se déve dizer: razáme no plurár razões*”; o segundo, quando a própria descrição contém em si a prescrição: descrever certos usos é proscriver, excluir os não descritos. Assim, por exemplo, quando Barros apresenta o quadro com as formas conjugadas do presente do indicativo do verbo ser, descreve *eu sou / tu és / ele é / nós somos / etc.*, está, indiretamente, proscruvendo *eu so*, variante monotongada registrada por Oliveira. É bem verdade que no exemplo do plural de ‘razão’, o próprio Barros é mais contundente na prescrição, mas não deixa de indicar, linhas antes, o uso da variante *razão* ao dizer “*Os máis nomes que se deviam acabár em am, se escrevem a este módo: razão razões*”. Contudo, sua indicação conta com o peso do argumento de exclusão

alexandrina do que for do outro, do estrangeiro, de outra identidade: “*nam me pareçeria mal desterrármos de nós esta prolaçám e ortografia galega*”.

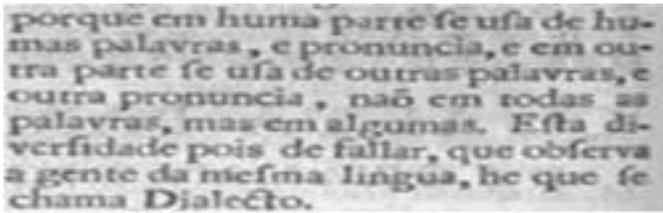
Com essas devidas relativizações de ser também descritivo, de contar com indicações de outras possibilidades e de promover prescrição direta e indireta, a gramática de João de Barros pode ser considerada a primeira gramática eminentemente normativa da língua portuguesa e é parte integrante do que se convencionou chamar de Obra Pedagógica de João de Barros, que se compõe ainda da Cartinha, do Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e do Diálogo da Viciosa Vergonha. Para o autor, “*GRAMÁTICA é vocábulo grego: quér dizer çiência de lêteras. E, segundo a difinçám que lhe os Gramáticos déram, é um módo çerto e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos*”.

Barbosa (2007) chama a atenção para o fato de que houve sempre duas tendências na elaboração de gramáticas: uma reflexiva/descritiva, como a de Fernão de Oliveira e Argote, de 1725, por exemplo, outra, contraposta a essa, de caráter mais pedagógico, como a de João de Barros e a de Lobato, que deixavam transparecer em suas obras a experiência prévia no ensino de latim, passando o ensino de português a equivaler a ensino de L2. Em função disso, nesses textos, encontra-se uma metodologia de exposição através de quadros paradigmáticos, à semelhança de alguns manuais de ensino de L2, da vertente estrutural.

Em Argote, o formato é dialógico. Logo no início, apresenta-se o seguinte diálogo entre mestre e discípulo:



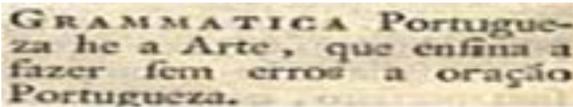
Mais adiante, na parte IV, há observações sobre o que vem a ser dialetos, que vão ao encontro da diversidade da língua já apontada por Fernão de Oliveira.



porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto.

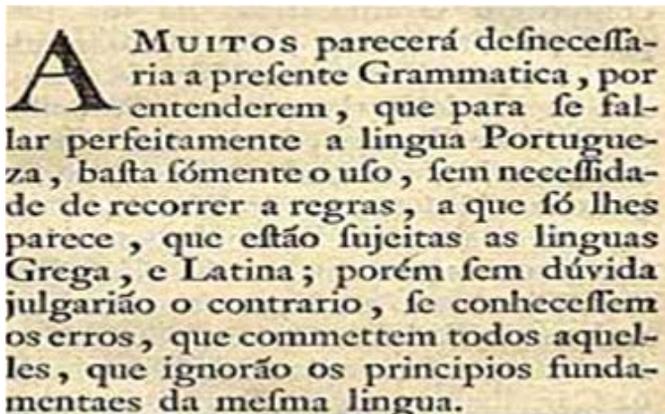
Entre os séculos XVI e XVIII, o ensino das línguas vernáculas ocupou um espaço progressivamente mais amplo. Em Portugal, a par das gramáticas e das ortografias, surgiram dicionários e vocabulários. Foi também no século XVIII, com o firme apoio do Marquês de Pombal, que floresceu e se impôs a importância da aprendizagem do Português nas escolas básicas. Luís António Verney inicia o seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) pela afirmação de que é necessário aprender a gramática da língua materna como base e ‘porta’ para outros estudos.

Em Lobato (1770), cuja concepção de gramática está expressa no trecho a seguir,



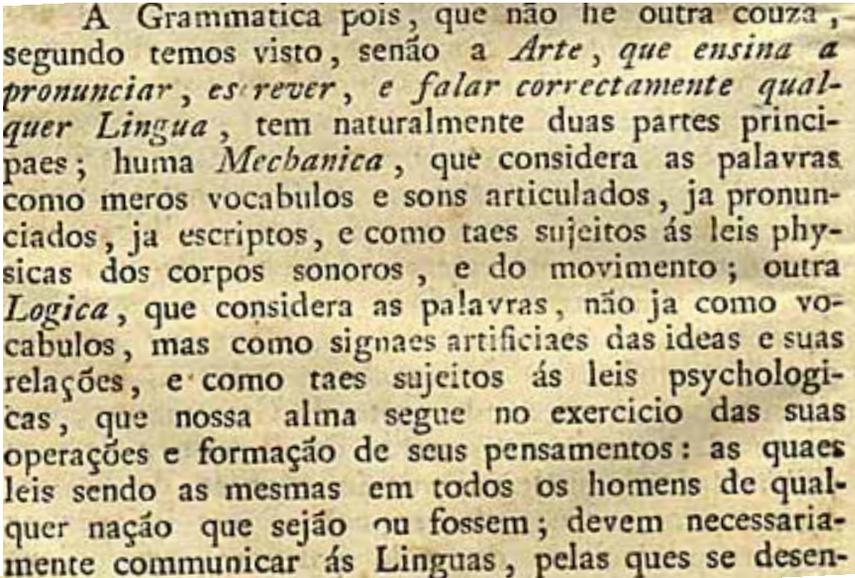
GRAMMATICA Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza.

lê-se na Introdução:



**A** MUITOS parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portugueza, basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece, que estão sujeitas as linguas Grega, e Latina; porém sem dúvida julgarião o contrario, se conhecessem os erros, que commettem todos aquelles, que ignorão os principios fundamentaes da mesma lingua.

A par desta perspectiva prática do ensino e do estudo da língua, os séculos XVII e XVIII foram pródigos em reflexões filosóficas sobre a linguagem humana e as características universais das línguas. A obra mais notável e conhecida, gerada a partir desse domínio foi a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, de 1822. Ainda que também mencione a correção como elemento prático na gramática, já na introdução discrimina claramente os níveis externo e interno da abordagem gramatical: a parte Mecânica (Ortoepia e Ortografia) e a parte Lógica (Etimologia – hoje morfologia – e Sintaxe), parte essa sujeita ao psicológico, quer dizer, às operações de formação do pensamento decalcadas na prática universal da linguagem, os sinais artificiais da ideias e de suas operações.



A Grammatica pois, que não he outra couza, segundo temos visto, senão a *Arte*, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qual-quer Língua, tem naturalmente duas partes principais; huma *Mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leis phisicas dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras, não ja como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideias e suas relações, e como taes sujeitos ás leis psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qual-quer nação que sejam ou fossem; devem necessariamente communicar ás Línguas, pelas ques se desen-

Logo a seguir, essa concepção universalista vem expressa na distinção de uma gramática geral em relação àquelas que se ocupam das preocupações a respeito do plano físico, mecânico de línguas particulares.

Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão somente os usos e factos de huma Lingua particular; a Grammatica será tambem *Particular*. Se ellas porêm abrangem os usos e factos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos; a sua Grammatica será *Geral*. Huma e outra pôde ser, ou somente *Practica e Rudimentaria*, ou *Philosophica e Razouda*. Aquella não sóbe acima destas observações e regras practicas, que a combinação dos usos da Lingua facilmente subministra a qualquer para della formar estes systemas Analogicos, a que de ordinario se reduzem quasi todas as Artes vulgares de Grammatica.

Porêm se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis phisicas do som e do movimento dos corpos organicos o mechanismo da formação da Linguagem; e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento; então o systema, que daqui resulta, não he ja huma Grammatica puramente practica, mas scientifica e philosophica.

No plano de sua obra, o autor não deixa de apontar correção ao tratar da ortoepia e ortografia, mas salienta que “[...] *em todas ellas [gramáticas] há couzas que so os mestres devem estudar para os explicar a seus discípulos; outras que estes devem aprender, [...] e muitas, que devem decorar [...]*”. Essa consciência de dois conteúdos articulados, o dos professores e o dos alunos, traduz-se no crivo de passagem dos conteúdos aos alunos e a forma de transmiti-los. Das *leis psychologicas [...]* que todas as Linguas seguem se valem os mestres para olhar cientificamente a língua. Pena que se tenha perdido ao longo do tempo essa visão que distingue e une professor e pesquisador, em papéis que não se opõem, mas se complementam.

## A primeira gramática da língua portuguesa

A gramática de Fernão de Oliveira conta com um enorme número de referências a figuras históricas que, bem mais que apenas ilustrar o modelo greco-romano para legitimar a tradição gramatical a que se filia, parece assumir uma certa intertextualidade com seu próprio discurso. São tantos os personagens que, se comparada ao estilo direto, enxuto, de manual empregado por João de Barros, a gramática de Oliveira cria uma verdadeira rede de remissões. Enquanto Barros faz alusões gerais “*ao módo dos Latinos, os Gregos tem e dos Hebreos*”, Oliveira, já nas primeiras linhas do capítulo I, por exemplo, prefere referências diretas tais como [...] *segundo Diógenes Laércio escreve que dizia Sólon [...]; [...] diz Mison filosofo; [...] Quintiliano no livro oitavo [...]* e assim prossegue até o fim de sua obra. Em estilo quase, com certa licença científica nossa, acadêmico, Oliveira aplica uma verdadeira citação *apud* quando evoca Sólon por meio de Diógenes Laércio.

Se com Quintiliano e Marcos Varrão – em seu capítulo VI – fica clara sua vinculação à linha gramatical descritiva e prescritiva desde os Alexandrinos, na articulação com a figura de Sólon (c. VI a.C.), entrevemos em seu discurso uma consciente relação direta entre língua e sociedade. Sólon é ícone histórico de regulamentação social. Sua atividade como legislador da Grécia, um dos sábios que reorganizaram o convívio entre classes ricas e pobres, encerrando, entre outras coisas, a escravidão por dívidas, parece ser uma evocação simbólica para explicitar a relação entre normatização social e normatização linguística, que se constrói sem desconhecer as particularidades de cada classe e linguagens: “*cada hum fala como quem é*”.

Nesse e em vários lugares é patente, como já se sabe, a percepção de Fernão da variação linguística sobre a qual se depreendem sistematicidades descritas e regulamentos sugeridos de bom uso.

Evidente que Oliveira, voltando ao tema, não é tão prescritivo como Barros, mas não se furta, em vários momentos, a indicar suas preferências de uso. É o caso famoso de sua preferência por *eu so* dentre as variantes *eu so vs. eu sou vs. eu som* (cap.XLVII) dada junto com a indicação da opinião de Barros: *No parecer da primeira pronúnciação (...) é o mui nobre João de Barros* (cap.XLVII). Contudo, é no plano descritivo que sua estratégia de citações e referências se faz mais presente: “*As consoantes liquidas antre nós são l e r como flores, claro(...). Liquida será a letra semivogal, diz Probo grammatico, se em hua mesma sillaba vier depois doutra letra consoante*(cap.XV)”.

A rede de referências a gramáticos, filósofos, personagens históricos é, a todo o momento ao longo do texto, uma estratégia de reforço e investimento de autoridade à voz de Oliveira. É a figura do pré-romano ibérico Viriato, miticamente representante da estirpe Lusa, a confirmar a nobreza e valores originais da gente de Portugal da mesma forma como faz Camões n’*Os Lusíadas*; é a figura e texto de Quintiliano (I d.C.) a confirmar várias de suas observações. Escritor e professor de retórica, Quintiliano escreveu *Institutio Oratória* em 12 volumes. Assim, no capítulo XI, sobre ausência de aspiração em português, encontra-se uma citação do livro primeiro do gramático latino: *Se algum perfioso quiser, para lançar d’antre os latinos esta aspiração, mais prova que a experiência, damos-lhe Quintiliano, o qual diz no primeiro livro assi: “Olhe bem o grammatico – diz – se antre os latinos (...)”*. O texto de Fernão é, de fato, polifônico na linguagem linear de suas citações e na simbólica das figuras históricas. Recuperar cada personagem é, por vezes, reler suas afirmações.

A Gramática de Fernão de Oliveira contém 50 capítulos (parágrafos) e os cinco primeiros dizem respeito à natureza e história da linguagem. Em todos os capítulos encontram-se remissões ao princípio geral, formulado, muito tempo depois, por Schuchart, e de

fácil comprovação empírica, de que toda língua se caracteriza pela “unidade na diversidade” e “diversidade na unidade”.

[...] porque a diversidade das vozes mostra haver diversidade nas cousas, e também a semelhança, por conseguinte, das vozes faz entender que as cousas não são diferentes. (cap. XXXIX, l. 1-4)

Prioriza o nível fonético em detrimento do morfossintático, exatamente o oposto do que fazem hoje as gramáticas normativas, por ser essa a área do estudo das línguas que conheceu maior desenvolvimento durante o século XVI, em consequência da importância que se deu, pela primeira vez, à língua falada. Há apenas um capítulo (parágrafo) dedicado à sintaxe.

O papel relevante que assume a Gramática de Fernão de Oliveira, no âmbito dos estudos lingüísticos contemporâneos, não advém apenas do fato de ser a primeira *Gramática da linguagem portuguesa* que retrata a língua de seu tempo e pode ser classificada como uma gramática descritiva, sem preocupação de formular prescrições e emitir juízos de valor; e, quando muito, indica preferências. Advém, principalmente, do fato de trazer à tona, no século XVI, fundamentos que constituem o carro-chefe da linguística atual de base empírica, que lida com noções de variação, intrínseca à língua, de mudança, de condicionamentos extralingüísticos, em função de gênero, faixa etária e região de origem do falante, premissas da Dialectologia e, mais explicitamente, da Sociolinguística quantitativa laboviana. Mais surpreendente que reconhecer que a gramática normativa escolar, até hoje, vê *como homogênea e imutável* – ainda segundo a vertente alexandrina – seu referencial de língua a escrita literária de sincronias passadas, é verificar que, em 1536, Fernão de Oliveira já tenha uma ideia bastante nítida de heterogeneidade lingüística, comprovada em várias passagens da sua gramática.

Quanto à diferenciação regional, afirma:

os homens de Extremadura são diferentes dos dentre Douro e Minho porque assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos [...] (cap. XXXVIII, l. 23-25)

Quanto à atuação da variável ‘faixa etária’, levada sempre em conta nos estudos sociolingüísticos labovianos (Labov, 1994), à diferenciação em tempo real e à diafásica, há referências explícitas:

[...] e o velho como tem o entender mais firme [...] também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves. (cap. XXXVIII, l. 25-26)

E mui poucas são as coisas que duram por todas ou muitas idades em um estado, quanto mais as falas, que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratamentos dos homens; e esses homens entendem, julgam e tratam por diversas vias e muitas, às vezes segundo quer a necessidade e às vezes segundo pedem as inclinações naturais. (cap. XXXVI, l. 2-7)

Para Fernão de Oliveira, a mudança da língua não podia ser considerada ‘corrupta’ e sim intrínseca à própria língua. Afirmava ele: “*não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens*” (cap. IV, l. 27-28), concepção traduzida, mais tarde, reiteradamente, por filólogos e gramáticos, em observações, hoje comuns, do tipo ‘a história de uma língua é a história do povo que a fala’; ‘as línguas mudam porque mudam as condições sociais de utilização da língua’; ‘as línguas são o que delas fazem as sociedades que as empregam’ já encontram eco em Fernão de Oliveira, “*cada hum fala como quem é*”, passagem já aludida anteriormente.

Nosso objetivo é evidenciar o papel pioneiro de Fernão de Oliveira no âmbito, não só dos estudos gramaticais, mas também no dos estudos (socio)lingüísticos. Embora o tratamento dado hoje a questões de variação e mudança não seja idêntico — e o arsenal

teórico-metodológico seja mais sofisticado — a percepção dos fatos é a mesma. De um lado, a unidade da língua, assegurada por um sistema estruturado de oposições e correlações formais, de outro, a diversidade, expressa através de normas de uso — regionais, socio-culturais, etárias — e resultante de um processo histórico.

Os conceitos de variação e mudança linguísticas estão, assim, expressas em vários pontos da Gramática. A mudança é concebida como natural e intrínseca à língua e a diversidade vai além da referente ao tempo e ao espaço.

[...] mas que é conforme ao comum parecer de todos, e mais não se muda tão asinha, posto que o uso do falar tenha seu movimento, como elle [Marco Varrão] diz, e não perseverare hum mesmo antre os homens de todas as idades. (cap. XLII, l. 8-11)

Porque tâbe o falar tem seu movimêto, diz Marco Varrão, e muda-se quando e como quer o costume. (cap. XLV, l.23-24)

[...] os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte de marear, nem os lavradores d'Antre-Douraminho entendem as novas vozes que [...] (cap. XXXII, l. 18-21)

Na epígrafe da nova edição (crítica, semi-diplomática e fac-similada) da *Gramática da linguagem portuguesa* (Lisboa, 2000), destaca-se uma citação do linguista Eugenio Coseriu ressaltando o papel de Fernão de Oliveira, no âmbito da história da linguística românica:

As suas idéias [...] naquilo que hoje se chama Sociolinguística são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na lingüística descritiva é de um grande precursor.

### Para finalizar

Passados quase cinco séculos desde a publicação da gramática de Fernão de Oliveira, a diversidade linguística é desconhecida de muitos, apesar de a composição social hierárquica atual ser ainda mais complexa que a de séculos atrás.

Ao refletir sobre gramática, variação, mudança, norma, não se pode desconhecer o fato de o quadro atual, relativo ao ensino, no Brasil, ser reflexo de velhos problemas.

Além de factores de facil apreciação, taes como a miseria, que infelizmente se estende cada vez mais e desvia muitas crianças da escola para a officina afim de mais cedo poderem ellas prover á subsistencia de suas familias, e que muitas vezes mesmo á officina lhes não permite ir, — convem notar como importante, quando se trata de apreciar as causas do numero relativamente pequeno das creanças que nesta cidade aproveitam a instrucção publica, a má distribuição das escolas, que, estamos convencidos, não se acham convenientemente repartidas, conforme as necessidades da população. (Estatistica do ensino publico primario na cidade do Rio de Janeiro, relativo ao ano de 1898, apud Callou & Serra, 2006).

Além disso, o ensino de língua portuguesa continua sendo baseado nos ditames da gramática tradicional, na insistência em inculcar uma norma lusitana cristalizada, cada vez mais afastada da realidade linguística de grande parcela da população. Malgrado (i) as tentativas de descrever as normas (padrão e não-padrão) reais de uso e (ii) os próprios textos jornalísticos — crônicas, editoriais — já atestarem uma mudança em direção à fixação de uma norma brasileira, ao incorporar à escrita, paulatinamente, aspectos linguísticos há muito consagrados na fala, pouco ou quase nada muda.

E velhos ensinamentos de antigos gramáticos são esquecidos.

## Referências

BARBOSA, A. *Panorama histórico de Gramáticas Pedagógicas: ensino de língua e (é) ensino de L2*. Rio de Janeiro. Inédito, 2007. ([www.letras.ufrj.br/posverna](http://www.letras.ufrj.br/posverna) vínculo DOCENTES, textos)

BARROS, João de. Gramática da língua portuguesa. In: BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, 1540. *Gramática da Língua Portuguesa*: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. Edição digital do Projeto BIT-PROHPOR (Banco Informatizado de Textos do Programa para a História da Língua Portuguesa), coordenado pela Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Corpus Internacional da Língua Portuguesa do Museu da Língua Portuguesa – SP – [www.estacaodaluz.org.br](http://www.estacaodaluz.org.br).

CALLOU, D. & SERRA, C. Norma e escolarização no Rio de Janeiro: a nova realidade social como reflexo de antigos problemas. In: LOBO, T. *et alii* (org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Vol VI, tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 675-688.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Cambridge, Blackwell, 1994.

OLIVEIRA, Fernão. Gramática da Língua Portuguesa, 1536. In: TORRES, Amadeu & ASSUNÇÃO, Carlos (Orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*: edição crítica, semidiplomática e Anastática. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

VERNEY, L. A. s.d. *O verdadeiro método de estudar*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1746.

GRAMÁTICAS:

ARGOTE, Contador de. *Regras da Lingua Portugueza, espelho da Latina*. Lisboa Occidental, na officina da Musica, 1725.

LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa, na regia officina typografica, 1770.

SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da gramamatica geral applicados á nossa lingua-gem*. Lisboa, na Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

RASTREANDO DATIVOS DE  
3ª PESSOA NA *GRAMMATICA*  
DE FERNÃO DE OLIVEIRA

TRACING THE 3RD PERSON DATIVE IN THE  
GRAMMAR OF FERNÃO DE OLIVEIRA

**Maria Aparecida Torres Morais**

Universidade Federal de São Paulo

**Ilza Ribeiro**

Universidade Federal da Bahia

**Michael J. Ferreira**

Georgetown University

*mas no terceiro caso a que nos & os latinos chamamos  
datiuo. acabão os masculinos e .o. grãde & os femeni-  
nos em .a. grande: (31v22)*

*Nesta parte queremos amoestar que não cuidẽ algũs  
quando dizẽ .ao. parao. aos. paraos. que tudo aquillo  
assi jũto e so artigo de datiuo. (32r6)*

**RESUMO:** O estudo apresenta uma análise da expressão do *dativo* de terceira pessoa nas construções ditransitivas, no século XVI, com base nos dados eliciados na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. As propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas

que identificam o argumento dativo são relacionadas à chamada ‘construção de objeto duplo’, em oposição ao argumento preposicionado da ‘construção ditransitiva preposicionada’. São destacados os seguintes aspectos: (i) os contextos verbais que licenciam os argumentos dativos; (ii) o estatuto categorial do argumento dativo em oposição ao argumento preposicionado; (iii) o estatuto das preposições *a* e *para* introduzindo argumentos dativos e argumentos preposicionados. Por fim, o texto trata de questões comparativas e diacrônicas na expressão do dativo nas variedades europeia e brasileira do português contemporâneo.

**Palavras-chave:** Fernão de Oliveira. Dativo. Objeto direto duplo.

**ABSTRACT:** This study presents an analysis of the third-person *dative* in ditransitive constructions based on data from Fernão de Oliveira’s 16th-century *Grammatica da lingoagem portuguesa*. The morphological, syntactic and semantic properties of the dative argument are shown to be related to “double-object” constructions. The following properties are examined: (i) verbal contexts that license a dative argument; (ii) the categorial status of the dative argument, shown to be different from the prepositional phrase; (iii) the status of the elements *a* and *para* when introducing dative arguments and prepositional phrases. Finally, the study addresses comparative and diachronic issues regarding the realization of the dative argument in contemporary European and Brazilian Portuguese.

**Keywords:** Fernão de Oliveira. Dative. Double direct object.

## Introdução

Este texto apresenta uma análise do argumento dativo nas construções ditransitivas (ou bitransitivas), no século XVI, com base nos dados eliciados na *Grammatica da lingoagem portugueza*, de Fernão de Oliveira<sup>1</sup>. Como vários estudos recentes têm revelado, as duas variedades contemporâneas do português, o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), contrastam de forma marcante na expressão morfológica das formas dativas de 3ª pessoa, quer na realização vs. ausência dos pronomes *lhe/lhes*, quer no emprego da preposição *a* ou *para*. Ora, se há variações desta natureza em dialetos do português histórico, é natural que questões diacrônicas também sejam levantadas. Um dos nossos objetivos é, portanto, verificar se nosso autor revela em seu texto quinhentista indícios ou pistas que nos permitam rastrear e caracterizar os percursos empreendidos pelas duas variedades.

---

<sup>1</sup> Antes de prosseguirmos, faz-se absolutamente necessário esclarecer o leitor a respeito do termo *argumento dativo*, muito pouco usado na nossa tradição gramatical, que prefere o termo *objeto indireto* para o complemento introduzido pela preposição *a* no contexto dos verbos ditransitivos, identificados por selecionarem dois argumentos internos: objeto direto (OD) + objeto indireto (OI). Como se sabe, porém, não há consenso nas gramáticas do português em relação ao estatuto do OI. Em algumas delas, reconhece-se uma distinção entre o OI e os complementos introduzidos por diferentes preposições, denominados ‘complementos oblíquos’ (cf. Mateus *et alii* 2003), ou ‘complementos relativos’ (cf. BECHARA, 1999; ROCHA LIMA, 2003). Nestes casos o OI é identificado pela possibilidade de se realizar, na 3ª pessoa, pelas formas clíticas *lhe/lhes*. Outros gramáticos, porém, usam a terminologia OI para os complementos verbais em geral, não circunstanciais, introduzidos por preposição (cf. CUNHA & CINTRA, 2001). No nosso estudo, adotamos a dicotomia ‘argumento dativo’, que equivale ao OI identificado introduzido pela preposição *dummy a*, que pode ser morfológicamente realizado pelo clítico *lhe*, e ‘argumento preposicionado’ para os demais argumentos oblíquos, que não aceitam a realização do clítico dativo *lhe* (cf. seção 2).

Na primeira seção falamos sobre aspectos sintáticos e semânticos gerais das construções ditransitivas e a caracterização do argumento dativo. Destacamos as questões relacionadas ao estatuto das preposições *a* e *para*, com base em dados do espanhol, e o fenômeno da alternância dativa, com base em dados do inglês. Esta seção serve, assim, de quadro introdutório para a nossa discussão sobre o tema em estudo.

A segunda seção se volta para a expressão dos argumentos dativos no documento *Grammatica da lingoagem portuguesa*, abordando os seguintes aspectos: (i) caracterização de contextos verbais que licenciam os dativos e suas possíveis interpretações; (ii) diferentes possibilidades de realização dos argumentos dativos: expressão referencial e anafórica<sup>2</sup>; (iii) especificidades das preposições *a* e *para* no contexto dos verbos ditransitivos; (iv) alternância dativa no português quinhentista: a construção ditransitiva preposicionada e a construção de objeto duplo.

Na terceira seção trazemos reflexões sobre as possibilidades de realização do dativo no PE e no PB, estabelecendo comparações entre os dois dialetos sincrônicos e a base empírica quinhentista. A discussão empreendida nesta seção se vale de alguns resultados quantitativos obtidos em estudos recentes (BERLINCK, 2000; TORRES MORAIS & SALLES, 2007 e TORRES MORAIS 2007, dentre outros).

Nas considerações finais (seção 4), procuramos mostrar a importância deste texto de Fernão de Oliveira para os estudos sincrônicos e diacrônicos, por trazer novas luzes ao português quinhentista e por representar uma base empírica para futuros estudos que busquem caracterizar os diferentes rumos empreendidos pelo PE e pelo PB; desse modo, as caracterizações e periodizações das

---

<sup>2</sup> Adotamos o termo referência anafórica num sentido amplo, ou seja, no sentido em que os pronomes nas formas fortes e clíticas necessitam de um antecedente, quer no domínio da oração em que ocorrem, quer no contexto situacional.

mudanças sintáticas nestas duas vertentes do português podem ser melhor esclarecidas. Assim sendo, formulamos e tentamos responder a algumas questões: (i) as diferenças gramaticais que o PE e o PB apresentam na expressão do objeto dativo representariam uma continuidade do século XVI, ou seriam elas inovações de cada uma das variantes? (ii) há variações na *Grammatica* que permitam entender as opções feitas pelo PB? (iii) há pistas para testar a hipótese de que as diferenças entre o PE e PB decorrem de mudanças independentes, ocorridas nos dois lados do Atlântico?<sup>3</sup>

Para a coleta de dados foi utilizada a edição eletrônica da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, preparada segundo as normas de transcrição semi-paleográfica estabelecidas pelo *Hispanic Seminary of Medieval Studies* em seu manual para o *Dictionary of the Old Spanish Language Project* (MACKENZIE, 1997), com adaptação para o português. Este sistema conservador de transcrição, além de facilitar o processamento informático e eliminar o problema de incompatibilidade de plataformas, garante uma leitura fiável para a análise do texto. As normas têm como objetivo reproduzir o texto original de maneira fiel, utilizando caracteres básicos ASCII, que inclui elementos de formatação e disposição do fôlio. A ortografia, a pontuação e a separação de palavras foram respeitadas; contrações, elisão, apócope e aférese foram preservadas<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Cf. Ribeiro 2007 e Galves 2007 para possíveis respostas a estas perguntas, com base em outros fenômenos sintáticos.

<sup>4</sup> Toda e qualquer intervenção é indicada claramente na transcrição através de parênteses para o texto excluído e colchetes para o acrescentado. A principal adaptação das normas ao português foi a de manter o til sobre vogal (*ã, õ, etc.*) com raras exceções, o que elimina a necessidade de interpretar o til como uma consoante nasal supressa ou uma representação de vogal nasal.

## Os argumentos dativos: um quadro geral

Iniciamos esta seção lembrando ao leitor que o termo ‘objeto dativo’ que estamos adotando equivale ao termo ‘objeto indireto’ tradicional, na medida em que se refere à realização morfológica desta função (cf. nota 1). Nosso objetivo nesta seção é estabelecer, portanto, os parâmetros da discussão central deste estudo: a caracterização do objeto indireto dativo no português quinhentista e as diferenças morfosintáticas entre o PE e o PB contemporâneos

Seguindo a tradição gramatical calcada na gramática latina, o termo *dativo* é usado, em geral, para referir ao caso morfológico da função OI, com verbos de dois argumentos internos do tipo *dar algo a alguém* (1a). Observa-se, porém, que estes dois argumentos internos podem ser realizados com o caso acusativo (1b). Por outro lado, constata-se que a expressão morfológica do OI não é exclusividade das línguas românicas; por exemplo, no alemão, um dos argumentos do verbo *gab* (dar) é realizado por um pronome dativo (2).

1. a. Pulchrae | **puellae** | rosam | dedi.  
 bonita:dat | menina:dat | rosa:acus | dei:1p.sg  
 ‘Dei uma rosa à menina bonita.’  
 (Dei uma rosa à menina bonita)

- b. Doceo | **pueros** | grammaticam (HERNANZ &  
 ensinar:1p.sg | meninos:Acc | gramática:Acc BRUCART, 1987.  
 ‘Enseño gramática a los niños’ p.255)  
 (Ensino gramática aos meninos)

2. Mein | Freund | gab | **mir** | sein | Fahrrad. (TAL-  
 my: Nom | friend | gave | me:Dat | his:Acc | bicycle LERMAN,  
 ‘My friend gave **me** his bicycle’ 2005. p.180)  
 (Meu amigo **me** deu sua bicicleta)

O caso dativo também pode ser realizado quando o sujeito sintático exerce a função semântica de experienciador, como no exemplo a seguir, do islandês:

3. **Mér** | var | hjálpað. (TALLERMAN, 2005. p.180)  
 me:DAT | was | helped  
 'I was helped'  
 (Eu fui ajudado)

As versões do exemplo em (2), para o inglês e para o português, mostram que a expressão pronominal para o OI é preservada nas duas línguas (veja a realização da forma pronominal *me*), em oposição ao nominativo<sup>5</sup>. Já nas versões em (3), a realização morfológica dativa do sujeito experienciador seria agramatical no inglês e no português<sup>6</sup>.

Cuervo (2003, p.30) afirma que, no espanhol, o dativo pode ocorrer em contextos verbais variados, com diferentes significações. Os exemplos em (4) contemplam tanto os verbos que selecionam dois argumentos internos como os predicados inacusativos e intransitivos<sup>7</sup> (cf. também ORDÓÑEZ, 1999 e TORRES MORAIS, 2007).

<sup>5</sup> Embora não haja diferenças morfológicas, no inglês, entre acusativo e dativo; no português, as diferenças só são visíveis na morfologia de 3ª pessoa.

<sup>6</sup> Compare:

(i) \***Me** was helped.

(ii) \***Me/mim** foi ajudado.

O sujeito experienciador dativo também é possível em outras línguas, como no espanhol, por exemplo: *Me gusta la manzana*.

<sup>7</sup> A tipologia verbal aqui adotada segue Berlinck 1996 e Torres Morais 2007: (i) verbos transitivos dinâmicos que expressam eventos de *transferência material* (dar, entregar); (ii) transferência *verbal/perceptual* (declarar, dizer); (iii) movimento *físico* (levar, trazer); (iv) movimento *abstrato* (dedicar, destinar); (v) verbos transitivos dinâmicos de *construção* ou *criação* (assar, desenhar); (vi) de atividade *não direcional* (lavar, beijar, chamar, pôr); (vii) predicados *estativos* (admirar, analisar); (viii) predicados inacusativos *de mudança de estado* (abrir, crescer); (ix) inacusativos *de movimento* (chegar, descer); (x) inacusativos *de existência* (faltar, morar); (xi) inacusativos *de aparição* (acontecer, aparecer); (xii) verbos *psicológicos* (agradar, desagradar).

4. a. Pablo **le**<sub>DAT</sub> mandó un diccionario **a Gabi**<sub>DAT</sub>. (transitivo dinâmico)
- b. A Gabi<sub>DAT</sub> **le**<sub>DAT</sub> llegaron dos cartas de Londres. (inacusativo)
- c. Pablo **le**<sub>DAT</sub> admira la paciencia. (transitivo estativo)
- d. Emilio **le**<sub>DAT</sub> rompió la radio **a Carolina**<sub>DAT</sub>. (causativo afetado)
- e. **A Daniela**<sub>DAT</sub> no **le**<sub>DAT</sub> gustan los gatos. (inacusativo psicológico)
- f. **A Laura**<sub>DAT</sub> **le**<sub>DAT</sub> sobraron veinte pesos. (inacusativo existencial)
- g. Mafalda no **les**<sub>DAT</sub> toma la sopa. (intransitivo ético)

Os fatos do espanhol ressaltam, portanto, que não está correto correlacionar o caso morfológico dativo com o conceito canônico de OI, se este se restringir aos contextos de verbos ditransitivos que expressam transferência ou movimento, como *dar*, *entregar*, *enviar*, *dizer*, *ordenar*, etc. É bom ressaltar que, também na tradição gramatical do espanhol, a definição de OI não se apresenta muito clara, sobretudo no que diz respeito à atuação da preposição na diferenciação entre OI e outros argumentos e adjuntos preposicionados. Tratamos desta questão a seguir.

#### As preposições *a* e *para* no espanhol

Esta seção trata das propriedades das construções com complemento preposicionado, apontando para as principais diferenças entre os complementos introduzidos pelas preposições *a* e *para*. Toma-se, inicialmente, como exemplos paradigmáticos das diferenças, os usos observados no espanhol, com base nas análises desenvolvidas em Hernanz & Brucart 1987 e Ordóñez 1999. Esses estudos mostram que sempre houve certa imprecisão no trata-

mento gramatical / tradicional das propriedades das construções ditransitivas, com relação às principais diferenças entre os complementos preposicionados introduzidos por *a* e *para*. Isso decorreu do fato de que os conteúdos cobertos pelo caso dativo do latim passaram a ser expressos pelas preposições *a* e *para* nas línguas românicas, levando os gramáticos tradicionais a identificarem os OIs pelo uso das referidas preposições, sem estabelecerem uma diferença entre elas<sup>8</sup>.

Argumentos para distinguir os dois tipos de preposição no espanhol moderno, quer dizer, que complementos indiretos introduzidos por *a* são distintos dos sintagmas introduzidos por *para*, consideram que (cf. HERNANZ & BRUCART, 1987; ORDÓÑEZ, 1999):

I – Os dois tipos de complementos podem coexistir em uma mesma sequência (ORDÓÑEZ, 1999. p. 1868):

5. a. La Reina entregó **al presidente de la Cruz Roja** un donativo **para los presos de guerra**
- b. El Colegio envió **a los misioneros** unas medicinas **para los indígenas**.

II – Não há sempre valor perifrástico nas seqüências *a+DP<sup>9</sup>* / *para+DP*; a perífrase só é possível quando o DP realiza o valor semântico de *beneficiário*, como nos dados a seguir (Ordóñez 1999:1868):

6. a. Compró una chaqueta **a Juan**.
- b. Compró una chaqueta **para Juan**.

---

<sup>8</sup> Segundo Ordóñez (1999), Andrés Bello (1874) é uma exceção, pois já na sua gramática aponta as diferenças entre *a* e *para* na caracterização do argumento dativo.

<sup>9</sup> DP = sintagma determinante.

- c. Hizo una chaqueta **al niño**.
- d. Hizo una chaqueta **para el niño**.

A equivalência semântica é possível em (6) devido à ambigüidade do valor da preposição *a*: o DP introduzido pela preposição *a* pode ter valor semântico de *recipiente/beneficiário*. Contudo, em muitos contextos as duas preposições realizam valores semânticos distintos, tornando inviável a equivalência perifrástica, como nos exemplos a seguir (ORDÓÑEZ, 1999. p. 1868-9):

- 7. a. Les preguntó la lección **a los alumnos**.
- b. \*Les preguntó la lección **para los alumnos**.
- c. \*Pedro trabaja **a sus hijos**.
- d. Pedro trabaja **para sus hijos**.

Os dados em (7) mostram a impossibilidade de uso da preposição *a* quando o objeto realiza a função semântica de *finalidade* (7c), valor semântico exclusivo da preposição *para* (7d); por outro lado, a função semântica *beneficiário*<sup>10</sup> é característica dos contextos com a preposição *a* (cf. o contraste entre 7a-b)

III – Só os complementos introduzidos pela preposição *a* permitem o redobro com o clítico *le-les*, como ilustra o contraste entre (8a) e (8b) (ORDÓÑEZ, 1999. p. 1868):

- 8. a. **Le** envió una postal a Pepe.
- b. \***Le** envió una postal para Pepe.

Desse modo, em uma construção como (HERNANZ & BRUCART, 1987. p. 258):

- 9. **Le** compramos gardenias.

---

<sup>10</sup> Como também as funções seguintes: *destino, origem, posse, interesse*.

o clítico *le* só pode ser correferente a um complemento do tipo *a+DP*; nunca a um complemento do tipo *para+DP*, como indica a agramaticalidade de (10b)<sup>11</sup> (HERNANZ & BRUCART, 1987. p. 258)

10.a. **Le<sub>i</sub>** compramos gardenias **a la florista<sub>i</sub>**.

b. \***Le<sub>i</sub>** compramos gardenias **para María<sub>i</sub>**.

Em resumo, no espanhol, (i) só os verdadeiros OI permitem redobro do clítico; (ii) esta característica mostra que os OIs só podem ser introduzidos pela preposição *a*, nunca por *para*; (iii) os constituintes introduzidos por *para* também funcionam como complementos verbais, mas em estruturas sintáticas distintas das que são mapeadas pelos OIs<sup>12</sup>.

### A *alternância dativa* no inglês

O ponto que nos interessa destacar nesta subseção é o fenômeno que, na literatura gerativa sobre o inglês, recebeu a denominação de *alternância dativa*. O fenômeno se manifesta num subconjunto de construções ditransitivas, em estruturas em que o argumento *meta/recipiente/beneficiário* expressa um estatuto categorial alternado entre um PP<sup>13</sup> ou um DP. No primeiro caso, tem-se uma *construção ditransitiva preposicionada* (11a); no segundo,

<sup>11</sup> A construção em (10b) é gramatical no contexto em que *le* e *para María* não são correferentes. Por exemplo, (10b) é apropriada no contexto em que *le* é correferente a *a la florista*, como no exemplo em (i): (i) Compramos gardenias *a la florista* para María. (HERNANZ & BRUCART, 1987. p. 257).

<sup>12</sup> Cf. Cuervo (2003, 2004) para uma nova argumentação sobre os dativos no espanhol. Em particular, para a questão do redobro do clítico que, segundo a autora, nunca é opcional, nem mesmo no contexto dos verbos ditransitivos que expressam eventos dinâmicos de movimento ou transferência.

<sup>13</sup> PP = sintagma preposicionado.

uma *construção de objeto duplo* (11b)<sup>14</sup>.

11. a. My brother sold his bike to Sue  
 b. My brother sold Sue his bike (TALLERMAN, 2005. p.201)  
 (Meu irmão vendeu sua bicicleta a/para Sue)

Chamou logo a atenção dos pesquisadores o fato de que o fenômeno é bastante restrito no inglês, ou seja, não se manifesta com todo e qualquer objeto introduzido pela preposição *to*, como ilustrado pela agramaticalidade de (12d) nos paradigmas abaixo:

12. a. Karl Marx wrote a letter to his wife.  
 b. Karl Marx wrote his wife a letter.  
 (Karl Marx escreveu uma carta a/para sua esposa)  
 c. Karl Marx dedicated the book to his wife.  
 d. \*Karl Marx dedicated his wife the book. (KROEGER, 2004. p.76)  
 (Karl Marx dedicou o livro a/para sua esposa)

As restrições se relacionam com a função semântica do objeto preposicionado. Em (12a-b), escrever uma carta a alguém permite que este alguém (*his wife*) torne-se o possuidor da carta; em (12c-d), por outro lado, dedicar um livro a alguém não implica que este alguém (*his wife*) se torne o possuidor do livro, ou seja, não envolve um processo de transferência de posse. É esta impossibilidade de construir a transferência de posse que torna agramatical a variante de objeto duplo. A mesma argumentação vale para o paradigma expresso em (13a-b):

13. a. John sent a package to the boarder / border.  
 b. John sent the boarder/ \*border a package. (KROEGER, 2004. p.76)  
 (John mandou um pacote a/para o pensionista / a fronteira)

<sup>14</sup> As análises dos dados do inglês, discutidos nesta seção, seguem basicamente Kroeger (2004) e Tallerman (2005). Para outros dados e análises, cf. Torres Morais (2007).

A construção de duplo objeto é gramatical com *boarder* (pensionista), uma vez que o termo pode se referir à pessoa que recebe a encomenda, ou seja, o *recipiente*; o verbo *to send* (enviar) permite, neste caso, a interpretação de transferência de posse. No caso de *border* (fronteira), ao contrário, temos a expressão de um locativo puro, que não pode ser visto como possuindo algo; com a expressão locativa, o verbo *to send* só permite a leitura que envolve mudança de localização, mas não mudança de posse.

Alguns casos de alternância dativa no inglês podem realizar o argumento verbal com a preposição *for*, quando este se caracteriza como *beneficiário* da ação expressa pelo verbo (cf. 14a-b). Note-se que, também com esta preposição, há restrições semânticas para a construção de objeto duplo, como expressa a agramaticalidade de (15b):

14. a. John baked a cake for his daughter.  
b. John baked his daughter a cake. (KROEGER, 2004. p.74)  
(John preparou um bolo para sua filha)
  
15. a. Mary drove the car for her father.  
b. \*Mary drove her father the car. (KROEGER, 2004. p.75)  
(Mary dirigiu o carro para seu pai)

O mesmo padrão semântico observado quanto aos exemplos em (12) e (13), com o uso da preposição *to*, explica os contrastes entre (14) e (15), com o uso da preposição *for*: a alternância dativa só é possível se o argumento *beneficiário* introduzido pela preposição *for* puder ser interpretado, na construção de objeto duplo, como adquirindo ou recebendo a posse do objeto *tema / paciente*. Isto é o que se obtém em (14b), mas não em (15b).

Por fim, apontamos para a ambiguidade de leitura da construção (16a), ausente na construção (16b):

16. a. Alice knitted a sweater for Uncle George.  
b. Alice knitted Uncle George a sweater. (KROEGER, 2004. p.74-5)  
(Alice tricou um suéter para seu tio George)

A construção em (16a) permite duas leituras para o objeto preposicionado: (i) a interpretação mais natural é a de *recipiente*, ou seja, aquela em que *Uncle George* se torna o possuidor do suéter: Alice presenteou o tio com o suéter que ela tricou; (ii) na segunda leitura, Alice tricou o suéter a pedido / por solicitação do tio, porque este não sabia ou não tinha tempo de tricotá-lo, mas precisava dele para dar de presente, colocar em um bazar, etc; neste caso, embora *Uncle George* exerça a função semântica de *beneficiário*, não é interpretado como o *possuidor* / *recipiente* final do suéter. O exemplo em (16b) não é ambíguo, pois só permite a leitura em que *Uncle George* se torna o possuidor do suéter.

A partir do que foi acima discutido, conclui-se que o inglês se alinha às línguas que expressam a alternância dativa, mesmo tendo esta uma manifestação bastante restrita. Ou seja, são duas as formas de expressar a relação OD-*tema*/OI-*meta*/*beneficiário*: ou pelo esquema DP-DP, ou pelo esquema DP-PP. Em termos semânticos, vimos que, na construção preposicionada, o PP pode ser *meta/beneficiário*, sem implicar necessariamente a relação de posse; já na versão com duplo objeto, o argumento *meta/beneficiário* é sempre o possuidor intencional do DP-*tema*, mesmo que a posse não se efetive concretamente<sup>15</sup>.

É relevante lembrar que, ao lado das diferenças semânticas, existem diferenças sintáticas importantes entre as duas construções<sup>16</sup>. Só para ilustrar podemos mencionar uma delas, bastante

---

<sup>15</sup> Se há transferência bem sucedida de posse depende do verbo. Com o verbo *dar*, faz parte do seu significado que o *recipiente* tenha algo. Daí a estranheza da sentença *Ela deu-lhe o dinheiro mas ele não recebeu o dinheiro*. O mesmo não pode ser inferido de *mandar*, *enviar*, e outros, em que a transferência efetiva da posse não é necessária. Como exemplo: *Ela enviou a carta mas ele não a recebeu*.

<sup>16</sup> Não temos como objetivo apresentar aqui uma análise formal detalhada das diferenças sintáticas dos dois tipos de construção. O leitor interessado pode consultar Cuervo (2003); Pykkänen (2002) e Torres Morais (2006 e 2007).

óbvia, que é a do arranjo superficial dos dois constituintes: na configuração de objeto duplo, o DP-*meta* precede obrigatoriamente o DP-*tema*; na construção preposicionada é o oposto.

### Rastreando dativos na escrita de Fernão de Oliveira

Na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, várias passagens revelam uma perspectiva bastante original de seu autor, em particular quando trata das questões sobre a natureza das línguas, ou sobre mudança e variação da língua histórica. Destaca-se que, para ele, uma língua histórica é uso:

E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua / & não a lingoa os homẽs. E e manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homẽs as poserão na perfeição *que* agora tem. (4r30-4v2)<sup>17</sup>

Seu objetivo, portanto, ao escrever uma gramática da língua portuguesa não é normativo. Não se trata de impor regras, embora se deva registrar o ‘bom costume’ ou descrever a forma ‘exemplar’ desta língua, a língua padrão, que tem entre as suas qualidades, a clareza e a inteligibilidade. No entanto, a língua padrão não é a da Corte, mas a língua dos que falam melhor, ou seja, dos que se distinguem pela cultura e pela experiência de vida, com a consciência da tradição.

& para que possamos fugir destas & doutras culpas em *qualquer* lingua & muito mais na nossa saibamos *que* a primeira & principal

---

<sup>17</sup> Todas as abonações são citadas por fôlio, lado (reto/verso) e número de linha, e podem ser conferidas no texto original (ou um facsímile deste) que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 274V). Nos exemplos apresentados, realçamos com negrito os elementos ou constituintes que estão sendo objeto de análise.

virtude da lingua e ser clara & *que* a possuem todos entender & pera ser bem entēdida ha de ser a mais acostuada antre os milhores della & os milhores da lingua são os *que* mais lerão & virão & viuerão continoando mais antre primores sisudos & assentados & não amigos de muita mudāça. (27r8-16)

Por sua vez, mudança ou variação linguísticas não configuram corrupção, mas algo natural, intrínseco, relacionado à função básica da língua: a expressão do pensamento e meio de comunicação. A variedade não envolve apenas diferenças de natureza diacrônica ou diatópica, mas diastrática: as camadas sociais e os grupos não falam da mesma forma. Cada grupo social, cavaleiros, cortesãos, clérigos, artesãos, comerciantes têm as suas palavras especiais.

Assinalamos algumas ideias linguísticas de Fernão de Oliveira por acreditarmos que elas refletem, na escrita do autor, a sua escolha pelos usos cultos de sua época. Ou seja, seu texto pode fornecer pistas importantes para a descrição de uma gramática quinhentista, gramática aqui entendida como o conjunto de regras que os falantes têm internalizadas, e que lhes permitem produzir e entender as sentenças gramaticais de sua língua materna (CHOMSKY, 1986).

Começamos por dizer que, na *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, encontramos particularidades que caracterizam em geral a gramática do português do século XVI, já observadas em vários estudos sobre o período (cf. RIBEIRO, 1995; 1997, TORRES MORAIS, 1995, 1997, entre outros). Em relação à ordem das palavras, observamos as inversões sujeito-verbo germânicas (17a-b)<sup>18</sup>, a ordem OV (17c), estratégias de topicalização V2

---

<sup>18</sup> Lembramos que a ordem VS não é produtiva no PB, exceto nas estruturas apresentativas com verbos inacusativos (BERLINCK, 1989); em PE, por outro lado, a ordem VS pode ser realizada com qualquer tipo de verbo, em geral com o sujeito pós-verbal, realizando a função de foco informacional (COSTA, 2000) Também há importantes mudanças nas estratégias de topicalização e focalização no PE e PB modernos (cf. KATO & RIBEIRO, 2006; RIBEIRO & KATO, 2007).

com sujeito pronominal nulo (17d)<sup>19</sup>:

17. a. & com tudo também **padeçe a grãmatica** aqui suas eyçeições como nas outras partes ainda *que* não tam bastas. (30v14-15)

b. As figuras destas letras **chamão os Gregos** caracteres: & os latinos notas (5v27-29)

c. porque ja **a primeira doutrina** nessa terra **esqueçia** (5r3)

d. **O proprio de cada letra** entendemos a particular pronunçiação de cada hũa: & o comũ chamamos aquela parte da pronũçiação & força em que se hũa parece cõ a outra. (8r16-18)

Quanto ao comportamento dos pronomes clíticos, pode-se dizer que a *Grammatica* revela uma sintaxe quinhentista, pelo menos em dois aspectos: i) no fenômeno da interpolação, em que os clíticos estão separados do verbo por diferentes tipos de constituintes, entre eles, argumentos, adjuntos e o operador ‘não’ (cf. 18a-d)<sup>20</sup>; ii) na colocação dos clíticos. Em particular, os exemplos em (18e-g) ilustram a próclise em sentenças coordenadas ou independentes com sujeito pré-verbal, na ausência de ‘partículas atratoras’. Tal colocação não é mais possível no PE moderno, mas é de uso generalizado no PB<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Embora o texto de Fernão de Oliveira mostre a produtividade da gramática V2 (pelas estratégias de inversão germânica), observa-se que não se trata de um V2 ‘rígido’, como ilustrado com a primeira sentença matriz do exemplo (i), em que ocorre a ordem V>2: (i) **Ao .x. nos** lhe chamamos *çis* mas eu lhe chamaria antes *xí* porque assi o pronunçiamos na escritura (9v12- 13).

<sup>20</sup> Como se sabe, a interpolação no PE moderno se restringe ao ‘não’ e é dialetal; no PB, por sua vez, está totalmente extinta.

<sup>21</sup> No PE, a próclise é possível, em sentença raiz, se o constituinte antecedendo o clítico exercer a função de foco; não há qualquer tipo de restrição para a próclise no PB (exceto as restrições criadas pelos gramáticos normativos).

18. a. poys Quintiliano no primeyro liuro confessa *que* os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo **lhos seus faltauão** (21r22-24)
- b. a *qual* letra a mi me parece ser .**y**. & não .**i**. vogal porque ella não faz syllaba por si: nẽ tã pouco .j. cõsoãte na força *que* **lhe nós demos** (10r4-6)
- c. isto dixee porque alghũs grãmaticos o ensinão mal: dão noticia dos casos a seus pricĩpiãtes. & quã mal o elles entẽdẽ: se mostra no pouco *proueito que* **lhes cõ isso fazẽ**. (32r9-11)
- d. & outros põe lhe aspiração: mas tambẽ estes errão porque **lha nam podem** por em todos lugares. (6v32-7r5)
- e. E e manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & **os homẽs as** poserão na perfeição *que* agora tem. (4r32-4v2)
- f. E **esse probo gramatico a** põe pouco antes destoutra (11r17-18)
- g. **Os nomes se** declinão em generos & numeros: em generos como *moço. moça.* & em numeros como. *moço & moços. moça & moças* (32v7-9)

A expressão morfológica do objeto indireto de 3ª pessoa

No que se segue, destacamos da *Grammatica* as evidências para a afirmação de que o português quinhentista manifesta as propriedades românicas da construção de objeto duplo, evidenciadas na expressão morfológica dos **objetos dativos** de 3ª pessoa, tanto anafóricos quanto referenciais. Nosso objetivo é também de ordem comparativa, já que buscamos os mesmos aspectos sintáticos, semânticos e morfológicos que caracterizam esta relação gramatical no PE e PB (cf. seção 3).

## Os pronomes clíticos dativos

Como afirmamos acima, os verbos ditransitivos que selecionam dois argumentos internos, semanticamente interpretados como verbos de transferência/movimento, constituem os contextos mais representativos para a realização dos objetos dativos, tanto na sua expressão lexical, como pronominal. Entretanto, com relação aos argumentos dativos realizados pelas formas átonas de 3ª pessoa *lhe/lhes*, observamos que, na *Grammatica*, elas não estão associadas unicamente a estes contextos verbais. De fato, há 55 ocorrências de clíticos dativos licenciados em um amplo conjunto de predicados eventivos. Assim, os clíticos dativos ocorrem com verbos causativos (19a); verbos transitivos de atividade não direcional (19b-e); predicados inacusativos (19f-i); com estes tipos de verbo, os dativos são interpretados, respectivamente, como *afetado, possuidor, experienciador*:

19. a. A Lingoagem e figura do entendimento: & assi e verdade *que* a boca diz **quanto *lhe manda*** o coração & não outra cousa (2v2-4)
- b. Mercurio primeiro em Egipto ensinou a ler & falar diz diodoro siculo. E despoys também em grecia onde ***lhe chamarão*** Hermes que quer dizer interpretador (4v16-19)
- c. Tem tanto poder o costume & tambem a natureza que em que nos pes nos faz conhecer esta diuersidade de vozes & faz que muitos em lugar destas vogaes grandes escreuem duas como quer *que* a voz não seja mais *que* hua & outros ***põe lhe*** aspiração: mas também estes errão porque ***lha*** nam podem ***por*** em todos lugares. (6v32-7r5)
- d. das cõsoãtes eu diria *que* sem aspiração *fazē* alghũa mudança cujo sinal e *aquella* figura de letra ***.h. que lhe mesturamos*** assi como fazemos do til nas vogaes quando também mudão sua voz (11v11-14)
- e. digo *que* mudão a voz porque não he a mesma voz vila & vilã: mas o til *que* ***lhe posemos*** muda a qualidade do .a. de clara voz em escura & meteo mais pelos narizes (11v14-17)

f. & porẽ se estas & quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da beyra: ou aldeão não **lhe parecerão** mal (25v18-21)

g. & mais **que lhes parece** *que* podẽ ensinar a falar cõ çerimone as mudas (32r12-13)

h. Esta letra .**y**. *que* chamamos grego te a figura como .**v**. conso ante se não *que* estende hũa perna para bayxo **ficandolhe** a boca para çima todavia (9v30-32)

i. poys Quintiliano no primeyro liuro confessa *que* os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo **lhos** seus **faltauão** (21r22-24)

### Sobre o traço [+animacidade] dos dativos

Normalmente, nos estudos tradicionais sobre o português, os gramáticos afirmam que o OI deve ser reconhecido como a entidade que denota ou retoma exclusivamente um ser animado, ou concebido como tal. No entanto, a afirmação não procede. Partindo dos fatos do PE, nota-se que, tanto na expressão lexical, como na clítica, o que importa não é o fator animacidade, mas a possibilidade de que se possa estabelecer um tipo de relação de posse entre os dois argumentos OD e OI, que podemos entender como um tipo de relação parte-todo entre o argumento dativo [-animado] e o tema acusativo. A exigência é que o dativo possa ser capaz de ‘receber’ o tema de alguma forma. Ou seja, o dativo pode ser um objeto inanimado na medida em que o tema possa se tornar parte dele. A relação parte-todo fica mais clara diante das (im)possibilidades de paráfrases em que o *recipiente* pode ou não ser realizado como sujeito argumental e sintático do predicador *ter* possessivo. Vejamos o paradigma expresso em (20a-b)

20. a. A Maria tirou o pó **à mesa**/Tirou-**lhe** o pó / A mesa **tem** pó.  
 b. Pus os pratos **na mesa**/ \*Pus-**lhe** os pratos / \* A mesa **tem** pratos.

Dos exemplos acima, infere-se que *o pó* pode ser “parte” do objeto

*mesa*, mas não *os pratos* (cf. construções com *ter*).

Reconhece-se ainda a ausência do traço [+animado] do objeto dativo nos casos em que este expressa entidades abstratas. São usos muito produtivos nos textos didáticos ou gramaticais modernos, que podem igualmente ser parafraseados com o verbo *ter*:

21. a. O José deu importância **ao assunto**/deu-**lhe** importância /  
O assunto **tem** importância
- b. Atribuímos **aos acentos** várias funções/atribuímos-**lhes** várias funções / Os acentos **têm** várias funções.

Não surpreende, portanto, que a *Grammatica* se revele um tipo de texto favorecedor deste uso particular dos clíticos dativos de 3ª pessoa: os seus referentes podem ser entidades ou categorias abstratas com o traço [-animado]. Observem-se os exemplos em (22), todos com o verbo *dar*, em que é possível construir uma relação parte-todo (ou relação de posse) entre o OD e o OI dativo, interpretado como *recipiente* ou *fonte*:

22. a. **a qual letra** a mi me parece ser .y. & não .i. vogal porque ella não faz syllaba por si: nê tã pouco .j. cõsoãte na força **que lhe** nos **demos** (10r4-6)
- b. E assi tambẽ **as nossas syllabas** nunca se começãõ ã duas letras de diuersa natureza como sperãça: mas sempre **lhe daremos** nos começos das taes vozes hũa vogal **que** soe coa primeira letra. Como esperãça. estrado. (14v31-15r2)
- c. **este auerbio** digo alghũs o pronunçiãõ cõforme ao costume da nossa lingua que he amiga d'abrila boca: & **dãnlhe** aquella letra .a. que digo no começo: mas outros lhe tirãõ esse .a. & não dizẽ ate: mas dizẽ te (24r12-15)
- d. mas porẽ se achasemos hua **cousa noua** ã nossa terra bẽ **lhe** podiamos **dar** nome nouo buscãdo & fingindo voz noua (26r4-6)
- e. que **a este nome rey damoslhe** artigo castelhano chaman do lhe elrey (32r24-25)
- g. E cõ tudo **a estas duas .til.** & **h.** não metemos em conto de

letras perfeytas: porque de feito a força dellas e mui diminuyda & tanto *que* quasi a não sentimos sem ajudãmêto doutras letras: nẽ **lhe** podemos **dar** nome proprio que a pronũnciação dellas mostre (7v24-28)

Ao lado deste uso particular, o objeto dativo anafórico de 3ª pessoa é encontrado em seu emprego canônico, a saber: os clíticos retomam um antecedente [+animado/+humano] com verbos ditransitivos que expressam eventos dinâmicos:

23. a. **se alghũ perfioso** *quiser pera* lãçar dãtre os latinos esta aspiração mais proua *que* a *esperieçia*. **Damoslhe** quintiliano o *qual* diz no primeiro liuro assi (12r19-21)

b. Poys se **alguem** me dixer [...] **Preguntarlhey** então que nos fica a nos? ou se temos de nosso alghũa cousa (21r6-18)

c. nã so a terra: mas **a pessoa particular** hauemos de saber & ãtão **lhe** **preguntemos** porque **lhe** assi **chamou** (21v20-21)

### O redobro do clítico dativo

Por sua vez, na expressão do objeto dativo anafórico do tipo *a ele/a ela/ a eles/a elas* observamos que a *Grammatica* reflete uma variação entre presença vs. ausência de uma forma átona que acompanha a frase preposicionada, ou seja, entre a presença vs. ausência do redobro do clítico. De qualquer forma, o contexto parece deixar claro que a presença do pronome forte, com ou sem redobro, envolve a leitura contrastiva, ou excludente, que não seria possível se fosse empregada somente a forma clítica. (cf. exs. 24a-d). Observou-se ainda que as formas preposicionadas com redobro não estão restritas aos casos em que o antecedente é [+humano], pois podem ocorrer com antecedente [-humano], como nos exemplos em (24c-d).

24. a. Porque Greçia & Roma so por isto ainda viuẽ: porque quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes **a elles** sogeytas aprender suas linguas (4r18-21)

b. porque **a elles** deu a natureza afeyçoar o que querem dizer: & nos falamos boquicheos com mays magestade & firmeza. (6v15-17)

c. & de feito pareçẽ ser mais proprias & consoãtes a natureza da lingua pois **lhe [a] ella** mais obedeçẽ. (30v7-8)

d. da mudãça *que* aquelas tres cõsoantes fazẽ em sua força & virtude: outro tâto dizemos *que* o sentimos *naquelle* ajūtamento *que* faz co as taes letras: mas não **lhe** podemos **a elle** so formar nome nẽ pronũciação proprios (11v23-27)

Vemos, portanto, que o redobro forte não é obrigatório na *Grammatica*<sup>22</sup>. Na seção 3 mostraremos que, no PE, a presença das formas dativas *P+pronome* envolve contextos de redobro obrigatório e leitura contrastiva sempre que não houver um constituinte marcador de foco.

### Objeto dativo nulo

As formas pronominais dativas de 3ª pessoa apresentam diferentes possibilidades de realização nas línguas humanas. Na família românica expressam-se como sintagma preposicionado (P+pronome tônico), como pronome clítico ou como uma categoria vazia. Nas seções acima já analisamos as possibilidades de realização pronominal do argumento dativo na *Grammatica*. Detemo-nos, agora, nos contextos em que seria possível postular a presença de um pronominal nulo fonologicamente.

---

<sup>22</sup> Observa-se também o redobro do clítico na presença dos pronomes fortes de 1ª pessoa:

(i) mas **a mi me** parece *que* cõ o *.i.* consoãte o podemos escusar. (9v27-28)

(ii) porque assi **me** soa **a mi** nas minhas orelhas. (10v21-22)

(iii) mas **a mỹ** o cõtrairo **me** parece. (18r12-13)

(iv) & com tudo **a mi me** parece o contrayro: (24r23-24)

No texto de Fernão de Oliveira, a ausência do argumento *recipiente/destinatário* se manifestou de forma saliente com os verbos *dicende* (*dizer, falar, narrar, perguntar, etc.*) e com outros verbos ditransitivos, entre eles, *mandar, mostrar*, incluindo o verbo *dar*. Entretanto, como já bastante evidenciado na literatura especializada, inclusive nos estudos tradicionais, os verbos ditransitivos têm um uso transitivo muito produtivo, em que o evento descrito pelo verbo exige apenas um argumento interno. Ora, esta particularidade torna problemática a identificação do OI nulo fonologicamente, uma vez que seria sempre necessário computar a possibilidade de alternância entre o uso transitivo vs. ditransitivo. Observando os exemplos abaixo, concluímos que a análise de ‘apagamento do argumento dativo’ não se coloca, uma vez que parecem instanciar, claramente, o uso transitivo dos verbos *dizer, falar, mostrar, dar*:

25. a. **Disse** *que* esta letra .**m**. não e semiuogal nem podẽ fenecer em ella as nossas vozes (7r27- 28)

b. E porque se não podem ajuntar se chamão **diz** elle liquidas / *que* quer dizer derritidas: aĩda porẽ *que* a interpretação *que* ja demos deste nome liquido e melhor. (11r14-17)

c. Porque ja **dissemos** das syllabas & suas codições / ou calidades o *que* podemos alcançar & a breuidade da obra requeria agora **falaremos** das dições. (20r2-4)

d. a *que* os gregos chamão analogia agora **falaremos** della *que* e outra parte desta nossa grãmatica: & **mostraremos** como se guarda ãtre nos porque ja **dissemos** ate aqui da etimologia da qual marco varrão **diz** *que* se não alcãçaremos muito della ne por isso seremos dinos de culpa (28r7-12)

e. A diferẽça *que* tẽ os casos dos artigos e *que* no premeiro caso a *que* os latinos chamão *nominatiuo* & nos lhe podemos chamar *prepositiuo* pola rezão *que* **daremos** quando **falaremos** da natureza dos casos & da composiçã da lĩgua mas não nesta obra (31v11-15)

f. porque do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não he mais *que* so **dar** notiça das vozes & não difinções ou deter-

minadas declarações das cousas. (33v11-14)

g. mas *pera* limitar *quaes* são os nomes *que* acreçentão /s/ ou. mudão hũa so letra ou ambas as do ditongo eu não acho regra mais geral questa que agora **darey** (34r9-12)

No PE, como veremos na seção 3, não são muito produtivas as formas pronominais nulas, embora seja esta a estratégia mais observada nos dados do PB<sup>23</sup>. Estudos quantitativos recentes mostram que a forma clítica é a estratégia preferencial na expressão do OI anafórico no PE. Este pode ser, então, um bom argumento comparativo entre o português quinhentista, o PE e o PB, desde que se faça a seguinte ressalva: Fernão de Oliveira pode estar privilegiando, em razão da natureza gramatical do seu texto, o uso transitivo dos verbos de transferência ou movimento, em detrimento do uso ditransitivo, quando então teríamos a forma nula dos dativos anafóricos. Na história do PB, por outro lado, os vários estudos mostram que a frequência do OI nulo aumenta consideravelmente, quando os clíticos de 3ª pessoa começam a desaparecer. (cf. seção 3)

---

<sup>23</sup> Em Torres Morais & Ribeiro 2005 há um estudo comparativo entre o PE e PB, a partir dos dados extraídos do livro *O Alquimista*, de Paulo Coelho, e de sua 'adaptação' para o PE. Os exemplos abaixo mostram que, nos casos em que os verbos expressam um argumento *meta/recipiente*, o PE prefere a realização clítica, enquanto o PB opta pela forma pronominal nula. Em (a) temos dados do PB; em (b), do PE:

- (i) a. Um certo amigo tinha \_\_\_ indicado a loja...
- b. Um certo amigo tinha-*lhe* indicado a loja...
- (ii) a. Ela contou \_\_\_ que era filha do comerciante...
- b. Ela contou-*lhe* que era filha do comerciante...
- (iii) a. e pediu \_\_\_ que voltasse no ano seguinte.
- b. e pediu-*lhe* que voltasse no ano seguinte.
- (iv) a. As ovelhas, entretanto, tinham \_\_\_ ensinado uma coisa muito mais importante...
- b. As ovelhas, entretanto, tinham-*lhe* ensinado uma coisa muito mais importante...

A expressão lexical do argumento dativo: as preposições *a* e *para*

Finalmente, vejamos a expressão lexical dos argumentos dativos, começando por uma afirmação: o texto de Fernão de Oliveira revela os mesmos padrões do espanhol (cf. seção 1) nos usos das preposições *a* e *para*, ou seja, só a preposição *a* introduz o OI, que se define como realização semântica das funções *recipiente/beneficiário/fonte/origem, possuidor, experiencidor, afetado*<sup>24</sup>.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que o OI lexical também poder se referir a uma entidade abstrata, confirmando o que discutimos acima a respeito dos OIs pronominais. Assim, o traço [+animado/+humano] nem sempre pode ser considerado uma propriedade definidora da realização deste tipo de argumento. Os exemplos em (26), todos com o verbo *dar*, ilustram casos em que o OI expressa entidades não animadas.

26. a. & esta mesma virtude damos **ao .g.** quando se segue despoys delle **e.** ou **.i.** (9v25-27)

b. este so e hũ meyo *que deos* quis dar **as almas raçionaes** para se poderẽ comunicar antre si (2v17-19)

c. ja não digo *pera* as cousas *que* elles não conheçião: porque mal pode dar nome **a cousa** quẽ a não conheçe (27v20-22)

d. & aulo gellio *quasi* o mesmo sinte aos tres capitolos do segũdo liuro: cõ os *quaes* nẽ eu *quero* dar mais valia **ao costume de muitos grãmaticos** (12r24-27)

e. Acẽto quer dizer principal voz. ou tom da dição o *qual* acaba de dar sua forma & melodia **as dições** de qualquer lingua (17v22-24)

f. O Estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor **aos estudos liberaes** (4r16-17)

g. O vso destas dições antigas diz Quintiliano traz & da muita graça

<sup>24</sup> Como veremos na seção 3, a afirmação vale também para o PE.

**ao falar** quando he temperado & em seus lugares & tempos (25v7-10)

h. Dey **a estes nomes** no plural estes ditongos. **ay** & **oy**. cõ **.i** & não com **.e**. porque as minhas orelhas assi o julgão (35r15-17)

Já nos exemplos em (27), o OI expressa um entidade [+humana]:

27. a. porque quãdo senhoreauão o mundo mandarão **a todas as gentes** a elles sogeytas aprender suas linguas: & em ellas escreuião muytas boas doutrinas (4r19-22)

b. & nam trabalhemos em lingua estrangeira / mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas **que** a possamos ensinar **a muytas outras gentes** (5v6-8)

c. Mas nos somos tão grãdes bogios dos latinos **que** tomamos suas cousas sem muito sentir dellas **quanto** nos são neçessarias: & por nossa vôtade damos nossas auantagês **aos latinos & gregos** (12r2-5)

d. Porque assi o ouui pronũciar poucos dias ha no pulpito **ao muyto reuerendo padre** mestre Baltasar da ordem do Carmo (16r16-19)

e. o qual por autoridade apostolica foy feyto rey nam deuendo nada **a alguem** (4r7-9)<sup>25</sup>

Os complementos preposicionados introduzidos por *para* têm, na *Grammatica*, duas leituras predominantes e exclusivas. A primeira, em que são interpretados como *locativos* (28a-b); a segunda, em que se tem o sentido de *finalidade* (28c-h). Este é um resultado condizente com o uso da preposição *para* neste período, uma

---

<sup>25</sup> Observe, nos exemplo abaixo, OIs [+humano] com outros tipos de verbo:

(i) ainda **que aos gregos** pareceo outra cousa (18r3)

(ii) Mas os grãmaticos zombão dos logicos: & os sumulistas apupão **aos rheitóricos** (27r4-5)

(iii) & mais que pode dizer mal de mi que bo seja pois **aos maos** não posso fugir (37v30-31)

vez que não se tem como construir as leituras semânticas da alternância dativa quando o argumento é introduzido pela preposição *para*.

28. a. Pronũciasse a letra *.b.* antros beyços *apartados* lançado **para** fora o bafo com impeto: & quasi com baba. (9r2-3)

b. A pronuiação do *.m.* muge antre os beyços apertados apanhando **para** dentro. (9r17-18)

c. mas notarey o seu bo costume **para** *que* outros muitos aprendão & saybão quanto prima e a natureza dos nossos homens (2r14-16)

d. Tenhamos poys muito resguardo nesta parte: *porque* a lingua & escritura e fiel tisoureyra do bem de nossa soçessão & são diz Quintiliano as letras **para** ãtregar aos que vierem as cousas passadas. (6r26-29)

e. tiramos ou formamos hũas dições doutras **para** abasteçer & fazer copiosa a nossa lĩgua (27v17-18)

f. *porque* nesta pequena obra não há lugar **para** falar mais particularidades (19v28-29)

g. & na de muitas jũtamẽte se tira hũa **para** bos panos & outra **para** não tão finos (30r8-10)

h. se não que estas syllabas se mudão ou cortão **para** melhor melodia. (16r13-15)

O estatuto DP vs. PP dos objetos no contexto da ‘alternância dativa’

Como dissemos na introdução, um dos nossos objetivos neste texto é buscar evidências da ‘alternância dativa’ na *Grammatica*, no contexto dos verbos ditransitivos, nos moldes do que foi apresentado na seção 1, para o inglês e o espanhol.

Antes, porém, vejamos algumas das propriedades que identificam a construção de objeto duplo e a construção preposicionada com base nos fatos do PE. Na construção de objeto duplo, o OI é

uma categoria sintática distinta, ou seja, manifesta caso morfológico dativo e se realiza, na 3ª pessoa, quer através dos clíticos dativos (*lhe/lhes*), quer através de um a-DP. Semanticamente é interpretado como *recipiente, fonte, beneficiário, possuidor*. Na alternante preposicionada, há um sintagma preposicionado (PP), introduzido por uma preposição verdadeira - *a, em, para, de* – que contribui com o sentido *meta/recipiente* ou *locativo*.

Em outras palavras, na construção de objeto duplo o argumento dativo não é um PP: a preposição *a* que o precede é um marcador de caso, e não uma preposição lexical plena com conteúdo gramatical. Nestes termos, a associação dos clíticos *lhe/lhes* ao complemento indireto constitui um bom teste para sua identificação, uma vez que eles não podem estar associados a PPs<sup>26</sup>.

No PE a alternância se manifesta no conjunto de verbos ditransitivos dinâmicos *dar, mandar, enviar, comprar, desenhar, roubar, lavar, beijar*, etc. (cf. exs. 29-33) e de verbos estativos, *admirar, invejar*, etc. (cf. exs. 34)<sup>27</sup>

29. a. O José enviou uma carta **à Maria** /enviou-**lhe** uma carta.

b. O José enviou uma carta **para a Maria**.

30. a. O José roubou o relógio **ao Pedro**/roubou-**lhe** o relógio.

b. O José roubou o relógio **do Pedro**.

31. a. O José comprou um computador **ao seu filho**/comprou-**lhe** um computador.

b. O José comprou um computador **para o seu filho**.

32. a. A Maria fez um jantar **aos convidados**/fez-**lhes** um jantar.

b. A Maria fez um jantar **para os convidados**.

---

26 Cf. Torres Morais & Berlinck, 2006, 2007.

27 Cf. seção 3 para maiores detalhes sobre a alternância dativa no PE.

33. a. O Pedro lavou o carro **ao vizinho**/ lavou-**lhe** o carro  
 b. O Pedro lavou o carro **do vizinho**.
34. a. O Pedro admira a paciência **à Maria**/admira-**lhe** a paciência.  
 b. O Pedro admira a paciência **da Maria**.

Os exemplos extraídos da *Grammatica*, apresentados nas subseções anteriores, confirmam que o OI no texto de Fernão de Oliveira é uma função expressa morfologicamente, tanto na sua forma pronominal, quanto lexical<sup>28</sup>. Vamos tomar os casos em que o OI é realizado como *lhe* ou a-DP como evidência da construção de objeto duplo na gramática quinhentista. E quanto à construção ditransitiva preposicionada? A tarefa de rastrear tais construções não é muito fácil, e a tática que usamos para identificá-las é uma comparação possível com a contraparte dativa.

Desta forma, podemos dizer que encontramos casos que instanciam a presença de argumentos oblíquos introduzidos por uma verdadeira preposição<sup>29</sup>. Assim, em (35a-e), os PPs introduzidos pela preposição *em* e *de* teriam uma contraparte dativa em que seria possível construir a variante de objeto duplo, com um OI dativo. Os exemplos envolvem verbos como *tirar*, *mudar*, *acrecetar*, *tomar*, entre outros, em que o argumento preposicionado é interpretado como *recipiente/fonte*:

35. a. mas o *que* me espanta muito / e *que na lingua latina* na qual de<sup>poys</sup> *que* os latinos acabarão não temos nos que não somos latinos licença de **por**/nem **tirar**: nem **mudar** nada: **nesta lingua latina** (26v30-27r1)

<sup>28</sup> Cf. em particular as seções 2.1.1. e 2.2.

<sup>29</sup> Nem todos os exemplos estão ilustrando contextos ditransitivos. Alguns deles ilustram casos de verbos inacusativos.

b. nem tãpouco que cousa he nome como também fazemos **aos artigos: & faremos nos verbos** (33v9-11)

c. os nomes *que* somente **acreçentão .s. no plural** são todos os *que* no singular acabauão em vogal. (33v28-29)

d. a limitação ou regra sera esta pella mayor parte que **das dições velhas tomemos** as mais nouas & *que* são mais vezinhas de nosso tempo: assi como tambe **das nouas** hauemos de **tomar** as mais antigas & mais reçadas de todos ou da mayor parte (25v10-15)

e. confessa *que* os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo lhos seus faltauão que tãbẽ **da nossa lingua** tomarão alghũs / como nos tomamos **da sua** (21r23-25)

Em (36a-c) temos ainda exemplos de estruturas ditransitivas preposicionadas com PPs introduzidos pela preposição *de*; em (36d), um caso com a preposição *sobre*:

36. a. & para que possamos **fugir destas & doutras culpas** em *qualquer lingua* (27r8-9)

b. **Dos nomes** acabados em *.ol.* parece *que* **deuimos tirar** algũa eyçeyção (35r7-8)

c. Poys **dos nomes** acabados em *.ão.* ditongo que não mudão esse ditongo no plural (34r21- 23)

d. Os nomes acabados em *r.* ou *.s.* ou *.z.* acreçentão **sobre** seu singular *.es.* no plural (35r20- 21)

Já em (37) há um caso bastante evidente do uso da preposição *para* que pode 'alternar' com uma realização dativa do OI em que a preposição *a* é um marcador de caso.

37. tiramos ou formamos hũas dições doutras *pera* abasteçer & fazer copiosa a nossa lĩgua: & *porque* nos não faltẽ vocabolos nas cousas: **para as quaes** todas os *premeiros* homẽs não **poderão dar** vozes ã cõprimẽto: ja não digo **para as cousas** *que* elles não conheção: *porque* mal pode **dar nome a cousa** que a não conheçe (27v17-22)

Por fim, deixamos registrado que na *Grammatica* há uso lexical da preposição *a*, em construções que introduzem argumentos *locativos* selecionados pelos verbos ditransitivos, como mostram os exemplos em (38). Nestes casos, como locativo puro, não é possível alternar com os pronomes dativo *lhe/lhes*.

38. a. mas tornemos sobre nos agora que he tempo & somos senhores porque melhor he que **ensinemos a Guine** ca que sejamos ensinados de Roma (4r27-29)

b. As dições alheas são *aquellas que* doutras linguas trazemos a nosa por algũa necessidade de costume trato arte: ou cousa algũa nouamente **trazida a terra**: o costume nouo **traz a terra** nouos vocabulos (21v1-4)

c. & não o primeiro dos *que* põe xenophonte ser o *que* primeiro **trouxe** letras **a greçia** (4v22- 23)

### A codificação gramatical do OI de 3ª pessoa no PE e no PB

Nosso objetivo nesta seção é apresentar as propriedades gramaticais que identificam o OI de 3ª pessoa no PE e no PB, estabelecendo comparações com o português quinhentista retratado na *Grammatica*. Começamos por destacar aspectos sincrônicos fundamentais de sua realização no PE: (i) há expressão morfológica dos OIs referenciais e anafóricos; (ii) os argumentos dativos clíticos são licenciados com todos os tipos de predicadores verbais, recebendo interpretações particulares; (iii) há especificidades das preposições *a* e *para*: os contextos em que *a* alterna com *para* revelam uma dos aspectos da *alternância dativa*. A seção aborda ainda os mesmos fatos no PB, apontando para o seguinte: (i) perda acentuada do clítico dativo *lhe* no seu uso de 3ª pessoa; (ii) perda das distinções entre as preposições *a* e *para* com os verbos de transferência e de movimento. A nossa conclusão é que a variedade brasileira perdeu a propriedade de expressar morfologicamente o OI. Em nossos termos, os argumentos *recipiente/meta/fonte/possuidor* perdem o estatuto de OI-dativo, realizando-se como PPs

introduzidos por uma preposição lexical. Para tanto, trazemos resultados quantitativos de alguns estudos recentes.

#### O PE: um território de dativos

O OI dativo no PE se caracteriza por uma distribuição pervasiva. De fato, ele é licenciado no conjunto dos predicados ditransitivos que, semanticamente, expressam eventos dinâmicos de *transferência* e *movimento*, além dos transitivos dinâmicos de *construção* ou *criação*, os de *atividade não direcional*, os *predicados estativos*, como também com a grande família dos verbos *inacusativos*.

Como já destacado acima, o esquema temático dos predicadores ditransitivos compreende um argumento sujeito *agente* ou *experenciador* da ação expressa pelo verbo, um argumento objeto direto *tema* e um OI *recipiente/fonte/beneficiário/possuidor*. Observa-se que, nos contextos ditransitivos (39), o OI referencial é um DP introduzido pela preposição *dummy a*. A sua realização anafórica se dá com as formas átonas clíticas *lhe*, *lhes*:

39. a. A academia ofereceu **ao escritor** um prêmio /ofereceu-**lhe** um prêmio.
- b. O médico pediu muito dinheiro **ao seu paciente**/pediu-**lhe** muito dinheiro.
- c. A Maria preparou um belo jantar **aos convidados**/preparou-**lhes** um belo jantar.
- d. O cabeleireiro cortou os cabelos **ao Pedro**/ cortou-**lhe** os cabelos.
- e. Todos invejam o talento **ao pesquisador** / todos invejam-**lhe** o talento.

Os contextos de realização do clítico dativo em construções inacusativas estão ilustrados em (40) abaixo. Em todos estes exemplos, o dativo é um argumento *afetado* (*beneficiário*, *malefactive*, *possuidor*).

40. a. Morreu-**lhe** o filho mais velho.
- b. Chegou-**lhe** uma carta de Lisboa.

- c. Falta-**lhe** uma boa esposa.
- d. Surgiram-**lhe** muitas dúvidas.

Também na chamada ‘alternância causativa’ (inacusativos de mudança de estado *por causa externa*), os dativos são licenciados tanto na variante transitiva (causativa) como na variante inacusativa<sup>30</sup>:

- 41. a. O José abriu-**lhe** a porta.
- b. Abriu-se **lhe** a porta.

O dativo ético, que designa geralmente o locutor que está envolvido emocionalmente no evento expresso pelo predicador, ocorre em construções como em (42):

- 42. a. A noiva entrou-**lhe** na Igreja com sapatos azuis.
- b. Não **me** entre na Igreja com este vestido.

Iniciamos esta seção com uma afirmação: o OI dativo no PE se caracteriza por uma distribuição pervasiva. Será que poderíamos sustentá-la para uma abordagem do PB? Nas seções a seguir, vamos respondendo indiretamente a esta questão, na medida em que apresentamos as particularidades do PB em comparação ao PE. Faremos um recorte em nossa discussão para contemplar apenas o conjunto dos predicados ditransitivos que expressam eventos dinâmicos de transferência e movimento.

Os dativos anafóricos: pronomes clíticos, lexicais e nulos fonologicamente

As pesquisas recentes têm mostrado que as duas variedades do português exibem uma marcante diferença no uso das expressões

---

<sup>30</sup> Nas passivas e nas construções de alçamento, o dativo também se manifesta no PE:

- (i) A medalha de ouro foi-**lhes** entregue hoje.
- (ii) O menino parecia-**lhe** muito doente.

anafóricas. O PB, ao contrário do PE, desenvolveu um sistema em que os clíticos dativos de 3ª pessoa não fazem parte do vernáculo, pois não são formas que se apresentam naturalmente nos dados lingüísticos primários aos quais as crianças estão expostas, durante a fase da aquisição da linguagem. Assim como ocorreu com os clíticos acusativos de 3ª pessoa, eles são adquiridos via escolaridade ou através do contato com a língua escrita mais elaborada<sup>31</sup>.

Resultados quantitativos relevantes compõem a análise de amostras de fala culta do PE e PB, realizada por Freire (2000). Em sua pesquisa, ele encontrou as seguintes variantes na realização do dativo anafórico<sup>32</sup>:

Distribuição dos dados computados segundo a variante usada (FREIRE, 2000).

VARIANTE	Clítico		Pron. Lexical		SN anafórico		Dativo nulo		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
PB	—	—	8	57	1	7	5	36	14	100
PE	29	88	—	—	1	3	3	9	33	100

A tabela acima é bastante reveladora. A sua leitura nos permite

<sup>31</sup> Os clíticos *lhe/lhes* no uso de 3ª pessoa são produtivas na linguagem literária, na linguagem bíblica, nos textos mais formais do PB. No entanto, as formas inovadoras se infiltram aos poucos nestas modalidades. Um exemplo disso são as diferentes versões da Bíblia. A chamada *Versão Pastoral*, embora conserve a fidelidade aos textos originais, procura traduzi-los em linguagem corrente. Numa passagem do Evangelho de São Marcos é possível encontrar as formas *lhe/lhes* para se referir à 3ª pessoa (cf. (ia) abaixo), embora as formas clíticas dos dativos possam ser substituídas por outras estratégias: em (ib), o dativo de posse ocorre em variação com a forma genitiva; o mesmo não se verifica na versão mais elaborada do texto bíblico, a Bíblia de Jerusalém (ic):

(i) a. Pedro se lembrou do que Jesus **lhe** havia dito. (1254-14-15)  
 b. Então alguns começaram a cuspir em Jesus. Cobriram o rosto **de Jesus** e o esbofetearam. (1244-14-15)  
 c. Alguns começaram a cuspir nele, a cobrir-**lhe** o rosto, a esbofeteá-lo (1782-14-15)

<sup>32</sup> Para a bibliografia relevante, cf. Torres Morais & Berlinck 2006, 2007.

depreender que, enquanto a fala culta lusitana faz largo uso do clítico *lhe* na realização do dativo anafórico de 3ª pessoa (88%), a fala culta brasileira não registra um só uso dessa variante. Por essa razão, as estratégias de substituição ao clítico dativo pelas formas nulas (36%) ou formas fortes, isto é, pronomes lexicais regidos por preposição (57%) são muito mais produtivas na variedade brasileira do que na europeia. De fato, a ocorrência de dativo nulo é de apenas (9%) no PE e, segundo Freire, em contextos com os verbos *dicendi*, como também observamos em relação ao português quinhentista (cf. seção 2).

Do ponto de vista diacrônico, os dados do estudo de Berlinck 2001, com base em um conjunto de peças teatrais, escritas de 1730 a 1890, mostram um decréscimo no uso do clítico dativo *lhe* (de 93% dos dados em 1730 para 67% em 1890), e um sutil desenvolvimento do uso da estratégia de OI do tipo *P+pronome* (de 0% em 1730 para 3% em 1890)<sup>33</sup>. Este último padrão também é distinto do que ocorre em PE, como ilustram os seguintes dados (cf. TORRES MORAIS, 2004, 2006):

43. a. O José deu o livro **a ela** / **para ela**. (PB/\*PE)  
 b. O José deu-**lhe** o livro **a ela** ( **a ela** não **a ele**...) (\*PB/ PE)

Enquanto em PE o OI do tipo *P+pronome* só é possível com a preposição *a* em construção de redobro, e necessariamente com leitura contrastiva (43b), no PB o redobro está excluído e não há restrições quanto ao tipo de preposição nem quanto à leitura pragmática do OI (43a).

Pode-se concluir, portanto, dos estudos comparativos e históricos, que as mudanças marcantes na expressão do OI anafórico de 3ª pessoa na variedade brasileira já estão se manifestando nos da

<sup>33</sup> A autora também atesta um aumento na frequência de OIs nulos, de 7% em 1730 para 30% em 1890.

dos a partir do século XVIII. E, como dissemos, tais mudanças refletem queda acentuada no uso do pronome clítico, levando a um aumento expressivo das ocorrências do OI nulo e das formas pronominais fortes introduzidas pelas preposições *a* ou *para*.

#### Os dativos referenciais e as preposições *a* e *para*

Quanto à realização das preposições *a* e *para*, os estudos sincrônicos e diacrônicos têm revelado igualmente um distanciamento entre o PE e o PB: o PE apresenta um comportamento semelhante ao do espanhol, desde que só a preposição *a* introduz OI; o PB, por outro lado, realiza complementos introduzidos por *a* ou *para*<sup>34</sup>.

As diferentes interpretações que se obtêm nos contextos com os verbos ditransitivos, nos quais o OI é *recipiente*, são ideais para ilustrar estas diferenças (cf. TORRES MORAIS & BERLINCK, 2007; TORRES MORAIS & SALLES, 2007)<sup>35</sup>.

44. a. O José enviou uma carta **à Maria**/enviou-**lhe** uma carta. (PE/PB)
- b. O José enviou uma carta **para a Maria**/à **Bélgica**. (PE/PB)
- c. O José atribuiu uma tarefa **aos alunos**/atribuiu-**lhes** uma tarefa. (PE/PB)
- d. O José atribuiu uma tarefa **para os alunos**. (\*PE/PB)
- e. O José devolveu o dinheiro **aos clientes**/devolveu-**lhes** o dinheiro. (PE/PB)
- f. O José devolveu o dinheiro **para os clientes**. (\*PE/PB)

<sup>34</sup> Cf. nota 1, sobre o fato de que em algumas gramáticas do português há um contraponto entre os complementos dativos de verbos ditransitivos, caracterizados pelo esquema SU V OD OI, e complementos preposicionados oblíquos, caracterizados pelo esquema SU V OD OBL.

<sup>35</sup> Os julgamentos do PE estão baseados no dialeto de Lisboa, por comunicação pessoal com os profs. Ana Maria Martins e João Costa.

- g. Maria comprou o livro **ao amigo**/comprou-**lhe** o livro. (PE/\*PB)  
 h. Maria comprou o livro **para o amigo**. (PE/PB)

A sentença (44b) *O José enviou uma carta para a Maria* só é possível no PE se for interpretada de forma que Maria não esteja diretamente afetada pela relação de transferência. Desta forma, a sentença implica que *José enviou-lhe (ao João) uma carta para que este a entregasse à Maria*. Tem uma interpretação aproximada de: *Ele deu ao João uma carta para a Maria*. Nestes termos, *para a Maria* é um complemento preposicionado (PP).

Ao contrário, *enviou a carta à Maria / enviou-lhe a carta* (44a) implica que a carta foi enviada diretamente à Maria e que ela deve estar em sua posse. O que está em jogo é a interpretação dinâmica direcional de posse entre o OI e OD. Tal relação não pode ser construída se o argumento preposicionado for um *locativo puro*. Este ponto fica bem evidenciado com a sentença *O José enviou uma carta à Bélgica*, em que não seria possível a contraparte *enviou-lhe uma carta*<sup>36</sup>.

Com o verbo *comprar* (44g-h) manifesta-se igualmente um contraste interpretativo: enquanto *comprei um computador ao meu filho / comprei-lhe um computador* implica que o filho está na posse do computador, *comprei um computador para o meu filho* não tem necessariamente esta implicação; daí termos a seguinte interpretação: *Comprei um computador ao meu filho (que lhe vou dar no Natal)*. É esta mesma alternância entre *a* e *para* no PE que explica a agramaticalidade de (44d) e (44f). De fato, verbos como *atribuir*, *devolver*, *distribuir*, *emprestar* expressam unicamente o sentido de orientação direta, só podendo ser realizada pela preposição *a* no PE.

<sup>36</sup> No entanto, se a expressão puder se referir a uma entidade ou instituição, no caso, o governo da Bélgica, é possível a contraparte dativa, nos seguintes moldes: *enviou-lhes uma carta*.

Resumindo: com os verbos de movimento pode-se usar *para* com o complemento [+humano], mas a relação é menos direta do que com *a*. São verbos que, no PE, permitem as duas preposições, mas com interpretações distintas. Há, pois, dois tipos de construção marcada também pela semântica da transferência: a transferência de posse e a transferência de localidade, como já mencionado na seção anterior.

No PB, porém, a preposição *para* nos contextos ditransitivos permite a leitura de transferência direta e a relação dinâmica de posse entre o *recipiente* e o objeto *tema*, como atestado nas sentenças em (44). Naturalmente, casos como (44a) estão restritos aos textos escritos formais. Quanto à sentença em (44g), a leitura beneficiária não é possível no PB.

Do ponto de vista da variação e mudança, os estudos sobre o PB têm apontado para o uso cada vez mais freqüente da preposição *para* / *de* em lugar de *a*, com os verbos ditransitivos em que o argumento dativo é interpretado como *meta/recipiente* ou *fonte/origem*. No que diz respeito ao argumento *meta/recipiente*, as realizações da preposição *a* variam segundo a origem geográfica do informante; em todos os casos, contudo, há predomínio da preposição *para*: (i) Berlinck (1997) observa 93,5% de emprego da preposição *para* em fala de jovens universitários curitibanos; (ii) Gomes (2003) e Iseke Bispo (2004) constataam índices acima de 80% na fala de cariocas (*Projeto Censo, Recontato*); (iii) Salles & Scherre (2003) verificam que, na fala dos habitantes de Fortaleza, há uma presença mais expressiva da preposição *a* (33%). Assim, pode-se dizer que o uso da preposição *para* predomina em todas as variedades de língua falada estudadas até o momento no Brasil.

### Inovações no PB

Podemos afirmar que, no PB, a função tradicionalmente denominada OI dativo difere de fases antigas da língua e do PE moder-

no, e de outras línguas românicas. Nossa hipótese é que as propriedades inovadoras na expressão do OI no PB se devem a dois fatores: (i) perda dos pronomes clíticos dativos de 3ª pessoa e (ii) perda da preposição *a*, na sua função gramatical de marcar morfologicamente o caso dativo. As duas perdas parecem ter ocorrido em períodos históricos paralelos, já que passam a ser priorizadas duas estratégias para a expressão pronominal do OI: a forma nula e as formas pronominais fortes.

No caso da expressão referencial, o PB analisa o argumento introduzido pela preposição *a* ou *para* como um PP. Nesta perspectiva, a codificação gramatical do OI se enquadra no padrão das construções com PPs locativos, diferindo das línguas nas quais o OI é mapeado em uma configuração estrutural específica, ou em conexão com a expressão morfológica, ou sob a combinação de ambas as estratégias. Quais as implicações da perda da preposição *dummy* que introduz o argumento dativo? Além dos casos de *para* introduzindo o OI, observam-se, no PB, construções inovadoras em relação ao PE, quando entra em jogo a realização de construções perifrásticas (45), construções de posse inalienável (46), e construções com argumentos *fonte/origem* (47) (cf. TORRES MORAIS & SALLES, 2007).

#### 45. Causativas perifrásticas

- a. Maria mandou comer o bolo **ao menino** (\*PB/PE) /\*para o menino.
- b. Maria mandou **o menino** comer o bolo. (PB/ PE)

#### 46. Posse inalienável

- a. Maria cortou as unhas **ao menino** (\*PB/ PE) /\*para o menino.
- b. Maria cortou as unhas **do menino**. (PB/ \*PE)

#### 47. Argumento interpretado como *fonte/ origem*

- a. Maria comprou o bolo **ao padeiro**. (\*PB/ PP)
- b. Maria comprou o bolo **do padeiro**. (PB/ \*PE)

Os dados anteriores mostram: (i) que a alternância entre *a* e *para* não é possível nos contextos de (45) a (47); (ii) que construções de reestruturação em causativas perifrásticas são agramaticais no PB (45a); (iii) que no PB a posse inalienável é expressa unicamente pela preposição *de* e não pela preposição *a* (46b); (iv) que o argumento *fonte* / *origem* também se realiza com a preposição *de* em PB, com verbos do tipo de *comprar* (47b)<sup>37</sup>; (v) que as diferentes interpretações dadas aos usos das preposições *a* e *para* no PE, entre transferência direta do tema (47a) e transferência indireta do tema (47b) podem ser realizadas por uma única preposição no PB. Contudo, não se trata de uma simples substituição lexical, uma vez que a ausência de uma interpretação possível leva à perda de construções relevantes, ou ao aparecimento de construções inovadoras, ou mesmo, à coexistência das estruturas antigas com as estruturas inovadoras<sup>38</sup>.

Lembramos, por fim, que o PB apresenta desafios dialetais. Em certas regiões de Minas e Goiás, o OI pode ser realizado nas duas diferentes configurações propostas para o PE: a primeira reconhecida como um=*a* construção de objeto duplo (cf. exemplo em 48 abaixo); a segunda identificada sintaticamente como uma construção ditransitiva, com dois argumentos internos, sendo um deles um argumento introduzido por preposição. Entretanto, tal afirmação não compromete as generalizações feitas para o PB, em particular para o PB culto, a que se refere à perda da expressão morfológica do OI dativo. Observamos que a construção de objeto duplo do PB dialetal se equipara mais com o inglês e não com o PE

---

<sup>37</sup> Outras possibilidades também são atestadas no PB para indicar fonte / origem:

- (i) Maria comprou o bolo **com** o padeiro.
- (ii) Maria comprou o bolo **na mão do** padeiro.

<sup>38</sup> Para uma apresentação de construções inovadoras no dialeto de São Paulo, resultantes da perda do marcador dativo, cf. Figueiredo Silva, 2007.

ou espanhol: (i) na sua expressão lexical, o argumento *recipiente* é realizado como um DP ‘nu’, ou seja, não é introduzido pela preposição *dummy*; (ii) na sua expressão anafórica, a 3ª pessoa não é um clítico dativo, mas uma forma pronominal forte; (iii) a ordem dos constituintes OI-OD é rígida. (cf. SCHER, 1996; SALLES, 1997)

27) João deu **Maria/ ela** um carro

Assim, a perda da morfologia casual do PB se revela também nas suas manifestações dialetais.

## Conclusão

Lembramos que as diferenças que se observam entre o PE e o PB resultam geralmente de parâmetros comparativos entre as duas variedades, em sua fase moderna ou contemporânea, embora date do início do século XVI a chegada ao Brasil das primeiras levas de portugueses. As duas grandes questões colocadas na comparação entre PE e PB se traduzem em duas perguntas básicas: (i) as propriedades sintáticas que caracterizam o PB contemporâneo, em oposição ao PE, fariam parte da gramática europeia do século XVI, ou são inovações posteriores? (ii) como caracterizar diacronicamente as propriedades sintáticas do PE contemporâneo? Respostas diferentes já foram apresentadas para as duas perguntas, a depender do tipo de fenômeno em estudo<sup>39</sup>.

No que diz respeito à alternância dativa, vimos na seção 2 que a sintaxe da *Grammatica* mostra (i) um uso sistemático da construção dativa, sendo o OI realizado quer pelo clítico *lhe*, quer pelo

---

<sup>39</sup> Não temos espaço no texto para discorrer sobre as várias propostas. O leitor interessado pode consultar os trabalhos da coletânea organizada por Roberts & Kato (1993), além dos estudos de Mattos e Silva (1994), Ribeiro (1998, 2007), Galves (2001; 2007).

constituente a-DP; (ii) a especificidade da preposição *para*, como introdutora de PP locativo ou com o sentido de finalidade; (iii) o uso restrito do OI nulo, atestado sobretudo em contextos de verbos que permitem um uso transitivo; (iv) a construção ditransitiva preposicionada, com diferentes tipos de preposição. Na seção 3 procuramos mostrar a continuidade da sintaxe dos dativos na gramática do PE contemporâneo. A única diferença entre os dois períodos do PE aqui considerados diz respeito ao redobro do clítico, obrigatório no PE contemporâneo quando o a-DP se realiza na forma pronominal (*a ele / a ela*), mas opcional na *Grammatica*. Quanto ao PB, fica evidente a obsolescência da manifestação morfológica do dativo, relacionada à perda do clítico *lhe* e da preposição *a-dummy*. As sínteses apresentadas na seção 3 retratam bem este fato.

Portanto, em relação a este fenômeno, a conclusão óbvia é que o PB se caracteriza por uma gramática inovadora, em oposição ao PE, ou seja, o PE parece ter mantido intactos os fios quinhentistas que teceram a gramática dos argumentos dativos. Assim, a sintaxe do dativo, no PB, não se configura como resultado de deriva, de continuidade de propriedades sintáticas presentes na língua mãe. Resta saber até onde a situação de aquisição imperfeita do português (no sentido de Kroch 2006 e Lucchesi 2000, 2003), típica de contato contínuo e intenso entre línguas – como aconteceu durante todo o período colonial, entre o português e as línguas indígenas e as africanas –, pode estar subjacente às mudanças que ocorreram no PB em relação às construções dativas. Mas, esta é uma outra história, a ser continuada em um outro texto.

## Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 1999.
- BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: EDAF, 1874[2004].
- BERLINCK, R. de A. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: *II Encontro do CelSul*. Anais. Florianópolis. UFSC, 1997.
- BERLINCK, R. de A. The dative. In: VAN BELLE, W. & VAN LANGENDONCK, W. (org.). *Case and grammatical relations across languages*. Vol I. Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1996. p. 119-151.
- BERLINCK, R. de A. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: *II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico*. Anais. Florianópolis. UFSC, 2000. p. 210-220.
- BERLINCK, R. de A. Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português. *Revista Letras*, 56. Curitiba, 2001. p. 159-175.
- COSTA, J. Word order and discourse-configurationality in European Portuguese. In: J. Costa (ed.), 2000. *Portuguese syntax. New comparative studies*. Oxford: Oxford University Press. p. 94-115.
- CUERVO, C. Datives at large. PhD. Dissertation. MIT, 2003.
- CUERVO, C. (2004). Structural asymmetries but same word order: the dative alternation in Spanish. MIT
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira. 3a edição revista, 2001.
- FIGUEIREDO-SILVA, M. C. A perda do marcador dativo e algumas de suas conseqüências. In: CASTLHO, Ataliba de; TORRES MORAIS, Maria

Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo; Campinas: Pontes; Fapesp. 2007. p. 85-110.

FREIRE, G. Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTLHO, Ataliba de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo; Campinas: Pontes; Fapesp. 2007. p. 513-528.

GOMES, C. A. Embedded processes in dative alternation: a comparative study about three contemporary varieties of Portuguese. *NWAVE*. 28. Toronto. Canadá, 2003.

HERNANZ, M. L. & BRUCARD, J. M. *La sintaxis. Principios teóricos. La oración simples*. Vol. 1. Barcelona: Crítica, 1987.

ISEKE BISPO, K. C. *A Sintaxe do objeto indireto no português do Brasil*. Dissertação e Mestrado. Brasília. UnB, 2004.

KATO, M. & Ribeiro, I. A evolução das estruturas clivadas no português: período V2. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA. V. VI. p. 165-182.

KROCH, A. If at first you don't succeed: the time course of language acquisition and its implications for language change. University of Pennsylvania, 2006.

KROEGER, P. R. *Analyzing syntax. A lexical-functional approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LUCCHESI, D. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do por-

tuguês popular do Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARAT, C. & ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

MACKENZIE, D. *A manual of manuscript transcription for the "Dictionary of the Old Spanish Language."* Ed. Ray Harris-Northall. 5th ed. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1997.

MATEUS, M. H. M. *et alii. Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MATTOS & SILVA, R. V. Para uma caracterização do período arcaico do português. *DELTA*, 10. 1994, p. 247-276.

ORDOÑEZ, S. G. Los dativos In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-CALPE, 1999. p.1855-1930.

PYLKKÄNEN, L. Introducing arguments. PhD Thesis. MIT, 2002.

RIBEIRO, I. A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2. Tese de Doutorado. Campinas. UNICAMP, 1995.

RIBEIRO, I. A "Obra pedagógica de João de Barros": a sintaxe da ordem nas sentenças encaixadas. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador. V. 19. 1997, p. 217-238.

RIBEIRO, I. A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, A. de (Org.). *Para a história do português brasileiro. Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. V.1. 1998, p. 101- 119.

RIBEIRO, I. Quais as faces do português culto brasileiro. In: ALKMIM, T. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas. V. III. 2002, p. 359-382.

RIBEIRO, I. As mudanças sintáticas do PE - Questões sobre periodização. In: CASTILHO, Ataliba de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do*

*português brasileiro*. São Paulo; Campinas: Pontes; Fapesp. 2007, p. 529-548.

RIBEIRO, I.; KATO, M. A. A posição do foco predicativo no período V2 e no português moderno. Apresentado no VII Seminário do PHPB – Londrina-PR, 2007.

ROBERTS, I. & KATO, M. *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ROCHA LIMA, M. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2003.

SALLES, H. M. L. & SCHERRE, M. M. P. Indirect objects in Brazilian Portuguese and in English. In: NÚÑEZ-CEDENO, R & CAMERON, L. L. (eds.). *A Romance perspective on language knowledge and use – Selected Papers from the 31st LSRL*. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins. 2003. p. 151-165.

SALLES, H.M.L. Prepositions and the syntax of complementation. PhD Dissertation. University of Wales, 1997.

SCHER, A.P. As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil. Dissertação de Mestrado. Campinas. UNICAMP, 1996.

TALLERMAN, M. *Understanding syntax*. London: Hodder Arnold, 2005.

TORRES MORAIS, M. A. & BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T; RIBEIRO, I; CARNEIRO, Z. & ALMEIDA, N. *Novos dados, novas análises*. Vol.VI. Tomo I. Salvador. EDUFBA. 2006, p. 73-106.

TORRES MORAIS, M. A. & BERLINCK, R. de A. In: "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele": a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. CASTLHO, Ataliba de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo; Campinas: Pontes; Fapesp. 2007, p. 61-84.

TORRES MORAIS, M. A. & RIBEIRO, I. Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. *Linha d'Água*, 17. 2005, p. 21-48.

TORRES MORAIS, M.A. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. In: *Revista da Abralín*. Vol. 5. 1 e 2 . 2006, p. 239-266.

TORRES MORAIS, M. A. Os dativos. Tese de livre-docência. São Paulo. USP, 2007.

TORRES MORAIS, M.A. Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo da cliticização e movimento do verbo. Tese de Doutorado. Campinas. UNICAMP, 1995.

TORRES MORAIS, M.A. Aspectos da sintaxe da ordem nas sentenças finitas na “Obra pedagógica de João de Barros”. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador. V. 19. 1997, p.197-216.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. Presented at LSRL 37, University of Pittsburgh, 2007.

**SUBMETIDO EM:** 30.07.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

# FERNÃO DE OLIVEIRA: UM RENASCENTISTA AVENTUROSO E UM GRAMÁTICO SENSÍVEL

FERNÃO DE OLIVEIRA: AN ADVENTUROUS AND  
SENSITIVE RENAISSANCE GRAMMARIAN

**Maria Helena Mira Mateus**

Universidade de Lisboa

Instituto de Linguística Teórica e Computacional – ILTEC

**RESUMO:** A primeira parte do artigo sobre Fernão de Oliveira refere alguns aspectos da sua vida aventureira e demonstradora de grande coragem. Ainda jovem, fugiu para Espanha onde tomou contacto com estudos gramaticais da língua castelhana. Ao regressar a Portugal publicou, em 1536, a Gramática da Linguagem Portuguesa, o primeiro estudo do funcionamento do português escrito nesta língua. O facto de não ser reconhecida a importância da obra causou-lhe desgosto e levou-o a sair para Itália e, posteriormente, a entrar em outras aventuras que incluíram actos de pirataria. Os seus últimos anos foram passados a investigar e a escrever sobre a Arte da Guerra e do Mar.

A segunda parte do artigo é dedicada à apresentação da Gramática de Fernão de Oliveira nos seus aspectos mais relevantes: o estudo dos sons (“letras, sílabas e vozes” do português quinhentista) no qual revela um conhecimento do funcionamento do sistema fónico e uma intuição linguística notáveis, uma análise do acento de palavra e uma descrição de outros traços prosódicos que permitem captar a melodia da língua. As várias transcrições da Gramática incluídas no artigo possibilitam

um julgamento do valor desta obra que, sem dúvida, está à frente, no tempo e na qualidade, dos estudos gramaticais sobre a língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Fernão de Oliveira. Gramática. Português quinhentista.

**ABSTRACT:** In the first part of this paper about Fernão de Oliveira I relate some aspects of his life which was plenty of adventures and brave actions. When he was still young he went to Spain where he got in touch with the new grammatical studies over the Castilian language. Coming back to Portugal he published, in 1536, the Gramática da Língua Portuguesa, the first grammatical study about Portuguese written in this language. As he understood that in the intellectual milieu his work was not enough appreciated, he went to Italy and latter he got involved in some adventures. During the last part of his life he devoted himself to write about the Arte da Guerra e do Mar.

In the second part of this paper I presented the most relevant aspects of the Gramática de Fernão de Oliveira: the study of the phonetic level (“letras, sílabas e vozes” of his contemporary spoken language) in which he shows a remarkable knowledge of the phonetic system and a very good linguistic intuition, an analysis of the word stress and other prosodic features that allow us to capture the language melody. The transcriptions of different parts of the Oliveira’s work included in this paper give the possibility to judge the value of his Gramática with respect to the studies of the Portuguese language.

**Keywords:** Fernão de Oliveira. Grammar. Portuguese Language of the 16th century.

## O homem e as suas aventuras

Falar de Fernão de Oliveira é sempre um prazer, e não só por ter sido o primeiro estudioso da língua portuguesa a escrever em português a gramática da nossa língua. A sua capacidade de explicitar a natureza dos sons levou Eugénio Coseriu a considerá-lo “o mais importante foneticista da Renascença na România”. Datando de 1536 a sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, quatro anos antes da obra de João de Barros, afirmam os autores da edição crítica da sua obra que “Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na linguística lusa” (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 10). Entenda-se aqui a diferença com relação às obras gramaticais anteriores escritas em latim e obedientes à tradição medieval.

Foi Fernão de Oliveira um homem de muitas aventuras e grande coragem. Uma incursão breve na sua vida marcadamente renascentista pode iluminar o nosso esquecido conhecimento dos navegadores portugueses da época, homens em quem existia um misto de coragem e loucura, de pressões geográficas e políticas, alguma curiosidade e uma atormentada procura do eldorado.

Fernão de Oliveira nasceu em Aveiro no ano de 1507<sup>1</sup>. Filho de Heitor de Oliveira, Juiz dos Órfãos de Pedrógão, interiorizava as crenças contemporâneas do destino glorioso de Portugal no mundo, a força vitoriosa que tinha trazido para este país o monopólio das especiarias e que mantinha com mão firme o domínio das feitorias asiáticas. Em 1520, com 13 anos, entrou Fernão de Oliveira como noviço na ordem dos Dominicanos em Évora. Aí adquiriu uma consistente cultura humanística e contactou com renascentistas de excepção como André de Resende. Do convento fugiu para

---

<sup>1</sup> A informação biográfica que aqui se apresenta foi colhida em Amadeu Torres e Carlos Assunção, 2000, e em Teresa Ferrer Passos, 1994 (ver Referências).

Espanha, em 1532, quer por não se sentir vocacionado para a vida monástica, quer por desejar integrar-se em meios intelectuais e universitários da época e, de certeza, por influência dos grandes pensadores reformistas. Durante o breve tempo que permaneceu em Castela conseguiu licença papal para se tornar sacerdote secular e tomou contacto com os estudos gramaticais espanhóis. A *Gramática de la Lengua Castellana*, de Nebrija, a primeira em língua novilatina que conheceu e cita, fez de certo emergir o desejo de escrever em português uma obra paralela sobre a sua língua materna, embora o não faça como simples imitador mas com muita originalidade.

O regresso a Portugal em 1533, o reconhecimento do seu saber e o exercício do ensino da língua e da cultura renascentista aos filhos de alguns intelectuais portugueses foram um estímulo e uma oportunidade para elaborar a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1536. Com esta obra procurou Oliveira esclarecer e salvaguardar uma língua falada pelo povo de sábios navegadores, “a língua de tão nobre gente e terra como é Portugal”.

Em 1540 saiu o Padre Fernão de Oliveira de Portugal para Itália, segundo alguns autores desgostoso pela falta de reconhecimento da sua obra – a gramática de João de Barros, publicada 4 anos depois, foi considerada a primeira escrita em português, e o prestígio que alcançou este escritor ofuscou, no meio académico, o mérito devido a Fernão de Oliveira. Segundo outros biógrafos, porém, Fernão de Oliveira teria ido à Itália, encarregue por D. João III de defender, junto da Santa Sé, os cristãos novos perseguidos pela Inquisição.

Fosse por uma ou por outra razão, Fernão de Oliveira voltou a Portugal em 1545 acompanhando o Núncio Apostólico. Por essa ocasião, já não tinha o prestígio que o tornara professor de filhos da nobreza e emérito gramático. Desgostoso com o esquecimento, exila-se no próprio país e oferece-se como marinheiro para pilotar uma galé francesa que estava no Tejo. Próximo de França a galé é

aprisionada por navios ingleses e o piloto Fernão de Oliveira, apresentando-se como português, e acolhido na corte inglesa é colocado sob a protecção de Henrique VIII. Dois anos depois decide voltar a Portugal julgando que o ambiente lhe seria propício. O exílio em Inglaterra, “apesar dos contratemplos, mostrara-se-lhe também proveitoso: aprendera, por experiência, a dirigir um navio, a prover as suas necessidades, a vivenciar um aprisionamento, a captar os segredos do mar; além disso, o convívio com a corte de Henrique VIII dera-lhe uma perspectiva nova da reforma protestante, empreendida por aquele soberano; observara que o amor ao Evangelho não perdera força ao ser desobedecido o Chefe da Igreja de Roma” (PASSOS, 1994, p. 71-72).

No seu regresso, Fernão de Oliveira não escondeu a opinião formada na corte inglesa. Denunciado por inimigos e amigos, a inquisição moveu-lhe um processo e encarcerou-o durante quatro anos, para o que contou sem dúvida a influência vingativa dos dominicanos de cujo convento tinha fugido. Os passos do processo são conhecidos, tal como a argumentação desenvolvida em sua defesa pelo próprio Fernão de Oliveira.

Por ordem do Cardeal D. Henrique saiu em liberdade em 1551. Sempre enérgico e aventureiro, participou no ano seguinte numa expedição organizada por D. João III em auxílio do rei de Velez, no norte África. O navio foi aprisionado e o capelão Fernão de Oliveira foi encarregue de negociar o resgate dos companheiros. A partir desta última façanha, Fernão de Oliveira mantém-se em Portugal e entrega-se ao estudo. Espírito inquieto, aprofunda os conhecimentos náuticos, trabalha como revisor tipográfico e como mestre de retórica na Universidade de Coimbra e publica, em 1555, a *Arte da Guerra e do Mar*. Denunciado como *cismático*, é novamente encarcerado pela inquisição durante dois anos.

Desde que saiu da prisão até a sua morte, com data incerta

entre 1580 e 1581, não se conhece com exactidão o seu percurso. Sabe-se que em 1565 lia “casos de consciência” no Convento de Palmela e, ao que consta, recebia uma tença de D. Sebastião. Sabe-se ainda que, durante esses anos difíceis em que Portugal caminhava para a perda da independência, Fernão de Oliveira realizou estudos que ficaram por publicar sobre a arte de navegar e a história de Portugal<sup>2</sup>. O desgosto por não ser reconhecido pela sua *Gramática* afastou-o dos estudos linguísticos. E no entanto, foi Fernão de Oliveira um dos mais sensíveis, conhecedores e intuitivos linguistas portugueses de todos os tempos.

### **A Gramática da Linguagem Portuguesa – obra primeira e obra-prima**

No início da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, dedicada a D. Fernando de Almada, afirma Fernão de Oliveira que das suas obras e esta a primeira “como prólogo das outras, anotação em alghũas cousas do falar português; na qual ou nas quaes eu não presumo ensinar aos que mais sabem, mas notarei o seu bo costume para que outros muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens, porque ella por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte que outras nações aquirem com muito trabalho”<sup>3</sup>.

A *Gramática* está repartida em partes que correspondem aproximadamente às divisões das gramáticas da época em que se encontra a ortografia, a prosódia, a etimologia (morfologia e etimologia) e a sintaxe. A originalidade de Oliveira reside no desenvolvi-

---

<sup>2</sup> A referência aos manuscritos da autoria de Fernão de Oliveira encontra-se, com algumas observações, em Torres e Assunção, 2000, p. 15-17.

<sup>3</sup> As transcrições da *Gramática* são feitas a partir da edição de Torres e Assunção, 2000.

mento dado a cada área. O que podemos incluir na ortografia e na prosódia, define Fernão de Oliveira da seguinte forma: “A primeira partição que fazemos em qualquer língua e sua grammatica seja esta em estas três partes: *letras, sillabas* e *vozes*”. A essa primeira parte dedica o autor 23 capítulos, ao passo que as *dições* (etimologia, analogia e classes de palavras) são tratadas em 18 capítulos, e a sintaxe apenas em 2. Nesta repartição do estudo está Fernão de Oliveira de acordo com Jerónimo Soares Barbosa que afirma, na sua *Gramatica Filosofica* de 1822: “Em um homem bem creado releva-se mais, e é menos vergonhoso, um erro de syntaxe, que um erro de pronunciação ou de orthographia, porque aquelle póde nascer da inadvertêcia, estes são sempre effeitos da má educação”.

Tomando como aviso esta observação sobre a importância da pronuncia na educação dos homens, daqui em diante concentrarei toda a atenção na inteligente e sábia descrição que faz o foneticista Fernão de Oliveira da face exposta da língua portuguesa falada no século XVI, ou seja, do seu nível fonético e prosódico.

### **Acerca das letras, sílabas e vozes do português quinhentista**

“Letra é figura de voz. Estas dividimos em consoantes e vogaes. As vogaes têm em si voz; e as consoantes não, senão junto com as vogaes. Como **a**, que é vogal; e **b**, que é consoante e não tem voz, ao menos tão perfeita como a vogal”.

Ainda que Fernão de Oliveira tenha feito uma concessão na diferença estabelecida entre vogais e consoantes (“é consoante e não tem voz, *ao menos tão perfeita* como a vogal”), ao ler esta afirmação não podemos negar que se trata da mesma convicção com que hoje, ao falar de sons, distinguimos vogais e consoantes – ou fonemas, ou segmentos segundo o nosso modelo de descrição. O facto de aplicarmos a designação de ‘letra’ à representação grá-

fica dos sons, não torna menos correcta a diferença estabelecida por Oliveira entre vogais – os verdadeiros sons que são pronunciados com saída livre do ar – e consoantes que só têm “voz junto com as vogais”. Fernão de Oliveira não descarta, no entanto, a descrição das letras a que, segundo ele, os gregos chamam “caracteres” e os latinos “notas” e por isso cuidadosamente propõe novos *caracteres* para algumas vogais, como adiante veremos.

Observemos agora o que diz o gramático acerca das vogais do português. “Na nossa língua podemos dividir, antes é necessário que dividamos [repare-se no cuidado da descrição], as letras vogaes em grandes e pequenas, como os gregos, mas não já todas, porque é verdade que temos **a** grande e **α** pequeno, e **ε** grande e **e** pequeno, e também **ω** grande e **o** pequeno. Mas não temos assi diversidade em **i** nem **u**.” E exemplifica: “Temos **a** grande como *Almada* e **α** pequeno como *alemanha*; temos **ε** grande como *fεsta* e **e** pequeno como *festo* e temos **ω** grande como *fermosos* e **o** pequeno como *fermoso*”.

Não é possível ser mais explícito. A indicação da pronúncia que opõe vogais abertas e fechadas (ou, numa outra terminologia, baixas e médias) esclarece-nos sobre aspectos do português falado no século XVI e serve-nos, também, para compreender até que ponto Fernão de Oliveira tem a percepção fonológica do sistema da língua. Trata-se, em cada par referido, de duas vogais que são relacionáveis mas devem ser reconhecidas como duas unidades do sistema, a ponto de poderem opor duas palavras que formam o que se designa na linguística actual como um ‘par mínimo’ (*festa* e *festo*, por exemplo). A intuição fonológica de Fernão de Oliveira leva-o a sugerir nestes casos novas ‘figuras’ ou, no sentido actual, novas letras para as vogais abertas.

As consoantes e semivogais são também discutidas por Oliveira: “Acostumam os grammaticos repartir as letras consoantes em mudas e semivogaes em qualquer língua, e é esta a principal cau-

sa de sua repartição: que as semivogaes podem estar em fim das vozes como as vogaes. E portanto se chamam semivogaes, que quer dizer quasi vogaes. E as mudas, cujo nome é bem claro, não podem dar cabo às vozes. E deixadas outras rezões desta divisão por esta que me a mi melhor parece, não ha hi antre nós mais letras semivogaes que somente estas: **l**, **r**, **s** e **z**.

Também escrevemos **m** em fim das nossas sillabas ou vozes, mas não muito acertando”. Na realidade, o **m** não se pronuncia e por isso, ao escrevê-lo, “não muito acertamos”. E não acertamos porque “esta letra **m** não é semivogal nem podem fenecer em ella as nossas vozes, porque isto é verdade que, nesses cabos onde a escrevemos e também no meio das dições em cabo de muitas sillabas, soa hũa letra mui branda que nem é **m** nem **n** como nós escrevemos, ora hũa dellas ora outra, imitando os latinos. Mas a meu ver, de necessidade escrevamos nos taes lugares esta letra que chamamos til, ainda que a alghuns parecerá sobeja e que não serve mais que de soprir por outras. Aos quaes eu pergunto: se nas dições que acabam em *-ão* e *-ães* e *-ões* e *-ãos*, escrevêramos **m** ou **n** e o poséremos antre aquellas duas vogaes, que soara?”. Argumentação irrespondível. Eis o valor do til e o difícil caso da grafia da nasalização.

Temos portanto as semivogais que são as que terminam sílaba – líquidas e sibilantes. Na realidade, as consoantes, nesse contexto, frequentemente semivocalizam ou são suprimidas em muitas línguas, e não só na portuguesa. Esse conhecimento, tinha-o o sábio gramático.

E as consoantes mudas? E as oclusivas e as fricativas? Essas, descreve-as Fernão de Oliveira com minúcias articulatórias, exactas e aceitáveis ainda hoje. Vejam-se alguns deliciosos exemplos:

- ♦ Pronuncia-se a letra **b** antr’os beiços apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quasi com baba.

- ◆ *c* pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixaes, fazendo hum certo lombo no meio della diante do papo, quasi chegando com esse lombo da língua ò ceo da boca e empedin-do o espírito, o qual por força faça apartar a língua e faces e quebre nos beiços com ímpeto. (...)
- ◆ A pronunção do *f* fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo e não é tão inhumana antre nós como a Quintiliano pin-ta aos latinos; mas todavia assopra, como elle diz.(...)
- ◆ A pronunção do *l* lambe as gengibas de cima com as costas da língua achegando as bordas della òs dentes queixaes.
- ◆ A pronunção do *m* muge antre os beiços apertados apanhan-do para dentro.(...)
- ◆ Pronuncia-se o *r* singelo com a língua pegada nos dentes quei-xaes de cima e sae o bafo tremendo na ponta da língua. Do *rr* dobrado a pronunção é a mesma que a do *r* singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengibas de cima e o singelo não treme tanto; mas tamalavês é semelhante ao *l*.(...)
- ◆ Ao x nós lhe chamamos *cis*, mas eu lhe chamaria ante *xi*, por-que assi o pronunciamos na escritura: pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a lín-gua ancha dentro na boca e o espírito ferve na humidade da língua. (...)

Quem não desejaria ter descrito estas consoantes de forma tão explícita e didáctica? Mais uma vez o [r] é associado ao [l] como líquidas que ambas são, numa associação que pertence a todas as descrições fonéticas. E o bloqueio da saída do ar nas mudas, ou

oclusivas, está bem presente nos “beijos apertados” para a pronúncia do **b** ou do **m**, no “lombo da língua” que quase chega ao céu da boca para a produzir o **c** com valor de [k].

Mas a descrição articulatória não é o único aspecto analisado pelo gramático. Ainda mais interessante e, como diz Coseriu, muito mais importante do ponto de vista funcional é o facto de Fernão de Oliveira estabelecer correlações funcionais no sistema consonântico, quando duas consoantes têm os mesmos traços articulatórios. Assim o faz no capítulo XVIII: “Antre as consoantes, **b** e **p** são muito semelhantes, e **c** com **g** têm muita vezinhença, e **d** com **t**, **f** com **v**, **l** com **r** singelo, **c** com **z** e com **s** ou **ss**, **j** e **x**.” Estas correlações correspondem às oposições estruturais dos seguintes fonemas: *b / p*; *k / g*; *d / t*; *f / v*; *l / r* (as líquidas já mencionadas), *s / z* e *ʃ / Z*. Oposições que fundamentam a descrição fonética dos modos e locais de articulação.

Até aqui fixámo-nos no nível do segmento – das vogais, semivogais, consoantes. Passemos agora ao *nível prosódico*. Antes de mais, note-se que Fernão de Oliveira não utiliza o termo *prosódia* embora discuta, com alguma demora (11 capítulos), traços prosódicos que caracterizam a língua portuguesa.

A relação entre factos prosódicos estabelecida pelos primeiros gramáticos revela a intuição de que se trata de aspectos físicos inerentes ao som, todos eles interconjugados. Essa convicção é reforçada pela origem da palavra ‘prosódia’ cuja primeira definição se encontra em João de Barros: “Sílabas é uma das quatro partes da nossa gramática que corresponde à Prosódia, que quer dizer acento e canto”. Curioso é notar que passados três séculos, encontramos em João Nunes de Andrade (1841) uma definição da etimologia das palavras *acento* e *prosódia* que explica a íntima relação dos dois factos prosódicos: A prosódia, : “é uma parte da Gramática, que nos ensina o som com que devemos pronunciar as pala-

avras: esta palavra é composta das duas palavras Gregas Pros, e Odos; Pros val o mesmo que a palavra Latina, Ad, e Odos val o mesmo que a palavra Latina, Cantus; de sorte que ambas juntas fazem este sentido Accentus, mudando o o em -e- e o -a- em -e-, isto é *accento* do tom e modificação da voz na pronuncia das palavras”. O acento é, portanto, para estes gramáticos, um dos traços fundamentais da prosódia.

Sendo o acento um traço que funciona na prosódia da língua, Fernão de Oliveira trata-o com relevo: “Acento quer dizer principal voz ou tom da dição o qual acaba de dar sua forma e melodia às dições de qualquer língua” (...) “Os lugares deste acento de que falamos são antre nós a ultima sillaba ou penultima ou antepenultima. Daqui para trás o nosso espírito nem orelhas não consintem haver acento; e a nação ou gente que outra cousa pode sentir e consentir não se conforma connosco, nem a musica do nosso ouvido e do seu é hũa e conforme”.

O lugar do acento obedece portanto a restrições, como em todas as línguas, e não só na sílaba em que incide mas também na sua natureza, sendo o português, segundo Fernão de Oliveira, um acento de intensidade que se relaciona com o tom (a “principal voz ou tom”). Está estabelecida assim a importância do lugar do acento para modular o ritmo da língua.

Mas na passagem do nível segmental para o prosódico, Fernão de Oliveira dedica um largo excurso a uma unidade que participa dos dois níveis: a sílaba. Escutemos: “Sillaba, dizem os gramaticos é vocábulo grego e quer dizer ajuntamento de letras. Mas nós, deixada a interpretação do vocabulo seja cujo for, podemos dizer que sillaba é hũa só voz formada com letra ou letras, a qual pode sinificar por si ou ser parte de dição. E assi as vogaes, ainda que sejam em ditongo, podem fazer sillaba sem outra ajuda; e as consoantes não, senão mesturadas com as vogaes.”

Aqui está o ‘núcleo’ da sílaba sempre referido ao estudá-la – a vogal só ou em ditongo como faz notar Oliveira. É a sílaba “hũa só voz” porque corresponde a uma unidade com estrutura interna, unidade que permite uma natural divisão das palavras e faz parte da consciência fonológica dos falantes. Da estrutura da sílaba também fala Fernão de Oliveira, denominando *cabo da sílaba* ao que hoje chamamos ‘coda’, e *começo da sílaba* o que actualmente é o ‘ataque’.

E que diz o gramático do cabo da sílaba? “Pois já começamos a falar das letras em que as nossas sillabas podem acabar, vamos diante co’ellas. Das consoantes, digo, porque das vogaes qualquer dellas pode dar cabo as sillabas. As nossas vozes acabam sempre em voz perfeita e desempedida, o que não consintem as letras mudas, mas ao contrairo atam a boca e cortam as dições, que é próprio de mudos e grosseiros”. Em poucas palavras se descrevem as codas das silabas do português.

E que diz agora do *começo* (ou do ‘ataque’)? “E assi também as nossas sillabas nunca se começam em duas letras de diversas natureza, como *sperança*; mas sempre lhe daremos no começo das taes vozes hũa vogal que soe co’a primeira letra, como *esperança*, *estrado*, porque já dissemos que a nossa língua é mui comprida no pronunciar das letras e sillabas”. Que diria Fernão de Oliveira ao ouvir a supressão constante das vogais átonas que caracteriza a variedade europeia do português?

Os encontros de vogais, a contracção e o hiato merecem ao gramático dois pequenos capítulos, como quem não esquece a simplificação das vogais e o processo de sandi em sequências como “*mesturãs’ambas* por *mesturam-se ambas*, ou *com’este* por *como este*”.

Mas faltava a Fernão de Oliveira falar de *quantidade*, um aspecto da prosodia sensível no português do século XVI. Assim, o

acento, o tom e a quantidade são muitas vezes definidos por interacção. Para Fernão de Oliveira “A quantidade das sillabas da nossa língua é mui fácil de conhecer, porque as vogaes em si dão certa voz destinta, as grandes das pequenas e as pequenas das grandes. Contudo as grandes podem gastar mais ou menos tempo hũas que outras; e as pequenas outro tanto antre si, segundo as consoantes que se seguem adiante, as quaes também ajudam acrecentar ou demenuir nas vozes. Porque de necessidade mais tempo gastam duas consoantes que hũa, as quaes também têm espírito e ajudam a soar e ter voz: mais tempo tem esta letra vogal  $\alpha$  grande em *gasto* que em *gato*”. Quem poderia hoje descrever com mais acerto a influência do contexto (“segundo as consoantes que se seguem adiante”) na quantidade das vogais?

Por fim, um facto prosódico assinalado pelos nossos primeiros gramáticos, a *aspiração*, deixou de ser referido, compreensivelmente, para o português. Para Fernão de Oliveira “aspiração é hum grande espírito, grande digo eu em comparação do acostumado nas letras e vozes: e esse grande espirito arrancado do estamago”. No entanto, acrescenta o gramático, ela não existe “nestas terras”.

Não há, nesta conhecedora e intuitiva descrição do rosto fonético do português, referência particular ao ‘tom’ (ainda que dele se fale a propósito do acento) nem à ‘*entoação*’. Mas o que é a *entoação* senão aquilo de que trata Fernão de Oliveira quando diz: “Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos como fezerão outras gentes: e isto desd’as mais pequenas partes tomando todas as vozes e cada hũa por si e vendo em ellas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som, e em que parte da boca se faz cada movimento porque nisto se pode discutir mais destintamente o proprio de cada lingua”.

E é isto que faz Fernão de Oliveira, o homem que nos transmite o próprio da nossa língua com o rigor, a competência e a intui-

ção de um verdadeiro linguista. Foi pena que este excepcional homem de saber sofresse a desatenção dos seus contemporâneos e por isso tivesse afastado o seu olhar dos mistérios da língua. Talvez, no entanto, os estudos linguísticos o viessem a impedir de viver as maravilhosas aventuras de um verdadeiro renascentista, aventuras que povoam o nosso imaginário, ainda hoje saudoso de um mundo por descobrir.

**Referências**

ANDRADE, João Nunes de. *Grammatica elementar da lingua portugueza por systema philosophico*. Lisboa: Typog. A.S.Coelho, 1841.

BARBOSA, Jeronimo Soares. *Gramatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Sciencias, 1822. (data da introdução: 1803)

BARROS, João de. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Luis Rodrigues, 1540.

MELDOLA, Abraham. *Nova Grammatica portugueza, dividida em seis partes, a saber: 1ª Orthographia. 2ª Etymologia. 3ª Syntaxe. 4ª Proso-dia. 5ª Lavores da lingua. 6ª Miscellanea*. Hamburgo: M.C. Bock, 1735. (impresso a custas do Author)

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramatica da linguagem portuguesa*, 1536. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres & Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da Lingoagem Portugueza*. Lisboa: e[m] casa de Germao Galharde, 1536.

PASSOS, Teresa Ferrer. *Fernão de Oliveira, 1º Gramático de Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Gazeta de Poesia, 1994.

**SUBMETIDO EM:** 30.04.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

SOBRE A TERMINOLOGIA  
METALINGUÍSTICA NA PRIMEIRA  
METADE DO SÉCULO XVI:  
ALGUNS ASPECTOS

SOME ASPECTS ON METALINGUISTIC  
TERMINOLOGY IN THE FIRST HALF  
OF THE 16TH CENTURY

**Rosa Virgínia Mattos e Silva**

Universidade Federal da Bahia /CNPq

**RESUMO:** Fernão de Oliveira é um descritivista, João de Barros, um prescritivista. Além de descritivista, Fernão de Oliveira tem não só uma intuição linguística admirável como também uma capacidade criativa invejável para alcançar seus objetivos. Além disso, Fernão de Oliveira já tem a consciência, tanto da diversidade linguística diatópica como diastrática. Neste artigo buscarei contrapor a metalinguagem de Fernão de Oliveira à de seu contemporâneo prescritivista, João de Barros.

**Palavras-chave:** Gramática. Metalinguagem. Século XVI.

**ABSTRACT:** Fernão de Oliveira is a descriptivist, but João de Barros is a prescriptivist. The first has an admirable intuition and creative capacity in order to reach his objectiv. Fernão de oliveira has also the

conscience of the linguistic diversity. In this paper, we confront the metalinguistic recurses of both authors.

**Keywords:** Grammar. Metalanguage. XVIth century.

Fernão de Oliveira (1507-1580/1581) é um descritivista, João de Barros (1496-1570/1571) é um prescritivista, que segue a tradição gramatical que remonta à escola de Alexandria. Além de descritivista, Fernão de Oliveira tem não só uma intuição lingüística admirável, como também uma capacidade criativa invejável para alcançar os seus objetivos descritivistas. Além disso, Fernão de Oliveira já tem a consciência, tanto da diversidade lingüística diatópica, como diastrática e, como veremos, buscará formas de expressão para dar conta dessa realidade da primeira metade de quinhentos.

Para o primeiro utilizarei a edição crítica de Amadeu Torres e Carlos Assunção (2001, p. 81-159) e, para o segundo, a leitura de Maria Leonor Carvalho Buescu (1971, p. 291-368).

Não tenho a menor pretensão de esgotar a riqueza metalingüística de Fernão de Oliveira, mas apenas pinçar alguns de seus achados e sua forma de expressão. Seguirei a ordem de sua *gramática* e, nela, destacarei o que considerar mais expressivo e significativo para o fim que tenho em mira, ou seja, como expressa esse autor conceitos lingüísticos que, em termos atuais, se referem à fonética/fonologia, à lexicologia e à morfologia.

Do capítulo VI ao XXIX, trata ele do que hoje chamamos fonética/fonologia. Procurarei neles destacar o que considero mais crítico e inovador.

“*Letra é figura de voz*”. Se *letra* é até um item lexical em uso, *voz* é a forma de expressar o *elemento sonoro*, já que, em seguida, vai distinguir vogais e consoantes, tendo as primeiras *voz*, ou seja, sonoridade e as segundas não têm *voz* (*ibid.*, p. 89).

O que chamamos hoje de prosódia ou de suprassegmentos, designa ele de *melodia*. Ao tratar das vogais, distingue, como hoje, as abertas e fechadas, mas as designa de *vogais grandes* e *vogais pequenas*, no que se refere ao que hoje designamos de vogais médias, tanto posteriores como anteriores e as centrais (*ibid.*, p. 90-95).

No Capítulo XII, na terminologia de hoje, a articulação de cada vogal. Não me deterei nas designações que faz das *letras*, mas de sua *pronunção*: o *a pequeno* “tem a pronunção com a boca mais aberta e toda igual”. Quanto ao *a grande*, “a pronunção é com a mesma forma de boca, senão quanto traz mais espírito”, ou seja, mais sonoridade. O *e pequeno*, “a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes”. O *e grande* “parece hũa boca bem aberta com a sua lingua no meio” e se distingue do *e pequeno* “senão quanto enforma mais seu espírito”. O *i vogal* “pronuncia-se com os dentes quasi fechados e os beiços assi abertos como no *e* [pequeno], e a lingua apertada com as gengibas de baixo e o espírito lançado com mais impeto”. O *o pequeno*, “sua pronunção faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo”. O *o grande*, “tem a mesma pronunção [que o *e pequeno*] com mais força e espírito”. O *u vogal* “aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando antr’elles mais que só hum canudo por onde sae hum som escuro”. (*ibid.*: 95).

No capítulo XIII trata das consoantes. Deter-me-ei apenas nas hoje classificadas como sibilantes, tanto anteriores como posteriores:

C pronuncia-se dobrando a lingua sobre os dentes queixades, fazendo um certo lombo no meio della do papo, quasi chegando com esse lombo da lingua ò ceo da boca e empedindo o espírito, o qual por força faça apartar a lingua e faces e quebre nos beiços com impeto

Admite-se que essa tão longa descrição se refira às consoantes predorsodentais surdas; “o S singelo (...) quando o pronunciamos alevantamos a ponta da lingua pera o ceo da boca e o espírito assovia pellas ilhargas”. Admite-se que aqui Fernão de Oliveira descreve a sibilante áptico-alveolar sonora; “o SS dobrado pronuncia-se como o outro, pegando a lingua no ceo da boca”, será essa a sibilante áptico-alveolar sonora; “o X, pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a lingua ancha

dentro na boca e o espirito ferve na humidade da lingua”, será a sibilante palatal surda, na terminologia atual; “a pronunção do Z zine antr’os dentes cerrados, com a língua chegada a elles e os beiços apartados hum do outro”, descreve assim a sibilante predorsodental sonora. “O J (...) a sua pronunção é semelhante a do *xi*, com menos força”, será, portanto, a sibilante palatal sonora (*ibid.*, p. 96-97).

No capítulo XX descreve as consoantes no “caso das sillabas”. São elas L, R, S e Z, que podem “acabar dição ou sillaba”. Tem-se aqui as chamadas implosivas e, mais modernamente, as consoantes que podem ocorrer, no português, na ‘coda’ silábica (*ibid.*, p. 106-107).

Do capítulo XXVIII ao XXIX, trata do *acento* e o define com precisão: “acento quer dizer principal voz ou tom da dição, o qual acaba de dar sua forma e melodia às dições de qualquer língua” (*ibid.*, p. 119).

Do capítulo XXX ao XXXIX, Fernão de Oliveira discorre sobre as *dições*, ou seja, as palavras ou “vocabolo” como ele mesmo define *dição*.

Em primeiro lugar, o autor vai discorrer sobre a etimologia; nas suas palavras “as nossas dições são aquellas que naceram an-tre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora”. Depois de vários exemplos, vai tratar das *dições alheas* que, na sua forma de expressar, “são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alghũa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghũa novamente trazida à terra”. Apresenta também aí farta exemplificação. Na terminologia atual são os empréstimos ou estrangeirismos (*ibid.*, p. 118-122).

Seguem as *dições comuns*, que descreve como

aquellas que em muitas linguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos saber de qual para qual lingua se mudaram (*ibid.*, 122-123)

Com base nessa descrição podemos admitir que, na terminologia atual, se trata do vocabulário básico ou nuclear de uma língua.

A seguir descreve as *dições apartadas* ou *simpreses* e as *dições juntas* ou *compostas*. As primeiras, descreve como “as que os latinos chamam *simpreses* ou *singelas*” e as segundas são aquelas que “os latinos chamam de *compostas*”. Atualmente são as palavras simples e derivadas. Quanto às *dições juntas*, distingue aquelas em que “se ajuntam de duas partes e às vezes de mais”. Pelos exemplos se depreende que as “de duas partes” são as derivadas por prefixos e as “de mais” são palavras compostas (*ibid.*, p. 124-127).

As *dições velhas* “são as que foram usadas, mas agora são esquecidas”. As *dições novas* “são aquelas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos”. Vê-se que correspondem aos atuais arcaísmos e neologismos (*ibid.*, 128-131).

No capítulo XXXVIII trata das *dições usadas* que “são estas que nos serevem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra”. Deduz-se do descrito e pelos exemplos – deos, pão, vinho, ceo e terra – corresponderiam ao fundo latino do léxico do português. Distingue as *geraes*, como as antes exemplificadas, das *particularres*. Particularidade que “ou se faz antre officios e tratos”.

ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm huas falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho.

Serão as primeiras as atuais variantes diastráticas ou sociais e as segundas, variantes diatópicas ou regionais. Em seguida expõe: “E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves”. Estão aí expressas as variantes etárias da sociolinguística e da dialectologia dos dias atuais (*ibid.*, p. 131-132).

Descreve o autor as *dições próprias* como “aquellas que servem na sua primeira e principal sinificação, como *livro*, que desde seu principio e principal intento sempre quis e agora quer dizer este de papel escrito porque *lemos*”. Quanto às “*dições mudadas*, a que os latinos chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado”. Descreve assim as transferências ou mudanças semânticas, da terminologia atual. O exemplo de Fernão de Oliveira é o de *livro*, “quando quer dizer estormento musico”; suponho que é o que hoje chamamos de *partitura*, utilizada para a transcrição da música, que deve auxiliar ao musicista que a executa (*ibid.*, p. 132-133).

Ao tratar das *dições primeiras*, que “chamam os latinos primitivas”, opõe estas às *dições tiradas*, “a que os latinos chamam dirivadas, são cujo nacimentos vêm doutras alghũas dições donde estas são tiradas”. Pelo exemplo que apresenta Fernão de Oliveira – velhice de velho; tinteiro de tinta; honrrada ou honrrado de honrra –, depreende-se que está aqui tratando da derivação sufixal, que tem como base ou o nome ou o verbo (*ibid.*, p. 133-134).

Do capítulo XL ao XLVIII vai tratar da *Analogia*, que hoje designamos de *Morfologia*. Dos capítulos XL a XLII, abordará o que hoje chamamos de morfologia derivacional; os seguintes dedicam à morfologia flexional.

No capítulo XL apresenta o que chamaríamos



Portada da gramática de Fernão de Oliveira.

hoje dos princípios teóricos que direcionam a sua análise. No capítulo XLI e XLII trata, aprofundando, as *dições tiradas* ou *derivadas*. Com base em Varrão que “divide as declinações em naturaes e voluntareas”. Veja-se que *declinações* aqui se referem a processos derivacionais, o que fica claro com os exemplos que apresenta: “de Portugal, português e de França, francês; mas de Frandes, framenço e de Galiza, galego”. Adiante explica que “não todas as espeeças das dições tiradas assim livres para poderem andar par’onde quizerem” e apresenta processos de sufixação, que também não são livres, como, por exemplo: “sarnoso e não sarnento; sarapulheto e não sarapulhoso [‘cheio de sarapulhas’]” e continua “de pedras dizemos pedregoso, mas d’area, areento, e de pó, nem poento, nem pooso, mas em outra figura e sinificação, empoado”. Da derivação de um nome, a partir de uma base verbal, diz:

os nomes verbaes assi também são diferentes, porque de ler dizemos lição, e de orar, oração. Mas de amar e honrrar dizemos amor e honrra, ainda que não são tirados estes derradeiros.

Neste último caso, a terminologia atual designa de derivação regressiva (*ibid.*, p. 136-138). No capítulo XLII trata de “eiceições” às “dições tiradas” e exemplifica:

os nomes d’alghuns officios mecanicos, os quaes, se são nossos proprios e são tirados, pella maior parte acabam nesta terminação eiro, como pedreiro, carpenteiro, sapa-teiro.

E, adiante, diz: “Mas porém ainda dos nossos e tirados ha hi alghuns que não seguem a regra que demos, como ferrador, boticario, surrador e outros”. Em seguida trata ainda das *dições tiradas* em que

podemos meter os averbios, os quaes, quando são tirados,

polla maior parte ou sempre acabam em mente, como compridamente, abastadamente, chammente.

Conclui explicando que “quasi podemos notar que os averbios acabados em mente sinificam calidade”. Estamos nesse caso diante dos advérbios de modo, classificação corrente na gramática tradicional (*ibid.*, p. 139-140).

Do capítulo XLIII ao XLVIII descreve o que hoje designamos de morfologia flexional. Começa pelo artigo, ao que se segue o gênero, mas não os relaciona, como hoje no descritivismo de Mattoso Câmara Jr. (cf., por exemplo, 1975, p. 77). Do artigo diz: “diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. Em generos, como *o* e *a*; e em números, como *os* e *as* e em casos, como *o*, *do*, *ò* [ao]; *a*, *da*, *à*, *a*”, seguidos das formas formas de plural. Logo em seguida trata dos gêneros “são distintos em letras porque o masculino tem *o* e ao feminino serve *a*; e estas são proprias letras desses generos também nos nomes” (*ibid.*, p. 140-141).

No capítulo XLIV descreve minuciosamente a morfologia do gênero. Começa descrevendo: “As declinações dos generos são muitas e menos para compreender (...) não por isso se pode dar regra universal, como nestas duas letras *a* e *o*, das quaes hũa é mais masculina e outra feminina”. Mais adiante:

em e pequeno temos nomes masculinos e femininos (...) em *i* e *u*, além de haver poucos, também são não muitos nossos (...) em ditongo sem consoante acabam poucos nomes, e esses que são têm mais parecer de masculino (...) tendo consoante ou til são duvidosos.

Para cada uma das afirmações acima apresenta vários exemplos. Segue a descrição dos gêneros das palavras terminadas por consoantes, seguidas sempre de exemplos: *al*, *el*, *il*, *ol*, *er*, *or* e nesses casos as palavras são “mais enclinadas a hum que outro gênero”. Trata dos gêneros dos nomes terminados em *-or*, em *-ur*, em

–as, em –es, em –az, em –ez, em –iz, em –oz, em –uz. Exemplificando sempre, explicita quando ao feminino ou masculino, conforme a consoante final. Descreve a seguir os “nomes acabados em til”, tanto quando há ditongo como “não tendo ditongo”: “se têm a são femininos, (...) e se tem e às vezes são masculinos (...) til com i faz nomes masculinos e com o também (...) com u também masculinos”. Sintetizaríamos hoje essa descrição análitica do gênero dos nomes, dizendo, no que se refere aos nomes terminados em consoantes, apenas: o gênero dos nomes que terminam em líquidas, sibilantes e nasais. Na conclusão do seu capítulo sobre o gênero dos nomes, diz Fernão de Oliveira:

Porque era longo compreender tanta variedade de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa lingua com os artigos (...) cuja compahia declara os generos desses nomes (*ibid.*, 143-145)

Assim ao final de sua análise descritiva estabelece a relação mórfica que há em português entre artigo e gêneros dos nomes.

O capítulo XLV é dedicado ao número. E, tal como fez para o gênero, estabelece a regra mais geral: “os nomes que somente acrescentam s no plural são todos os que no singular acabam em vogal”. Em seguida descreverá, sempre exemplificando, o plural dos nomes que terminam

em til também acrescentam s (...) se não têm ditongo; quando têm ditongo antes til, muitas vezes acrescentam s (...). Mas muitas vezes os nomes acabados em ão com ditongo e til mudam alghua das vogaes desse ditongo ou ambas.

Desenvolve em cinco longos parágrafos a complexa questão do plural dos nomes terminados por ditongo nasal. Seguem-se as descrições, sempre exemplificadas dos nomes “acabados em letra consoante (...) os acabados em l mudam essa letra em i e acrescentam

s”. Essa regra vale para o autor para os nomes –al, –el, –ul, mas não para terminados em –il “não acrescentam i, senão somente mudam o l em s”. Segue-se a regra para “os nomes acabados em r ou s ou z acrescentam sobre o seu singular es”. Conclui estabelecendo o que chamaríamos de quatro regras gerais para o plural dos nomes, nas suas palavras:

temos quatro declinações, como vem a saber: a primeira, que somente acrescenta letra, como moço, moços; a segunda, que acrescenta syllaba, como pavês, paveses; a terceira muda letra, como animal, animais; e a quarta também muda syllaba, como almeirão, almeirões (*ibid.*, p. 145-149).

No capítulo XLVI trata brevemente dos *casos nos pronomes*. Depois de comparar o português com o latim e o grego, no que se refere aos casos, diz: o ajuntamento dos artigos, os quaes junto com os nomes declaram nelles tudo o que os casos latinos e antr’os gregos os casos e artigo juntamente”. Conclui: “contudo nós também temos casos em três pronomes, os quaes são eu, me, mi, tu, te, ti, se, si” (*ibid.*, p. 149-150). Os capítulos XLVII e XLVIII se dedicam ao verbo. No primeiro, explicita que “são diversas as vozes desses verbos em gêneros, conjugações, modos, tempo, números e pessoas”. Adverte que tratará “em breve o que há nelas”, ou seja, nas vozes do verbo. Ao tratar dos gêneros dos verbos diz “não temos mais que hũa só voz acabada em o pequeno, como ensino, amo, ando” é desta o que hoje chamamos de verbos irregulares.

alguns nomes como são estes: sei de saber, e vou e dou e estou e mais o verbo sustantivo, o qual huns pronunçiam em om, como som e outros em ou, como sou e outros em ão, como são; e também outros, que eu favoreço, em o pequeno, como so.

Declara o autor que prefere a última das variantes morfo-fôni-

cas que apresentou. Conclui o capítulo dizendo que “a primeira pessoa do presente do indicativo e o infinitivo são principio da conjugação” (*ibid.*, p. 150-151).

No capítulo seguinte trata da conjugação e define: “Conjugação é ajuntamento de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se hũas trás outras em os verbos”. Em seguida apresenta, sumariamente, os verbos em ar, er, ir e deles diz:

as quaes conjugações nossas ou dos nossos verbos são três; e cada hũa dellas tem seus modos (...); e cada modo tem seus tempos (...); e cada tempo seus numeros (...); e cada numero suas pessoas (...)

As reticências correspondem aos exemplos que apresenta, todos com o verbo *falar*. Menciona que “têm os nossos verbos gerúndios e parteçipios”. Pelos exemplos só considera o que chamamos de *particípio presente*. Refere-se, por fim, aos verbos que hoje chamamos de *defectivos*:

E porém alguns verbos não têm todos os modos e outros faltam em tempos (...). Do que nos não havemos d’espantar, porque os gregos (...) têm hum bo caderno de verbos irregulares e nomes; os latinos têm outro tão grande de nomes com seus verbos de companhia.

Conclui anunciando outra obra: “nesta obra, na qual não fazemos mais que apontar os principios da grammatica que temos na nossa lingua”. Desta obra anunciada, também se refere no capítulo XLIX que trata da *construção*, que define como “da composição ou concerto que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si”, ou seja, em termos atuais, a sintaxe (*ibid.*, p. 150-153).

Essa longa exposição sobre os recursos metalinguísticos de Fernão de Oliveira deve-se à originalidade e à intuição de nosso primeiro gramático. Ao finalizar a sua gramática, Fernão de Oliveira reconhece a sua originalidade de pioneiro:

a dissonancia d'alguns termos novos nesta arte que pus, usando vozes proprias da nossa lingua (...) terá escusa com olhar a novidade da obra e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mi.

E por fim se desculpa: “isto muito mais escusará o defeito da ordem que tive em meu proceder, se foi errada” (*ibid.*, p. 154).

Passarei a seguir a observar, na medida do possível, a meta-linguagem do nosso primeiro gramático prescritivista, nas suas palavras *preçeitiva*.

João de Barros segue, na sua *gramática*, uma estruturação que, poder-se-ia dizer, tornou-se canônica na tradição gramatical normativa. Começa por definir “gramática” e as “pártes” dela: “Gramática é vocábulo grego: quér dizer çiência de lêteras (...) é um módo çerto e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”.

Em seguida, usando a metáfora do “jogo de enxedrez [em que] se requérem dous reies, um de ùa cor e outro de outra”, compara-o com as linguagens que “tem dous reis, diferentes em género, e concórdes em ofiço: a um chamam Nome e ao outro Vérbo”. Continuando com a sua metáfora, diz que “Cada um destes reies tem a sua dama: à do Nome chamam Pronome e à do Vérbo, Avérbio. Partiçipio, Artigo, Conjuncám”. É o que chama de “pártes” da gramática e, hoje, chamamos, na terminologia tradicional, ‘classes de palavras’ (1971[1540], p. 293-294).

A seguir vai definir as “lêteras e o número délas”. Diferentemente de Fernão de Oliveira, centra-se João de Barros nas “lêteras” e não na “voz”: “Lêtera (segundo os Gramáticos) é a mais pequena páрте de qualquéр diçám”. Caracteriza as “lêteras” como tendo “éstar três cousas: nome, figura, poder”; e define: “Nome, porque à primeira chama A, à segunda Bê, à terceira Cê. Figura, porque se escrevém désta maneira: A, B, C. Poder, pola valia que cada ua tem”. Mais adiante diz: “Temos máis éstar três prolações:

ch, lh, nh (...) usamos délas em soprimento de três lêteras de que nam temos figura”. Acrescenta ainda “ésta lêtera ç que perêçe ser inventada pera pronunçiaçám hebráica ou mourisca”; diz ainda: “ésta figura ~, que é como arésta, a que chamamos til”. Finaliza a sua descrição das “lêteras”, dizendo que “onde ham de servir e quantos açidentes tem, particularmente trataremos ao diante, no título da Ortografia” (*ibid.* p. 295-296).

Na sequência trata “da sílaba e seus açidentes”. Define sílaba: “é ãa das quátro pártes da nóssa Gramática que corresponde à Prosódia, que quér dizer acento e canto”. Os “açidentes da sílaba: número de lêteras; espaço de tempo; acento álto ou báixo”. Dessas definições a mais interessante, a meu ver, é a terceira: “O terceiro açidente da sílaba, é canto álto e báixo, porque como os músicos alevantam e abaixam a vóz cantando, assi nós temos a mesma ordem, como nésta diçám *le-mos* que na primeira sílaba alevantamos e na segunda abaixamos”. Na terminologia da fonética clássica a “espaço de tempo” corresponde “duração” e a “acentos álto e báixo”, a partir do exemplo dado, infiro que seja a “intensidade” (*ibid.*, p. 296-298).

Quando vai tratar “da diçám” adverte logo que não tratará da Etimologia, “o fundamento e raiz donde veéram os nóssos vocábulos porque “seria buscár as fontes do Nilo”. Tratará então, em sequência, das “partes da gramática”. Começa pelo “nome e das suas espécias”. Define o nome como

aquele que se declina per cásos sem tempo, sinificando sempre algũa cousa que tenha corpo ou sem corpo (...). E cada um dos Nomes tem estes açidentes: Calidáde, Espécia, Figura, Género, Número, Declinaçám per cásos; dos quáes açidentes vejamos particularmente. (*ibid.*, p. 298-299)

Começa pelo nome próprio e comum. Define “calidáde”: “em o nome é ãa diferença pela qual conhecemos um do outro”. Nome próprio “é aquele que se nam pôde atribuir a máis que ãa só cousa,

como este nome Lisboa (...). “Peró, se dissérmos çidáde, que é gèral nome a todas, entám será comum”. Tratando dos nomes próprios de pessoa, diz: “pois i [h]á muitos hómens que tem um mesmo nome, direi a maneira que as gentes tevéram entre si por se nam confundirem seus nomes, tomando apelidos e alcunhas”. E exemplifica: “quando digo Dom, entendo o prènome; e por Vásco, o nome; e por Gama, o conhome a que nós chamamos apelido; e por Almirante, anhome per que entendemos alcunha (*ibid.*, 299-300).

Seguem-se as definições de *sustantivo* e *ajetivo*. O primeiro define como aquele “que per si póde estár e nam reçebe ésta palávra, cousa”. O segundo é aquele “que nam tem ser per si, mas está encostádo ao sustantivo e póde receber em si ésta palávra cousa”. Trata a seguir “do nome relativo e antecedente”. Diz: “E chamamos relativo aquéla páрте que fáz lembrança de algum nome que fica atrás”. Distingue os relativos de “sustância” dos relativos “de açidente”. Os primeiros são “que, o qual”. Os segundos são:

tál, quá, tanto, quanto, tamanho, quamanho, os quaés fázem relaçam de nome ajetivo. E destes, a uns chamam relativos de calidáde, outros de quantidade apartáda, e a outros de quantidade contínua.

Conclui essa parte dizendo: adiante poremos as declinações destes relativos com âs dos pronomes” (*ibid.*, p. 301-303).

No que se refere aos nomes primitivos e “derivádos”, João de Barros os inclui na “espécia do nome”. Os primeiros são aqueles que foram “primeiro sem [h]aver i outro donde naçesse”. Dos segundos dá apenas exemplos: “çidádám, cortesám, caseiro, os quaés se derivam” de “çidáde, corte, cása”. Considera que nos “derivádos temos oito diferenças: patronímicos, possessivos, diminutivos, aumentativos, comparativos, denominativos, vérbais, avèrbiaés”. Seguem as definições com exemplificações dessas “oito diferenças”. Embora arrole “oito diferenças”, à página 306, apresenta mais uma: “nomes

participiães” (...), “aquele que vem de algum partiçípio, como: de amádo, amador; de douto, doutor” (*ibid.*, 303-307).

Na sequência de sua *gramática*, João de Barros trata “das figuras do nome”. “Duas figuras tem o nome: a ãa chamam simples e à outra composta”. A primeira é aquela em que “as pártes do quál, estremádas ãa da outra, nam sinificam cousa algũa” e a segunda “tem o contrário deste porque, partido em duas pártes, sempre per ãa délas entedemos cousa algũa” e apresenta o exemplo: “guárda-pórta”. Explicita a seguir que “a nossa composiçám” pode ser: “um nome com outro nome (...), vérbo e nome (...), vérbo com outro [verbo] (...), vérbo com avérbio (...), nome com preposiçám”. Os exemplos para as duas últimas formas de composição são interessantes: “puxavante de puxár e àvante” e “tràspé, de trás e pé” (*ibid.*, p. 307-308).

As outras “figuras do nome” são o “gênero, o número, os nomes irreguláres e os cásos”. Define o gênero: “ãa distinçám per que conheçemos o mácho da fêmea e o neutro d[e] ambos” e acrescenta: “Nós nam somente conheçemos o nósso gênero per significaçám, como os Latinos, mas per artigo, como os Gregos”. Apresenta cinco regras, que hoje se consideraria de natureza semântica, para os gêneros dos nomes, diferentemente de Fernão de Oliveira, que apresenta regras que hoje chamaríamos mórficas ou morfofônicas. Define o *número* como: “aquéla distinçám per que apartamos um de muitos. E ao número de um chamam os gramáticos singular; e ao de muitos plurár”. Não apresenta regras de formação do plural. Ao tratar “dos nomes singulares” diz que dos “nomes terem dous números, singular e plurár, se tiram os nomes irreguláres: porque [h]á i uns que tem somente singular e nam plurár”. Como os nomes próprios; os “quátro elementos”; “os ventos prinçipáes”; “as cousas que tem medida e peso”; “a maiór páрте da espeçeria”. E conclui: “E quem algum destes nomes levár ao plurár que a orelha póssa sofrer nam encorrerá em pecádo mortál”. Quanto aos “cásos do nome”, define:

Cásos sam os termos per onde os nomes, pronomes e partícipios pódem andár, os quães termos, dádo que nam mudem a sustância do nome, govérnam a órдем da oraçám, mediante o vérbo.

Enumera e define os casos conforme a gramática do latim: “Nominativo, por ser o primeiro que nomea a cousa e nele está a cousa que é ou a pe[s]soa que fáz”; o segundo, “chamam Genitivo (...) por gèrár os outros cáso. E outros lhe chamam cáso possessivo e interrogativo”; o “terceiro caso, a que chamam Dativo, poemos a pessoa em cujo proveito ou dano é dada ou feita a cousa”; “cáso, a que chamam Acusativo, se põe a cou[sa] feita ou amáda”; o quinto “cáso, per nome Vocativo, está a pessoa que chamamos”; o sexto “cáso, a que chamam Ablativo, se usa tirando ou apartando a cousa d[e] algum lugár”. Note-se que a definição dos casos em João de Barros é, o que hoje chamamos, de base semântica e não sintática (*ibid.*, p. 308-313).

Considera, a seguir, o

artigo [que] é ãa das pártes da oraçám, a qual, como já dissémos, nam tem os Latinos. E vem este nome, artigo, de *articulus*, diçám latina deriváda de *arthon*, grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nós propriamente chamamos artelho.

E segue: “para intendimento ficár satisfeito, é neçessário artigo masculino ao nome masculino e artigo feminino ao feminino”. Seguem-se as declinações dos artigos “que sam duas: ãa dos masculinos e neutros e outra dos femininos”. Apresenta essas declinações “dos artigos os quães também sérvem de relativos”, na forma do que chamamos hoje de quadros ou tabelas. Trata, na sequência, “das declinações do nome”. Comparando com o latim e com o grego, que têm cinco declinações, e com o hebraico, que tem duas, diz:

A nóssa linguágem declina-se em outras duas: a ãa podemos chamar vogál por ser dos nomes que acábam nas vogáes; e a outra consoante, por acabarem (...) nestas çinquo consoantes: l, m, r, s, z.

E conclui: “Declinaçám, àçerca da nóssa linguágem, quér dizer variaçám, porque, quando variamos o nome de um caso ao outro em o seu artigo, entám ô declinamos”. Apresenta, em forma de quadro, a “Primeira declinaçám”, utilizando como exemplo “*a rainha* (nominativo)”, etc. e a “Segunda declinaçám”, utiliza o exemplo de “*o cardeál* (nominativo)”, etc. Conclui com duas regras em que não se usa artigo: “Muitas vezes, em o primeiro caso [o nominativo], nam poemas artigo porq[ue] a órdem da construiçám ô declara”. A outra regra se refere ao nome próprio: “Todo nome próprio se rége sem artigo (*ibid.*, p. 313-316).

Finaliza seu estudo do nome com a formação do plural. Trata primeiro do “plurár da primeira declinaçám [que] é cousa mui fáçil, ca nam tem máis que acreçentár-lhe ésta lêtera *s*”. Quanto aos nomes “da segunda declinaçám sam mais deficultósos de formár”. Apresenta a seguir as regras: “ôs que se acábam em *ál, el, ól, ul*, fóram-se perdendo a lêtera *l* e tomando ésta sílaba *es*; (...) os nomes que se acábam em *il*, em lugar do *l*, que lhe tiramos, se acreçenta *is*”; (...) “os máis dos nomes que se deviam acabár em *am*, se escrevém a este módo: razão, razões”. Não é o nosso gramático muito claro ao tratar do plural de nomes como “cães, pães” (...) “que nam pôdem dizer *paões, caões*. Assi, que a verdadeira formaçám destes nomes terminádos em *am*, quando viér ao plurár diremos formações, convertendo o *am* finál em *õ*, escrito a este módo, e acreçentando-lhes *es*” (...) quando aos nomes como “maçã, aldeã” (...) se “ôs levármos ao plurár, diremos maçãas, aldeãas, acreçentando ésta sílaba *as*”. Ainda sobre o plural dos dos nomes terminados em nasal diz: “os nomes que se acábam nestas terminações *am, em, im, om, um* se fórmam acreçentando-lhe *es, is, os, us*; e o *m* final poemosem çima da vogál preçedente e fica re-

fléxa”. O *m* final é a nasalidade representada pelo til. Fica claro pelos exemplos: “bem, bões; çetim, cetins, etc”. Por fim trata dos “nomes que se acabam em *r, s, z*, se fórmam acreçentando-lhe ésta diçám *es*”. Note-se que aqui usou *diçám*, ao iniciar usa *lêteras*. Conclui pedindo desculpas: “E porque em totaldas gramáticas nam pôde [h]aver régras tam gêraés que nam [h]aja i algũas eçições (...) a novidade da óbra ô pôde desculpár” (*ibid.*, 316-319).

A parte seguinte aos nomes é o pronome, “ũa parte da òraçám que se põe em lugar do próprio nome”. Os “açidentes” dos pronomes são: “espêcia, gênero, número, figura, pe[s]soa e declinaçám per cásos”. Segue, como bom pedagogo, explicando cada um dos “açidentes”. Da “espêcia” diz “assi temos pronomes primitivos e derivádos”. São os primitivos: *eu, tu, si, este, esse, ele*. Os derivádos sam: *meu, teu, seu, nosso, vosso*. Quanto à “figura”: são “simples e compósta”.

Para a primeira enu-mera: “eu, tu, este, esse”. Para a segunda: “eu mesmo, tu mesmo, aqueste, aquesse, etc”. Trata a seguir “do gênero, pe[s]soa e número”. Quanto ao primeiro nos surpreende: “Quátro gêneros tem o pronome: masculino, feminino, neutro e comum[s] de dous. As pessoas sam três”. Define-as: a “primeira fála de si mesmo; a segunda “à qual fála a primeira”; a terceira,



Portada da gramática de João de Barros.

“da quá a primeira fála”. Quanto aos números, “singulár, como quando digo: Eu confesso a Cristo. E per plurár: E nós, que ô confessámos (...). Apresenta em seguida, com quadros atuais, a declinação dos casos dos pronomes da primeira declinação, seguidos da declinação dos pronomes derivados “a que os Latinos chamam possessiva”. Na sequência, conclui seu estudo dos pronomes com a “declinaçám dos nomes relativos” (*ibid.*, p. 319-324).

Ao tratar do verbo, “rei” como “nome”, apresenta a definição: “é ũa voz ou palávra que demóstra obrár algũa cousa (...) conjuga-se per módos e tempos”. Divide-se os “vérbos em sustantivos e ajetivos. Dos primeiros temos este vérbo *sou* (...) porque demóstra o ser pessoál da cousa (...)”. “Vérbo ajetivo podemos chamar todolos outros. Repártem máis os Latinos em pessoáes e impessoáes”. O primeiro “é aquele que tem números e pessoas. E todos eles trázem consigo estes oito açidentes: género, espécia, figura, tempo, módo, pessoa, número, conjugaçám’. Sobre o “género, em o vérbo, é ũa natureza espeçial que tem uns e nam tem outros, pela quál conheçemos serem uns autivos, outros passivos e outros neutros”. Ao tratar dos verbos ativos, apresenta a definição: “é aquele que se póde converter ao módo passivo e pelo quál denotamos fazer algũa óbra que pásse em outra cousa”. Dos verbos neutros diz: “em nóssa linguágem que se nam póde converter ao módo passivo, e cuja auçam nam pássa em outra cousa”. E exemplifica: *estou, ando, venho, vou, fico*. Seriam hoje os chamados “ergativos”? Pelos exemplos, parece que sim (*ibid.*, p. 324-326).

Define, a seguir, os “vérbos impes[s]oais”, que segundo “os Latinos (...)” é “todo aquele que se conjuga pelas terceiras pessoas do número singulár e nam tem primeira nem segunda pessoa”. Mais adiante diz: “Temos máis este vérbo [h]ei, [h]ás, que é de género divérso polo ofício que tem, o quál, óra se ajunta com nome, óra com vérbo”. No primeiro “ofício”, “quando se ajunta com nome

soprimos vérbos da língua latina que a nóssa nam tem como: [h]ei vergonha, [h]ei medo, etc”. Serão esses hoje os chamados verbos funcionais, é claro que não mais com o verbo *haver*, mas com *ter*. No segundo “ofício”, ou seja, “quando se ajunta a vérbo, sempre é do módo infinito e denóta algum áuto por fazer”. A seguir trata, “das espéçias” do verbo que, como no nome, são duas: “primitiva e derivativa” e exemplifica: “amo” e “desamo”. Subdivide os “verbos derivádos”: “aumentativos, diminutivos, denominativos, averbiáes”. Exemplifica, respectivamente: “branquejár, embranqueçer, etc; “choramíngár” e “batocár, de bater”; “de ármãs, àrmár; de séla, selár”, etc; os últimos, exemplifica: “de àvante, avantejár”. Trata em seguida das “figuras do vérbo”. São elas “simples e composta”. Define os primeiros, a meu ver, de maneira estranha: “será ô que nam for composto dalgu)a páрте sinificativa”. Para o composto: “ô que se compõe de duas”. O exemplo da primeira “figura” é *conheço* (não tem parte significativa?) e da segunda é *desconheço* (*ibid.*, p. 327-320).

Ao tratar dos “tempos do vérbo”, classifica: “çinco tempos como os Latinos: presente, passádo por acabar (pretérito imperfeito de hoje), passádo acabádo (pretérito perfeito), passádo máis que acabádo (pretérito mais-que-perfeito) e vindouro ou futuro”. Define cada um dos tempos, tal como hoje, e/ou exemplifica. Quanto aos “módos de vérbo”, define “módo”: “nam é mais que ãa denotaçám da vontáde em falando”. E diz que são “çinco”: “indicativo, que quér dizer demonstrador; imperativo, que quér mandador; outativo, quér dizer, desejador; subjuntivo, que quér dizer ajuntador”. “Ao derradeiro e quinto módo chamam infinitivo, que quér dizer nam acabádo, porque, além de careçer de números e pessoas, nam determina nem per si acába cousa algũa”. Seguem-se as pessoas e números do verbo. Sobre as primeiras diz: “Podémos, lógico, dizer que ésta distinçám é como a divisám do pronome que tem três pessoas”. Quanto ao número, do “singulár” dá exemplos:

“eu leo, tu ouves, aquele ama e do plurár, quando falamos por este nú[m]ero de muitos: nós lemos, vós ouvis, aqueles amam” (*ibid.*, p. 329-331).

Da página 331 a 339 trata “da conjugaçám do vérbo, a qual se pode chamar discurso ou jornáda que o vérbo faz per totalas pessoas, números, tempos e módos, assi como vimos que o nome discurria per todolos cásos e números”. Afirma que diferentemente dos Latinos que tem “quátro conjugações, nós três, as quáes conhecemos no módo infinitivo” (Note-se que ora usa *infinito* ora *infinitivo*). Identifica as três conjugações: “a primeira (...) no infinitivo acábam em *ár*; a segunda (...) acábam em *er* (...) ôs que acábam em *ir* são da terceira”. Exemplifica cada uma das três conjugações. Conclui: “nós conjugamos os vérbos per estes discursos: pelo primeiro [1<sup>a</sup>. pessoa], presente, pretérito, infinito, gerúndio do ablativo e per o partiçípio do pretérito, tudo na vóz autiva, por nam termos vóz passiva, tirando o partiçípio que é formádo na passiva”. Acresenta: “Totalas máis pártes que os Latinos tem soprimos ou pelo infinitivo à imitaçám dos Gregos, ou per circunlóquio, a que podemos chamár rodeo”. Fecha essa parte de sua *Gramática* apresentando, pedagogicamente, tal como hoje nas gramáticas tradicionais, “as conjugações”. E as organiza pelo modo, tempo, número e pessoa, tal como antes foram aqui apresentados.

Ao concluir a apresentação, trata “dalgũs suprimentos que temos per maneira de rodeo”. Explica e exemplifica: “Chamamos tempo per rodeo quando simplesmente nam podemos usár d’algum; entam pera ô sinificár tomamos este vérbo tenho, naquele tempo que é máis confórme ao vérbo que queremos conjugar, e, com o seu partiçípio passádo”. Mais adiante: “no módo infinitivo nam acabádo, por nam termos passádo e vindoiro, ambos simples, sinificamos o passádo, dizendo: ter lido”, etc, “e o vindoiro: [h]aver d’amar”, etc. Note-se que seleciona o verbo *ter* para os

tempos compostos do passado eo *haver*, para os do futuro (*ibid.*, p. 339-341).

Ao tratar da “formaçám dos vérbos per seus tempos e módos”, inicia pelos “pretérito e partiçípios”. Sistemáticamente apresenta a sua análise, considerando as três conjugações. Da primeira “conjugaçám fázem no pretérito perfeito demonstrador em *ei* e no partiçípio em *ado*”. O exemplo é “amo – amei, amádo”. Apresenta em seguida a mesma análise para a segunda “conjugaçám” dos verbos que hoje chamamos regulares. Em seguida diz: “Tiram-se désta régra muitos que séguem diferentes formações, ou seja, os irregulares “como: poer, com seus compóstos; e dizer, com seus compóstos; e jazer, ver, fazer, com seus compóstos”. Para a terceira, segue o mesmo percurso, dos regulares para os irregulares e apresenta os que “tiram-se désta régra ouvir, vir, ir, cair”, etc... “E o vérbos sustantivo sou também caréce de régra geral dos vérbos” e conclui: “como diz o provébio, maior o capelo que a cápa: e por nam cairmos nele, ante sejamos bréve que prolixo” (*ibid.*, 341-345).

A seguinte “párte da oraçám” de que trata é o “avérbio” (...) que sempre anda conjunta e coseita com o vérbos e daqui tomou o nome”. Mais adiante diz que “o avérbio” [tem] este poder: acrescenta, deminui e totalmente destrui a óbra do vérbos”. Os “açidentes [do advérbio]: espéçia, figura, sinificaçám”. Quanto à “espéçia e figura”: “as espéçias sam duas: primitiva [muito e pouco] e diriváda como: de bom se deriva bem e de máu, má. As figuras tem duas: simples, como ontem; compósta: antontem”. Quanto à significação: “como os avérbios sam muitos, assi tem divérsas sinificações, as quães nam podemos comprender todas pera às reduzir a régras géræs”. Diz então que porá algumas, conforme os Latinos: “de lugar, de tempo, da cantidade, de afirmár, de negár, de duvidár, de demonstrár, de chamár, de desejár, de ordenár, de

preguntár, de apartár, de jurár, de despertár, de comparár, de acabár”. E conclui: “soprimos gram diversidade de advérbios, ajuntando a um nome ajetivo feminino ésta palavra *mente*”. De todas as significações dos advérbios apresenta exemplos. Existindo hoje tantas e diversas classificações para os advérbios, esta, quinhentista, não deixa de ser muito significativa para a história metalinguística da gramaticografia da língua portuguesa (*ibid.*, p. 345-347).

“Da preposiçám” define como “ua páрте das nóve que tem a nóssa gramática a qual se põe antre as outras pártes per ajuntamento ou per composiçám”. Para o primeiro exemplifica: “Eu vou à escola”. A segunda explicita: “E se dissér: Eu apróvo tua doutrina, é per composiçám, ca se compõe ésta lêtera *a* com próvo e dizemos apróvo”. Estará aqui João de Barros tratando dos prefixos? Pois se sabe que muitos de nossos prefixos provêm de preposição. Prossegue tratando da “figura”: “tem figura singéla e dobráda. Singéla, como quando dizemos çerca e compósta, acreçentando-lhe ésta preposiçám *a*, diz àcerca”. Destaca as que se ajuntam “per composiçám ao vérbo (...) sam éstas: *a*, *com*, *des*, *re*” e, mais adiante, “também se compõe ãas com outras como çerca – àcerca [note-se que acima designa de “dobrada”] e com advérbios: *fóra* – de fora; *dentro* – de dentro”. Note-se que não distingue “advérbios” de suas locuções. Conclui informando: “Éstas preposições ãas regem [de, do], outras dativo [à, ao, pera], outras acusativo [*a*, ante, diante, antre, contra, per, por] e outras ablativo [com, em, no, na, sem]”. Vê-se que o nosso gramático repete, quanto às preposições que regem acusativo e ablativo, o que os gramáticos do latim sistematizaram para essa língua (*ibid.*, p. 347-348).

Sobre a “interjeiçám” diz que segue “os Latinos (...) segundo eles, nam é máis que ãa denotaçámdo que a álma padéçe”. Considera “as máis comuns: sam de quem sente dor; de quem ri; de quem se espanta; de quem sinte prazer; de quem exclama; de quem

compende alguém em malefício; de quem zomba; pera fazer silêncio”. Exemplifica cada um dos tipos de interjeição que arrola e conclui: “cási sam tantas em espécia como temos paixões naturáes” (*ibid.*, p. 348-349).

Das páginas 349 a 356 discorre sobre “Da construiçám das pártes”, que define segundo os “gramáticos”: “é ùa conveniêcia antre pártes em seus naturáes lugáres”. Divide a “construiçám: concordância e regimento”. Define a primeira: “é ùa conveniêcia de duas dições correspondentes ùa à outra em número, em género, cáso, pessoa, ou em algũa déstas cousas”. Quanto à segunda: “Regimento é quando ùa diçám se construe com outra divérsa a éla per género ou per número, cáso ou pessoa”. Apresenta a seguir o que chama de “régras geráes da nóssa construiçám”, da seguinte forma: “As dições que convém em número, género e cáso, sam os nomes sustantivos com os seus ajetivos”; “tem máis o nome ùa concordância quando está em o cáso nominativo, que [h]á-de convir com o vérbo em número e pessoa”. Anuncia as “régras particuláres e açidentáes”. Para surpresa, essas regras não aparecem na gramática de João de Barros. Segue-se, contudo, “Do regimento dos vérbos. Trata, primeiro, dos verbos “pessoáes e impessoáes”. Nos pessoais distingue os transitivos “pássa[m] a sua auçám em outra cousa ou nam”; nos transitivos distingue: ôs que régem genitivo, outros dativos, outros acusativos, outros dativo e acusativo”. Conclui com os verbos “pessoáes, cuja auçám nam pássa em outra cousa, sam ôs que propriamente se pódem chamár neutros e que depois de si nam quérem cáso senam mediante preposiçám como: Estou na igreja, vou à escola”, etc. Dos verbos “impessoáes”, no que se refere a seu ‘regimento’: antes de si quérem dativo e depois de si um vérbo do módo infinito (*ibid.*, p. 349-353).

Prossegue com o “regimento dos nomes”: “muitos nomes tem preminêcia de regerem outros quando se ajuntam a eles”. São os

atuais complementos nominais. “Temos também alguns nomes ajetivos que tem força de reger nomes sustantivos”. São os atuais adjuntos adnominais. Também o “avérbio” tem “regimento”: “ainda que nam tem tanta força como o vérbo e nome em seu regimento (...) muitas vezes se ajuntam dous [muito bem] (...) ao vérbo a que dá máis ou menos sinificaçám [mui má] compriste comigo] (...) alguns tem força de regerem caso [assáz de dinheiro]”. Em seguida repete o “regimento de preposiçám” e enumera as que regem “caso genitivo, outras acusativo, outras ablativos, porque cada ãa rége o caso de que tomou o nome”. Na sequência trata da “conjunçám” e já de início se defende: “Se [h]ouvéssemos de tratár de quantas espécias i [h]á de conjunçám, seria curiosidade enojósa aos ouvintes”. E decide que “básta saber que temos duas conjunções máis comuns. A ãa chamam copulativa, que quér dizer ajuntador (...) e a outra, disjuntiva, a quál, máis pròpriamente, se déve chamár disjunçám que conjunçám, porque divide as pártes”. Por fim trata do “regimento” da “interjeiçám”: E de todas éstas interjeições, àçerca de nós [h]á i algúas que régem casos (...) ãas, vocativo [ó Deos!] (...) outras regém genitivo [ái de aqueles que tem pouca fazenda] (*ibid.*, p. 354-356).

Finaliza João de Barros com um longo estudo sobre as *Figuras*, que define, segundo Quintiliano: “é ãa fórmula de dizer per algũa árte nóva”. Apresenta duas grandes divisões das *Figuras*, que denomina de “dous géneros, de que dependem muitas espécias. Ao primeiro viço chamamos barbarismo e ao segundo solecismo”. Define “*barbarismo* é o vício que se cométe na escritura de cada ãa das pártes ou na pronunciaçám”. Estabelece o seu limite: “leixando as figuras e vícios poéticos, trataremos somente daqueles per que máis commumente falamos em oraçám soluta”. São as seguintes “as espécias do nóssó barbarismo, os vocábulo das quães, ainda que sejam gregos, tomaremos como tomáram os Latinos, levando a sua ordem”. São essas as “espécias” de barbarismo

que apresenta: “Próstesis (...) quer dizer acreçentamento (...) quando se acreçenta algum lêtera ou sílaba ao princípio de qualqêr diçâm” (...); Aféresis quer dizer cortamento, porque do princípio d’algũa diçâm cortamos e tiramos algũa lêtera ou sílaba” (...); “Epêntesis quer dizer interposiçâm porque, quando â cometemos, se enterpõe lêtera ou sílaba na diçâm” (...); “Síncopa quer dizer cortamento cá se córta, do meo da diçâm, lêtera ou sílaba” (...); “Paragóge quer dizer acreçentamento; cométe-se este víçio quando em fim d’algũa palávra se acreçenta lêtera ou sílaba” (...); “Apócopa quer dizer cortamento do fim” (...); “Diéresis quer dizer apartamento, cá per éla apartamos ã sílaba em duas pártes” (...); “Sinéresis quer dizer ajuntamento (...) por éla ajuntamos duas lêteras vogáes em ãa” (...); “Sinaléfa quer dizer apartamento (...) comete-mos quando algũa diçâm acába em lêtera vogál e se coméça em outra vogál” (...); “Ectlísis quer dizer escoamento e faz-se quando algũa diçâm acába em lêtera consoante e coméca outra” (...); “Antítesis quer dizer postura ãa por outra” (...); “Metátesis é a derradeira espéçia dâs que, àçerca de nós, se cométem em lêtera ou sílaba; quer dizer, transposiçâm, porque per éla trastrocamos as lêteras” (...). As designações desses “barbarismos”, aportuneguesados, são até hoje usadas nos estudos de mudança ou variação fônica, respectivamente, nas tradicionais *Gramáticas históricas* e nos estudos de dialectologia e sociolinguística, ao tratarem do nível fônico das línguas.

Define *solecismo*, o segundo gênero dos “víçios”: “Este se cométe na construiçâm e órdem das pártes, quando délas módo apartádo do comum uso de falár”. Depois de apresentar uma curiosa origem para o termo *solecismo*, diz: “porque tem muitas espéçias destes víçios, tomaremos somente aquélas que nos convém e as outras fiquem com seu dono”. Seleciona então trinta e dois tipos (“espéçias”) de solecismo. São eles: “Prolépsis quer dizer anteçipaçâm” (...); “Zeuma, que é o contrário désta de çima” (...); “Hipo-

zêusis quer dizer ajuntamento debaixo” (...); “Silépsis quer dizer concebimento porque, debaixo de nomes (...) colhemos a um verbo ãa cláusula” (...); “Antíptosis quer dizer caso por caso”. Nessa *figura* o exemplo esclareceu mais que a definição: “Do homem de que falávamos vem agora, por dizer: O homem de que falávamos vem agora”. “Sinédoque quer dizer entendimento porque, pela parte, entendemos o todo” (...); “Cacófaton quer dizer máo som e é vício que a orelha recebe má” (...); “Pleonásmo quer dizer sobegidám de palavras” (...); “Periossologia quer dizer sobegidám de razões” (...); “Macrologia quer dizer longo rodeo de palavras e dições” (...); “Tautologia quer dizer repetiçám de ãa palavra muitas vezes” (...); “Eclipsis quer dizer desfalecimento” (...); “Cacosínteton quer dizer má composiçám” (...); “Anfibologia quer dizer dúvida de palavras” (...); “Epizêuxis quer dizer conjunçám, a qual cometemos quando se repete ãa cousa duas e três vezes sem entreposiçám de parte” (...); “Esquesionomaton quer dizer confusám de nomes” (...); “Paromeon quer dizer semelhante princípio” (...); “Polipteton quer dizer multidán de casos” (...); “Hirmos quer dizer estendimento, a qual figura se comete quando levamos ãa sentença suspensa com grande arrezamento de palavras” (...); “Polisinteton quer dizer composiçám de muitos” (...) “Dialeton quer dizer di[s]soluçám ou desatamento, o qual se faz quando muitas partes e cláusulas se ajuntam sem conjunçám” (...); “Metáfora quer dizer transformaçám” (...); “Metonímia quer dizer transnomaçám, e comete-se quando poemos o instrumento pola cousa que com ele se faz” (...); “Antonomásia quer dizer postura de nome por nome” (...); “Épitemon quer dizer postura debaixo de nome” (...); “Onomatopeia quer dizer fingimento de nome” (...); “Parêntesis quer dizer entreposiçám” (...); “Hipérbole quer dizer transcendimento” (...); “Alegoria quer dizer sinificaçám alhea” (...); “Ironia quer dizer dissimulaçám” (...); “Antífrasis quer dizer fala contrária” (...); “Enigma quer dizer escura pergunta” (...) e, por fim, “Carientismos quer dizer

graçiosidade” (...). E conclui: “Éstas que pusémos pódem ser exemplo a quem quisér entender as outras”.

Digo eu que muitos desses termos ainda são correntes na gramática, na linguística, na retórica. Contudo, as definições de João de Barros se nem sempre são claras, são sempre, a meu ver, não precisas, curiosas e permitem inferir a terminologia buscada e sistematizada por esse primeiro gramático “preceitivo”, tão perto e tão longe do seu contemporâneo Fernão de Oliveira, descritivista, intuitivo e explosivo. Que me permita o plágio o poeta Gregório de Mattos, no poema *Cidade da Bahia*, em que diz: “A cidade da Bahia! / ó quão dessemelhante / Estás e estou do nosso antigo estado”.

## Referências

BUESCU, Maria Leonor. *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura e anotações. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971[1540].

BUESCU, Maria Leonor. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

MATTOSO, Câmara Jr. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (no prelo). *O português arcaico: uma aproximação – Léxico, Morfologia, Sintaxe e Fonologia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos (eds.). *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000.

**SUBMETIDO EM:** 13.04.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

ESPAÇO E TEMPO  
DE EXPRESSÃO ADVERBIAL EM  
FERNÃO DE OLIVEIRA E  
JOÃO DE BARROS<sup>1</sup>

SPACE AND TIME OF THE ADVERBIAL EXPRESSION  
IN AUTHORS FERNÃO DE OLIVEIRA AND  
JOÃO DE BARROS

**Sônia Bastos Borba Costa**  
Grupo PROHPOR - DLV - UFBA

*Para Nadja Andrade, uma mestra querida, que me  
apresentou Fernão de Oliveira, nos idos de 1970.*

**RESUMO:** O trabalho resulta de análise da *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), a partir da edição semidiplomática realizada por Torres e Assunção (2000), e de textos de João de Barros, sobretudo da sua *Gramática da língua portuguesa* (1540), na edição de Buescu (1971), privilegiando a observação dos adverbiais de conteúdo semântico especial e temporal, além de aspectos conservadores e inovadores do texto dos autores, reflexos de mudanças do por

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Simpósio “Fernão de Oliveira: 500 anos”, Campinas-UNICAMP – 24 a 27.09.2007.

tuguês quinhentista em relação ao período arcaico da língua portuguesa. Os dados e análises relativos à utilização de itens adverbiais pelos gramáticos apresentam resultado de pesquisa encetada quando da realização de tese de Doutorado da autora (2003), quando foram analisados outros textos do século XVI, além dos textos *A Lenda do Rei Rodrigo* (LRR - século XIV), *A Crônica de D. Pedro* (CDP - século XV) e consultados os dados registrados em Mattos e Silva (1989).

**Palavras-chave:** Diacronia do português. Adverbiais espaciais-temporais. Português quinhentista

**ABSTRACT:** Abstract: The present work is the result from the analysis of the Portuguese Language Grammar written by Fernão de Oliveira (1536), from the semidiplomatic edition made by Torres e Assunção (2000), and texts by João de Barros, especially from his Grammar of English (1540), in the edition of Buescu (1971), which favors the observation of adverbials of temporal and spacial semantic content, and also the conservative and innovative aspects of the text of the authors, reflecting the changes in the Portuguese of the sixteenth century in relation to the archaic period of the Portuguese language. The data and analysis related to the use of adverbial items by the grammarians present research results highlighted by the time of the author's doctoral thesis (2003), when other sixteenth century texts had been examined, in addition to the text *The Legend of King Rodrigo* (LRR — XIV century), *The Chronicle of D. Pedro* (CDP - XV century) and the data recorded in Mattos and Silva (1989) had been accessed.

**Keywords:** Diachrony of the Portuguese language. Spatial-temporal adverbials. Portuguese of the sixteenth century

## Introdução

Em outra oportunidade (Estudos: Lingüísticos e Literários, n.21-22, jun-dez 1998) apresentei a conceituação e demais referências a adverbiais, de quaisquer tipo ou natureza, que ocorrem na *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros, quando possível relacionadas à configuração geral da referida gramática.

O presente trabalho resulta de observações decorrentes da recolha e análise de adverbiais simples e locucionais, sobretudo de conteúdo semântico espacial e temporal, da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (GFO), a partir da edição semidiplomática realizada por Torres e Assunção (2000), e da *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros (GJB), a partir da edição crítica de Buescu (1971). O que pretendo apresentar aqui é um apanhado geral dessas referências, em rápido confronto entre as duas obras, privilegiando: a) o alegado caráter descritivo do texto de Fernão de Oliveira, bem como o caráter normativo do texto de João de Barros; b) a utilização de itens adverbiais de natureza espacial e temporal em ambos os autores; c) aspectos conservadores e inovadores do texto dos autores, reflexos de mudanças do português quinhentista em relação ao período arcaico da língua portuguesa, concentradamente quanto aos adverbiais.

A seção relativa à utilização de itens adverbiais pelos gramáticos apresenta resultado de pesquisa encetada quando da realização de tese de doutorado<sup>2</sup> e privilegia a concepção de espaço e tempo explicitada por esses itens. Naquela oportunidade, levantei todas as ocorrências de adverbiais simples e locucionais de conteúdo

---

<sup>2</sup> Tese de Doutorado, intitulada *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*, orientada pela Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, no PPGLL/UFBA, em 2003.

semântico espacial e temporal em nove textos do século XVI, confrontados a dados do século XIV e a textos do século XV <sup>3</sup>.

Utilizo a denominação adverbiais para referir conjuntamente os tradicionalmente chamados advérbios e as também tradicionalmente chamadas locuções adverbiais, renunciando a separá-los em dois grupos, por não nos parecerem viáveis critérios que distingam, seguramente, elementos considerados autônomos como, por exemplo, *devagar*, *acima* e *debaixo*, de elementos considerados locucionais, como, por exemplo, *de fora*, *em breve*, *em cima*. Assim, os dois tipos serão aqui denominados itens adverbiais.

Tomo por base para a identificação de itens adverbiais a conceituação de advérbio proposta por Moura Neves (2000), com pequenas adaptações. Por oportuno, saliento que distingo item adverbial (simples e locucional) de item conjuncional (simples e lo-

---

<sup>3</sup> A saber: *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (CPVC), de 1500, ed. de Silvio Pereira (1964), texto integral; *Cartas de D. João III* (CDJIII), de números. 1 a 22 (1521-1531), ed. de J. Ford (1931), quota de 1.400 linhas; *Cartas da Corte de D. João III* (CCDJ), de ns. 3, 8, 9, 22, 43, 47, 50 a 79, 84, 85, 86 e 106, 163, 165, 167, 169, 171 e 173 (1530-1562, ed. de J. Ford e L. J. Moffatt (1931), quota de 1.141 linhas; *Gramática da Lingoagem Portuguesa* (GFO) de 1536, de Fernão de Oliveira, ed. de Torres e Assunção (2000); texto integral; *Gramática da Língua Portuguesa* (GJB), de 1540 de João de Barros, ed. de Ma. Leonor Buescu (1971), texto integral; *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (DLNL), de 1540, de João de Barros, ed. de Ma. Leonor Buescu (1971), texto integral; *Diálogo da Viciosa Vergonha* (DVV) de 1540, de João de Barros, ed. de Ma. Leonor Buescu (1971), texto integral; *Ásia de João de Barros (primeira década)* (DA.I) de meados do século XVI, ed. de Baião (1932), quota de 1343 linhas; *Ásia de João de Barros (segunda década)* (DA.II), de meados do século XVI, ed. de Baião (1932), quota de 1554 linhas. Para confronto com usos anteriores, foram também consultados textos do século XIV, os *Diálogos de São Gregório* (DSG), a partir de Mattos e Silva (1989) e *Lenda do Rei Rodrigo* (LRR) ed. de Lindley Cintra (1964), lido na íntegra, e do século XV, *A Crônica de D. Pedro* (CDP), de Fernão Lopes, ed. de Giulliano Macchi (1966) lido na íntegra.

cucional) e de item preposicional (simples e locucional), pela natureza intransitiva dos adverbiais, face à transitividade, quer atingindo sentenças, quer sintagmas, característica dos últimos.

Os adverbiais espaciais e temporais constituem o grupo dos circunstanciais na classificação de Moura Neves, caracterizados como adverbiais não modificadores, que não operam sobre o valor de verdade das proposições e que se subdividem em fóricos e não-fóricos. Foram escolhidos por desejarmos testá-los face às propostas da abordagem *localista* (Anderson, *apud* Lyons, 1978, Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991) assumida e ampliada pelo paradigma da Gramaticalização, abordagem diacrônica que se inclui nos pressupostos do Funcionalismo linguístico.

### **Descritivo x Normativo**

Já é lugar comum nos estudos diacrônicos da língua portuguesa destacar a preocupação descritivista de Fernão de Oliveira, opondo-a ao caráter normativista de João de Barros, este um humanista clássico, cuja postura em relação à língua portuguesa está registrada na ânsia de afirmar a sua excelência em relação a outras, como o castelhano ou a língua dos povos dominados pelo império português, e a sua similaridade em relação ao latim, considerado o português o legítimo herdeiro do império linguístico romano, certamente uma das razões que o moveram a produzir uma gramática normativa seguindo o modelo clássico, beneficiado pela sua capacidade organizativa, de sistematização e sua inegável erudição.

Já a “primeira anotação” de Fernão de Oliveira foge ao que se prestigiava e ainda se prestigia como gramática. Contudo, Oliveira, espírito aventureiro, perquiridor, curioso, com sua atenção aos homens que o cercam, com seu apetite pela vida, nos legou verdadeiras preciosidades. Sem desmerecer o esforço bem sucedido de Barros ao expor a língua portuguesa a partir de padrões classifica-

tórios, perquirindo a sua configuração estrutural, sem Oliveira certamente ficaríamos mais pobres quanto ao conhecimento das realizações linguísticas do seu tempo.

O autor da “primeira anotação” é, inegavelmente, como tantas vezes já notado, um descritivista, que demonstra inclusive consciência do valor distintivo dos sons, evidenciada em passagens como:

porq̄ so mudar hũa letra: hũ acento ou som e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena: ou de pequena a grande: e assi tâbem de hũa cõsoante dobrada em singela: ou ao cõtrairo de singela em dobrada: faz ou desfaz muito no sinificado da lingua ... (GFO, p. 15)

E, a par da sua perspicácia descritiva, sua sensibilidade fica evidente em muitas passagens da *grammatica*, de uma graça toda especial, como a sua descrição articulatória dos sons, a que não faltam recursos aliterativos e sinestésicos:

e quase podemos dizer q̄ o que da a entender horaçio na arte poetica dos gregos e latinos temos antre nos e os castellanos: porq̄ a elles deu a natureza afeyçoar o que querem dizer: e nos falamos boquicheos com mays magestade e firmeza. (p. 12)

A figura do .ε. grãde parece hũa boca bẽ aberta com sua lingua no meyo e tão pouco não tẽ outra diferẽça da força de .e. peq̄no se não quãto enforma mais seu espirito (p. 16)

A pronũciação da letra .d. *deita* a lingua dos dentes d'çima [...]. A pronũciação do .f. *fecha* os dẽtes de çima [...]. A pronũciação do .l. *lambe* as gẽgibas [...]. A pronũciação do .m. *muge* antre os beyços. [...]. A pronũciação do .z. *zine* antros dentes[...] (p. 17)

Ou a sua representação gráfica do riso, quando observa que Gil Vicente não parece representá-lo adequadamente:

mas antre nos eu não vejo alghũa vogal aspirada, se não e nestas interjeções vha e aha e nestoutras de riso ha ha he. aĩda q̄ não me parece este bo riso portugues, posto q̄ o assi escreua Gil viçente nos seus autos: (p. 19)

Ou, ainda, a sua atenção a pronúncias variantes, como no seguinte trecho, em que cita João de Barros:

o verbo sustãtiuo o q̄l hūs pronũciã em .om. como som. e outros em ou. como. sou. e outros em .ão. como são. e tãbẽ outros q̄ eu mais fauoreço em .o. peq̄no como .so. no parecer da premeira pronũciação cõ .o. e .m. q̄ diz som. he o mui nobre johã d'barros (p. 71)

## Os adverbiais

### ♦ A Gramática da língua portuguesa, *de João de Barros*

O texto de Barros, que define gramática, nas primeiras linhas da parte I, como “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (p. 293) constituiu-se de sete partes, a saber:

- I. Da definiçãm da Gramática e as pãrtes dela;
- II. Da lêtera
- III. Da diçãm
- IV. Da construiçãm das pãrtes
- V. Das figuras
- VI. Da ortografia
- VII. Dos pontos e distinções da oraçãm.

Logo na primeira parte, há uma referência ao advérbio:

E como pera o jogo de enxadrez se requérem dous reies, um de ũa cor e outro de outra, e que cada um deles tenha

suas peças póstas em casas próprias e ordenádas, com leis do que cada ia déve fazer (segundo o ofício que lhe foi dádo): assi totalas linguágens tem dous reis, diferentes em género, e concórdes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vêrbo. Cada um destes reies tem sua dama: à do Nome chamam Pronome e à do Verbo, Avêrbio.” (p. 293/294).

Na parte III, relativa à “diçám”, é tratada a questão das classes de palavras, que ele denomina partes da oração. Dentre elas, trata o advérbio, forma que varia no texto com *avérbios*, a que dedica três seções subsequentes: *Do avérbio e suas partes*, em que o conceitua e reflete sobre seu escopo; *Da espéçia* (primitiva e derivada) e figura (simples e compósta); *Da Sinificação*, em que os subclasifica a partir de critério semântico) enquanto dedica vinte ao nome, duas ao artigo, seis ao pronome, dezessete ao verbo, duas à preposição e uma à interjeição. A conjunção (uma seção) só será citada na parte IV da gramática, que trata sobretudo a regência. O particípio é tratado em algumas seções: naquela dedicada ao Nome (Dos nomes partiçipiáes), e naquela dedicada ao Verbo (Dos pretéritos e partiçipios)

Como convém a um texto de caráter analítico-classificatório, na seção a ele dedicada, encontramos a definição:

Avérbio é ia das nóve pártes da ôraçám que sempre anda conjunta e coseita com o vérbo e daqui tomou o nome, porque *ad* quér dizer çerca e, composto com *verbum*, fica *adverbium* que quér dizer àçerca do vérbo.

Foi ésta páрте mui neçessária, ca per éla se denóta a eficácia ou remissám do verbo, porque, quando digo: Eu amo a verdáde, demóstro que simplesmente fáço ésta óbra de amár;mas dizendo: Eu amo muito a verdade, p[er] este avérbio muito, denóto a cantidáde do amor que tenho à cousa; [...] (p. 345)

É, portanto, uma definição sob critério distribucional e só reconhece explicitamente ao advérbio o acompanhamento de ver-

bos. Veremos, contudo, que são referidos advérbios que acompanham outras classes de palavras, como nesta outra menção, na seção *Do nome comparativo*, em que registra o uso do advérbio *máis* como formador de comparativos:

Comparativo nome é aquele que significa tanto como o seu positivo com este avérbio *máis*. [...] Però, todolos outros comparativos que eles fórmam suprimos nós com este avérbio *máis* que acreçenta a cousa a que ô ajuntamos per semelhante exemplo: [H]eitor foi esforçádo cavaleiro. [...] Quando vem ao segundo gráo comparativo dizemos: [H]eitor foi milhór cavaleiro que Aquiles; ou diremos: foi máis esforçádo que Aquiles, porque milhór e máis, nésta ordem de comparaçám, é ia mesma cousa. (p. 305-306).

João de Barros não faz referência explícita a locuções de qualquer espécie no texto da sua gramática. Assim, nada nos socorre se quisermos captar seu entendimento desta questão, a não ser a expressão “per rodeo”, que usa para referir aquilo que hoje chamamos de locuções verbais, às vezes também o que chamamos de tempos compostos.

Detalhando a sua abordagem dos *avérbios*, verifica-se que, além de constituir-se em uma das nove classes de palavras, na seção *Do regimento do avérbio*, constante da parte IV, é-lhe reconhecida regência própria, “ainda que nam tem tanta força como o vérbo e nome em seu regimento”, e a possibilidade de derivar “nomes avérbiães” (p. 354). Seu conceito de regência é amplo, englobando o que hoje chamamos modificação ou intensificação. Assim, é tratada nessa seção a sequência *muito bem* na frase *Muito bem se fez isto* e *mui mal* na frase *Mui mal compriste comigo*. A união de dois modificadores verbais por conjunção aditiva também é tratada nessa seção (*Bem prudente e sagazmente*). Por fim, admite que alguns advérbios regem caso, como nos exemplos: *as-saz de dinheiro; muito disto; pouco de proveito*.

Retomo a questão das categorias linguísticas atribuíveis ao ad-

vérbio, que ele denomina “acidentes” e detalha em *espécia, figura, sinificaçám*.

A *espécia* caracteriza advérbios primitivos ou derivados, que exemplifica com, respectivamente, *muito, pouco e bem* (que deriva de *bom*) e *mal* (que deriva de *mau*), admitindo adjetivos como seus primitivos correspondentes e explicitando uma curiosa concepção de derivação, distinta do entendimento atual. Ainda a esse respeito é bom destacar que ele admite nomes derivados de advérbios, que declara serem poucos, e cujos exemplos (muito curiosos!) são: *soberano*, derivado de *sobre* (nessa seção considerado advérbio<sup>4</sup>, mas classificado como preposição que rege acusativo na quarta parte); *avantaje*, derivado do advérbio *avante*; *forasteiro*, derivado do advérbios *fora*, e *traseiro*, derivado do advérbio *atrás*.

A *figura* caracteriza advérbios simples e compostos, que exemplifica com, respectivamente, *ontem* e *antontem*. Também, na seção *Das figuras do nome* menciona: “Compoendo vérbo com avérbio dizemos: puxavante de puxár e àvante” (p. 308).

A seção denominada *Da sinificaçám* trata a subclassificação semântica dos advérbios, tão variadas que “nam podemos compreender todas para às reduzir a régras géraes”, e apresenta dezoito itens, aos quais acrescenta a possibilidade de formação dos advérbios em *-mente*, com os exemplos *boamente, màmente, esca[s/samente, grandemente* (p. 346).

São as seguintes as suas “sinificações”, acompanhadas das formas que lista:

De lugar: *aquí, aí, ali, cá, lá, acolá, algures*.

De tempo: *agóra, anteontem, cedo, depois, [h]oje, nunca*,

---

<sup>4</sup> Acompanhando Nebrija: “Adverbial nombre es aquel que se deriva de adverbio, como de sobre *soberano*, de *iuso, iusano*.” (Cf. Marli Q Leite, 2007, p. 167).

*ontem, tarde*

De quantidade: *muito, pouco maior, menor*;

De qualidade: *bem, mal*

De afirmar: *certo, si*.

De negar: *nam, nem*

De duvidar: *quicá, perventura*

De demonstrar: *eis, ei-lo, ei-la*

De chamar: *ou, oulá*

De desejar: *oxe, oxalá*

De ordenar: *item, depois*

De perguntar: *como, porque*

De ajuntar: *juntamente, em sóma*

De apartar: *àparte, afora*

De jurar: *certo, em verdade*

De despertar: *eia, sus, asinha*

De comparar: *assi, assi como, bem como*

De acabar: *em conclusám, finalmente*

Nessa subdivisão, além de não distinguir advérbio de locução adverbial, inclui formas que semanticamente seriam incluídas hoje entre as interjeições (por exemplo, *ou, oulá*), conjunções (por exemplo, *assi como, bem como*), nomes (por exemplo, *item*). É também obscuro o tratamento classificatório atribuído a atuais locuções adverbiais como *de fora* ou *de dentro*, pois apenas diz, na seção relativa a preposições, que nesses casos temos uma composição de duas preposições.

♦ *A Grammatica da linguagem portuguesa, de Fernão de Oliveira*

Em poucos momentos da sua gramática, Oliveira nos fala de advérbios. Isso ocorre, por exemplo, no trecho em que trata a preposição *até*, que considera advérbio, e na qual também testemunha as pronúncias variantes *até ~ té*, trecho em que cita João de Barros:

E porque aqui e tempo como d'caminho quero dizer deste auerbio ate [...] alghūs o pronunção cōforme ao costume da nossa lingua que he amiga dabrila boca: e danlhe aquella letra .a. que digo no começo: mas outros lhe tirão esse .a. e não dizē ate: mas dizē te [...]. Antre os quaes eu contarey tres não de pouco respeito na nossa lingua: antes se ha de fazer muyta conta do costume de seu falar e são estes. Garcia de resende [...] . E Joam de Barros ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem: e a mestre Baltasar [...] e com tudo a mi me parece o contrayro: e ao contrairo o vso dan-dolhe .a. no começo: (p. 47)

Em outro momento, quando refere as dições *tiradas* (derivadas), lê-se:

Na declinação natural, onde falamos das dições tiradas: podemos tâbem meter os auerbios os quaes quando são tirados polla mayor parte ou semp̄ acabão em .mente. como cōpridamente. abastadamente. chammente. e porem ha hi muitos q̄ não são tirados como .antes. despois. asinha. logo. cedo. tarde. (p. 61).

Em outra passagem, referindo formas que julga arcaicas (*dições velhas*), cita, sem classificá-las quanto à classe de palavras, as formas *acarão*, “que quer dizer jito ou apar”, e *samicas*, “que significa *por ventura*” (p. 49). E mais adiante, cita, também sem classificá-los, os adverbiais *ajuso*, *acajuso*, *a suso*, *hogano* também como arcaicos (p. 50), em texto importante para a percepção do seu entendimento quanto a arcaísmos e neologismos:

a limitação ou regra sea esta pella mayor parte que das dições velhas tomemos as mais nouas e q̄ são mais vezinhas de nosso tempo: assi co mo tâbem das nouas hauemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da mayor parte: ainda porem q̄ não sempre isto he açertado porque muitas vezes alghūas dições q̄ há pouco são passadas são ja agora muito auorrecidas: como abem/ajuso acajuso/a suso/ e hoganno/algorrem

No capítulo em que trata das dições apartadas (primitivas), faz também breve referência ao fato de os advérbios não “declinarem” (p. 45).

### **Caracterização semântica de adverbiais espaciais e temporais**

Quando da elaboração da tese em que se baseia grande parte das reflexões deste trabalho, os adverbiais encontrados, sempre analisados a partir do contexto, foram divididos em três categorias semânticas maiores, com subdivisões.

É a partir dessa classificação, portanto, que vou apresentar o uso das formas adverbiais encontradas nas gramáticas de Barros e de Oliveira. Eis a classificação dos adverbiais com que trabalhei:

♦ *Adverbiais espaciais* (espaço estrito – espaço ampliado):

1. De base exofórica
2. De locação
3. De verticalidade
  - 3.1. Plano superior
  - 3.2. Plano inferior
  - 3.3. Plano intermediário
  - 3.4. Extensão vertical
4. De horizontalidade
  - 4.1. Área interior
  - 4.2. Área exterior
  - 4.3. Área distante
  - 4.4. Área próxima
  - 4.5. Área extensiva
  - 4.6. Área precedente
  - 4.7. Área intermediária

- 4.8. Área sequente
- 4.9. Área de frente
- 4.10. Área de costas
- 4.11. Área indeterminada
- 4.12. Extensão horizontal

♦ *Adverbiais temporais:*

- 1. De localização
  - 1.1. Presente
  - 1.2. Passado
  - 1.3. Futuro
  - 1.4. Outros
  
- 2. De ordenação
  - 2.1. Anterioridade
  - 2.2. Posterioridade
  - 2.3. Simultaneidade
  
- 3. De aspecto
  - 3.1. Instantaneidade
  - 3.2. Duração longa
  - 3.3. Duração curta
  - 3.4. Duração indeterminada
  - 3.5. Duração negativa
  - 3.6. Fase inicial
  - 3.7. Fase final
  
- 4. De frequência
  - 4.1. Repetição simples
  - 4.2. Repetição irregular
  - 4.3. Habitualidade precisa
  - 4.4. Habitualidade imprecisa
  - 4.5. Absoluta positiva
  - 4.6. Absoluta negativa

No *corpus* total, constituído, como já mencionado, de nove textos do século XVI, foram encontradas 161 formas de adverbiais simples ou locucionais. Desses, 14 referem o espaço tomado em verticalidade, quer expressando localização (*plano superior, intermédio e inferior; extensão vertical*), quer deslocamento (*fonte, via, direção, trajeto, alvo*).

Com exceção do adverbial *no meio* (que também expressa horizontalidade), os 13 demais são exclusivos da expressão de espaço vertical: nenhum deles expressa horizontalidade ou qualquer noção temporal.

Foram encontrados 37 adverbiais que expressam horizontalidade, referindo *localização* (estáticos) ou *deslocamento* (dinâmicos), e nesses se distinguem a consideração dos seguintes pontos: *fonte, via, direção* geral ou delimitada (*alvo*), *fonte-alvo*. A decisão de considerá-los como expressão de horizontalidade não foi apriorística, mas baseou-se na interpretação do contexto, vez que, em alguns casos, o adverbial, se considerado isoladamente, tanto poderia expressar horizontalidade quanto verticalidade. Esclareço, também, que, em três casos de contextos que não permitem inferências (*afóra, algures e nelhures*), decidi incluí-los na horizontalidade por ser este o pólo preferencial, que talvez possa ser considerado o pólo não-marcado, na língua portuguesa, quanto à distinção *vertical x horizontal*.

Pela mera quantidade, já se pode aquilatar a maior presença da horizontalidade face à verticalidade, talvez correspondendo ao fato de a referência à circunstância espacial horizontal ser mais necessária para o falante que a referência à circunstância espacial vertical, o que, de pronto, provoca a questão: tomarão as línguas a referência horizontal em mais consideração, devido a características do corpo humano, tais como: olhos naturalmente focados na horizontal, corpo em perpendicular ao chão, com deslocamento predominante na horizontal?

No estabelecimento dessas áreas enfocadas para a horizontali-

dade, a partir do *corpus* total, deparamo-nos com curiosa constatação: as noções de *anterior* e *posterior* são freqüentemente ambíguas, indefinidas para a distinção semântica espaço x tempo. Vejamos: denominamos mais informalmente como espaço anterior aquele que precede determinado ponto de referência, aquele que, mais freqüentemente, no nosso campo visual, está à esquerda, já que normalmente, na nossa cultura, privilegiamos a expressão da disposição visual a partir do movimento esquerda '→ direita. No entanto, *anterior* é também o que está espacialmente à frente do/no corpo do observador. Analogamente, *posterior* pode localizar o elemento em tela tanto à direita do ponto de referência quanto às costas do/no corpo do observador.

Quando as noções de *antes* (anterior) e *depois* (posterior) expressam temporalidade, a ambigüidade se acentua, porque, enquanto no espaço, quando o elemento em tela é o último (posterior), é normalmente o mais distanciado do ponto de referência, quando se trata de temporalização, o último (posterior) é normalmente o mais aproximado do ponto de referência.

Por essas razões, para evitar ambigüidades, e considerando a direção mais convencional da visão no sentido esquerda '→ direita, preferimos denominar essas várias noções, quanto à espacialização, como a seguir: *precedente* (área à esquerda do ponto de referência); *sequente* (área à direita do ponto de referência); *frente* (área que faceia o ponto de referência); *costas* (área às costas do ponto de referência), abandonando as denominações *anterior* e *posterior*. Observe-se que, quando se trata de texto, a área *precedente* pode corresponder a *acima*, *antes*, *atrás* e a área *sequente* pode corresponder a *abaixo*, *depois*, *diante*, *a diante*, *ao diante*.

Esclareço que, para este trabalho, os de base exofórica foram redistribuídos nas outras três categorias de espaciais.

Para a macrocategoria *tempo*, a partir dos adverbiais encontrados e dos seus respectivos sentidos, adotei a seguinte subdivisão: *temporalização de localização*; *temporalização de ordena-*

*ção; temporalização de aspecto; temporalização de frequência.* A *localização* temporal foi tratada a partir da clássica divisão em *presente, passado e futuro*, a que acrescentamos a categoria *outros*, para referir, por exemplo, tempo hipotético, evitando assim extrema segmentação. Essa classificação tomou em consideração o fato referido em relação ao ponto de referência no discurso. A *ordenação* foi subdividida em *anterioridade, posterioridade e simultaneidade*, levando em consideração a relação ordenatória entre o fato que se enuncia e o fato de referência. A expressão do *aspecto* foi subcategorizada em *instantaneidade, duração (longa, curta, indeterminada e negativa) e fases (inicial e final)*. A expressão de *frequência* incluiu as subcategorias *repetição, irregularidade, habitualidade (precisa e imprecisa) e absoluta (positiva e negativa)*.

### **Adverbiais espaciais e temporais na Gramática da língua portuguesa, de Barros**

Ressalto que o tratamento aqui esboçado é preliminar, principalmente se comparado ao tratamento que dediquei aos adverbiais em Oliveira, bem mais detalhado e sistemático.

#### ♦ *As formas de adverbiais espaciais*

Evidentemente, não são apenas os advérbios que cita que João de Barros usa nos seus textos. A partir de levantamento total das ocorrências de advérbios e locuções adverbiais no texto da gramática de Barros, encontrei 26 adverbiais de conteúdo semântico espacial, que, separados pela classificação que proponho (item 4) e considerando a noção em que o seu uso predomina, são:

1. De base exofórica - redistribuídos
2. De locação – *i, aí, ali, lá, aqui (~qui), desi, fóra.*

## 3. De verticalidade

3.1 Plano superior - *açima, de çima, em çima*3.2 Plano inferior - *debáixo*

## 4. De horizontalidade

4.1. Área distante - *daí, dali*4.2. Área próxima - *daqui, té qui (~ até qui), per aqui*4.3. Área precedente - *atrás*4.4. Área sequente- *adiante, ao diante, diante,**àvante, ante*5. Não-inferíveis : *acolá, afóra, algures, cá*<sup>5</sup>♦ *As formas de adverbiais temporais*

Encontrei 37 adverbiais de conteúdo semântico temporal, que também apresento seguindo a classificação que propus e considerando as noções em que predominou seu uso:

## 1. De localização

1.1. Presente - *agóra, ao presente, [h]óje, óra (~ora)*1.2. Passado - *antigamente, antontem, entám, ontem, té ora*1.3. Futuro - *entám*

## 2. De ordenação

2.1. Anterioridade - *já, primeiramente, primeiro, à primeira vista*2.2. Posterioridade - *cedo, depois (~despois), já, já nam,*


---

<sup>5</sup> Denomino *não-inferíveis* elementos que não permitem inferências semânticas, já que são apresentados em contextos metalingüísticos estritos, como listas de formas.

*lógo, nam...máis, em breve, ao outro dia,*

### 2.3. Simultaneidade - *já*

#### 3. De aspecto

3.1. Duração curta - *asinha, em breve*

3.2. Duração indeterminada - *ainda*

3.3. Duração negativa - *já nam, nam...máis*

3.4. Fase final - *ainda...não, já, tarde*

#### 4. De frequência

4.1. Habitualidade precisa - *de dia, de noite*

4.2. Habitualidade imprecisa - *as máis das vezes, às vezes, muitas vezes, poucas vezes, as máis vezes,*

4.3. Absoluta positiva - *sempre*

4.4. Absoluta negativa - *nunca*

#### ♦ *Um ponto em destaque*

1. Na quinta parte da gramática – *Das figuras* –, a propósito do conceito de *prótese* (*prótesis*), João de Barros condena a forma da preposição *até* (para ele deve ser *té*), conceituando como “vício” o acréscimo do **a**. Esta era também a sua interpretação para a forma *aqui*, registrada *qui*, explicitada nesta passagem:

(1) como quando dizemos *até aqui* por *té qui* (GJB, p. 358).

Acontece que, no seu texto, ocorre a forma *aqui*, como se pode constatar nos seguintes exemplos:

(2) Os hómens estão *aqui* por antecedente deste (GJB, p. 302)

(3) *Aqui*, neste módo e em outros nam tomamos as térras per o elemento da térra (GJB, p. 310)

O fato é que, junto com a preposição *até* sempre ocorre *té qui*. Fica a indagação: Para João de Barros, *aqui* e *qui* são signos distintos?

### **Adverbiais espaciais e temporais na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Oliveira**

#### ♦ *As formas de adverbiais espaciais*

Foram encontradas 23 adverbiais de conteúdo semântico espacial que, distribuídos nas categorias acima elencadas ficam como a seguir.

1. De base exofórica – redistribuídos
2. De locação – *ali, aqui, aí, la*
3. De verticalidade
  - 3.1 Plano superior – *de cima; em çima; para cima*
  - 3.2 Plano inferior – *a baixo; de bayxo; em baixo; pa baixo*
  - 3.3 Plano intermédio – *no meyo;*
4. De horizontalidade
  - 4.1. Área distante – *aí, ali, la, longe;*
  - 4.2. Área próxima – *perto, aqui*
  - 4.3. Área precedente – *atras; para tras;*
  - 4.4. Área intermédia – *no meyo; pello meyo;*
  - 4.5. Área sequente – *a diante; despoys; diante; por diante;*
5. Não-inferíveis: *algures, nelhures*<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Cf. nota 4, p. 10

♦ *As formas de adverbiais temporais*

Encontrei 36 advérbios de conteúdo semântico temporal, que também apresento, seguindo a classificação que propus e considerando as noções em que predominou seu uso:

1. De localização
  - 1.1 Presente – *agora, ategora, dagora, ainda não*
  - 1.2 Passado – *desdentão, então, antigamente*
2. De ordenação
  - 2.1 Anterioridade – *antes, dantes, já (ja)*
  - 2.2 Posterioridade – *adiante, asinha, despoys, então, logo, não ja*
  - 2.3 Simultaneidade – *já (ja)*
3. De aspecto
  - 3.1 Duração curta – *asinha; em breve (em breue)*
  - 3.2 Duração indeterminada – *ainda*
  - 3.3 De fase inicial – *primeiro*
  - 3.4 De fase final – *por derradeiro; tarde*
4. De frequência
  - 4.1 Repetição simples – *outra vez*
  - 4.2 Repetição irregular – *algumas vezes; as vezes; de novo; outras vezes; poucas vezes*
  - 4.3 Habitualidade precisa – *cada dia*
  - 4.4 Habitualidade imprecisa – *a meude, as mais das vezes, muitas vezes*
  - 4.5 Absoluta positiva – *sempre*
  - 4.6 Absoluta negativa – *nunca*
5. Não-inferível: *cedo*<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Cf. nota 4, p. 10.

♦ *Alguns pontos de destaque*

Relativamente às formas utilizadas para referir elementos/ partes do texto que escrevem, observei que, em Barros, o desenvolvimento do texto é tratado na horizontalidade, tanto que ele usa, como localizadores, *adiante*, *atrás*, *antes*, mas não *acima* ou *abaixo*. Em Oliveira, os advérbiais utilizados para referir o texto que o autor escreve são: *aquí*; *daquí*; *aí*; *até aquí*; *daí*; *ali*; *dantes*, *de lá*; *depois*; *logo*; *a diante* e *agora*, portanto não-inferíveis quanto ao tratamento do texto sob escrita como espaço vertical ou horizontal, embora, ao referir outro autor, utilize um advérbial de verticalidade:

Diz Probo grãmatico se em hũa mesma syllaba vier depoyz doutra letra consoante e dizẽdo outra: entende q̃ essa outra seja doutro genero de letras consoantes: conuẽ a saber muda: porque logo *a baixo* diz que se não podem ajuntar... (p. 182)

**Formas inovadoras e conservadoras**

Formas conservadoras em Oliveira e em Barros

Como me pude deter mais na análise dos dados de Oliveira, advirto que a análise que dedico à sua gramática é mais detalhada que a análise que procedi, para este trabalho, em relação à gramática de Barros. A gramática de Oliveira é bastante rica em dados para um confronto entre formas inovadoras e conservadoras, sobretudo pela sua preocupação bem presente quanto à questão dos arcaísmos (*dições velhas*) e dos neologismos (*dições novas*). Considero conservador, nas duas gramáticas:

a) A forma *senhos*

Oliveira, em alguns momentos, ainda utiliza formas que, à época, já seriam arcaizantes, como o possessivo *senhos*, em trecho

marcantemente aliterativo. Teria sido essa razão estilística a causa da escolha da forma arcaica?:

(4) e senhor porque os senhores sequiream *senhos* senhori-  
os sem outra mestura. (GFO, p. 40)

b) A forma *tamalaves*

Na gramática de Oliveira, ocorre uma vez o advérbio *tamalaves*, arcaico, que Cunha, no Vocabulário Histórico Cronológico do Português Medieval (2006) só registra até o sec. XV:

(5) Do .rr. dobrado a proniçação e a mesma ã a do .r. singe-  
lo se não ã este dobrado arranha mays as gëgibas de çima:  
e o singelo não treme tão: mas *tã mala vez* he semelhãte  
ao .l. (GFO, p.18)

c) A forma *u*

Na sexta parte da gramática de Barros – *Da ortografia* –, o autor nos informa sobre a já arcaicidade da forma:

(6) *u* antigamente servia per si de avérbio lócal, como quan-  
do se dizia: *U vás? u moras?* Do qual já nam usamos. (GJB,  
p. 380)

d) A forma *asinha*

Está documentada em textos do séc. XIV e XV e, segundo Houaiss (2001), tem seu primeiro registro no século XIII. Oliveira não usa *depressa*, e usa *asinha* por três vezes, uma delas em lista de exemplos, o que atesta o seu uso à época. João de Barros também não usa *depressa*, e *asinha* só ocorre uma vez, na gramática, em lista de exemplos. Os adverbiais que mais frequentemente parecem preencher esse sentido são *logo* e *brevemente*:

(7) e mais não se muda tão *asinha* (GFO, p. 60)

(8) De despertar: eia, sus, *asinha* (GJB, p. 347)

e) A forma *nelhures*

Oliveira usa o adverbial *nelhures* em dois momentos, em contextos de exemplos. Em um deles, diz que “pareçe ser composto de nenhi e mais lugar”. Não ocorre em nenhum dos demais textos do século XVI pesquisados:

(9) ...se se achar alghua dição junta cujas partes apartadas nenhua dellas por si sinifique como desde tambe .e então. e *nelhures*. e algures. e tamalaues. (GFO, p. 46)

(10) como *nelhures* q̄ pareçe ser composto de nenhũ e mais lugar: e algures outro tâto (GFO, p. 48)

f) A forma *algures*

Oliveira usa essa forma em dois momentos, integrando listas de exemplos, o que atesta o seu uso e a refere como sendo composta pelo mesmo processo que *nelhures* (ou seja, algum + lugar – cf. exemplos anteriores). Na gramática de João de Barros também aparece uma vez, em lista de exemplos. Não ocorre nos demais textos pesquisados do século XVI.

(11) De lugar: aqui, aí, ali, cá, lá, acolá, *algures* (GJB, p. 346)

g) A forma *i*

Na gramática de Oliveira, ocorre apenas uma vez, como forma isolada (*hi*), em contexto metalinguístico:

(12) o q̄l segue aĩda a escritura latina: hauer outro tâto: mas hũ e alghũ *hi* e ahi averbios de lugar (GFO, p. 19)

Em outros contextos, a forma acompanha o verbo haver existencial:

(13) nos diremos q̄ de nos aos latinos ha *hi* muita deferença nas letras (GFO, p. 11)

(14) das vogaes não ha *hi* duuida se não q̄ nenhũa e aspirada antre nos (GFO, p. 22)

Barros não refere a forma *i* como advérbio, apenas como forma do verbo *ir* no modo imperativo:

(15) *I* vós lá, *I* vós adiante (GJB, p. 378)

No entanto, no texto de Barros, o *i* ocorre diversas vezes, embora restrito a acompanhar o verbo *haver*, quando existencial, como no exemplo (16), do *Diálogo da Viciosa Vergonha*. Nesse contexto, único favorável ao uso do *i* em Barros, também ocorre a variante *aí*, como no exemplo 17:

(16) Onde [h]á sapiência, [h]á *i* virtude, [h]á *i* constância e fortaleza (DVV, p. 456)

(17) Éssa árma é a máis gêral que *aí* [h]á pera totalas tentações (DVV, p. 465)

Mas também o verbo *haver* existencial pode vir desacompanhado de elementos locativos de qualquer tipo, tanto em Barros quanto em Oliveira, sobretudo quando outro elemento de conteúdo semântico espacial ocorre, como o *onde*. Observe-se o exemplo (18) em que ocorrem os dois tipos de construção:

(18) porq̄ nesta pequena obra não *há* lugar para falar mais particularidades e não somēte nos verbos mas tambẽ nos nomes e em outras partes *ha hi* eiçeições (GFO, p. 38)

(19) ensinãdo quãtas são as conjugações e amoestãdo q̄ *hahi* dellas eiçeições (GFO, p. 72)

(20) e onde nam [h]á temor, nam déve [h]aver a vergonha (DVV, p. 450)

(21) Porque [h]á homens que nam reçebem vergonha da má criaçám de seus filhos (DVV, p. 442/443)

Ainda a respeito do *i*, observe-se que, enquanto Oliveira usa a forma *daí* (*da hi* ~ *dahi*), Barros usa as formas arcaicas *desi* (~ *desy*) e *dhy* e também a mais inovadora *daí* (~ *dahy*):

(22) Agora ja poys notemos o falar dos nossos homẽs e *da hi* ajuntaremos preçeitos pera aprenderem os q̄ vierem (GFO, p. 10)

(23) vejamos primeiro dela e *desi* das outras três (GJB, p. 294)

(24) e foy dar na de Samátra cuidando ser o cábo Guardasu, e *dhy* se tornou aelle (DA-II, p. 5 )

(25) Nam se poderia insinár ésta gramática portuguesa aos meninos, na escola de ler e escrever, pois é tam léve de tomár, e *daí* iriam já gramáticos pera a latina? (DLNL, p. 406).

♦ Formas inovadoras na *Grammatica da lingoagem portugue-sa*, de Oliveira

1. Alargando um pouco o âmbito deste trabalho, cito testemunhos seus quanto à inovação ou conservação de várias formas, como por exemplo:

a) Refere como usuais vocábulos terminados em *-ão*, *-ães*, *-ãos* e *-ões*, dizendo explicitamente que o singular em *-õ* (~ *-om*) e *-ã* já era considerado antigo, embora ainda fosse usado “antredou-raminho”:

todauia se olharemos ao singular átigo q̄ ja teuerão não mudão tanto como agora nos parece porq̄ estes nomes todos os q̄ se acabão em *.ão*. ditongo acabouãose em *.om*. como *liçõ*. *podom*. *melõ*. e acreçētando *.e*. e *.s*. formauão o plural *.lições*. *podões*: e *melões*: como ainda agora fazẽ: e

outro tanto podemos afirmar dos  $\bar{q}$  fazê o plural em *.ães.* como *pães. cães.* dos  $\bar{q}$ es antigamête era o seu singular *.pã. cã.* cujo testemunho ainda agora da antredouraminho. (GFO, p. 68)

b) Considera as pronúncias *grorea* e *froles* como arcaicas, já substituídas por *gloria* e *flores*.

saberemos  $\bar{q}$  a forma e melodia da nossa lingua foy mays amiga de por sempre *.r.* onde agora escreuemos as vezes *.l.* e as vezes *.r.* como *gloria* e *flores*: onde diziã *grorea* e *froles*: e também outras partes comestas. (GFO, p. 21)

c) Refere o uso de *nego* (“conjunção”, que tinha valor de ‘se-não’) como arcaico, embora ressalte que ainda era válido na Beira:

E também se este verbo */nego/* seruia em lugar de cõjũção e valia âtros velhos tâto como senão. e ainda agora assi val na beira. (GFO, p. 74)

d) Testemunha o desfazimento de hiatos do português arcaico, no trecho:

as mais das vezes  $\bar{q}$ ndo vem hũa vogal logo tras outra nos pntũçiamos âtrellas hũa letra como ã meyo. *seyo. moyo. joyo* e outras muitas a  $\bar{q}$ l letra a mi me pareçe ser *.y.* e não *.i.* vogal por $\bar{q}$  ella não faz syllaba por si: (GFO, p.19)

e) Testemunha a mudança de *-des* em *-is*, como desinência de segunda pessoa do plural:

nos verbos nas derradeyras syllabas das segũdas pessoas do plural que acabauão em *des* agora mudamos o *.des.* em *.is*: e juntamolo em ditongo co a vogal que ficaua antes: como fazeys por fazedes: e amais por amades. (GFO, p. 31).

- ♦ Embora não registre sua consciência quanto à inovação, também são registrados no seu uso elementos inovadores, dos quais listo os seguintes:

a) Oliveira não usa conjunções arcaicas como *pero* e só usa *ca* em uma citação ou provérbio, o famoso trecho:

(26) tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine *ca* que sejamos ensinados de Roma. (GFO, p.7).

Registro que verifiquei o uso de *ca*, por várias vezes, em Barros, inclusive na sua definição de advérbio, trecho importante para um possível estudo da distinção que estabeleceria entre *ca* e *porque*:

(27) Advérbio é ãa das nóve pártes da òraçám que sempre anda conjunta e coseita com o vérbo e daqui tomou o nome, **porque** *ad* quér dizer çerca e, composto com *verbum*, fica *adverbium* que quér dizer àçerca do vérbo.

Foi ésta páрте mui neçessária, *ca* per éla se denóta a eficiência ou remissám do verbo, *porque*, quando digo: Eu amo a verdáde [...] (GJB, p. 345)

b) Ambos não usam o vocábulo *guisa* nem qualquer locução com ele formada, substituído principalmente por *maneira*, *modo* ou *feyção*.

(28) Figura, porque se escrevem désta *maneira*: A, B, C. (GJB, p. 295)

(29) Poder, pola valia que cada ãa tem, porque, quando achamos ésta lêtera A, já sabemos que tem a sua valia: e per semelhante *módo* podemos julgár das outras, que em número sam vinte e três, como às dos Latinos de quem às nós recebemos. (GJB, p. 295)

(30) E dádo que em algũa *maneira* nos poderamos estender com régras pera a cantidáde e açento das nóssas sílabas,

leixamos de ô fazer, porque pera se bem exemplificár as suas régras [h]ouvéra de ser em tróvas que tem medida de pées e quantidade de sílabas. (GJB, p. 298)

(31) Porq̄ doutra *maneira* pronunçiauão os nossos antigos este verbo tanger: e doutra o pronunçiamos nos (GFO, p. 11)

(32) Eesse probo gramatico a põe pouco antes destoutra: dizendo q̄ o som das letras fazendose liquidas se adelgaça e diminuy: mas de tal *feyção* auemos dentender agora (GFO, p. 21)

♦ Formas inovadoras de adverbiais em Barros e em Oliveira

a) A série de base exofórica *aqui, aí, ali, lá*

Observe-se que Oliveira e Barros já não usam as formas *acó; aló; acá; alá*, típicas do português arcaico, cuja fronteira temporal de uso se encontra por volta dos finais do século XV. Ou seja, a série *acó; aló; aqui; ali; acá; alá*, com dois graus de exófora (de primeira e terceira pessoas) foi redistribuída, provavelmente a partir do século XVI, por um critério mais refinado de locação espacial, configurando a série *cá/aqui; aí; ali; lá*, com quatro graus de exófora (de primeira, segunda e terceira pessoas, essa última com dois graus de afastamento). Quanto ao uso dessas formas, veja-se o que encontrei na gramática de Oliveira:

*Aqui* ocorre 30 vezes. Cunha, no Vocabulário Histórico Cronológico do Português Medieval (2006) a data do século XIV. Curioso é o fato de, no texto da gramática de Oliveira, não ocorrer o adverbial *cá*, enquanto foram encontradas 3 ocorrências dessa forma em GJB.

*Ali* é pouco usado na gramática de Oliveira (5 exemplos), considerando que, no *corpus* examinado para o século XVI, é o terceiro adverbial quanto à frequência de uso (133 ocorrências). Na

obra pedagógica de Barros, também só ocorre 10 vezes, embora haja outras ocorrências nos demais textos da sua obra pedagógica. Pode-se justificar esse fato pelo tipo de texto, se comparado com textos de maior incidência de espaço estrito, como narrativas ou de maior incidência de referências exofóricas. Era de uso exclusivo anafórico e hoje é um dos exofóricos de terceira pessoa, considerando a série: *aqui/cá; aí; ali; lá*.

*Aí* é forma adverbial inovadora, com início de uso no séc. XVI. No *corpus* que analisei ocorre 22 vezes. Na gramática de Oliveira ocorre sob 3 formas: *ahi, a hi, ha hi*, que merecem considerações. Essas formas, que também ocorrem em outros autores do *corpus*, flagra uma fase em que o adverbial *i* (*~y ~hi ~hy*) do português arcaico vai desaparecendo na maioria dos contextos, mas se mantém como acompanhante do verbo *haver* existencial (*ha hi, ha i, ha y, hai*)<sup>8</sup>, ao tempo em que começa a ser usado como espacial autônomo, ocupando a posição de exófora de segunda pessoa, uso que julgo ter detectado (2002-2003) em Fernão Lopes, autor do século XV, mas que Teyssier (1981) diz que só ocorre a partir do século XVI. Assim, a oscilação de grafia de Oliveira (*a hi ~ ha hi ~ ~ahi*), a primeira em adjunção ao verbo *haver*; a segunda, caminhando para a aglutinação (*aí*) é bastante ilustrativa. Aliás, ele explicita que considera dois adverbiais separados, *hi* e *ahi*, no trecho em que explana o uso da consoante h:

(33) mas hũ e alghũ *hi* e *ahi* averbios de lugar (GFO, p.19)

Apresento abaixo exemplos da forma *aí* e suas variantes em Oliveira e em Barros:

(34) ...e eu não no escreueria se não so onde soa e ainda *a hi* escreueria .o. como já disse... (GFO, p. 20)

(35) ...porq̃ ellas não são diuersas vozes e tam pouco não temos *ha hi* neçessidade de diuersas letras... (GFO, p. 32)

(36) ...o qual infinitiuo ou acaba em ar. como amar. ou em er. como fazer. ou em .ir. como dormir. mas cõ tudo tambe *ahi* tem suas eiçeições... (GFO, p. 72)

(37) De lugar: aqui, *aí*, ali, cá, lá, acolá, algures. (GJB, p. 346)

(38) Filho: – Um dos primeiros latins que me ele mandou fazer foi este: ‘O fermosa maria nova ara cum tua vaca nova’. E eu cuidáva que em isto ser linguágem, nam podia ser latim, té que palmatoreádas mô fezéram entender.

Pai: – *Aí* começará tu de sentir o louvor da nóssa linguágem, que, sendo nóssa, â entenderá o latino porque é sua. (DLNL, p. 398)

(39) Porque, [h]avendo de ser per ua cartinha que *aí* [h]á de lêtera redonda... (DLNL, p. 407)

(40) ...e se te nam leixár outra maiór, *aí* acharás também éssa cáusa... (DVV, p. 414)

(41) ...e onde [h]á maiór ázo de pecár, *aí* se louva a austinência do pecádo.. (DVV, p. 418)

*Lá* ocorre, em Oliveira, apenas uma vez, indicando exófora de terceira pessoa:

(42) e tambem teremos estoutro resguardo no vso das vozes nouas q̄ semp̄ as saluaremos cõ alghũ sinal d’stes ou outro q̄lq̄r semelhâte: os sinaes são: como dizê: porq̄ assi diga .ou fale. porq̄ vse d’ste vocabolo: ou dizer. como dizê .*la*. como diz foão. quasi dâdo a entender q̄ não vsamos açinte da tal nouidade (GFO, p. 51-52)

b) Os adverbiais *baixo*, *a baixo*, *de baixo*, *em baixo*, *pa baixo*

Na gramática de Oliveira não ocorrem locuções adverbiais com o núcleo lexical *fundo* (~ *fondo*), frequente no português arcaico para expressar verticalidade, no plano inferior. Cunha, no Voca-

bulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006) registra o século XIII como data mais remota da ocorrência da forma *baixo* no português, como adjetivo. Como advérbio, registra sua datação do século XV. No *corpus* que analisei, a forma isolada não ocorre como advérbio, mas ocorre como adjetivo e em locução adjetiva na gramática de Oliveira:

(43) Estas cousas me obrigão e fazem julgar q̄ elle abasta não só pera meu intento q̄ sou hum homẽ *bayxo*: e estendesse a pouco meu animo... (GFO, p.2).

(44) ...e a lingua apertada cõ as gegibas *de bayxo*... (GFO, p. 16)

Como componente de adverbiais locucionais, parece ser do século XV, visto que as formas *debaixo* (~*de baixo*), *ataa baixo* e *pera baixo* já ocorrem na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (de 1500), embora não ocorram na *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, da primeira metade do século XV. É portanto, característica do português moderno, sobrepondo-se à base *fondo*, que embora tenha ocorrência no *corpus* do século XVI (em João de Barros, nas *Décadas da Ásia*) e mesmo, na atualidade, fica desde então em desvantagem face a *baixo*.

(45) ...conue a saber muda: porque logo *a baixo* diz que se não podem ajuntar duas letras liquidas em hua sillaba... (GFO, p. 21)

(46) Hipozêusis quér dizer ajuntamento *debáixo*. (GJB, p. 361)

(47) ...em hua róça que fez pera descobrir a térra do aruoredo e rama q̄ tinha *per baixo*... (DA-I, p. 19)

(48) ...e a mayór páрте da pouoaçã lhe ficáua em ladeira *a baixo*... (DA -II, p. 16 )

(49) ...e começarã de a descobrir e lâçarlhe *em baixo* tijollos e pedras... (DA-II, p. 22)

(50) Finalmēte estes e outros per cima e Tristam da Cunha e Afonso Dalboquérque *per baixo* com os outros capitães... (DA -II, p. 22 )

c) Os advérbiais *de cima, em cima, para çima*

*Cima* é nome português, provindo de *cyma*, nome latino, ‘renovo, grelo de plantas’, por sua vez, proveniente de *kyma*, nome grego, ‘onda, vaga, qualquer produção, animal ou vegetal’. Segundo Houaiss (2001), no latim vulgar, o termo assumiu o sentido de ‘que avulta à superfície, extremidade, parte superior ou mais alta das coisas’ e, no português arcaico, significou ‘cobro, remate, termo’. Mattos e Silva (1989, p.249) registra a ocorrência de *aa cima* no século XIV, com o sentido de ‘finalmente, afinal, por fim’ tal como também encontrei na LRR e na CDP.

O item lexical, portanto, sofreu mudança semântica, vindo a expressar a temporalização de um processo (fase final), sentido que aparentemente se perdeu. Desdobrado nas formas *cimo* (nome) e *cima* (elemento formador de advérbiais e de locuções prepositivas), veio a expressar a espacialização relativa ao plano superior. Como formador de advérbiais, tem o uso intensificado por volta do século XVI, em substituição a formas de base lexical *suso*. Advérbiais de base lexical *cima* ocorrem em todos os textos do séc. XVI analisados por mim. Na gramática de Oliveira, ocorrem as formas *em çima* (*ençima*); *de çima* e *para çima*:

(51) com hũ ponto peçno redôdo *em çima* (GFO, p. 16)

(52) Esta letra .e. pequeno tẽ figura darco de besta cõ a polgueira *de çima* de todo em si dobrada (GFO, p.16)

(53) e a põta do escudo *em bayxo* cãbada *para çima* (GFO, p. 16)

(54) Os quáes se derivam dos três *açima* (GJB, p. 303)

(55) e nele está o instrumento com que obramos algũa cou-  
sa, per o exemplo *de cima* (GJB, p. 313)

(56) E entám tem neçessidade daquele espirito que lhe vês  
*em çima* pera diferença dos outros officos (GJB, p. 376)

#### d) O adverbial *atrás*

Nos textos anteriores ao século XVI que analisei, assim como em Mattos e Silva (1989), o adverbial *atrás* não ocorre. No *corpus* total examinado, há 35 ocorrências do adverbial simples ou compondo locuções, referindo as áreas *precedente* e *costas*, sendo 2 de valor temporal. Na gramática de Oliveira ocorre 3 vezes, dos quais cito dois.

(57) pois elle .j. cõsoante liquido não pode ser: porq̄ não tem  
*a tras* outra consoante muda q̄ caya sobrele (GFO, p. 21)

(58) e em bayxo a ponta do cabo virada tambẽ *para tras*  
(GFO, p. 18)

Na gramática de Barros também ocorre:

(59) como vimos nésta diçám *atrás* (GJB, p. 297)

(60) E chamamos relativo aquéla páрте que faz lembrança  
de algum nome que fica *atrás* (GJB, p. 301)

No português arcaico, o adverbial que preenche esse conteúdo semântico parece ter sido *antes*. A forma *atrás*, segundo Houaiss (2001) e Cunha, no Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006), data do século XIV. Parece ter havido uma especialização parcial, a partir do séc. XV, com a seleção de *atrás* preferencialmente para espaço e *antes*, para tempo.

e) O adverbial *pello meyo*

Parece ser inovadora, considerando-se que não ocorre nos textos analisados anteriores ao século XVI. Segundo Houaiss (2001), embora *meio* ocorra como substantivo desde o século XIII, como adjetivo e advérbio só é registrado a partir do século XV. Nos textos do séc. XVI analisados, só ocorre uma vez, na gramática de Oliveira:

(61) E a figura de w grãde parece duas faças cõ hũ nariz  
*pello meyo* (GFO, p. 16)

f) O adverbial *agora*

Item inovador face ao item *ora*, bem mais frequente no português arcaico. Houaiss (2001) data seu uso do século XIV. Nos 9 textos do século XVI, há 111 ocorrências, 55 das quais na gramática de Oliveira, que não usa o adverbial *ora*, esse com 60 ocorrências, no conjunto dos demais 8 textos.

(62) E porem *agora* primeiro diremos que cousa he lingua-  
gẽ (GFO, p. 3)

Barros usa ambas as formas, como se vê dos exemplos:

(63) Fica *agóra* dármos os preçeitos da nõssa Gramática  
(GJB, p. 292)

(64) per semelhante exemplo: Do hómem de que falávamos  
vem *agóra* por dizer: O hómem de que falávamos vem *agó-  
ra* (GJB, p. 361)

(65) E este vérbo tem número singular, como *óra* vimos  
nestes exemplos (GJB, p. 331)

(66) El-rei Dom Joám, nõsso senhor, o terçeiro deste nome,  
que *óra* reina neste reinos de Portugal (GJB, p. 362)

Nos dados anteriores ao século XVI que analisei, *agora* ocorreu apenas 8 vezes, enquanto *ora* ocorreu 77 vezes. A preferência pelo adverbial *agora* a partir do século XV pode ser explicada pelo incremento de uso de *ora* como juntivo oracional.

g) O adverbial *antigamente*

Forma de baixa ocorrência no século XVI (4 vezes), mas ainda menos encontrada anteriormente Mattos e Silva (1989) não o registra, não o encontrei na LRR e tem apenas 1 ocorrência na CDP). Na gramática de Oliveira, ocorre também apenas uma vez:

(67) dos q̄es *antigamēte* era o seu singular .pã. cã. cujo testemunho ainda agora da antedouraminho. (GFO, p. 68)

Em Barros, ocorre duas vezes, uma delas na *Segunda Década da Ásia*:

(68) O segundo u sêrve na composiçám das dições e *antigamente* servia per si de avérbio local (GJB, p. 380)

(69) e diz q̄ ve dos reys q̄ *antigametē* forã em a cidade Quitau (DA-II, p. 12)

É intrigante o fato de tanto *antigamente* quanto *outrora* serem adverbiais de uso tardio na língua, o que nos faz conjecturar que, no português arcaico, a referência a tempo passado mais remoto fosse feita através de formas como *antes* e *em outro tempo*, como se vê dos exemplos:

(70) disse que o nam via per culpado como *ante* (CDP, p.273)

(71) as avenças que *em outro tempo* foram feitas (CDP, p. 268)

h) O adverbial *logo*

Antes do século XVI, muito frequente em adjunção a *toste*, com

o qual parece concorrer e do qual ganhou a competição, visto que *toste* não mais ocorre no *corpus* do século XVI que analisei, embora Cunha, no Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006) ainda o ateste naquele século. Desde o séc. XIV, atestado, por exemplo, na LRR, já ocorre compondo a conjunção *logo que*. É a segunda forma em número de ocorrências no *corpus* do século XVI (152 ocorrências), seguindo-se a *já*, a primeira (211 ocorrências) Na gramática de Barros, ocorre apenas uma vez, embora ocorra em outros textos seus. Na gramática de Oliveira ocorre 24 vezes:

(72) os q̄es como chegão a Toledo: *logo* se não lebrão de sua terra a q̄ muito deuem (GFO, p. 11)

(73) e e este q̄ as mais das vezes q̄udo vem hũa vogal *logo* tras outra nos pnuçiamos ãtrellas hũa letra (GFO, p. 19)

(74) será cousa trabalhósa serem *lógo* éstas nóvas figuras reçebidas em nóssa ortografia (GJB, p. 375)

Aparece também no séc. XVI em uso ambíguo em relação a conjunção conclusiva.

(75) E agora quando a cada vogal quasi muda sua voz: não diremos *logo* que temos as mesmas letras (GFO, p. 11)

#### i) O adverbial *de novo*

Não está registrado o adverbial em qualquer dos textos, anteriores ao século XVI, que consultei. No *corpus* do século XVI, ocorre 7 vezes, 6 com o valor temporal de frequência, expressando repetição irregular. Tanto em Oliveira quanto em Barros, ocorre apenas uma vez, no último na *Segunda Década da Ásia*. A ocorrência em Oliveira apresenta valor fronteiroço a modo (equivalente a ‘de modo original’).

(76) e quãdo nã fósse tal q̄ nella se podesse defender á gēte q̄ aly leixasse fundásse outra *de nóuo* (DA-II, p. 3)

(77)...nã somēte q̄ndo a arte v̄ nouamēte a terra como veo a da impressã: mas tambe nas artes ja vsadas quando *de nouo* vsão alghũ costume os alfayates em vestidos... (GFO, p.43).

Esse sentido ambíguo também é preenchido no *corpus* analisado por *novamente*, como se pode ver no último exemplo ou em Barros:

(78)Porque, se perguntáies a um hómem de oitenta anos pera que *nòvamente* coméça fundár cásas de mil câmaras e retrétes, diz: 'Para meus filhos' (DVV, p.441).

#### j) O adverbial *em breve*

Mattos e Silva (1989) não o registra. Também não ocorreu na LRR e, na CDP, há duas ocorrências. Para o século XVI, constatamos 9 ocorrências, uma de sentido aspectual, e sete com sentido temporal de ordenação, expressando posterioridade. É temporal que expressa, também, proximidade, imediatidade. Na gramática de Oliveira, há apenas uma ocorrência, com sentido ambíguo entre modal e temporal:

(79) se não so amoestando *em breue* o q̄ ha nellas (GFO, p. 71).

Em Barros, ocorre na Primeira Década da Ásia, apresentando a mesma ambiguidade:

(80) ...pera os primeiros pouoadores lógo *em breve* comecarem lograr as nouidades da terra (DA-I, p.19).

#### l) O adverbial *outras vezes*

Não há registro do adverbial, quer em Mattos e Silva (1989), quer na LRR, quer na CDP. No *corpus* analisado para o século XVI, encontrei 3 ocorrências, duas na gramática de Oliveira, e uma na *Primeira Década da Ásia*. Não está registrado por Cunha, no Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006):

(81) e çifero quasi o mesmo q̄r sentir no prologo do primeiro liuro da inuenção oratoria: e na primeira tosculana e *outras vezes* se pode nelle bem sentir. (GFO, p. 9)

(82) e as vezes tomão outra quasi semelhãte: e *outras vezes* muito deferete. (GFO, p. 48)

(83) e parcialhe serê nuuões grossas e *outras vezes* afirmauã que era terra (DA-I, p. 17)

m) O adverbial *as vezes*

Não está registrado em Mattos e Silva (1989) nem na LRR. Na CDP, encontramos três ocorrências (*aas vezes*) com conteúdo semântico temporal de frequência, expressando irregularidade. Além disso, há duas ocorrências de *per vezes*, com valor semântico equivalente.

Para o século XVI, registramos 38 ocorrências, 19 na gramática de Oliveira e 13 na de Barros, com o mesmo valor temporal de frequência, expressando irregularidade, algumas vezes com valor ambíguo em relação a correlação alternativa:

(84) ...foy mays amiga de por sempre .r. onde agora escreuemos *as vezes* .l. e *as vezes* .r. como gloria e flores... (GFO, p.21).

(85) E os lugares de portugueses que ficarão em Portugal posto q̄ *as vezes* fossem vencidos como tambe *as vezes* erão vencedores... (GFO, p.7).

(86) E ésta maneira de dobrár duas lêteras fazem às vezes os Latinos como néstas dições (GJB, p. 375)

n) O adverbial *ameude*

Mattos e Silva não o registra para os DSG, nem ocorre na LRR. Na CDP, há quatro ocorrências (*ameude*), de valor semântico temporal de frequência, indicando habitualidade imprecisa. No *corpus* analisado para o século XVI, encontramos duas ocorrências (*a meude* ~ *ameude*), ambas na gramática de Oliveira, de mesmo conteúdo semântico.

(87)...todauia amoestamos q̄ as dições p̄rias tẽ a prinçipal p̄te da bõa e clara language ẽ destas vsaremos mais *a meude*. (GFO, p.53).

(88) ...ao menos *tãõ ameude* nẽ em todas estas cousas... (GFO, p.74).

## Conclusão

O passeio que empreendi pela *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira e pela *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros, com foco principal nos adverbiais de conteúdo semântico espacial e temporal, teve, além do interesse de documentação e análise das formas adverbiais, uma apreciação do testemunho desses textos quanto às fronteiras entre o português arcaico e o português moderno. A esse respeito, parece haver um certo equilíbrio entre os autores quanto ao uso de formas conservadoras e inovadoras.

## Referências

BAIÃO, A. (ed.). BARROS, J. de. *Ásia: primeira década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1932.

BAIÃO, A. (ed.). BARROS, J. de. *Ásia: segunda década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1932.

BUESCU, Ma. Leonor C. (ed.). BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

CINTRA, Luis Felipe L. (ed.). *A Lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1964.

COSTA, Sônia B. B. (1998). *Os 'avérbios' segundo João de Barros*. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 21-22, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, UFBA, jun-dez 1998, p. 109-116.

COSTA, Sônia B. B. (2002-2003). *Espacialização de base dêitica: adverbais portuguesas no século XVI*. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 29-30. Salvador: PPGLL/ UFBA, p.163-176.

COSTA, Sônia B. B. *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Tese de Doutorado em Letras e Lingüística. Salvador: PPGLL/UFBA. 3v. 2003. (disponível em <http://www.prohpor.ufba.br/sonia.html>).

CUNHA, A. G. da. *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006.

HEINE, B., CLAUDI, U. e HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva e M. de S.Villar, 2001.

LEITE, Marli Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana/Humanitas, 2007.

LYONS, J. *Éléments de Sémantique*. Trad. de J. Durand e D. Boulonnais. Paris: Larousse, 1978.

MACCHI, G. (ed.) LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*. Ed. crítica com introdução e glossário. Roma: Edizione dell'Ateneo, 1966.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN – CM, 1989.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

PEREIRA, S.B. (ed.) *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964.

TEYSSIER, Paul. Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV, XV et XVI siècles. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n. 6. Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris – XIII, Paris, 1981. p. 5-39.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. (eds.) (2000) *Gramática da linguagem portuguesa*: edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. (Edição semidiplomática, p. 161-237 [1-76]).

**SUBMETIDO EM:** 30.07.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

# CODIFICAÇÃO E MUDANÇA: QUE RELAÇÕES?

ENCODING AND CHANGE:  
WHAT IS THEIR RELATIONSHIP?

**Isabel Almeida Santos**

Universidade de Coimbra

**RESUMO:** A codificação das línguas naturais revestiu-se, ao longo da história, não só de um interesse teórico e especulativo, mas também (e mais insistentemente) de uma dimensão prática (orientadora e, portanto, interventiva). A comparação das sincronias mostra-nos, no entanto, que a mudança linguística resulta, muitas vezes, da reavaliação e da subsequente generalização de formas inicialmente condenadas pela autoridade gramatical. O actual quadro epistemológico de análise da linguagem altera radicalmente os pressupostos e a forma da descrição linguística associados à gramática “tradicional”, mas a gramatização dos idiomas continua, explícita ou implicitamente, a lidar com o valor simbólico de referência de uma variedade, mantendo operatório o conceito de erro ou desvio. Assim, também na actualidade se registam situações de desencontro entre a variedade normativa assumida pelo texto codificatório prototípico e outras variedades, definidas geográfica ou sociologicamente. Na relação com a variedade normativa, o destino destes particularismos dependerá, então, da eficácia da “legislação” gramatical (que agora dispõe de mecanismos de uniformização mais eficazes), mas, e como no passado, será em grande medida determinado por factores de natureza sociolinguística. A consciência deste facto e a dificuldade de estabelecer fronteiras entre o que constitui sim-

ples desvio e o que configura mudança linguística em curso deverá conduzir a actividade de gramatização a integrar teoricamente o princípio da transitoriedade da norma.

**Palavras-chave:** Mudança linguística. Descrição linguística. Gramática.

**ABSTRACT:** The encoding of natural languages are, throughout history, not only of a theoretical and speculative interest, but also (and more strongly) of a practical dimension (guiding and therefore interventional). A comparison of the synchronies shows, however, that language change arises, often, from the review and the subsequent generalization of forms initially condemned by the grammar authority. The current framework for an epistemological analysis of language radically changes the conditions and the methods of language description associated to a “traditional” grammar, but the grammaticalizing of languages continues, explicitly or implicitly, to deal with the symbolic value of the reference of a variety, keeping up the concept of error or deviation. Thus, at present there are also situations of mismatch between the normative range assumed by the prototypical encoding text and other varieties, defined geographically or sociologically. In relation to the normative range, the destination of such particularisms will depend on, then, the effectiveness of a grammatical “legislation” (which now has more effective mechanisms for standardization), but, as in the past, will be largely determined by factors such as sociolinguistics. The awareness of this fact and the difficulty of establishing boundaries between what is mere diversion and linguistic change that configuration should lead to ongoing activity of gramatização to the principle of integrating theory and transience of the standard.

**Keywords:** Linguistic change. Linguistic description. Grammar.

O exercício de reflexão sobre a(s) língua(s) traduz-se, a partir de determinado momento da história das comunidades linguísticas, na **gramatização** dos respectivos idiomas; atribuindo, a este termo, o valor que Auroux (1992: 28-35) propõe, queremos com isto dizer que os sistemas linguísticos são submetidos a um processo de descrição e instrumentalização que se materializa na gramática e no dicionário, instrumentos de codificação que o autor em causa considera os “pilares” do nosso saber metalinguístico. Enquanto forma de codificação, a gramática de uma determinada língua categoriza as unidades linguísticas e exemplifica e formula as regras a que obedecem os enunciados; assim, a partir do momento em que se encontra codificada, uma língua gramatizada pode-se aprender com o simples recurso aos instrumentos linguísticos disponíveis.

Na civilização ocidental, a gramatização é um fenómeno que vem associado à evolução cultural e tecnológica das sociedades e que acompanha e fortalece o reconhecimento do valor simbólico e patrimonial das línguas nacionais. É compreensível, então, que, pela sua importância na “exposição” de propriedades e funcionalidades e pelo seu papel na fixação das línguas, a codificação seja, desde as propostas avançadas pelo Círculo Linguístico de Praga (CLP), um dos factores considerados e formalmente integrados pelos modelos de análise dos processos de standardização e de definição da língua “standard” (LS): Paul Garvin (que dá sequência ao trabalho do CLP)<sup>1</sup> salienta a sua importância para a construção e reforço da norma; Einar Haugen<sup>2</sup>, destacando o facto de

---

<sup>1</sup> Cf., por exemplo, Paul GARVIN e Madeleine MATHIOT (1972), *The Urbanization of the Guaraní Language – A Problem in Language and Culture*, In: Joshua A. FISHMAN (ed.), *Readings in the Sociology of Language*. The Hague / Paris (Mouton), pp. 365- 374.

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, Einar HAUGEN, 1966, *Dialect, Language, Nation*. In: *American Anthropologist*, vol. 68, pp. 922- 935. Reeditado in: J. B. PRIDE e J. HOLMES (eds.), *Sociolinguistics*. Harmondsworth (Penguin), 1972, pp. 97- 111.

a estandardização ser um fenómeno que envolve processos sociais e processos linguísticos, considera que um dos objectivos assumidos por estes últimos (atingir a variação mínima em termos de forma)<sup>3</sup> depende directamente da codificação.

Não obstante a importância histórica que, no domínio da actividade metalinguística e codificatória, as posições prescritivas sempre assumiram<sup>4</sup>, é a adopção de uma atitude descritiva e neutra face aos factos de língua que configura, do ponto de vista epistemológico, a Linguística como uma “ciência”. Na contemporaneidade, o especialista assume-se, então, como descritivista e propõe-se que esta seja a natureza dos modernos projectos de codificação dos idiomas nacionais. A consciência, disciplinarmente informada, da complexidade do funcionamento da língua em comunidade exige, no entanto, a consideração do problema da relação entre variedades. Sendo esta uma questão com implicações óbvias no processo de constituição de *corpora*, a sua ponderação é essencial para dar fundamentação teórica à descrição da língua “standard” ou norma, entidade linguística, mas também histórica, sociocultural e política, com a qual se relacionam os conceitos (fulcrais na estruturação do discurso metalinguístico do não especialista) de “falar bem” e “falar mal”. Há que ter ainda presente que, apesar dos novos enquadramentos teóricos em que se movem os

---

<sup>3</sup> O outro objectivo associado aos processos linguísticos que actuam no desenvolvimento do fenómeno da estandardização é o de atingir a variação máxima em termos de função e depende do processo de revisão e expansão (modernização) da LS, em resposta a novas necessidades e situações: **elaboração de função** é a expressão com que o autor se lhe refere.

<sup>4</sup> Com esta orientação, o estudioso confronta-se com os dados, variáveis, da realização e procede à hierarquização dos usos; o trabalho codificatório desenvolve-se, então, com um intuito normalizador. Esse facto não impediu o desenvolvimento, em contextos epocais precisos e pela consideração da dimensão sistemática e racional da linguagem, de uma gramática especulativa ou filosófica, que assim contrastava com a tradicional gramática prática ou prescritiva.

especialistas, se mantém actuante, no contexto institucional e escolar da actualidade, uma concepção normativa de gramática<sup>5</sup>, já que é orientadora, nos programas escolares e na prática pedagógica, a noção de que só determinado uso pode / deve cumprir funções ditas “altas”. Esse uso conforma uma variante culta em relação à qual se define o desvio linguístico, resultando, então, este

da falta de familiaridade com os monumentos escritos da língua ou da ausência de um distanciamento em relação a ela que permita a compreensão da sua orgânica e das imensas possibilidades que oferece (PERES; MÓIA, 1995: 41).

Neste contexto, é a consciência do valor patrimonial da língua e da força (cultural e política) que resulta da sua unidade e fixação que justifica, do ponto de vista ideológico, a intervenção (que não a mera observação) do especialista:

uma língua constitui, em todas as suas variantes – **e particularmente naquela que (...) se instituiu como o ambiente por excelência da produção cultural escrita**, um património de valor inestimável, factor de identidade cultural, de preservação e produção de valores que em muito transcendem a mera realidade linguística (PERES; MÓIA, 1995: 13)<sup>6</sup>.

Assim, pela integração do princípio de igualdade de variedades e variantes e pela consideração, no momento de definição de *corpora*, do seu diferente valor sociológico e institucional resul-

---

<sup>5</sup> Não invalida esta afirmação o facto de a atitude normativa associada à escola e às instituições em geral vir desejavelmente integrada, no quadro ideológico da contemporaneidade, pela consciência da complexidade dos idiomas e das comunidades linguísticas e pelo princípio da igualdade (linguística) de variedades e variantes.

<sup>6</sup> O destacado é nosso.

tam, muitas vezes, fluidas, as fronteiras entre gramática descritiva e norma linguística.

Em Portugal, e à semelhança do que aconteceu noutros espaços linguísticos do mundo românico, o trabalho de codificação gramatical e ortográfica que se inicia na primeira metade do século XVI surge intimamente associado a um fenómeno cultural e ideológico importantíssimo na época e que a conhecida expressão “questão da língua” habitualmente sintetiza: referimo-nos ao processo de emancipação e dignificação da língua vulgar / língua nacional e a uma subsequente reavaliação das relações entre este idioma e o latim. Nos textos gramaticais portugueses mostra-se, então, que o vulgar é passível e digno de codificação, antes de mais porque se afirma como língua autónoma com características próprias e, depois, porque (à semelhança das línguas clássicas, objecto tradicional de descrição na produção gramatical ocidental), se revela um sistema semiótico organizado e regulamentado. Por outro lado, comprova-se que a língua vernacular tem qualidade e versatilidade para desempenhar funções (intelectuais e estéticas) até então exclusivas do latim e do grego. Assim, e não obstante o carácter relativamente recente da teorização sobre a língua “standard” e sobre a dimensão linguística e sociológica do fenómeno de estandardização, a consciência das potencialidades interventivas e reguladoras dos textos linguístico gramaticais é bem remota e manifesta-se, em Portugal e no que à produção sobre o vernáculo diz respeito, desde o século XVI. Um discurso “metacodificatório” com que se autojustificam e autolegitimam ocupa, então, na estrutura dessas obras, lugar importante: insiste-se no interesse especulativo e / ou prático dos textos e os seus autores expressam, clara e recorrentemente, intenções didácticas e formativas. Fernão de Oliveira (1536: 3) afirma que a sua intenção é ensinar os menos formados e ajudar os esclarecidos; Duarte Nunes de Leão (1576: *Ao muito illustre [...]*) e Pêro de Magalhães de Gândavo (1574: A3) falam da necessidade de combater vícios e descuidos da contemporaneidade; João Franco Barreto (1671: 54) compara o seu texto às cartas de navegação, consideran-

do que lhe cabe registrar os erros de que os falantes se devem desviar; Reis Lobato (1802: 208) analisa “defeitos”, “vícios” ou “erros”, «para que os evite quem quizer fallar com toda a propriedade e perfeição»; Monte Carmelo (1767: *Prologo apologetico*) (como vários outros) apoia-se na importância fundamental das obras de codificação gramatical e / ou ortográfica para o cultivo linguístico do indivíduo:

O *Fim*, Leitor, que eu me propuz nesta *Obra* (...), foi instruir algias pessoas na *Ortografia* moderna, e recta *Pronunciaçam* da nossa *Lingua*.

Também a finalidade que D. Jerónimo Contador de Argote atribui às suas *Regras* é a de “servir” os portugueses no “conhecimento” e “percepção” das línguas materna e latina; ainda Jerónimo Soares Barbosa (1822: XIV) afirma que, além de uma (valorizada) função explicativa, ao ensino da gramática cabe «emendar muitos vícios».

Sobre a importância do ensino formal da língua materna (e dos mecanismos de codificação que lhe vêm associados), até então oficialmente preterido pelo do latim, dá Amaro de Roboredo um expressivo e fundamentado depoimento:

Saberão os principiantes per arte em poucos annos, e melhor a lingua Materna, que sem arte sab?? mal per muitos annos, com pouca certeza a poder de muito ouvir, e repetir (...): e serão mais certos, e apõtados no que fallão, e screvem: teraõ mais copia de palavras, e usaraõ dellas com mais propriedade. (...) Saberão per regras de compor, e derivar ampliar a lingua Materna, e ajuntarlhe palavras externas com soffrivel corruçaõ, e formar outras de novo: para que com menos rodeios se possaõ explicar os conceitos e as sciencias, quando na Materna se queiraõ explicar (ROBOREDO, 1609: *Carta do Autor [...] / Prologo*, a4).

Dada a função orientadora que assim assumem e que expri-

mem por vezes de forma muito enfática, os gramáticos dão particular atenção àquele tipo de estruturas linguísticas que configuram variáveis, sobretudo nos domínios fónico e morfológico<sup>7</sup>, havendo normalmente lugar para a selecção de determinadas variantes entre as formas alternativas coexistentes. Destacam se, portanto, “áreas da língua portuguesa que manifestam sintomas de uma **crise**”<sup>8</sup>. Assim, são recorrentemente objecto de análise, no domínio do sistema fonológico e da sua representação gráfica, a distribuição de /b/ e /v/, a distinção, no domínio das consoantes sibilantes, de uma articulação ápico alveolar e uma articulação ápico dental<sup>9</sup> e a conservação de duas unidades consonânticas palatais surdas distintas - uma consoante fricativa e uma consoante africada. Se, no primeiro caso, é o Norte, mais ou menos delimitado, que não diferencia as duas unidades, trata-se, nos outros dois e segundo os gramáticos, de diferenciações que alguns falantes da região meridional não dominam, assim se introduzindo um factor de erro no domínio da representação gráfica.

---

<sup>7</sup> Seguindo um formato clássico, os textos linguístico-gramaticais dos primeiros séculos da produção portuguesa contemplam sobretudo a descrição de aspectos fónicos (tenha-se presente a indiferenciação ou a fluidez de limites que então vigorava entre este nível de funcionamento das línguas e a sua representação gráfica para se perceber por que razão os textos metaortográficos têm interesse na análise das questões que aqui se equacionam) e de particularidades morfológicas. É sabido que a sintaxe constitui o domínio de descrição linguística ao qual, na historiografia gramatical, mais tarde se dá um tratamento sistemático.

<sup>8</sup> Assim se identifica o que Peres e Móia (1995: 16) designam como “área crítica” da língua (portuguesa).

<sup>9</sup> Ápico-dental é o ponto de articulação que, na actualidade, vários foneticistas consideram como habitual na produção destas consoantes na variedade não marcada do português europeu. No entanto, pela consideração da dinâmica articulatória e dada a natureza contígua dos pontos de articulação definidos por um sistema tradicional de classificação de base articulatória, outras descrições, como a que atribui a estas consoantes uma articulação predorsoalveolar, são igualmente possíveis.

O texto gramatical e ortográfico que, tipicamente, encontramos entre os séculos XVI e XVIII apresenta, então, como modelo a seguir pelos que pretendem “falar bem”, um sistema fonológico que, no domínio das consoantes sibilantes e chiantes, não coincide com o sistema fonológico normativo actual, resultado da simplificação do sistema mais antigo. Assim, neste caso concreto, revelou-se ineficaz a intervenção dos gramáticos e ortografistas: se a inexistência de oposição entre as consoantes labiais (frequentemente traduzida pela generalização de /b/, mas dando igualmente origem a fenómenos, devidamente assinalados, de hiper correcção) conserva o valor dialectal desde Oliveira apontado nos textos codificatórios, nos outros dois casos, os então condenados dialectalismos do Sul, e não obstante a resistência secular de gramáticos e ortografistas, acabaram por ascender a particularidades não marcadas: anula-se a distinção entre os dois grupos de sibilantes (a favor das unidades de articulação dental) e a consoante africada perde o seu elemento oclusivo inicial, desaparecendo mais uma oposição fonológica<sup>10</sup>. Embora não tenha sido objecto do mesmo interesse por parte dos gramáticos e ortografistas, algo de idêntico aconteceu com as variantes de realização de OU: a forma mais antiga ([ow]) constitui, no presente, um dialectalismo do Norte, tendo a variedade padrão absorvido a realização resultante da simplificação do ditongo e proveniente da zona meridional: [o].

Estamos, então, na história da língua portuguesa, perante um conjunto de particularismos que, de **desviantes**, passam a “normais” e “normativos”, num processo que o discurso gramatical não conseguiu conter ou contrariar. Considere-se, por exemplo, que, no caso da substituição, pela consoante fricativa corres-

---

<sup>10</sup> Em *Variação e Mudança no Português*, Ana Maria Martins ilustra este fenómeno histórico de alteração do estatuto dialectal e sociolinguístico de particularidades linguísticas, registando-o nos diferentes domínios da gramática: mostra assim as relações dinâmicas que se estabelecem entre variedades (a normativa e as restantes) e o interesse que, por esse facto, as unidades dialectais podem apresentar para a História da Língua.

pondente, da africada pré-palatal [tʃ], ainda no século XVIII o fenómeno merece apreciações altamente negativas (individualidades como Madureira Feijó condenam no<sup>11</sup>), e que a utilização da consoante africada representa, na actualidade, não só um traço dialectal, mas também uma variável sociolinguisticamente muito marcada. Note-se também que, embora se “renda” ao poder do uso, o próprio Soares Barbosa (1822: 82) apresenta uma posição pouco clara sobre o assunto: por um lado, admite que as duas consoantes parecem não se distinguir na pronúncia usual; por outro lado, afirma que aqueles que “melhor falam a língua portuguesa” distinguem as duas consoantes grafadas <ch> e <x>, assim se destacando do vulgo, que normalmente pronuncia ambas as unidades como [ ]. Barbosa (1822: 82) conclui, então, que «a genuína pronúncia do CH ainda subsiste em parte, e não é justo que se perca do uzo da Língua, e do noso Alfabeto» (SANTOS, 2006: 507). Segundo Pinto (1981: 175), estas afirmações do gramático relevam de uma situação de variação diafásica própria de um grupo social instruído: na sua opinião,

o autor quis distinguir, nos homens cultos, pronúncias diferentes adequadas às finalidades igualmente diversas dos seus actos de fala. A pronúncia da africada seria académica, privativa de uma linguagem cuidada, de um estilo reflectido.

---

<sup>11</sup> Segundo Adelina Angélica Pinto (1981: 191), é no século XVII que surgem as primeiras referências à confusão entre [t] e [ ], mas a «oposição è / š, preconizada por essa norma no séc. XVI, era ainda predominante no séc. XVIII (...). Mesmo nos primeiros anos do séc. XIX, alguns gramáticos (...) preconizam essa distinção. (...) De pronúncia “rústica” e “bárbara”, assim considerada pelos gramáticos do séc. XVII, š já então devia ter ascendido a outros níveis de língua (...). Todavia, só a partir das duas primeiras décadas do séc. XIX se pode falar de uma unânime aceitação, ao nível da norma culta, da pronúncia fricativa e da rejeição da pronúncia africada, em definitivo relegada à expressão regional».

Também no caso das sibilantes alveolares, e apesar de o início do processo de simplificação fonológica remontar, pelo menos, ao século XIII<sup>12</sup>, de novo nos deparamos com a resistência secular, mas inconsequente, de gramáticos e ortografistas ao desenvolvimento desse fenómeno de reorganização do sistema fonológico.

Fundamentalmente, a generalização das formas inicialmente desviantes decorre de uma alteração profunda nas atitudes linguísticas que a comunidade exhibe para com os fenómenos em causa e que o discurso gramatical (até pela erudição a que então obriga) tarda a acompanhar: note-se que o conhecimento de um sistema gráfico que contempla as referidas distinções apóia e motiva o esforço de as preservar. Naturalmente, e na linha do cultivado pelo estruturalismo diacrónico, há que considerar que factores internos terão funcionado como catalizadores no desencadeamento destes fenómenos de simplificação fonológica; assim, a escassa diferenciação articulatória entre as sibilantes predorsais e as sibilantes apicais e o fraco rendimento funcional da oposição / /~/t / terão certamente favorecido as transformações do sistema fonológico, originariamente mais complexo, e a sua extensão à variedade padrão; do mesmo modo, a proximidade articulatória dos ele-

---

<sup>12</sup> «Apoiando-nos nos dados textuais não temos dúvida de que, pelo menos a partir da segunda metade do século XIII, na área meridional de Portugal, os falantes tinham começado a não estabelecer a distinção entre sibilantes predorsais e apicais e que, ao chegar ao século XV, a língua oral do Sul do País deveria apresentar em estado muito avançado o processo de neutralização fonológica (...). Não obstante a grande frequência do fenómeno, em finais do século XVI a não distinção entre as sibilantes predorsais e as apicais era ainda condenada pelos gramáticos como um vício de linguagem» (MAIA, 2003: 791).

<sup>13</sup> Sobre a datação deste fenómeno, escreve Paul Teyssier (1984: 64): «Difícil é precisar quando se produziu, no Sul de Portugal, a monotongação de *ei*. No teatro da segunda metade do século XVIII, e por *ei* caracteriza o falar das personagens populares do Alentejo (...). A monotongação era, pois, um facto consumado naquela data. É de crer, no entanto, que as suas primeiras manifestações fossem mais antigas».

mentos do ditongo [ow] favorece a redução desta estrutura, variante fonética que a língua comum adoptou e que, segundo Teyssier (1984: 52), terá começado a manifestar-se no século XVII. Já no caso, estruturalmente simétrico, de [ej], a dissimilação que entretanto se opera e cujo resultado vem a ser integrado na variedade padrão colabora, certamente, na conservação da estrutura VG<sup>13</sup> e do carácter dialectal (marcado) da solução monotongada. Constatamos, assim, que traços decorrentes de uma mesma tendência “estrutural” não estabelecem, necessariamente, uma relação do mesmo tipo com as diferentes variedades idiomáticas que integram uma mesma língua histórica. No caso concreto da monotongação ou simplificação do núcleo silábico, essa tendência, típica do Sul, apenas atingiu, na variedade “normal”, o ditongo [ow]. Assim, das soluções adoptadas pela variedade padrão resulta o actual estatuto de particularismo dialectal de que se revestem tanto a realização ditongada de <ou> (marca de conservadorismo do Norte), como a forma simplificada de <ei> (fenómeno inovador próprio do Sul).

Assim, e tendo presentes as condições favoráveis a nível estrutural, na orientação das mudanças linguísticas que aqui estão em causa foi determinante o facto de esses fenómenos se desenvolverem na zona que progressivamente se define como difusora da norma, assim como foi determinante a sua progressiva integração no discurso dos grupos de referência. Não suscita qualquer surpresa, então, que a indistinção B/V, sempre referida como fenómeno regional do Norte e atribuída concretamente aos interamnenses, beirões e trasmontanos<sup>14</sup>, se conserve como particularidade identificatória da proveniência geográfica do falante.

Naturalmente, a capacidade de difusão de normas (correspondam estas a uma noção sociológica ou a uma noção lógica) de que os textos gramaticais e ortográficos se revestem depende di-

---

<sup>14</sup> Sobre a localização desse traço em textos de gramáticos e ortografistas do século XVI ao século XIX, cf. Pinto, 1980: 614-625.

rectamente do acesso que a eles têm a comunidade linguística e, portanto, estará inevitavelmente associado à estrutura cultural / educativa, económica e tecnológica das sociedades. Calcula-se, por isso, e não obstante a intenção prática explicitamente aí apresentada, que deverá ter sido pouco significativo o poder de intervenção dos primeiros autores e textos gramaticais portugueses, tanto ao nível da dimensão quotidiana da língua vulgar, como no plano literário (VERDELHO, 1995: 21).

Por outro lado, há que ter presente que, fora do contexto filosófico em que a reflexão sobre a linguagem se inicia no Ocidente, uma das motivações históricas do texto gramatical foi a preservação do património literário e a conservação do estado de língua que lhe corresponde; na verdade, tanto na antiga Roma como no mundo grego, os estudos gramaticais foram concebidos basicamente para fornecer a metalinguagem e o quadro metodológico necessários à análise dos textos literários utilizados nas escolas (MAURIS, 1983: 3-4). Criam-se, assim, as condições para que o texto codificatório se assuma como conservador e desenvolva uma ideologia de resistência à mudança que mantém ao longo dos tempos e que reforça a partir do momento em que toma (ou acumula) como funções a unificação linguística da comunidade e o apuramento do idioma.

Esta postura dos gramáticos convive, no entanto, com uma clara consciência da existência da mudança linguística. Se nos quisermos centrar na produção gramatical portuguesa, confrontamo-nos, desde Fernão de Oliveira, com depoimentos sobre a inevitabilidade da mudança, necessária para assegurar o valor funcional do sistema linguístico<sup>15</sup>:

---

<sup>15</sup> Em alguns autores (cf. João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*), o tema da mudança (mas indissociável do da diversificação dos idiomas) é (também) tratado no âmbito de um outro tema: o da língua original.

muy poucas são as cousas ?? durão por todas ou muitas idades em hi estado quanto mais as falas ?? sempre se conformão cõ os conçeitos ou entenderes/juyzos e tratos dos homes (OLIVEIRA, 1536: 50, 2-5)<sup>16</sup>.

Do ponto de vista teórico (mas não necessariamente com correspondência no plano prático), questiona-se o mito de uma desejável imutabilidade das línguas e não se faz depender desta propriedade a qualidade dos idiomas:

segundo a melhor, e mais verdadeira opinião, ne? por primeira antiguidade, nem por incorrupção do idioma, pôde nenhuma lingua ser tida por melhor que a outra (FARIA, 1624: fol. 64[v]).

Esta consciência levou, mesmo, à elaboração de propostas de periodização da língua portuguesa que nos são apresentadas, por exemplo, em Duarte Nunes de Leão, Fr. Luís do Monte Carmelo, D. Jerónimo Contador de Argote, Jerónimo Soares Barbosa. Note-se, no entanto, que, no contexto dos primeiros textos gramaticais escritos em português e sobre a língua portuguesa, este procedimento visa, em grande medida, justificar a distância registrada entre o português e o latim, língua cuja proximidade o enobrece, assim construindo um “espaço” teórico que permita a emancipa-

---

<sup>16</sup> Considerem-se, ainda, as seguintes afirmações: «Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança e alteraçãõ, assi he tambem nas lingoa-ges» (leão, 1606: 12); «sendo a falla toda concertada a nosso módo, como quer que o omem de sua natureza seja instabilissimo, e variabilissimo animal, a nossa locuçã nã podia ser duravel, ne cõtina: mãs assi como as outras cousas, que são nossas, como os costumes, e trajos, se mudam, assi esta segundo a distancia dos tempos, e lugares, necessario he que varie; ne e cousa tã fragil podia aver firmeza. (...): porque tudo cõ o tepo se envelhece, e muda, e as linguas e ce, ou duzentos annos se trocã de maneyra, que muitas palavras dellas, os seus proprios naturaes nã as entendem, como se foram vocabulos de lingua peregrina, e estrangeyra (barreto, 1671: 20-22); «os idiomas cada dia se vãõ mudando, emendando, e aperfeçoando tanto» (feijó, 1734: 5).

ção e a valorização da língua vulgar. Por outro lado, só se legitima, por esta via, a mudança já consumada, sendo as situações de convívio de variantes (eventual sintoma de mudança linguística em curso) normalmente alvo de um tratamento avaliativo e orientador.

A comparação das sincronias permite-nos, então, tirar algumas ilações sobre o poder interventivo do gramático nos primeiros séculos da produção linguístico gramatical portuguesa. Face ao contexto sociocultural em questão, compreende-se que não seja evidente a eficácia desses textos no controlo de mudanças, que outros factores (e não só externos, no sentido estruturalista do termo) promovem, ou na generalização de variantes consideradas correctas ou preferíveis; compreende-se igualmente, como Peres e Mória (1995: 13-14) referem, que uma atitude orientadora<sup>17</sup>, pelo facto de ter ao seu serviço veículos de uniformização linguística mais eficazes, apresente mais razão de ser na actualidade do que em tempos passados<sup>18</sup>.

Já referimos que, mesmo nos moldes previstos ou aceites por Peres / Mória, a intervenção uniformizadora do especialista sobre a

---

<sup>17</sup> Note-se que estes autores se referem não a um prescritivismo arbitrário, mas ao facto de «uma opinião fundamentada no estudo aturado do sistema linguístico» poder «ajudar uma comunidade a tender para a fixação (sempre provisória, é claro) de uma ou outra norma» (PERES / MÓIA, 1995: 13).

<sup>18</sup> De um mais ou menos acentuado poder nivelador não decorre, necessariamente, a abolição das diferenças; considere-se, por exemplo, o facto de, até à actualidade, as tendências uniformizadoras não terem conduzido à supressão da indistinção fonológica entre B e V, particularismo insistentemente assinalado como desviante desde os primeiros textos da nossa produção gramatical. Na verdade, apoiada nos materiais recolhidos no Inquérito Linguístico Boléo, A. Pinto (1980) mostra que entre 1950 e 1973 não houve retrocesso da respectiva isófona; por outro lado, trabalhos recentes de Sociolinguística, centrados tanto em espaços urbanos como em espaços rurais, confirmam-nos não só a conservação de áreas marcadas, como o desenvolvimento, por parte dos falantes, de atitudes globalmente positivas para com essa variável.

língua encontra a sua justificação na consideração do valor patrimonial e aglutinador da língua (ou de uma das suas variedades). Por outro lado, e não obstante a massificação do ensino e a considerável expansão dos *media*, desajustes entre a variedade “eleita” pela gramática e variedades de outro tipo continuam a registar-se e afectam áreas onde o conceito de erro ou desvio é socialmente penalizador. Este é, aliás, um dado cultural e civilizacional que Milroy e Milroy (1992: 269) consideram paradoxal, já que a ocorrência regular e usual de variantes “não correctas” ou “agramaticais” leva a que muitos falantes de línguas estandardizadas avaliem negativamente ou como desviante a sua própria forma de actualização idiomática (SANTOS, 2006: 66).

No caso da língua portuguesa, essa parece ser a situação, por exemplo, da utilização de *s* na 2ª pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo (nivelção analógica, favorecida pelo facto de o escasso uso da correspondente pessoa do plural deixar livre, para aquele valor gramatical, aquela sequência fonológica); da simplificação, pela supressão de preposição, das construções relativas que exigem o uso daquela partícula gramatical; da não utilização de mesóclise (em condicionamentos sintácticos que não aceitam a próclise) com formas verbais de futuro ou condicional (mais uma vez, pela expansão das regras de colocação dos pronomes pessoais átonos aplicadas às restantes formas verbais). Não se trata, ao que se sabe, de variantes dialectais; os fenómenos em causa parecem antes estar relacionados com coordenadas sócio funcionais, isto é, com o perfil sociolinguístico<sup>19</sup> do falante e com a dimensão situacional do acto de fala.

---

<sup>19</sup> Embora a escolarização pareça ser um factor fundamental, nem sempre é clara ou directa, relativamente a todos os fenómenos referidos, uma relação com aquela variável. Esta é, note-se, uma apreciação baseada na observação de situações quotidianas e não no estudo sistemático das particularidades em causa.

Trata-se, no entanto e apesar da frequência com que ocorrem<sup>20</sup>, de variantes excluídas pela variedade culta proposta nos trabalhos de codificação gramatical. É neste tipo de situação que as relações entre gramática descritiva (modelo de codificação que se define por lidar, do ponto de vista teórico, com a realidade da variação linguística) e norma são particularmente complexas; na verdade, se é socialmente responsável e teoricamente legítimo definir uma variedade padrão e identificar desvios (mudanças imotivadas ou inúteis, eventualmente geradoras de assimetrias no sistema ou de perdas de poder diferenciador e que, em última análise, a comunidade rejeita (PERES; MÓIA, 1995: 14), «nem sempre é fácil distinguir claramente aquilo que se inscreve num lento processo de mutação linguística assumida por uma comunidade e o erro mais ou menos avulso e efémero» (PERES; MÓIA, 1995: 14). Veja-se, aliás, como provocaram perdas de poder diferenciador algumas das mudanças combatidas pelos gramáticos e entretanto sancionadas pela generalidade da comunidade linguística e, a partir de determinada altura, pelos próprios codificadores; veja-se, por outro lado, como alguns “coloquialismos” de falantes (pouco escolarizados?) resultam de assimetrias do sistema, cujo equilíbrio reparam.

---

<sup>20</sup> Note-se que Peres e Mória constroem o seu corpus para a análise das áreas críticas da língua portuguesa a partir do texto jornalístico e que um dos domínios aí incluídos diz, precisamente respeito aos problemas registados na construção das orações relativas.

## Referências

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de, *Regras da lingua portugueza, es-  
pelho da lingua latina*. Muyto accrecentada, e correcta. Segunda im-  
pressaõ. Lisboa occidental: Officina da Musica, 1725.

AUROUX, Sylvain. *Introduction. Le processus de grammatisation et  
ses enjeux*. In: Sylvain Auroux (dir.), *Histoire des idées linguistiques*,  
tomo 2 (*Le développement de la grammaire occidentale*). Liège, Bru-  
xelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1992, p. 11-64.

BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua por-  
tugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa lin-  
guagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARRETO, João Franco. *Ortografia da lingua portugueza*. Em Lisboa:  
Officina de Ioam da Costa, 1671.

BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Edição fac-  
similada publicada por BUESCO, M. Leonor Carvalhão. Lisboa: Publica-  
ções da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

CARMELO, Fr. Luís do Monte. *Compendio de orthografia*. Lisboa, na  
Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

FARIA, Manoel Severim de. *Das partes que ha de hauer na lingoagem  
para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas, e algias com  
eminencia de outras lingoas* In: *Discursos varios politicos*. Evora: Im-  
pressos por Manoel Carvalho, Impressor da Vniversidade, 1624. fol. 62  
86[v.].

FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever e  
pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa occidental: Offici-  
na de Miguel Rodrigues Impressor do Senhor Patriarca, 1734.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de, 1574, *Regras que ensinam a manei-  
ra de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialo-  
go que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Offici-

na de Antonio Gonsalvez. Edição fac similada da 1ª edição, com Introdução de M. Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: João de Barreira impressor delRei N. S, 1576.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingua portuguesa*. Lisboa: Impresso per Pedro Crasbeeck, 1606.

LOBATO, António José dos Reis, 1802, *Arte da grammatica da lingua portugueza*. 5ª impressão. Lisboa na Regia Officina Typografica. Edição crítica por Carlos Costa Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *Para a história do sistema de sibilantes em português. Algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica*. In: José Carlos Rovira (presentación), *Con Alonso Zamora Vicente* (Actas del Congreso Internacional «La lengua, la Academia, lo popular, los clásicos, los contemporáneos ...»). Alicante (Universidad de Alicante), 2003, p. 783-791.

MARTINS, Ana Maria, *Variação e Mudança no Português* ([www.clul.ul.pt/equipa/amartins/Martins\\_2003\\_4\\_artigo.pdf](http://www.clul.ul.pt/equipa/amartins/Martins_2003_4_artigo.pdf)).

MAURAI, Jacques. *Introduction*. In: BÉDARD, Edith e MAURAI, Jacques (eds.), *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, 1983. p. 1-18.

MILROY, Lesley; MILROY, James. *Prescriptive Grammar*. In: William Bright (ed.), *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 3. New York: Oxford University Press, 1992. p. 269-271.

OLIVEIRA, Fernão de, 1536, *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536). Edição crítica, semidiplomática e anastática, por Amadeu Torres e Carlos Costa Assunção. Lisboa: Academia das Ciências, 2000.

PERES, João A. e Telmo Mória. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

PINTO, Adelina Angélica, 1980, A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico. *Biblos*, vol. LVI, p. 597-651.

PINTO, Adelina Angélica, 1981, A africada è em português: estudo sincrónico e diacrónico. *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/1981), p. 139-192.

ROBOREDO, Amaro de, 1619, *Methodo grammatical para todas as linguas*. Em Lisboa per Pedro Craesbeeck. Fac simile editado por Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

SANTOS, Isabel Almeida. *Norma e codificação. A produção linguístico gramatical portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. portuguesa. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.

VERDELHO, Telmo. *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino Portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

**SUBMETIDO EM:** 01.10.2007

**ACEITO EM:** 17.10.2008

ROTACISMOS E OUTRAS ROTAS:  
FENÔMENOS COM AS  
CONSOANTES LÍQUIDAS EM  
TEXTOS DO BRASIL OITOCENTISTA

RHOTACISM AND OTHER ROUTES: PHENOMENA  
WITH LIQUID CONSONANTS IN THE TEXT OF THE  
19TH CENTURY BRAZIL

**Klebson OLiveira**

(Faculdades Jorge Amado / Universidade Federal da Bahia  
(PROHPOR)

**RESUMO:** No português brasileiro sincrônico e contemporâneo, vários fenômenos fônicos envolvem, na linguagem oral, as consoantes líquidas /r/, /l/ e /λ/ – rotacismos, metáteses, síncofes, apagamentos em final de palavra, despalatalização e outros. O presente artigo, de caráter predominantemente descritivo-interpretativista, visita o século XIX, com as mãos dadas com 290 documentos redigidos por africanos e afro-descendentes no âmbito de uma irmandade negra, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada, na cidade de Salvador, em 1832 pelo africano Manoel Vítor Serra, para verificar, através de uma viagem, quais foram, no século XIX, os fenômenos fônicos referentes às líquidas que, da fala, se transpuseram para a escrita.

**Palavras-chave:** Rotacismo. Consoantes. Português brasileiro.

**ABSTRACT:** In synchronous and contemporary Brazilian Portuguese, several phonic phenomena involve, in the oral language, the liquid consonants /r/ and /l/ – rhotacisms, metatheses, synopes, deletions in word end and others. The present article, of a predominantly descriptive-interpretativistic character, visits the century XIX, holding hands with 290 documents written by Africans and afro-descendants in a black fraternity, the Protecting Society of the Destitute ones, founded, in the city of Salvador, in 1832 for the African Manoel Vítor Serra, to verify, through a trip, which were, in the XIX century, the phonic phenomena regarding the liquids that were transposed from speech to writing.

**Keywords:** Rhotacism. Consonants. Brazilian Portuguese.

## A paisagem

Quer-se estudar o português brasileiro em perspectiva histórica? Sem problemas e seja bemvindo(a): há um rio de *corpora* em que se pode nadar com tranquilidade. É óbvio que a correnteza é muito mais copiosa no século XIX; para trás deste arco temporal, enfraquece-se, porque os arquivos brasileiros, de modo geral, não são muitos generosos para filólogos e linguistas, o que se explica, talvez, com o fato de a documentação, durante o Brasil colonial, residir em arquivos da metrópole.

Mas nem sempre foi assim. É consabido que a Linguística Histórica dominou a cena linguística no Brasil na primeira metade do século XX, seja através de edição filológica de textos, principalmente os medievais, ou, ainda, com descrições oferecidas sobre a língua presente nestes documentos, via monografias e teses acadêmicas ou através das gramáticas históricas. A partir da década de 60, o cenário será outro. A dialectologia inicia uma fase em que o estudo da língua oral exercerá o seu domínio sobre a língua escrita; o Estruturalismo, já não mais hegemônico nas paragens europeias e americanas, entra no Brasil pelas mãos habilidosas de Câmara Jr. Seus trabalhos, principalmente aqueles atinentes à fonética e à fonologia do português no Brasil, continuam sendo referências obrigatórias, mas é fato que o Estruturalismo mattosiano privilegiou a sincronia contemporânea. Vindas de fora, outras correntes teóricas também fizeram o seu *debut* no português brasileiro: estão-se a referir aos gerativismos e à sociolinguística, sobretudo a laboviana, que encontraram no Brasil terreno fértil para as suas teorizações.

Mesmo que privilegiando sincronias presentes, não se deixou de fazer, no Brasil, Linguística Histórica no seu sentido *lato sensu*, definida por Mattos e Silva (2005, p. 41-43) da seguinte maneira: todo estudo linguístico que se esteia em base de dados necessariamente datados e localizados; a Linguística Histórico-diacrônica *stricto sensu* – que se volta para a mudança linguística no tempo,

considerando-se fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos – essa sim, foi relegada à marginalidade, à periferia dos centros universitários, havendo pouquíssimos pontos de resistência no meio acadêmico. Se, de um lado e com o aporte de teorias estrangeiras, a Filologia não conheceu avanços, por outro, houve ganhos, na medida em que se descortinou um conhecimento mais abrangente das inúmeras faces do português brasileiro, contribuindo para isso a sociolingüística, a dialetologia, os gerativismos, as teorias discursivo-funcionalistas (MATTOS e SILVA, 1998, p. 104).

Aconteceu que, flagradas as inúmeras características do português brasileiro atual, sobretudo aquelas atinentes à sintaxe, que se afastam do português europeu e, também, que se diferem dentro do Brasil, chegou a hora de verificar em que momento tais fenômenos entram no português do país. É nesse contexto que ressurgiu, no Brasil, o interesse pelos dados de sincronias passadas; procura-se agora o passado para iluminar o presente. Onde buscar esses dados? É essa a pergunta posta por Mattos e Silva (1998, p. 106), que ganha a seguinte resposta:

Os velhos textos remanescentes, informantes únicos para tais cogitações e demonstrações, voltaram ao interesse dos lingüistas diacronistas. Voltaram-se eles para o socorro do que nos legou a antiga Filologia e o trabalho que teria realizado sobre essa documentação passada

Mais adiante, acrescenta a autora (1998, p. 107):

É essa a situação que vemos repetir-se ultimamente nos recentes trabalhos acadêmicos diacrônicos, gerativistas ou outros, em que os jovens lingüistas têm de voltar-se para os textos do passado, com que nunca trabalharam, para a apreensão dos dados sobre que fundar as suas interpretações teóricas. Têm assim de improvisarem-se filólogos para exercerem seu saber de lingüista ou de recorrerem aos que nunca deixaram de trabalhar nessa linha, que não são mui

tos, devido ao privilégio do sincrônico contemporâneo que vimos dominante, devido ao percurso relatado.

De qualquer sorte, assiste-se, 'no fim do túnel', a uma reproximação entre a Linguística e a Filologia, desfeita na segunda metade do século XX e, agora, mais irmãs do que nunca, uma vez que, segundo Mattos e Silva (2005, p. 51), a Linguística Histórica *stricto sensu* é feita no âmbito de várias áreas da linguística, quais sejam: na direção da sócio-história ou história social; na crioulística; na sociolinguística, no chamado tempo real; na sintaxe diacrônica gerativista; nas fonologias não-lineares; no descritivismo interpretativo.

Não pode passar despercebido o papel do *Programa para a história do português brasileiro* – PHPB – nesse 'estupro gentil' entre Filologia e Linguística. Interessados na (re)construção do português brasileiro, pesquisadores de várias partes do país se dão as mãos para a confecção de *corpora* em função desse propósito. Quanto ao assunto dentro do referido Programa, aquele tocante à feitura de *corpora*, é possível flagrar, no âmbito do labor filológico, desde uma fase 'ingênua', em que era central apenas a edição de documentos, até uma outra mais refinada, na qual se desvelam outros aspectos referentes a textos direcionados para o conhecimento do português brasileiro. Avançou-se muito e é bastante apropriada a manifestação de Barbosa (2006, p. 726) quando toca no assunto:

Diante das dificuldades gerais de se encontrarem materiais de cujos autores possam ser identificados os perfis socio-culturais, vários desses materiais devem ser considerados *significativos* por terem conseguido vencer uma ou mais dentre as dificuldades comuns na construção de *corpora* de sincronias passadas e, assim, significativos por terem reunido caracteres especiais em seus recortes, tais como: 1) sabe-se serem verdadeiramente autógrafos; 2) sabe-se a naturalidade de todos seus autores; 3) sabe-se de que tradição discursiva (oficial, religiosa etc) são oriundos, e con-

ta-se com a descrição de seus principais ritos e fórmulas; 4) foi-se capaz de contrapor homens a mulheres; 5) conta-se com grande volume de fólhos distribuídos por longo período, o que permite estudo diacrônico com vários pontos de comparação; 6) conta-se com grande massa de textos editados com os mesmos critérios e reunidos de diferentes locais do Brasil; 7) pode-se contrapor impressos a manuscritos; 8) conta-se com tipologia cada vez mais variada; 9) começa-se a controlar elementos discursivos fundamentais para a *provocação* de uma escrita mais cotidiana.

Lobo (2001, p. 109), dada a complexidade de situações de contato linguístico havidas no Brasil, propõe que um *corpus* linguístico-diacrônico para o estudo da constituição histórica do português brasileiro deveria ser constituído por textos integrantes de *sub-corpora* que permitissem conhecer:

- ◆ 1: as variedades do português europeu transplantadas para o Brasil;
- ◆ 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas;
- ◆ 3: as variedades do português brasileiro que paulatinamente se iam constituindo: 3.1) as variedades cultas – supostamente mais unitárias e descendentes diretas das variedades do português europeu – e 3.2) as variedades populares – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas das variedades do português como segunda língua.

Por questões sócio-históricas, sublinha a autora que a constituição dos *sub-corpora* 2 e 3.2 é de difícil execução, porque, certamente, os utentes do português como segunda língua e das variedades populares se inseriam em grupos subalternos que, a princípio, não tiveram espaço para se manifestar por escrito, uma vez que a história pregressa do Brasil é marcada pelo analfabetismo. Desse modo, mesmo concordando com Barbosa, anteriormente

citado, é com cautela que deve ser visto o ‘grande volume de fólhos distribuídos por longo período’, porque, pelo que se tem notícia, apenas o *corpus* constituído por Oliveira (2006a) é o que mais de perto emoldura o português escrito por africanos, portanto uma variedade do português como segunda língua, e por afro-descendentes, portanto as variedades populares e derivadas imediatas do português como segunda língua.

### O cais de embarque

Convoca-se aqui o já antológico texto de Mattos e Silva, de 2002, intitulado *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*, que veio como que um farol para quem se enveredava pelos caminhos da edição de textos em função de uma história da língua portuguesa no Brasil. A proposta da autora já se insinua no título e o que desenvolverá será isto: as vias de reconstrução para o que teria sido o português culto e o português popular no passado brasileiro não podem ser semelhantes, uma vez que o cenário, esse foi o mesmo – o Brasil – , mas os atores eram diferentes.

Ainda segundo a autora, desvelar a face culta do português brasileiro em perspectiva diacrônica é tarefa bem alcançável, o que não quer dizer fácil, porque, além da generosidade dos arquivos, pode ser recuperada pela via tradicional, ou seja, pela busca de fontes documentais remanescentes, o que agenciaria, com o devir do tempo, a exibição de *corpora* diacrônicos seriados e constituídos pelos mais diversos tipos de textos. Isso, no ideário da autora, consentiria a aproximação de variações linguísticas em convívio, bem como a detecção de mudanças ocorrentes. Já para uma história do português popular brasileiro, para esse, é bom avistar o modo como Mattos e Silva (2002, p. 457) lhe carimba o passaporte:

Tendo sido formado na oralidade o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasi-

leiro, a busca do seu percurso histórico tem de ser feita não fundada em *corpora* escritos, organizáveis *ad hoc*, como para o português culto brasileiro, como é óbvio, mas num processo de reconstrução – que designarei metaforicamente – arqueológico, em que, de evidências dispersas, calçadas pelas teorias sobre o contato lingüístico e pela história social do Brasil, se possa chegar a formulações convincentes. Percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado ‘latim vulgar’, cuja principal fonte de estudo é o seu resultado, as línguas românicas.

É bastante palatável o pensamento da autora, uma vez que, segundo ela, era utente do português culto brasileiro uma minoria letrada, que deixou nos arquivos os seus rastros; é bastante palatável o pensamento da autora, uma vez que, segundo ela, eram utentes do português popular brasileiro os africanos e afro-descendentes, maioria iletrada da população. Mas Mattos e Silva (2002) vai mais longe: os que vieram de África e que aqui se multiplicaram não apenas difundiram, como também formataram e, conseqüentemente, concederam ao português americano as suas características típicas. Uma vez analfabetos, as pegadas desse português deverá ser rastreadas por outros caminhos, que não o dos arquivos, mas o do tipo arqueológico; essa é, pois, a sugestão da autora que, pensa-se, estima pela pertinência, dado o que dizem as pesquisas sobre a demografia histórica e sobre o itinerário do analfabetismo no Brasil de outras eras. Mas também do que diz Mattos e Silva (2002) fica um sabor, implícito que seja, de uma relação biunívoca entre africanos e afro-descendentes e o português popular brasileiro e a hipótese seguinte não deve ser deixada de lado: a de que muitos brancos, também esses fizessem uso desse português e, ainda, que negros se valessem do uso de um português mais normativo. A História tem seus reveses.

Quando se deriva o assunto para o lado dos escravos, a conjuntura, aquela a que se refere ao âmbito da leitura e da escrita, a princípio, mas só a princípio, ‘vai de mal a pior’. Fausto (1994, p.

237), com base no primeiro censo oficial feito para o Brasil, em 1872, relata que, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99.9%. Imagine para antes! A historiadora Kátia Mattoso (2001[1982], p. 113) é dona de uma afirmativa célebre em que dá conta desse estado de coisas. Assim se manifesta:

A educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não têm o direito de frequentar aulas. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil. Senhores e curas que resolvem ensinar a leitura e a escrita a escravos agri-dem as regras estabelecidas e são poucos. Eis porque o escravo brasileiro é um desconhecido, sem arquivos escritos.

Ocorreu, porém, que Oliveira (2003, 2004, 2005, 2006a) localizou, através de muitos diálogos, sobretudo com historiadores, algumas poucas cartas escritas por escravos, no entanto – e isso é o que mais importa neste artigo – encontrou também copiosa documentação redigida por africanos e afro-descendentes na cidade de Salvador do século XIX. Está-se, portanto, diante de uma documentação que, a princípio e segundo a ótica de Mattos e Silva (2002), deve espelhar as marcas de um português popular. Dessa maneira, a reconstrução do que teria sido essa face do português, pelo menos para o século XIX, não precisará ser feita com o método do tipo arqueológico, tal como sugere Mattos e Silva, acima referenciada, mas com base empírica pela via de textos rigorosamente editados e sistematizados, o que quer dizer que, pelo menos nesse momento, o desvelamento do português popular, assim como para o português culto, poderá se fazer com a construção de *corpora* escritos e organizáveis *ad hoc*, desde que se explorem as mesmas fontes, espalhadas em várias irmandades negras que no Brasil proliferaram já a partir do século XVI.

Será essa documentação o lastro do estudo linguístico que, daqui a pouco, se exhibirá.

## Os condutores da viagem

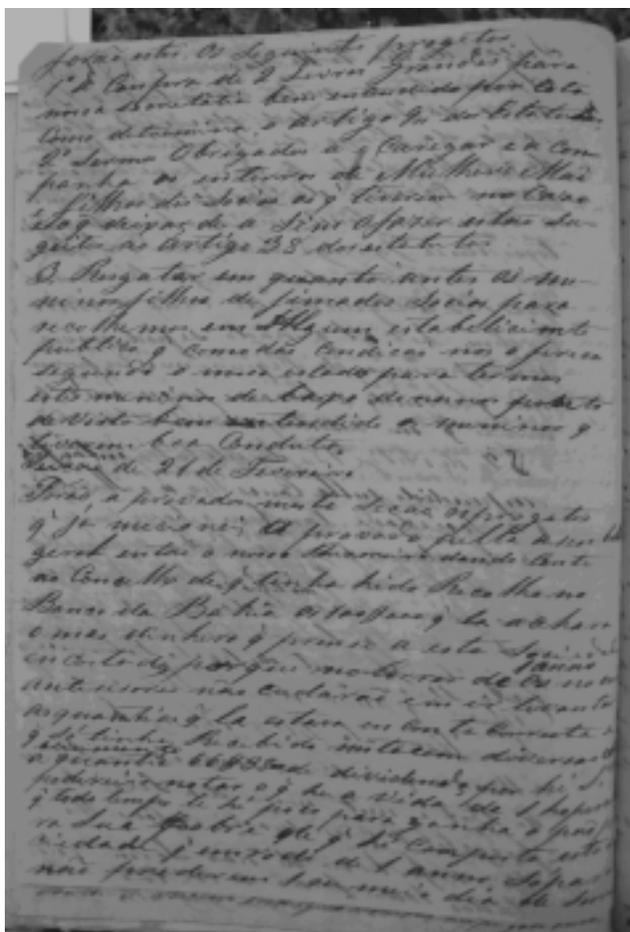
Será sobre 290 documentos, redigidos por africanos e afrodescendentes na Salvador do século XIX, que se fará a excursão para os fenômenos fônicos envolvendo as consoantes líquidas. Estão os referidos textos preservados no acervo de uma irmandade negra, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante SPD), fundada em 1832 pelo africano livre Manoel Vítor Serra acompanhado de mais alguns amigos seus, também africanos e também forros. A SPD se caracterizou como uma irmandade que só aceitava no seu circuito indivíduos de cor preta. Inicialmente, constituía-se, ainda, sob os critérios da origem, ou seja, pela admissão de candidatos que fossem africanos; e da religiosidade, uma vez que era bastante conhecida a SPD como um reduto de negros muçulmanos. A partir de 1835, haverá uma mudança radical na aceitação de membros no que se refere à origem: o fundador Manuel Vítor Serra faz uma declaração, em 29 de março de 1835, afirmando que, para a irmandade, só ingressariam os “Chiolos Liver de Cores pretas Nacidos no Inperio do Barzelio”, isto é, apenas os negros brasileiros. Essa nova, por assim dizer, cláusula pode ter tido como mote propulsor a Revolta dos malês, ocorrida na noite de 24 para 25 de janeiro do mesmo ano em que Manoel Vítor Serra alçou a SPD como que integrada apenas por indivíduos que nasceram no Brasil. Reis (2003, p. 451-549) narra, com riqueza de detalhes, a ‘caça às



Atual sede da SPD – Salvador/BA.

bruxas' contra os africanos e, certamente, não sairiam incólumes as irmandades composta por eles, daí pode ter derivado aquele pronunciamento feito pelo membro fundador.

Quanto aos documentos analisados, anunciou-se já, nas alíneas desse item, que se conta em 290. O arco de tempo contemplado pelo *corpus* vai da década de 30 até a de 90 do século XIX e, quanto à tradição discursiva, privilegiaram-se, principalmente, as *atas*, também denominadas *termos* pelos membros associados. Elas somam, dos 290 textos, 273, o que significa dizer, em termos percentuais, que essa tradição discursiva, com contornos mais ou



Documento escrito por Antônio José Bracete.

menos bem definidos, responde por 94.2% de toda a documentação em análise. Bem menos representativos, porque o *corpus* abraça apenas alguns exemplares, são os *comunicados* (04 – 1.4%), as *apresentação de projetos e propostas* (04 – 1.4%), as *circulares* (04 – 1.4%), os *discursos* (02 – 0.7%), a *carta* (01 – 0.3%), o *contra-protesto* (01 – 0.3%) e a *solicitação* (01 – 0.3%). É bom deixar bem claro que não se está de frente com uma amalgamação de tradições discursivas diversas, até porque as *atas* se sobrepõem, e em muito, aos demais tipos de textos. Além disso, o aspecto não terá a menor importância para o estudo linguístico que está por vir.

Resumindo, pois, as características dos documentos integrantes do *corpus*: escritos por homens; redigidos por indivíduos negros – africanos e afro-descendentes; preservados no âmbito de uma irmandade de cor; predominantemente composto por *atas*, portanto textos não-literários; perfeitamente datáveis; e, por fim, sem nenhuma dúvida sobre o fato de serem autógrafos. Sobre as consoantes líquidas a seguir.

A lateral /l/ e a vibrante /r/<sup>1</sup> compartilham, segundo Gomes e Souza (2003, p. 75), uma série de propriedades fonéticas, constituem uma classe natural, a das líquidas, por apresentar comportamento semelhante em diversas línguas, e são os últimos fonemas adquiridos pelas crianças no processo de aquisição. No português, ainda conforme as autoras mencionadas, são as únicas consoantes possíveis na segunda posição de um grupo consonantal e estão submetidas mutuamente a diferentes processos fonológicos: *c[l]aro ~ c[r]aro*, *cé[r]ebro ~ cé[l]ebro*, *pí[l]ula ~ pí[r]ula*.

---

<sup>1</sup> Por questões de economia na descrição, utilizar-se-á, assim como fizeram Marquilhas (2000, p. 245-257) e Barbosa (1999, p. 159-163), /r/ para se referir à vibrante em todas as posições silábicas em que pode ocorrer. Do mesmo modo, empregar-se-ão o /l/ para a lateral alveolar e o /ʎ/ para a lateral palatal.

De qualquer sorte, não é de hoje que se registra no português uma série de fenômenos que envolvem esses segmentos consonânticos: historicamente já havia advertência do seu uso ‘indevido’ no latim vulgar, como testemunha o *Appendix Probr*<sup>2</sup>, e foi bastante fecunda na história da língua portuguesa, seja através de palatalizações<sup>3</sup>, rotacismos<sup>4</sup>, anaptixe<sup>5</sup>, assimilações e dissimila-

<sup>2</sup> Cf. Castro (1991, p. 92): *Flagellum non fragellum*.

<sup>3</sup> Cf. Ali (2001, p. 41-42): “Aos antigos íncolas de Portugal que adotaram o falar dos dominadores romanos eram sobremodo estranhos os grupos consonantais latinos *cl*, *fl*, *pl*. Acomodando-se aos seus hábitos de fonação, substituíram-nos pela chiante surda: *chamar* (*clamare*), *chave* (*clavis*), *chama* (*flamma*), *cheirar* (*flagrare*), *Chaves* ([a]guas] *Flavias*); *chão* (*planus*), *chuva* (*pluvia*), *chato* (*platus*), *cheio*, *encher* (*plenus*, *implere*), *inchar* (*inflare*), *chumbo* (*plumbum*), *chorar* (*plorare*), *chaga* (*plaga*), *chantar* (*plantar*), *choupo* (*populus*, metátese de *populus*), *chus* (*plus*)”.

<sup>4</sup> Cf. Coutinho (1976, p. 119-124): *clavu* > *cravo*, *claustra* > *crasta*, *flaccu* > *fraco*, *fluxu* > *frouxo*, *plaga* > *praia*, *placere* > *prazer*, *blandu* > *brando*, *glute* > *grude*, *gloria* > *grória* (arc.), *concludere* > *concluir* (arc.), *affligere* > *afrigir* (arc.), *afflictione* > *africom* (arc.), *duplare* > *dobrar*, *duplu* > *dobro*, *obligare* > *obrigar*, *reg(u)la* > *regra*, *negligentia* > *negrigência* (arc.)”. Ali (2001, p. 41-42): “Naquelas palavras que cedo se introduziram em português com os grupos consonânticos latinos, observa-se a freqüente troca de *l* por *r*”, “Esta permuta, de que resulta tornarem-se *cl* em *cr*, *fl* em *fr*, *pl* em *pr*, estendeu-se a *bl* e *gl*, que alternam respectivamente com *br* e *gr*. Em certos vocábulos, como *prazer*, *dobro*, *regra* (*reg(u)la*), *nobre* (*nob(i)le*), *igreja* (*ecclesia*), a alteração ficou definitiva; em outros não passou de um fenômeno temporário, posto que, para certos casos, perdurasse até o século XVII.”, “A dúvida sobre a maneira de proferir os grupos consonantais, em que o segundo fonema era etimologicamente um *l*, influiu regressivamente em certas palavras com *r* etimológico. Exemplos disto são *descliçom* (= *descriçom*) (*Leal Cons.* 13, 15); *complazer* (*ib.* 13)”

<sup>5</sup> Cf. Williams (1994, p. 111): “uma vogal parasitária era por vêzes inserta entre os elementos de um grupo consonântico, se um desses elementos era *l* ou *r*. Isso decorria da natureza vocálica do *l* e da natureza fortemente vibrante do *r*: *chrõñcam* > *caronica* (arcaico); *clauĩcũlam* > *cravelha* > *caravelha*; *sepulcrum* > *sopũlcoro* (FM, II, Glossário, s. v. sapulcro); *februarĩum* > *feverei-*

ções<sup>6</sup> e metáteses<sup>7</sup>. Alguns desses processos, referentes às consoantes líquidas, ainda continuam vivos no português brasileiro, ao passo que outros novos foram introduzidos. Além disso, vale dizer que, no plano da aquisição da língua escrita, as líquidas em sílabas complexas conduzem mãos pouco calejadas nesse código a irregularidades ortográficas (Oliveira, 2006b).

---

*ro; fībram > fêvera; florem > flor > felor (dialetal); glōřiam > glória > gueloria (dialetal); plantāre > plantar > pelantar (dialetal); tertiarĩum > terceiro > tereceiro (FM, II, Glossário)". Coutinho (1976, p. 147): "ANAPTIXE ou suara-bácti é a epêntese especial que consiste em desfazer um grupo de consoantes pela intercalação de uma vogal, exs.: \*grupa (<kruppa, germ.) > garupa, \*bratta (<blatta) > barata, \*fevrairo (febrariu por februariu) > fevereiro. Pertencem ao português de além-mar: carônica (arc.), carapinteiro (pop.), carapichoso (pop.), cōngoro (pop.), peregalthas (arc.), caracunda (pop.). No Brasil, ouve-se no dialeto caipira Silivério, Silivana, pronúncia corrente também em Portugal, na linguagem do povo".*

<sup>6</sup> Ali (2001, p. 42): "Troca de *l* intervocálico por *r* é fenômeno raro; em *cllugos* (menos frequente do que *clérigos*) (*Leal Cons. 16*), *pirollas* (= *pímulas*) (*ib. 66 e 334*), *priol* (*prior*) e *cellorgiães* (= *cirurgiães*) influiu a presença de *l* ou *r* em sílaba próxima. São casos de assimilação (ou dissimilação) ora progressiva, ora regressiva". Silva Neto (1979, p. 115): "Temos aqui mais um exemplo de dissimilação: *l ~ l = r ~ l*. O mesmo se deu nestes vocábulos, *melimellu > \*meriméllo* (antes do XI séc.) > *marmelo*; *ululare > \*urulare > \*urlare* (cf. fr. *Hurler* e it. *urlare*) > *urrar*; *calamellu > caramelo*; *mala folia > maracalha*; *melancholia > merencória*; ár. *xilel > xarel*; ar. *algoll > argola*; *animaliu > \*alimaliu > armalho*".

<sup>7</sup> Cf. Williams (1994, p. 119): "Por vêzes uma consoante (usualmente *r*) deslocava-se de uma sílaba para outra: *fenestram > feesta > fresta*; *pigrĩtĩam > pegriça > preguiça*; *těněbras > teevras > trevas*; *fabrĩcam > fravega* (RL, XXV, 247); *capistrum > cabresto*; *praesaepem > pesebre*". Ali (2001, p. 42): "Frequente em português antigo era a metátese de *r*, procurando este som a contigüidade de outra consoante (principalmente *c*, *t*, *p* e *f*): *Fremoso, fremosura, afremosentado* (*S. Josafate 27* e Lopes, *D. J. 2, 2, 3, 3*); *Crasto* (*Castro*). Restos deste processo são *preverter*, *trocer*, *retrocer* (Melo, *Ap. Dial.* 149 e diversos passos dos *Sermões* de Vieira); *graganta* (Arrais 10)."

## A organização do roteiro

Como já se aludiu anteriormente, em tempos em que a Linguística privilegiou a língua oral – a segunda metade do século XX –, analisando a não mais poder o sincrônico contemporâneo, os estudos sobre a linguagem escrita, para várias sincronias, ficaram carentes de atenção, exceto em poucos pontos em que resistiram, indo, dessa forma, de encontro à corrente. Nesse contexto, não se pode deixar de assinalar o trabalho pioneiro de Câmara Jr. (1994a, p. 87-95), em que analisou os ‘erros’ fonéticos cometidos por escolares, transpostos da oralidade para a escrita, e o de Pinto (1996), em que buscou também, mas só, nos letrados, nos panfletos etc, traços fônicos típicos da fala; ambos os autores flagrando e denominando os aspectos fonéticos tão-somente.

Essa situação, contudo, vem tendo outra feição, na medida em que, nos tempos que correm, alguns trabalhos estão abraçando e desvelando o português brasileiro escrito e, aqui, não se pode esquecer a contribuição da Sociolinguística, sobretudo a quantitativa, porque as análises efetuadas sob a sua ótica buscam verificar se os fenômenos fônicos, fartamente estudados na linguagem oral, refletem os mesmos fatores condicionantes no código escrito. Assim, Freitas (2001) se voltou para a estrutura silábica CCV; Lemos (2001), para o registro ortográfico de ‘e, i, o, u, átonos’; Tasca (2002), para a monotongação de [ey] e [ow] e para a semivocalização de /l/ em posição de coda; Mollica (2000, 2003) para monotongações, desnasalizações, rotacismos, assimilação de **-nd-** a **-n-** etc; Santos (2006) para a monotongação de [ey], a síncope da vogal postônica não-final em vocábulos proparoxítonos, a iotização e o rotacismo.

As teorias, porém, passam e os dados ficam. Com essa afirmação, quer-se apontar, desde logo, o caráter predominantemente descritivo-interpretativista em que se esteará o presente artigo. Isso não significa dizer que se oferecerão apenas antologias dos fenômenos fônicos aos quais se submeteram as consoantes líquidas no

século XIX; ao contrário: vai-se ‘dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César’, mas no momento oportuno, isto é, quando se estiver narrando os fenômenos – as rotas – isoladamente e que estão por vir. Desse modo, para cada fenômeno que marca as consoantes líquidas, se articulará uma bibliografia múltipla, circunscrita a vários saberes da Linguística, mas convocada em seu devido tempo. No final das contas, deseja-se relatar que, neste trabalho, os dados é que brilharão e, ainda, não estarão eles amarrados aos olhos de uma determinada teoria fonológica. Dessa maneira de proceder, origina-se um ‘pecadinho’; refere-se ao tratamento desigual na descrição do fenômeno em análise, em que intervêm algumas variáveis, quais sejam: a bibliografia sobre o traço, o número de ocorrências no *corpus* etc.

Resta dizer como serão apresentados os dados. Optou-se pelo seguinte método: à frente ocupará lugar o dado marcado pelo fenômeno em causa; a seguir, dentro de um parêntese, residirá o que seria hoje a sua forma canônica.<sup>8</sup>

### **Rota 01: metáteses**

Quando estudou o fenômeno da aquisição da escrita nesta mesma documentação, Oliveira (2006b) ofereceu antologias em que se assistia ao /r/, tanto em ataque ramificado, como em posição de coda, sendo deslocado para a mesma sílaba ou para outra, predominantemente a anterior. Por exemplo, em ataque ramificado, encontram-se 80 formas em que o grafema tradutor do /r/ se movimenta de lugar: *Ander* (André), *Barzelio* (Brasil), *encrontou* (encontrou), *escortinio* (escrutínio), *escurtino* (escrutínio), *enter* (entre), *Fergezia* (freguesia), *Grabiél* (Gabriel), *Liver* (li-

---

<sup>8</sup> É bom que se diga, quando da referência aos números, que um determinado fenômeno pode incidir em um mesmo vocábulo, porém por diferentes mãos.

vre), *Menbor* (membro), *pertender* (pretender), *palavar* (palavra), *Perferido* (preferido), *porcedimento* (procedimento), *porcição* (procissão), *poribe* (proíbe), *porcurando* (procurando), *Porvedor* (provedor), *Predeiro* (pedreiro); já em posição de coda a sua locomoção se conta em 162 ocorrências, das quais seguem alguns exemplares: *aprate* (aparte), *cardeneta* (caderneta), *confrome* (conforme), *detreminou* (determinou), *Fremeza* (firmeza), *Entre Vale* (intervalo), *Erzesiço* (exercício), *execircio* (exercício), *Frenandes* (Fernandes), *intrepelação* (interpelação), *Orputuna* (oportuna), *prefas* (perfaz), *pregunto* (perguntou), *premitia* (permitia), *pro* (por), *quatroze* (quatorze), *Sartunino* (Saturnino), *trade* (tarde), *treçeiro* (terceiro), *tremo* (termo).

Quanto à lateral, se comparada à vibrante, são pouquíssimas as formas que expõem grafias desviantes – 10 –, porém essa desproporção aponta para a mesma constatação de Marquilhas (2000, p. 257), que estudou o traço em mãos inábeis portuguesas do século XVII, ou seja, igualmente para os negros do século XIX é o /l/ um segmento mais estabilizado que o /r/, e pode ainda ser um reforço adicional para o que diz Mollica e Paiva (1991, *apud* Gomes e Souza, 2003, p. 76): mais uma evidência de que, em diversas línguas, parece ser a líquida lateral mais forte que a líquida não-lateral. Dessas 10 ocorrências, 07 se localizam em ataque ramificado – *aSembela* (assembleia), *compelta* (completa), *conpelto* (completo), *espilcação* (explicação), *refilta* (reflita), *Senbela* (assembléia) – e 03 em posição de coda – *gelra* (geral), *responcalve* (responsável), *Anclemo* (Anselmo).

Acontece, no entanto, que Oliveira (2006b) levantou a bandeira em defesa de que muitos dos vocábulos em que ocorre a migração de <r> estejam, em verdade, revelando metáteses produzidas na linguagem oral e que foram transpostas para a escrita. No mais, flagrou-se um expediente bastante raro na documentação, ou seja, a metátese das líquidas em posição de ataque simples: *dirifida* (deferida), *redefida* (deferida), *fulineiro* (funileiro) e *Susilita*

*dor* (solicitador) e, ainda, 02 metáteses que envolvem mutuamente a lateral e a vibrante – *Belring* (Berlinque) e *escralicimentos* (esclarecimentos).

### Rota 02: sínopes

É bem conhecida a definição do que seja uma síncope: trata-se da queda de fonemas no interior de vocábulos. Também, no trabalho acima referido, Oliveira emoldurou os dados na embalagem de problemas referentes à aquisição da escrita de grafias de sílabas complexas com as líquidas, alertando, porém, que algumas das ocorrências podem ter se inspirado na oralidade.

A vibrante revela o fenômeno em 146 ocorrências, no entanto preferiu se mostrar, com mais abundância, na posição de coda, visto que perpassa por 95 casos, para os quais vai uma antologia: *achace* (achar-se), *Atigo* (artigo), *Bernadino* (Bernardino), *Cavalhos* (Carvalhos), *emfemo* (enfermo), *Eminijido* (Ermenegildo), *extraodinario* (extraordinário), *fimeza* (firmeza), *Guilheme* (Guilherme), *Imaõ* (irmão), *macou* (marcou), *ordinario* (ordinário), *Onivesario* (aniversário), *pertubando* (perturbando), *petecente* (pertecente), *Repatir* (repartir), *Sevir* (servir), *tratace* (tratar-se), *tratamos* (tratarmos), *tratasi* (tratar-se); já em ataque ramificado, manifesta-se em 51 ocorrências, quais sejam: *Ademinitador* (administrador), *balausto* (balaustre), *Cobador* (cobrador), *Compemento* (cumprimento), *Compiu* (cumpriu), *entaraõ* (entraram), *escupulos* (escrúpulos), *estaordinaria* (extraordinária), *Lavar* (lavar), *Padoeira* (padroeira), *palava* (palavra), *pezente* (presente), *Pizidenti* (presidente), *podijicar* (prejudicar), *Povedor* (provedor), *propio* (próprio), *pucurador* (procurador), *Rodego* (Rodrigo), *Segetario* (secretário), *Silvesti* (Silvestre).

No que se refere à lateral, mais precisamente na posição de ataque ramificado, não se registra o grafema tradutor do /l/; isso só se anota em coda: *Aberto* (Alberto), *acance* (alcance), *anafabe-*

*tos* (analfabetos), *dificuldade* (dificuldades), *emboço* (embolso), *Eminijido* (Ermenegildo), *fatarem* (faltarem), *fatas* (faltas), *Izattado* (exaltado), *Jerado* (Geraldo), *matratada* (maltratada), *mutiplicar* (multiplicar), *quaquer* (qualquer), *rezover* (resolver), *Rezutados* (resultados).

Para finalizar o item, restam duas observações:

Em primeiro lugar, assinala-se que a coda silábica, mais do que a de ataque ramificado ou de ataque simples, é o local privilegiado para acolher tanto as possíveis metáteses, como as sínopes, e o que se vê é uma consonância com os dados de crianças brasileiras estudados sistematicamente por Alvarenga e Oliveira (1997, p. 131). Da observação feita pelos autores, levanta-se a assertiva de que “a coda pode ser interpretada como um lugar de virtuais variações na língua, o ‘lugar fonológico’ em que poderá ocorrer, em princípio, um grande número de alofonias na fala e o ‘lugar’ de um grande número de variações de escrita”. Em segundo lugar, se vistas, de fato, como fonográficas as coleções ofertadas como possíveis sínopes, esse artigo recua para o século XIX aquilo que se pensava ser do XX: o apagamento de /r/ em sílabas internas.

### **Rota 03: apagamento de /r/ final**

Teyssier (1997, p. 103), moderado, considera esse um traço inovador da fonética brasileira, observável em certos registros familiares e vulgares. Adita-se, porém, ao que diz o autor que alguns trabalhos o notam também em outras esferas (Callou, 1987; Oliveira, 1999), pelo que parece ser ele ‘de todo mundo’ e de todos os registros. Silva Neto (1979, p. 241), indignado, considerou-o exclusivamente como um vulgarismo, mas deu-lhe um ‘desconto’, porque é tendência já contida na deriva da língua, que aqui se acelerou por conta do meio social turvo e pela convivência de populações de origens várias. De fato, o traço tem longa data em portu-

guês: em seu início, caracterizou os falares incultos, tendo sido, no século XVI, registrado por Gil Vicente para marcar o linguajar dos escravos (CALLOU, 1987, p. 13).

No Brasil, o cancelamento de /r/ em posição final de vocábulos conta com indicações nas primeiras décadas do século XIX, mas as 381 ocorrências saídas das mãos dos membros da SPD querem colaborar com Oliveira (1982, *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 27), quando diz que o processo se tornou saliente ao longo dele.

A observação dos dados parece mostrar que o fenômeno tem preferências. Por exemplo, observadas as ocorrências quanto à classe gramatical, 290 (76.1%) dizem respeito a verbos, 87 (22.8%) a nomes e 04 (01.1%) a outras classes, pelo que foram os verbos os mais recorrentemente atingidos:

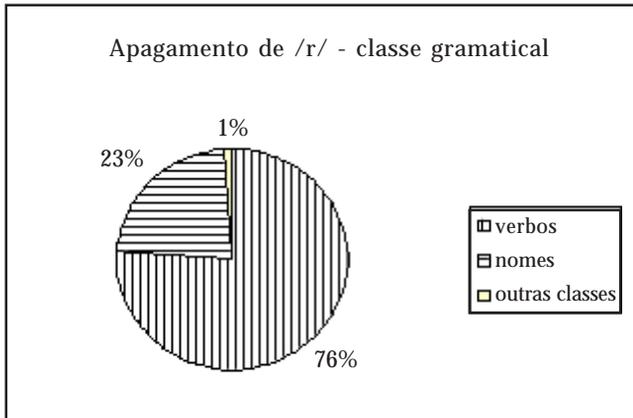


Gráfico 01

Mas os números, ‘nus’ como se exibiram, são enganosos, porque, nos verbos, embora se anote um ou outro exemplo do apagamento de /r/ em certos tempos verbais – 1<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup>. pessoas do futuro do subjuntivo –, é a forma infinitiva a acolher quase que exclusivamente o fenômeno. Que os verbos da 1<sup>a</sup>. conjugação sejam os

mais contemplados, para isso a explicação é óbvia: são os mais produtivos em português. Segue-se uma amostra<sup>9</sup>:

Faltando 1º Secretario por si **acha** duente não | tendo o Concelho recebido resposta do thizorero | jnmidiato en Voto O *Senhor* Prizidente julgou nece | sario nomiar O *Senhor* Joze Augusto Triguero deLima | Jntirinamente.

Envista do artigo 10º. dos Estatutos, § 3o tenho | a leval ao Conhecimento de *Vossa Senhoria* para, | de hora en diente, fiqar, micionado, numa Atta | o Socio que foi avizado para **a Companhia**, us | Enterrios.

o Prizidenti nomiou uma Commisaõ di 3 men | bros p<a>ra **aprezenta** esta Susiedade sendo os | os sigitis...

Disse mas o *Senhor* Prizidente O*Senhor* *que* não | quizer a Signar no livro de porta eu ma- | ndo marcar Como falta e por Conseguin | te quem quizer **assigna** a sine e quen não | quizer não se asine.

Nobres concocios irmão du concelho | eguntamente da Senblea hesta | prizidencia inlevada pelos baõ | sentimentos ino breza de *Vossa Senhorias* hoge | Vem **da** huma Sinceria prova di | agradecimento a todos aqueles *que* sa | bem Suntentar useo direto iu | cara te.

...elogo queriao *que* desse Comprimento | ao dito requerimento do *que* obrigou ao | *Provedor* a **delibera** *que* os mandaria chamar | aos Menbor da dita Comiçaõ.

ho | *Senhor* prizidente Poz em Secuçaõ dos | *Sosios* he como nada Disero o *Sosio* Prizidente | Sensiçe ao Artigo 45 dos Estatusto que Trata do | ne gosio de Horgenca não **des pas-**

---

<sup>9</sup> Colocaram-se os contextos em que ocorrem os dados, para que se visualize, com mais clareza, a detecção do apagamento final de /r/.

**ca** na premeira | Seção Ficara para a Seguinte | ho Senhor presidente: por **Esta** Conforme | mandou **Lavra**.

...foi **apresenta** un requirimento do Senhor Caitano | Profirio, pedindo a esta Senbrea para **dexa** Copiar por | 48 hora a reforma dos Estatutos para os Socio Ler pelo | que O Senhor Visce Presidente deu arazão de não **pude** | Conceder.

...epor **esta** asim Conforme mandou ono | sso Imaõ Prouedor fazer este termo emque eu...

...e como o *Senhor* | Socio veio tarde por esta hé arazaão de não | **esta** em dias Com o negocio.

...epor estar conforme mandou | o dito Provedor **Lavra** este termo em *que* | todos acinamos e eu *que* este fiz e Sobcrevi.

...epor **es ta** Conforme mandou oProvedor **Lavra** este | termo emque eu Sobescrevi e aSignei.

Mandou o *Senhor Presidente* ler pello primeiro Secre- | tario o artigo 37 do estatuto i em seguida o | Regimento, de pois, disto o *Senhor Presidente* passou a | **numera** Os Socios fazendo ver a cada hum...

é Por **esta** Conforme mandou ho Sosio Prizidente | **Pasa** naqual Todos Se asinaros.

a Presentou mais que Tinha a Lumiado uma Comiçaõ | Conpreta de 5 menbros para **Trata** da Luminação | que Tem de **Procede** Quando **Urtima** a Guera.

O *Senhor Presidente* a vista desta resposta ao *Senhor* | Thezoreiro *que* fizesse as dispezas na forma | do Costume le vando a quantia mandou | **i** a bonando mais O Cofre 20\$000 por | não ter ainda entrado os dinheiros da | fintas.

Quanto aos nomes, às suas 87 ocorrências, há a assinalar o apagamento do /r/ final em 73 (83.9%) vocábulos oxítonos e, para as 14 (16.1%) restantes, todas palavras paroxítonas, a sua incidência sobre um único item lexical: *Vítor*. A seguir, uma série que traz o apagamento do /r/ nos nomes e em outras classes gramaticais (preposição e pronome): *Attu* (Artur), *auto* (autor), *bem esta* (bem-estar), *bem ista* (bem-estar), *carate* (caráter), *Inperado* (imperador), *luga* (lugar), *Luga* (lugar), *parece* (parecer), *patama* (pata-mar), *Provedo* (provedor), *Sengula* (circular), *Senho* (senhor), *sinho* (senhor), *Victo* (Vítor), *Vitto* (Vítor), *Vizitado* (visitador), *anterio* (anterior), *po* (por), *Qualque* (qualquer).

Se foi a ausência do <r> gráfico que indicou claramente o apagamento do /r/ final até aqui, há uma série de 60 dados para os quais a atestação do fenômeno é quase certa, mas suposta. Na fala, o apagamento do /r/, mas, na escrita, algumas mãos estavam conscientes de que a ortografia da sílaba final carecia de um grafema a mais, daí que, para ocupar o lugar que seria do <r>, outros foram convocados (<l>, 29 ocorrências; <u>, 23 e <i>, 8): *Chaviel* (Xavier), *Continual* (continuar), *empoçal* (empossar), *emprimil* (imprimir), *éxaminaI* (examinar), *falal* (falar), *fazel* (fazer), *funcional* (funcionar), *lançal* (lançar), *lacial* (lançar), *principlal* (principliar), *qadavel* (cadáver), *Xaviel* (Chavier), *lei* (ler), *Foi* (for), *respondei* (responder), *Sei* (ser), *antreou* (anterior), *antriu* (anterior), *fou* (for), *Relatou* (relator).

Ora, de um elenco de mais de 20 grafemas que oferece o alfabeto, a escolha sistemática por apenas três deles, com o <l> tendo a preferência, parece não ser aleatória. Se nem morfologia próxima ao <r> essas letras têm, então por que é assim? No caso do <l>, pode ser o grafema no lugar certo, só que na palavra errada. Inclusive, para duas mãos, deve ter sido esta a questão: <r> ou <l> o grafema final? Na dúvida, as duas: *AcabaI*r por *acabar* e *voltaI*r por *voltar*. Em *Relatou* por *relator*, *antreou* por *anterior...*, o /r/ apagado pode ter dado passagem a outro fenômeno tão

caro aos irmãos da SPD, a ditongação, ou, ainda, a inscrição do <u> pode estar representando um expediente encontrado para assinalar o alongamento da vogal, bem como uma hipercorreção para o ditongo [ow], que se reduz em profusão. Mas, para o <i>, a pergunta não quer calar.

É bom deixar o óbvio ululante: que a listagem acima não expõe hipercorreções para o <r>, porque a escrita, de fato, o pede. O que aconteceu foi que se substituiu, em função do apagamento do /r/ na fala, o grafema por outros. Mas há as grafias hiper corretas e a antologia seguinte revela que as mãos entenderam que nem sempre fala e escrita convergem, ou seja, mesmo que não haja nada a que corresponder, a escrita exige a colocação de um <r> gráfico no final da palavra. Ocorre, porém, que continuaram a promover desencontros entre ambas, quando se apresentaram contextos semelhantes – a escrita de verbos –, mas, em verdade, incarecentes da presença do grafema, porque no indicativo:

Eu *que* Fis e **Cobrequever** Como | Sracretario Manoel Victo Serra.

Con *Escrivam* **escrevir** Manoel Victo.

...o Pre | zente termo em*que* todos seaSignaraõ e Eu 2º. Se | cretário *que* *por* ordem da Meza **Escrivir** eaSignei.

...a mandar fazer com toda e conomia | os reparos *que* forem precizos a fim de | Cessar o prejuizo que **estar** sofrendo | a Sociedade em sua receita.

...nosso estatuto e *por* estar conforme mandor | o Irmaõ Vis Provedor e eu *que* **sube** **escrivir** | e fiz easine.

...mandou o *Irmão* Viçe Provedor | paçar este termo por mi asinado *que* | fi e **subicrevir**.

Alguns autores levaram o expediente a outras classes, que não os verbos – *aor* por *ao*, *ater* por *até*, *ser* por *se* e *Comforner* por

*comforme* – e uma forma pluralizada chama a atenção, porque nem ali o <r> reaparece: *Senhos* por *senhores*.

#### **Rota 04: apagamento de /l/ final**

Ao contrário do que se observou para o /r/, o apagamento do /l/ em final de vocábulos se manifesta apenas em 10 ocorrências nas seguintes formas: *Abri* (abril), *gera* (geral), *Inperia* (imperial), *mi* (mil), *Verba* (verbal).

#### **Rota 05: ditongação pela semivocalização de /l/**

Mudança fonética que consiste na formação de um ditongo sistemático a partir de uma vogal simples.

É dessa maneira que Câmara Jr., no seu *Dicionário de lingüística e gramática*, (2004b, p. 100) define a ditongação e, *mutatis mutandis*, vai ser esse o conceito recolhido na bibliografia sobre o tópico. Na história da língua portuguesa, houve tendências responsáveis pela sua manutenção ou, ainda, a criação de novos ditongos, através de diferentes processos<sup>10</sup>. É esse, pois, fenômeno antigo e ainda ocorrente na variedade brasileira. Consoante Leite, Callou e Moraes (2003, p. 232), na atualidade, apresenta-se em vários contextos, tanto pela inserção de uma semivogal (doze >

---

<sup>10</sup> Alguns desses processos, cf. Coutinho (1976, p. 110): a síncope ou queda de fonema medial: *malu* > *mau*, *lege* > *lei*, *palu* > *pau*; a vocalização ou transformação de consoantes em vogal, em certos grupos consonantais: *alt(e)ru* > *\*autro* > *outro*; *factu* > *\*feito* > *feito*; *regnu* > *reino*; a metátese ou transposição de fonemas: *primariu* > *\*primairo* > *primeiro*, *librariu* > *\*livrairo* > *livreiro*; a epêntese de vogal para desfazer hiatos: *creo* (< *credo*) > *creio*, *tea* (< *tela*) > *teia*.

do[w]ze; paz > pa[y]z), como pela modificação de uma consoante, em posição de coda silábica (mal > ma[w]; arco-iris > a[w]co-iris ou a[y]co-iris). É, particularmente, esse último processo – modificação de uma consoante em posição de coda – que interessa aqui.

Explicitamente, só 02 ocorrências mostram a vocalização de /l/ e, por conseguinte, exibem a formação de ditongos pela modificação de consoante. A primeira, de 1846, foi estampada quando se escreveu um nome de um integrante da SPD: *Manoel Siuvo do Nascimento* (Manoel Silva do Nascimento), em que, em lugar de <l>, foi inscrito o <u>, no sobrenome *Silva*. A outra só veio anos depois, em 1873, no seguinte trecho: “*Foi lida a carta do Socio Jezus que mandou saudar o Seu debecto na qual mandava agradecer a todos os seus collegas que lhe ajudaram quando supplicava o empreste-mo...*”.

Implicitamente, adicionam-se mais 03, em que, talvez, a escrita de <l>, onde se esperaria um <u>, esteja contando, às avessas, que a lateral se vocalizasse:

As 8 hora da noite de 29 de Abril achando | presente os  
Seguntes SinhorisO Senhor | Prezitente **abril** a Sessão des-  
te Concelho.

**Abri**l a Ceçaõ O Senhor Soçio Prisidente | ho meio Dia Es-  
tava Prezente 11 Senhor | Sosios.

...Vi o Socio detado | em um dos quartos desta Sociedade  
en un estado **mal** por | falta de uma jumda porqu elle não  
quiria a caretar desta | responsabilidade na quailidade de  
Visce Presidente.

Tentando estabelecer uma cronologia das mudanças fônicas por que passou o português brasileiro, vejam-se as palavras de Noll (2004, p. 18) sobre o fenômeno em questão:

Porém, com respeito à vocalização [de /l/], achei um testemunho interessante num lundu de Domingos Caldas Barbosa, que data do começo do século XIX:

*Se não tens mais quem te sirva*

*O teu moleque sou eu*

*Chegadinho do Brasil*

*Aqui stá que todo é teu*

A assonância das formas *eu* e *teu* sugere a pronúncia vocalizada de /l/ [û] em *Brasil*, mas não se tem a certeza.

Não se tem a certeza, até porque, convenha-se, é pouco persuasivo o meio pelo qual o autor postula a emergência da vocalização de /l/ no português do Brasil. De qualquer sorte, se fosse geral no século XIX, acredita-se que algumas mãos, sobretudo aquelas menos habilidosas, o teriam registrado com mais frequência, como fizeram para inúmeros outros fenômenos. De qualquer maneira, as 02 primeiras ocorrências mostram que a vocalização da lateral já se insinuava, vagarosamente, mas de forma explícita, no decorrer dos oitocentos. Parece, então, ser esse fenômeno novo, localizado, palidamente, no século XIX, mas que emprestou, com toda força, o 'ar da sua graça' no português brasileiro no devir do século XX.

### **Rota 06: rotacismos**

Sobretudo em cadeias consonânticas, o rotacismo, fenômeno fônico em que /l/ passa a /r/, é conhecido já no latim vulgar, como estampa o *Appendix Probi*<sup>11</sup>, foi copioso na formação do português<sup>12</sup> e, de lá para hoje, além de ser documentado em vários tempos históricos, caracteriza, e por conseguinte estigmatiza, a fala

<sup>11</sup> Cf. Castro (1991, p. 92): *Flagellum non fragellum*.

<sup>12</sup> Veja-se a nota 4.

brasileira daqueles com pouca ou nenhuma escolarização.

Está documentado em 183 ocorrências nos documentos da SPD e ocorre em três posições dentro da sílaba.

Em ataque simples, são 08 os dados (4.4%), que pedem alguma desconfiança entretanto, na medida em que 07 deles saem das mãos de um mesmo autor, Manuel Anastácio Cajueiro, e incidem sobre um único item lexical: *paravra* por *palavra*. Que Manuel Anastácio Cajueiro, responsável por apenas 01 documento, é indivíduo que possui escrita extremamente fonetizada, não há dúvidas; mas fazer quase que exclusivamente seu um contexto para o rotacismo pode ter uma outra história, que não se contente com substituição de grafemas, um fenômeno gráfico portanto, porque não é o forte do autor. De qualquer modo, a outra ocorrência – *direberraro* por *deliberaram* –, que não é de sua autoria, e a detecção do fenômeno no português brasileiro atual – *pí[r]ula*, conforme Gomes e Souza (2003, p. 75) – licenciam admitir que, mais que logográficas, sejam fonográficas todas as representações acima.

Também entre as 83 (45.3%) que expõem o fenômeno em ataque ramificado, destacam-se 59 casos referentes ao item *assembléia*, saídos, quase todos, das mãos de Luciano da Silva Serra. Sobram, desse modo, 24, advindos desse e de outros redatores. Mollica (2000, p. 39) estudou o fenômeno nesse lugar e chegou à conclusão de que a passagem de /l/ para /r/ é mais provável de acontecer quando existe na palavra uma outra líquida que se localize ou não em outro grupo consonantal. Mesmo com o enviesamento acima exposto, o conjunto dos dados parece não comungar com o que diz a autora, uma vez que vocábulos com a presença de outra líquida são bem poucos: *apricado* (aplicado), *asembrea* (assembléia), *Asembrea* (assembléia), *cembrea* (assembléia), *Compreta* (completa), *Conpreta* (completa), *Cumpris-se* (cúmplice), *Cunpres* (cúmplice), *Depromo* (diplomou), *Depromo-se* (diplomouse), *esclaricimento* (esclarecimento), *escruido* (excluído), *espren-*

*dor* (esplendor), *esprica* (explicar), *espricação* (explicação), *espricar* (explicar), *reclamacaõ* (reclamação), *Sembrea* (assembléia), *Sembreia* (assembléia), *suprente* (suplente), *Suprentes* (suplentes).

Os casos reveladores de rotacismo em posição de coda foram os mais numerosos, porque se conta em 92 casos (50.3%). Não há, como se observou para os anteriores, concentração do fenômeno nem em uma mesma mão, nem em itens lexicais específicos. Vejam-se os exemplos: *Aluger* (aluguel), *Ansermo* (Anselmo), *argum* (algum), *arguma* (alguma), *armanaque* (almanaque), *arterar* (alterar), *artezi* (alteza), *Carculada* (calculada), *Carculado* (calculado), *Consurtar* (consultar), *farta* (falta), *fartarem* (faltarem), *Fartaro* (faltaram), *Fiscar* (fiscal), *Grabier* (Gabriel), *gudislar* (judicial), *legar* (legal), *murta* (multa), *murtado* (multado), *quarquer* (qualquer), *rezurtado* (resultado), *rizurtado* (resultado), *sarvar* (salvar), *seportura* (sepultura), *Sirveira* (Silveira), *tumurto* (tumulto), *Urtima* (ultimar), *vortando* (voltando), *vortar* (voltar), *vortarão* (voltaram).

Palavras monossilábicas com a lateral em ataque simples, em ataque ramificado ou em posição de coda existem à mancheia no *corpus*, mas, em nenhuma delas, o rotacismo se manifestou. Observados em conjunto todos os 183 casos com o fenômeno ocorrente nos documentos, eles apontam que a passagem de /l/ para /r/ privilegia os vocábulos constituídos por mais de uma sílaba.

### **Rota 07: lambdacismo**

Desenhada mais visivelmente por duas mãos – a de Antônio José Bracete e a de Júlio Capitolino da Boa Morte – e, por vezes, sendo hospedada por itens lexicais não tão variados, o caminho oposto ao rotacismo, isto é, a passagem de /r/ a /l/, fenômeno que a tradição historicista designou de *lambdacismo*, se atesta em 22 casos, ocorrentes, sobretudo, em posição de coda silábica – 17 ocor-

rências (77.3%) –, mas também, com alguns poucos exemplares, em ataque simples – 02 (9.1%) – e ramificado – 03 (13.6%): *Colegir* (corrigir), *Rebello* (Ribeiro), *filzo* (friso), *plauzo* (prazo), *plazo* (prazo), *Alcanjo* (arcanjo), *Algollo* (argolo), *Alquivista* (arquivista), *Alquivo* (arquivo), *altigo* (artigo), *Altigo* (artigo), *Altistas* (artistas), *amultizar* (amortizar), *Calvalhos* (Carvalhos), *Munalca* (monarca), *palçelas* (parcelas).

### Rota 08: despalatização

É óbvio que, descrevendo fenômenos fônicos referentes apenas às consoantes líquidas, a despalatização envolverá somente a consoante /ʎ/, na medida em que é ela, entre as líquidas, a única palatal. A despalatização ocorreu em 16 casos, com destaque número para o clítico *lhe*, mas que, no entanto, foi estampado por várias mãos: *brilai* (brilha), *Guilermi* (Guilherme), *le* (lhe), *Le* (lhe), *li* (lhe), *recolece* (recolhesse), *recolido* (recolhido), *Semilente* (semelhante), *tolido* (tolhido).

## Referências

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8 ed. São Paulo/Brasília: Companhia Melhoramentos/Editora Universidade de Brasília, 2001.

ALVARENGA, Daniel; OLIVEIRA, Marco Antônio. Canonicidade silábica e aprendizagem da escrita. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 6, n. 5, v. 1, janeiro/junho, 1997. p. 127-158.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. 2 v.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüístico. In: LOBO, Tânia *et alii* (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*. t. 2. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 761-780.

BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. In: UCHÔA, Carlos E. Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004a. p. 87-95.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 25 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004b.

CALLOU, Dinah. *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PROED, 1987.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.

FREITAS, Edir. *Aprendizagem da estrutura silábica CCV: oralidade e escrita*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

GOMES, Christina Abreu; SOUZA, Cláudia N. Roncarati de. Variáveis fonológicas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolingüística. O tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 73-80.

LEITE, Yone; CALLOU, Dinah; MORAES, João. Processos em curso no português do Brasil: a ditongação. In: DA HORA, Dermeval; COLLIS-CHONN, Gisela (Orgs.). *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p. 232-250.

LEMOS, Fernando A. Perreira. *Interferência da oralidade na escrita: o caso do registro ortográfico do 'e, i, o, u' átonos*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

LOBO, Tânia. *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil. Edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001. 4 v.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre desencontros e reencontros: filologia e lingüística no Brasil no século XX. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 21-22, junho-dezembro, 1998. p. 97-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALK-MIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Desenvolvimentos recentes no Brasil dos estudos histórico-diacrônicos sobre o português. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação lingüística no Brasil e no cone*

sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 39-53.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001[1982].

MOLLICA, Maria Cecília. *Influência da fala na alfabetização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

NOLL, VOLKER. A formação do português do Brasil. In: DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker (Orgs.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004. p. 11-26.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O apagamento do /R/ implosivo na norma culta de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 1999.

OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso 'latim vulgar'?*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2003. 3 v.

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo V. Lopes (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 139-162.

OLIVEIRA, Klebson. Y ahora, los esclavos brasileños y la escritura. In: GÓMEZ, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra (Orgs.). *Letras bajo sospecha*. Gijón: Treas, 2005. p. 289-320.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2006a. 3v.

OLIVEIRA, Klebson. Aquisição da escrita em textos de africanos e afro-descendentes no Brasil do século XIX: grafias para sílabas complexas, por exemplo. In: LOBO, Tânia *et alii* (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*. t. I. 2006b. p. 469-494.

PINTO, Edith Pimentel. *O português popular escrito*. São Paulo: Contexto, 1996.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Gredson dos. *Variação fonética em estudantes residentes em áreas rurais da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2006.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/Presença, 1979.

TASCA, Maria. *Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais: o papel de fatores lingüísticos e sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. 3 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

**SUBMETIDO EM:** 30.07.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

# ACHEGAMENTO AO FENÓMENO DA TMESE NA LÍRICA MEDIEVAL GALEGO-PORTUGUESA\*

## APPROACH TO THE PHENOMENON OF TMESIS IN THE GALICIAN-PORTUGUESE MEDIEVAL LYRIC

**Leticia Eirín García**  
Universidade de Coruña

**RESUMO:** Este artigo pretende pór de relevo a orixinalidade e mestría do trobador Don Dinís ao introducir na cantiga de amor *Assí me trax coitado* (B 531/V 134 [548/Tav 25,16]) un artificio realmente pouco habitual no conxunto do corpus trobadoresco galego-portugués, o fenómeno da tmese. Con esta finalidade, estableceremos un confronto entre esta cantiga e os outros casos de tmese presentes en diversas composicións das líricas profana e relixiosa galego-portuguesa.

**Palavras-chave:** Lírica trovadoresca. Cantiga de amor. Tmese.

---

\*Este traballo foi realizado ao abeiro do Programa de bolsas FPU (Formación de Profesorado Universitario) do Ministerio de Educación e Ciencia.

**ABSTRACT:** This paper will try to prove trobadour Don Dinís' originality and mastery while introducing at the poem *Assi me trax coitado* (B 531/V 134 [548/Tav 25,16]) a really unusual rhetorical figure at the Galician-Portuguese corpus, the tmesis. With this aim, we will establish a comparison between this poem and other tmesis cases which appear in different compositions of the Galician-Portuguese profane and religious lyric.

**Keywords:** Galician-Portuguese lyric. Cantiga de amor. Tmse.

## Cuestións previas

Na retórica clásica o fenómeno da *tmese* consistía na separación dos dous constituíntes dunha palabra composta por medio da interposición dalgún elemento entre ambos. Posteriormente, nas literaturas romances medievais, este artificio pasou a se manifestar de forma maioritaria como a división ou ruptura dun vocábulo en dúas partes debido á pausa do verso, de modo que a primeira desas partes ficaría colocada ao final dun verso e a outra ao comezo do seguinte<sup>1</sup>.

O citado fenómeno é recollido polo tolosano Guilhem Molinier no seu tratado de poética provenzal, as **Leys d'amors**, baixo a denominación de *mot trencat*, do que explica o seguinte: “una partz del mot roman en fi de verset per rima. e per lautra part comensa le comensamens del seguen verset” (Molinier, 1977, I, p. 52). Por súa parte, e para o caso que nos ocupa, na lírica galego-portuguesa non contamos con fontes contemporáneas ao fenómeno trobadoresco que fagan referencia a este termo ou fenómeno en concreto xa que, como sabemos, o único tratado que conservamos destas características é a fragmentaria **Arte de Trovar** incluída no **Cancioneiro da Biblioteca Nacional**.

A *tmese* é un recurso presente mais pouco habitual na nosa lírica medieval, razón que motivou a nosa escolla para o seu tratamento neste traballo, que ten como finalidade establecer un confronto entre as segmentacións *tméticas* que se producen nas líricas profana e relixiosa e o uso que deste fenómeno fai Don Dinís na cantiga *Assi me trax coitado* (B 531/V 134 [548/Tav

---

<sup>1</sup> Véxase a definición dada deste fenómeno en MARCHESE, A.; FORRADELLAS, J. *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*. Barcelona: Ariel, 1991.

25,16])<sup>2</sup>. Esta comparación permitíranos, aliás, confirmar máis unha vez a orixinalidade e maestría do rei-trobadador, debido a que a través deste recurso, e combinado co artificio da palabra-rima, logra introducir a ambigüidade ou equivocidade nun texto pertencente ao xénero de amor.

Tamén comentaremos algunhas das particularidades ecdóticas do texto en cuestión, delimitadas en boa medida pola división de vocábulos a final de verso, o que permite poder usar como rima as sílabas interiores. Así, foi probabelmente a excepcionalidade deste fenómeno a causante de que Henry R. Lang, un dos grandes estudiosos da nosa lírica, editase de modo incorrecto a antedita cantiga na súa edición do cancionero de Don Dinís<sup>3</sup>, traballo, non entanto, realmente meritorio. Porén, pouco tempo despois outros especialistas como Adolfo Mussafia, Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou Oskar Nobiling, evidenciaron esta lectura errada da composición, e foi finalmente José Joaquin Nunes quen a editou correctamente na edición e estudo crítico das cantigas de amor galego-portuguesas<sup>4</sup> publicada no ano 1932.

En definitiva, pretendemos que o confronto e a comparación entre un caso e os outros sirva non só para coñecermos un pouco

---

<sup>2</sup> A cita dos textos profanos irá acompañada entre parénteses das siglas convencionais dos manuscritos en que foron transmitidos e das referencias numéricas correspondentes aos repertorios de JEAN-MARIE D'HEUR (1975) e GIUSEPPE TAVANI (1967); para os textos relixiosos seguimos a numeración de METTMAN (1986, 1988 e 1989). Alén disto, e para a reprodución dos textos, partimos da edición de NUNES (1972) para as cantigas de amor, da edición de LAPA (1995) para os textos de escarnio, e da de METTMAN (1986, 1988 e 1989) para as cantigas marianas, mais modernizamos e regularizamos as grafías conforme aos usos habituais e consolidados.

<sup>3</sup> LANG, H. R. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle: Max Niemeyer, 1894. Reimp. Hildesheim: Georg Olms, 1972.

<sup>4</sup> NUNES, J. J. *Cantigas d'Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

mellor as circunstancias que envolven as segmentacións tméticas presentes na nosa lírica medieval, mais sobre todo para avanzarmos máis un paso na comprensión do complexo mundo do canci-  
oneiro dionisino e das súas particularidades.

### A tmese na lírica galego-portuguesa

O número total de cantigas no corpus da nosa lírica medieval en cuxos versos se desenvolve o fenómeno da tmese atópase por volta da corentena. Porén, detéctase unha presenza levemente maior do citado artificio nas **Cantigas de Santa Maria**.

Este tipo de segmentacións vai unida, en moitos casos, a un recurso gramatical, a mesóclise, a intercalación do pronome átono no futuro de indicativo ou no pospretérito<sup>5</sup>: *descobrir-* / *-vos-ei* (B 74 [47/Tav 46,1], vv. 19-20), *escarmentar-* / *-lo-avedes* (B 1457/V 1067 [1476/Tav 64,24], vv. 3-4)... Mais o citado fenómeno tamén atinxe en numerosas ocasións (especialmente nas cantigas marianas) aos adverbios en *-mente*, debido a que é moi probábel que na altura aínda non estivese completamente fixado o proceso de unión e gramaticalización da perífrase adverbial constituída por un adxectivo feminino e o sufixo *-mente* (procedente do substantivo latino *MNTE*)<sup>6</sup>, o que facilitaría o seu desdoblamento: *assessegada-* / *-mente* (71, vv. 47-48), *primeira-* / *-mente* (383, vv. 42-43)... Son estes os dous casos máis comúns de división de palabras en posición final de verso na lírica medieval galego-portuguesa.

Por outra parte, e antes de máis, non debemos esquecer que a presenza da tmese nestas cantigas non ten unha funcionalidade

<sup>5</sup> A respecto da tmese e da mesóclise véxase o indicado en MOISÉS, M. *Dicionário de Termos Literários*. 12ª edición. São Paulo: Cultrix, 2004 (en especial p. 120).

<sup>6</sup> Resulta especialmente clarificadora a explicación deste proceso realizada por FERREIRO (2001, pp. 206-207).

poética, senón unha clara funcionalidade estrutural e rimática, xa que por medio deste recurso é acadado tanto o necesario isosilabismo como a rima entre os versos da composición.

### Na lírica profana

Para alén da citada cantiga de amor de Don Dinís, en que nos deteremos de xeito pormenorizado máis adiante, no corpus da lírica profana galego-portuguesa o número de composicións en que se produce a ruptura dun vocábulo debido á pausa do verso é inferior ás dúas decenas. Tampouco deixa de chamar a nosa atención o feito de que isto se dea unicamente en cantigas pertencentes aos xéneros de amor e de escarnio, cunha clara preponderancia destas últimas (escarnios persoais, políticos e literarios), e tamén nun par de textos que podemos clasificar como 'escarnios de amor', xa que neles se misturan os rexistros cortés e escarniño. Na nosa opinión, isto pode deberse a que no xénero de escarnio impera unha menor rixidez formal, o que daría pé para os trovadores poderen innovar e introducir este tipo de artificios.

Como xa foi indicado, na maior parte dos casos a segmentación tmética atópase intimamente relacionada coa mesóclise, facendo así que fique en posición de rima a desinencia de infinitivo dos verbos:

*-ca se o soubesse, doer- / -s'-ia de mí, a meu cuidar* (A 119/  
B 235 [219/Tav 43,12], vv. 15-16)

*-me vin de vós; e descubrir- / -vos-ei d'un voss'entendedor*  
(B 74 [47/Tav 46,1], vv. 19-20)

*-que fosse voss', e defender- / -lo-iades por meu amor* (B  
1519 [1538/Tav 56,8], vv. 15-16)

Noutras ocasións é aproveitada, dalgún xeito, a énclise do pronome para colocar o verbo en rima e deste modo lograr axustar o verso ao modelo estrófico, como vemos na cantiga de escar-

nio -*Joan Vaasquez, moiro por saber* (V 1035 [1445/Tav 88,7], vv. 15-21), do xograr Lourenço. Así, a forma verbal ocupa o final dun verso e o pronome inicia o verso seguinte:

*-Johan Vaasquez, nunca roubei ren  
nen matei homen, nen ar mereci  
por que mi deitassen, mais v)) aqui  
por gaar algo, e iguar-mi ben  
con o trobar vosso; mais [eu] estou  
que se perdía con vosqu'e **quitou-**  
**-se** de vós; e non trobades por én.*

Mais alén deste tipo de ocorrencias, que son as máis numerosas na lírica profana, debemos ter en especial consideración outras como a que se dá na cantiga de Gil Perez Conde *Mentr'esta guerra foi, assi* (B 1526 [1545/Tav 56,7], vv. 1-5), en que o vocábulo afectado polo artificio da tmesa (*oimais*) aparece reiterado na mesma posición en todas as estrofas do texto (vv. 3-4 de cada agrupación estrófica). '*Oimais*' é unha palabra de orixe provenzal, e é moi probábel que experimentase unha certa asimilación á locución '*hoge mais*', certamente máis acomodada ao espírito da lingua, de maneira que o modo de grafala (aglutinado ou separado), e de modo semellante ao que acontecía cos adverbios en *-mente*, pode que aínda non estivese moi definido:

*Mentr'esta guerra foi, assi  
m'av<sup>1</sup>/<sub>2</sub>o que sempre guari  
per pé de cavalo; mais **oi-**  
**-mais** non sei que seja de mí  
senon guarir per pé de boi.*

Tampouco podemos deixar de facer referencia á composición *Don Foão, que eu sei que há preço de livão* (B 1558 [1577/Tav 7,4], vv. 1-5), do trovador Afonso Mendez de Besteiros, un dos sirventeses máis logrados da nosa lírica medieval. A forma verbal

'alçou', en pretérito, aparece desdobrada no refrán (*al-* / *-çou*) para acadar o efecto da rima, en consonancia con 'Portugal' (no segundo verso do refrán), xa que as rimas en *-al* son realmente escasas na nosa lírica:

*Don Foão, que eu sei que há preço de livão,  
vedes que fez ena guerra – daquesto soo certão:  
sol que viu os genetes, come boi que ser tavão,  
sacudiu-se [e] revolveu-se, **al-**  
**-çou** rab'e foi sa via a Portugal.*

Martin Soares, no escarnio persoal *Quand'Albardan fogia d'aalen* (B 1361/V 969 [1379/Tav 97,37], vv. 7-12), tamén fai uso da rima truncada ou por tmese<sup>7</sup>:

*Polo guarir, muito fostes de mal  
sen! E chamou sempre: -Non moir'**Albar-**  
**-dan!** E el demais lhi fez [n]a arca tal,  
per que nunca i outr'asconderá.  
Per quant'i fez Albardar, nunca ja  
Orrac'Airas i outr'asconderá.*

E aínda dentro da lírica profana, cumpriría facer referencia a outra cantiga de escarnio (B 484/V 67 [482/Tav 18,20]), neste caso do rei Alfonso X, en que o fenómeno da tmese afecta ao substantivo 'dia', que deste xeito aparece dividido entre o primeiro e o segundo verso: *Fui eu poer a mão noutro di- / -a a ia soldadeira no conon.*

---

<sup>7</sup> Sobre esta cuestión véxase a nota de BERTOLUCCI (1992, p. 134), en que cuestiona a posibilidade dunha asonancia truncada.

## Na lírica relixiosa

Como xa ficou dito, na lírica relixiosa, que no caso galego-portugués se limita ás **Cantigas de Santa Maria** do rei Sabio, o artificio dos vocábulos divididos debido á pausa do verso aparece con considerábel frecuencia, cando menos en termos comparativos a respecto da lírica profana. Alén disto, podemos engadir que rexistramos un único caso en que a tmese se produce nunha cantiga de loor, dato que non debe sorprendernos se temos en conta que o número das cantigas de loor é numericamente moi inferior aos milagres.

Por outra parte, e mentres que no corpus profano a maioría dos casos de segmentación tmética estaba ligada ao recurso gramatical da mesóclise, no corpus da lírica relixiosa a tmese aparece en máis de vinte ocasións unida aos adverbios en *-mente*, pois é moi probábel que na altura aínda non estivese totalmente consolidado o proceso de unión dos adxectivos femininos co sufixo *-mente* (procedente dun substantivo latino), feito que simplificaría a súa división e colocación en versos diferentes. Vexamos algúns exemplos:

*-Santa Maria; e fera- / -mente foi amada* (89, vv. 82-83)  
*-casar, mas mui fera- / -mente garçon era*  
*e mui vergonnosa- / -mente, e a el tiraron*  
*quando vir aberta- / -mente que nascia*  
*muit'apressurosa- / -ment', e non guardou de grado*  
 (195, vv. 24-25, 51-52, 139-140, 145-146, 187-188).

O fenómeno da tmese afecta en varias ocasións nas cantigas marianas ao indefinido *niia*, que procede da unión de dous vocábulos latinos: *NC* e *ŪNA*. Deste modo, e máis unha vez, pode que aínda estivese presente na conciencia lingüística dos poetas este aspecto, facilitando así a súa segmentación tmética, como se pode observar nos seguintes versos tirados da cantiga "*Esta é como Santa*

*Maria serviu en logar da monja que se foi do mōesteiro*” (94, vv. 18-25):

*Hia dona ouv'ali  
que, per quant'eu aprendi,  
era menynna fremosa;  
demais sabia assi  
t'½er sa orden, que **ni-**  
**-hia** atan aguçosa  
era d'i aproveytar  
quanto mais podia*

Tampouco deixan de chamar a nosa atención algúns vocábulos como *'oraçon'* (32, vv. 9-15) ou o demostrativo *'aquela'* (255, vv. 65-69), que aparecen desdoblados coa clara finalidade de adaptar os versos en que se encontran inseridos ao esquema estrutural ou rimático das composicións, chegando a tmese a se converter nunha licenza poética:

*Dest'un gran miragre / vos contarei ora,  
que Santa Maria / fez, que por nós ora,  
diu que al, fora  
a sa misa, **ora-**  
**-çon** nunca per ren  
outra sabia  
dizer mal nen ben.*

*Mais a sogra manifestou a pran  
de com'houvera  
coita tan fera,  
per que fezer'**a-**  
**-quela** diabria.*

**A cantiga dionisina *Assi me trax coitado***

Como xa foi indicado no comezo destas páxinas, probabelmente unha das peculiaridades máis notábeis desta composición sexa a utilización do fenómeno da tmese, feito que levou a Henry R. Lang, ao non contemplar a presenza das segmentacións tméticas no texto, a realizar unha edición errada do mesmo. Reproducimos a seguir a nosa proposta de edición:

- Assi me trax coitado  
e aficad'Amor,  
e tan atormentado  
que, se Nostro Senhor*
- 5 *a mia senhor non met'en cor  
que se de min doa, da mor-  
-t'haverei prazer e sabor.*
- Ca viv'en tal cuidado  
come quen sofredor*
- 10 *é de mal aficado  
que non pode maior,  
se mi non val a que en for-  
-te ponto vi, ca ja da mor-  
-t'hei praz[er] e nen un pavor.*
- E faço mui guisado,  
pois são servidor  
da que mi non dá grado,  
querendo-lh'eu melhor*
- 15 *ca min nen al; por én conor-  
-t'eu non hei ja senon da mor-  
-t'ende são desejador.*

A cantiga glosa o tema da coita do trovador como consecuencia do amor que sinte pola súa *senhor* e a indiferenza que esta lle amosa, situación que o leva a desexar a morte como saída, como feito liberador da propia coita.

A utilización do fenómeno da tmese nesta composición ten un obxectivo claro: a consecución da rima en /Tr/. Así, e como moi acertadamente indica Montero Santalha “a falta de palabras terminadas em ór /’TR/ na língua trovadoresca [...] levou Dom Denis, para achar rimas com o provençalismo *cor*, a lançar mão do artificioso expediente de dividir vocábulos em fim de verso e poder assim usar como rima alguma das suas sílabas internas” (Montero Santalha, 2002, p. 128).

Aquí a tmese desenvólvese nos versos 6-7 da primeira estrofa e 5-6-7 das outras dúas combinado co artificio poético da palabra-rima: *cor* / *mor-* [-tʰ] (I, vv. 6-7); *for-* [-te] / *mor-* [-tʰ] (II, vv. 5-6-7); *conor-* [-tʰ] / *mor-* [-tʰ] (III, vv. 5-6-7). Como vemos, é xustamente a presenza da palabra-rima no sexto verso de cada estrofa a que xustifica a estrutura métrica da cantiga que nós fixamos fronte á proposta por Lang, que combina catro versos hexasílabos, dous octosílabos e un decasílabo con diferentes fórmulas rimáticas para cada estrofa, e que ignora por completo o emprego que Don Dinís realizou do artificio das palabras divididas a final de verso para facer rimar unha sílaba interior, véndose aliás o estudioso suízo-americano na necesidade de realizar varias integracións no texto para conseguir tal estrutura. Neste mesmo sentido, Giuseppe Tavani clasifica esta cantiga como o modelo 88:1 do seu **Repertorio metrico della lirica galego-portoghese** (1967), pois tampouco contemplou a diferenciación entre a rima de vogal aberta /Tr/ e a de vogal fechada /or/, feito que inevitabelmente introduce variacións na fórmula rimática<sup>8</sup>. Seguindo a nosa proposta, a cantiga pasaría a formar parte do modelo número 101 do repertorio.

Por outra parte, a tmese e a palabra-rima non posúen unicamente unha funcionalidade estrutural ou rimática dentro da can-

---

<sup>8</sup> A fórmula rimática indicada polo profesor Tavani é ababbbb, en canto a nosa proposta, que si considera o grao de abertura das vogais en rima, é ababccb.

tiga, senón que tamén subliñan o contido semántico dos vocábulos que atinxen. Así, a combinación entre estes dous artificios establece un xogo entre os dous elementos nucleares da composición, o 'amor' e a 'morte', o motivo da 'morte de amor' do poeta debido ao rexeitamento que sofre por parte da *senhor*, proceso acadado grazas á ligazón que a tmese crea entre a palabra-rima e o comezo do verso seguinte (vv. 6-7 de cada estrofa) e que evidencia ese binomio 'amor-morte', o xogo entre '*d'amor*' e '*da mor- / -te*' procurado polo trovador Don Dinís, ambigüidade que acaba por se anular no plano da oralidade debido ao distinto grao de abertura vocálica, mais que favorece o equívoco até o vocábulo se ver completado no verso inmediatamente posterior.

Mais a significación dos outros vocábulos afectados polo artificio da tmese e, en xeral, o contido semántico das palabras que riman en /T/, atópase igualmente destacado no conxunto da cantiga. Na primeira agrupación estrófica aparece *cor* (corazón), provenzalismo que aquí forma parte da expresión 'meter en cor', introducir no corazón da dama a paixón pola dor do namorado. Na estrofa seguinte o elemento salientado é *forte*, que se introduce na perífrase referida á *senhor* '*a que en for- / -te ponto vi*', isto é, a muller que o trovador viu 'en má hora', xa que desde ese momento é vítima de terribes padecementos. Finalmente, nos versos 19-20 aparece o vocábulo *conorto*, a falta de 'consolo', de 'alivio' que o poeta sofre desde ese momento en que experimentou a visión da dama, e que só atopará na 'morte'. Deste modo, é obvio que as palabras subliñadas por medio destes fenómenos se erixen nos elementos fundamentais por volta dos cales se constrúe o texto e, para alén disto, configuran as diversas etapas por que pasa o proceso amoroso na lírica galego-portuguesa: a visión da muller, o enamoramento, a coita ou ausencia de '*conorto*', a morte de amor...<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Véxase a excelente análise desta cantiga realizada por MARTÍNEZ PEREIRO, C. P. (2005).

Un último punto a que desexamos facer referencia a propósito destes procedementos é un aspecto probado por Mussafia e Montero Santalha nos respectivos traballos xa referidos anteriormente, a comprobación de que “nell’antica poesia portoghese le forme forti non rimano mai con le deboli” (Mussafia, 1983, p. 333), isto é, os trobadores non admitían a rima de vogal aberta con vogal fechada. Esta foi unha teoría cuestionada durante anos debido precisamente á confusión xerada pola edición incorrecta que da presente cantiga realizou Lang, até que tempo despois outros especialistas procederon ao estudo pormenorizado desta composición, que grazas aos diversos artificios utilizados e á parella de rimas /Tr/ - /or/, probou de modo definitivo a inexistencia da rima de vogal aberta con vogal fechada na lírica galego-portuguesa medieval.

### Conclusións

Foi a nosa intención establecermos nestas páxinas unha comparación ou confronto entre os casos de tmese rexistrados nas líricas profana e relixiosa galego-portuguesa e o emprego que deste fenómeno fai Don Dinís na cantiga *Assi me trax coitado* (B 531/V 134 [548/Tav 25,16]). Deste xeito, observamos que habitualmente as segmentacións tméticas teñen a finalidade de acomodar o verso ou versos que atinxen ao esquema estrutural e rimático en que están inseridas, mentres que na cantiga dionisina o emprego deste fenómeno non só responde a ese obxectivo formal, senón que tamén introduce a ambigüidade e o equívoco.

En vista das particularidades comentadas, non podemos máis que reiterar a orixinalidade da cantiga de amor do trobador Don Dinís, reveladora dunha grande mestría e do amplísimo coñecemento que o noso poeta posuía das líricas clásica e románica no seu conxunto.

## Referências

BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. *As poesías de Martin Soares*. Vigo: Galaxia, 1992.

D'HEUR, J. M. *Recherches internes sur la lyrique amoureuse des troubadours galiciens-portugais (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)*. Contribution à l'étude du "Corpus des Troubadours". Liège: Faculté de Philosophie et Lettres, 1975.

FERREIRO, M. *Gramática histórica galega. II. Lexicoloxía*. 2<sup>a</sup> edición. Santiago de Compostela: Laidvento, 2001.

LANG, H. R. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle: Max Niemeyer, 1894. Reimp. Hildesheim: Georg Olms, 1972.

LAPA, M. R. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. 3<sup>a</sup> edição. Vigo: Ir Indo / Lisboa: Sá da Costa, 1995.

MARCHESE, A.; FORRADELLAS, J. *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*. Barcelona: Ariel, 1991.

MARTÍNEZ PEREIRO, C. P. Em volta da retoricidade do trovadorismo profano galego-português: *amor e/ou morte*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS. MEDIEVALISMO: LEITURAS CONTEMPORÂNEAS, 6, 2005, Londrina. Atas... Londrina: ABREM / UEL / UEM [En prensa].

METTMAN, W. (ed.). *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa María*. Madrid: Castalia, 1986 (vol. I), 1988 (vol. II), 1989 (vol. III).

MOISÉS, M. *Dicionário de Termos Literários*. 12<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOLINIER, G. *Las Flors del Gay Saber, estier dichas Las Leys d'Amors*.

Ed. de M. Gatién-Arnoult. Toulouse, 1841-1843. Reimp. Genève: Slatkine Reprints, 1977.

MONTERO SANTALHA, J. M. Existe rima de vogal aberta com vogal fechada na poesia trovadoresca...? *Revista galega de filoloxía*, n. 3, 2002, p. 107-143.

MUSSAFIA, A. Sull'antica metrica portoghese. *Scritti di filologia e linguistica a cura di Antonio Daniele e Lorenzo Renzi*. Padova: Editrice Antenore, 1983, p. 302-340.

NUNES, J. J. *Cantigas d'Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

TAVANI, G. *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*, Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1967.

**SUBMETIDO EM:** 10.03.2008

**ACEITO EM:** 17.10.2008

## NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

(Também disponíveis no site da revista: [www.estudos.ufba.br](http://www.estudos.ufba.br))

### Normas de apresentação de trabalhos

- *Estudos Linguísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos linguísticos, literários e culturais.
- O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo recusá-los.

**1. Os artigos deverão ter entre 12 e 25 páginas e as resenhas, entre 4 e 8. Os textos devem ser** apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) em CD ou DVD, digitados no **programa WORD FOR WINDOWS em fonte Times New Roman, espaço simples, corpo 12, com a seguinte formatação:**

- Título e subtítulos em **negrito**;
- Identificação do autor após o título, em negrito, à direita, seguido, na linha seguinte, da instituição de origem, por extenso;
- Margens de 3cm;
- Citações recuadas em 2cm, em corpo 10;
- Títulos de obras citadas dentro do texto e destaques em *itálico*;
- Ilustração do fato analisado em **negrito**;
- Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024).

**2. Remissões bibliográficas no texto em duas maneiras (de acordo com**

a especificação exigida pelo texto), com remissões em nota de rodapé (NBR 10520) ou pelo sistema autor data (NBR 10520).

2.1. Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo sobrenome do autor, seguido do nome.

2.2. Referências ao final do texto, seguindo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:

- Repetição do nome do autor (não usar traço).

3. Ilustrações em preto e branco, que permitam boa reprodução, identificadas.

4. Resumo em português com palavras chaves, seguido de abstract e keywords. Título também em inglês.

#### SOLICITAÇÕES:

- Ao remeter o trabalho, (i) indicar o endereço completo, incluindo o endereço eletrônico e (ii) autorizar a divulgação, na revista, do endereço eletrônico, se o desejar.
- Fornecer endereço para contato e remessa de exemplares após a publicação.

#### INFORMAÇÕES:

- Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
- Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.

Assinatura da revista **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS**

Anual: R\$ 40,00

Valores: números anteriores: R\$ 10,00  
número atual: R\$ 20,00

Números esgotados: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21-22,  
25-26, 31-32

### AQUISIÇÃO

Desejo efetuar  assinatura  
 compra do(s) número(s) a seguir indicado(s)

---

---

---

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

---

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_ Tel/Fax: ( ) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÃO: O pagamento deverá ser feito mediante cheque nominal à FAPEX - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão, ou depósito na conta corrente da FAPEX nº 603.354-7, Banco do Brasil agência 3457-6, e a cópia de recibo de depósito remetida para o endereço abaixo.

### **Estudos Linguísticos e Literários**

Instituto de Letras - Universidade Federal da Bahia

Rua Barão de Jeremoabo, 147

Campus Universitário - Ondina - CEP: 40170-115

Tel.: (71)3283-6781 Fax: (71)3283-6208

E-mail: estudos@ufba.br; robeliacabral@bol.com.br

